



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Arthur Guilherme Monzelli**

**A CATEGORIA TRABALHO NOS CADERNOS DE SOCIOLOGIA DO  
ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**São Carlos – SP**

**2020**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Arthur Guilherme Monzelli**

**A CATEGORIA TRABALHO NOS CADERNOS DE SOCIOLOGIA DO  
ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – campus São Carlos, para Exame de Qualificação, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Educação.

**Linha de pesquisa:** Estado, política e formação humana

**Orientador:** Prof. Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento

**Bolsa:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

**São Carlos – SP  
2020**

Monzelli, Arthur Guilherme

A categoria trabalho nos cadernos de sociologia do ensino médio da rede pública do estado de São Paulo / Arthur Guilherme Monzelli. -- 2020.  
184 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador: Manoel Nelito Matheus Nascimento

Banca examinadora: Manoel Nelito Matheus Nascimento, José Claudinei Lombardi, Luiz Bezerra Neto

Bibliografia

1. Cadernos de sociologia. 2. Categoria trabalho. 3. Alienação. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Ronildo Santos Prado – CRB/8 7325



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Educação

---

**Folha de Aprovação**

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Arthur Guilherme Monzelli, realizada em 28/02/2020:

---

Prof. Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento  
UFSCar

---

Prof. Dr. José Claudinei Lombardi  
UNICAMP

---

Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto  
UFSCar

Aos que conscientes ou em estado de tomada de consciência de classe, lutam por um mundo melhor.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço os meus familiares, sobretudo a minha mãe, Rose Miriam Nardini Oliveira, ao meu pai, Osvaldo Monzelli, e a minha avó, Maria Helena Segundo Monzelli. Sem a formação inicial e o apoio diário que ambos me deram (e continuam dando), esta dissertação não seria possível.

Também agradeço aos meus amigos, tanto aos de longa data, membros do assim chamado *Bonde*, formado na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Araraquara, como o ilustre Peterson da Silva, mais conhecido pelo codinome *Spider*; a grande Érica Zavanella Navarro, mais conhecida como Ericão, e também aos laços recém-estabelecidos na práxis no mundo do trabalho, como Rodolfo Adriano Hoft ou simplesmente Dorferas.

Agradeço aos meus primos, Dayara Bianca Rossi, Luiz Felipe Rossi e Ronaldo Segundo Junior por não só acreditarem em mim, mas também se fazerem presentes e organizarem “rolezinhos” que tornaram as intempéries cotidianos da pesquisa científica e do mundo do trabalho mais suportáveis.

Agradeço aos camaradas de militância política, Mayra de Mello Dresler Maia, Ronaldo Motta, Rodrigo Correa, Mateus dos Reis, Ana Claudia Toledo Prado dos Santos e Evandro José Biffi por me ajudarem a entender a atuar de forma concreta na transformação radical da realidade existente.

E dentre os meus amigos, gostaria de fazer um agradecimento especial a Igor Lula Piniheiro Silva, ou melhor, Igão, por se mostrar um verdadeiro coorientador nesta dissertação, pois teve a paciência de ouvir, durante longas conversas noturnas, os entusiasmos e desânimos desenvolvidos durante a elaboração desta pesquisa. Também, agradeço pela leitura atenta e pela férula da crítica que apresentou a este estudo.

Gostaria também de agradecer a Temir Navarro, por ser um excelente guia e anfitrião quando realizei o trabalho de coleta de dados na selva de pedra, ou seja, na cidade de São Paulo.

Não poderia deixar de agradecer também a meu orientador, professor doutor Manoel Nelito Matheus Nascimento, por não só ter a calma e a paciência de escutar minhas entusiasmas, mas nem sempre concretas e lúcidas ideias, bem como me ajudar a manter o foco e materializar esta pesquisa.

Agradeço ainda aos professores doutores José Claudinei Lombardi e Luiz Bezerra Neto pelas substantivas considerações realizadas a esta dissertação.

Por fim agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por financiar esta pesquisa, garantindo a qualidade de vida durante o processo investigativo.

Parto de um conjunto de documentos sob a forma de monografias escritas com longos intervalos para meu próprio esclarecimento, não para impressão, e cuja elaboração sistemática, segundo o plano indicado, dependerá das circunstâncias. Suprimo uma introdução geral que esbocei no passado, porque pensando bem, parecem-me que antecipar conclusões do que é preciso demonstrar em primeiro lugar é pouco correto, e o leitor que quiser seguir-me deverá decidir-se a passar do particular ao geral (MARX, 2016, p. 3).

“Ele só quer, só pensa em adaptar/Na profissão seu dever é adaptar/Ele só quer, só pensa em adaptar/Na profissão seu dever é adaptar” (SEIXAS, 1975).

## RESUMO

Esta dissertação analisa a abordagem que o *Material de apoio ao currículo do Estado de São Paulo*: caderno do professor, referente à disciplina de sociologia, ou simplesmente Cadernos de sociologia, concebe a categoria trabalho. Esses cadernos foram implantados desde 2008 na rede pública paulista de ensino e têm duas versões, a primeira delas circulou nas escolas estaduais de São Paulo até 2013, e a segunda versão foi publicada em 2014, sendo utilizada até 2018. As duas versões serão analisadas nesta investigação. O problema que esta pesquisa se propôs trabalhar é o seguinte: a exposição da categoria trabalho, presente nos *Cadernos de sociologia*, proporciona uma formação geral, crítica e científica aos estudantes do ensino público ou, em vez disso, fomenta o seu treinamento para que desenvolvam habilidades interessantes ao atual mundo do trabalho? A resposta dessa indagação desenvolveu-se a partir da hipótese de que os *Cadernos de sociologia* não realizam uma adequada contextualização histórica da categoria trabalho, muito menos se preocupam em expô-la em sua expressão dialética, o que acarreta um ensino superficial, ideológico e instrumental ao mundo do trabalho. A fim de responder ao problema desta pesquisa, foi realizado uma análise documental dos *Cadernos de sociologia*, referentes ao terceiro bimestre da segunda série do ensino médio, momento no qual os jovens estudantes do ensino público paulista aprendem a temática do trabalho. Além disso, também foram analisados os documentos oficiais que embasam os *Cadernos de sociologia*, a saber: a *Proposta curricular de sociologia – 2º grau* (1986), o *Currículo do Estado de São Paulo* (2008) e a *Matriz de avaliação processual: filosofia e sociologia* (2015). Paralela a análise documental, foi realizado também uma revisão bibliográfica da categoria trabalho na obra de Karl Marx, tanto em suas obras recentes quanto em seus antigos cadernos de rascunho. Por fim, os resultados desta pesquisa estão expressos na descoberta de quatro dimensões que se sobressaem na exposição da noção de trabalho dos *Cadernos de sociologia*, isto é: 1ª) dimensão ciclópica; 2ª) dimensão ideológica; 3ª) dimensão negligente e 4ª) dimensão de apologia à resignação, cuja existência nestes cadernos atesta a hipótese elaborada no início da pesquisa.

**Palavras-chave:** Alienação; Cadernos de Sociologia; Categoria Trabalho; História, Karl Marx.

## RESUMEN

Esta disertación analiza el enfoque que el *Material de apoio ao currículo do Estado de São Paulo: caderno do professor*, referente a la asignatura de sociología, o simplemente Cuadernos de sociología, concibe la categoría trabajo. Esos cuadernos fueron implantados desde 2008 en la red pública paulista de enseñanza y tienen dos versiones, la primera de ellas circuló en las escuelas estatales de São Paulo hasta 2013, y la segunda versión fue publicada en 2014, siendo utilizada hasta 2018. Las dos versiones serán analizadas en esta investigación. Lo problema que esta pesquisa ha propuesto a sí mismo a trabajar es lo siguiente: ¿la exposición de la categoría trabajo, presente en los *Cuadernos de sociología*, proporciona una formación general, crítica y científica a los estudiantes de la enseñanza pública o, en vez de eso, fomenta su entrenamiento para que ellos desenvuelvan habilidades interesantes al actual mundo del trabajo? La respuesta de esa indagación se desarrolla a través de la hipótesis de que los *Cuadernos de sociología* no realizan una adecuada contextualización histórica de la categoría trabajo, mucho menos se preocupan en exponerla en su expresión dialéctica, lo que implica una enseñanza superficial, ideológica e instrumental al mundo del trabajo. A fin de responder el problema de esta pesquisa, fue realizado un análisis documental de los *Cuadernos de sociología*, referentes al tercer bimestre del segundo grado de la escuela secundaria, instante en que los jóvenes estudiantes de la enseñanza pública paulista aprenden la temática del trabajo. Además, también fueron analizados los documentos oficiales que embazan los *Cuadernos de sociología*, esto es: la *Proposta curricular de sociologia – 2º grau* (1986), el *Currículo do Estado de São Paulo* (2008) y la *Matriz de avaliação processual: filosofia e sociologia* (2015). Paralela al análisis documental, fue realizado también una revisión bibliográfica de la categoría trabajo en la obra de Karl Marx, tanto en sus obras recientes cuanto en sus antiguos cuadernos de borrador. Por fin, los resultados de esta pesquisa son expresos en lo descubrimiento de cuatro dimensiones que se sobresalen en la exposición de la noción de trabajo de los *Cuadernos de sociología*, esto es: 1ª) dimensión ciclópica; 2ª) dimensión ideológica; 3ª) dimensión negligente e 4ª) dimensión de apología a la resignación, cuya existencia en estos cuadernos atestigua la hipótesis en lo inicio de la pesquisa.

**Palabras-clave:** Alienación; Cuadernos de Sociología; Categoría Trabajo; Historia, Karl Marx.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Distribuição dos ocupados, segundo posição na ocupação Estado de São Paulo 2006
<b>Gráfico 2</b>	Taxas de desemprego e de participação – Estado de São Paulo, 2006
<b>Gráfico 3</b>	Taxas de desemprego, segundo tipo (Região Metropolitana de São Paulo) – 2003-2012
<b>Gráfico 4</b>	Taxas de Desemprego, por Tipo (Região Metropolitana de São Paulo) – 2008-2009

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Quadro de conteúdos e habilidades de sociologia, referente ao 3º bimestre da 2ª série do ensino médio
<b>Tabela 2</b>	Tabela da matriz de avaliação processual de sociologia, referente ao 3º bimestre da 2ª série do ensino médio
<b>Tabela 3</b>	Distribuição dos ocupados por posição na ocupação Região Metropolitana de São Paulo, 2010

## LISTA DE ABREVIATURAS

1ª SEM: Primeira série do ensino médio.

2ª SEM: Segunda série do ensino médio.

3ª SEM: Terceira série do ensino médio.

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho

Cts: Centavos.

CRE: Centro de Referência em Educação.

DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

g: gramas.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS: Instituto Nacional do Seguro Social.

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

£: libra esterlina.

PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais.

PCV: Pesquisa de condições de vida.

PED: Pesquisa de emprego e desemprego.

PNLD: Programa Nacional do Livro Didático

Reais: R\$.

s: xelim.

SARESP: Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo.

SCIELO: Scientific Electronic Library Online.

SEADE: Sistema Estadual de Análise de Dados.

UNESP: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Vol.: Volume.

# SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1. A jornada que desencadeou esta pesquisa.....	15
1.2. Objeto, problema, metodologia e importância desta pesquisa.....	22
1.3. Observações sobre o materialismo histórico.....	27
1.4. Trabalho como princípio educativo.....	33
1.5. Organização dos capítulos.....	38
2. A NOÇÃO DE TRABALHO DOS CADERNOS DE SOCIOLOGIA.....	40
2.1. Trabalho como mediação entre ser humano e natureza.....	40
2.2. Divisão social do trabalho e alienação.....	53
2.3. As atuais transformações no mundo do trabalho.....	62
3. A CATEGORIA TRABALHO EM MARX.....	75
3.1. Formas histórico-concretas de trabalho no ocidente europeu, desde as sociedades pré-capitalistas até a era da grande indústria.....	75
3.2. Processo de trabalho e dupla fruição.....	100
3.3. O problema da alienação do trabalho.....	108
3.4. Exploração do trabalho no capitalismo: mais-valor, trabalho necessário, trabalho excedente, trabalho produtivo e trabalho improdutivo.....	115
3.5. O comunismo e supressão da alienação do trabalho.....	124
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS.....	148
ANEXOS.....	156
APÊNDICE.....	180
Ensaio sobre os escritos históricos de Karl Marx: muito além do evolucionismo cultural do século XIX.....	180

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. A jornada que desencadeou esta pesquisa

O primeiro contato com aquilo que viria a ser o objeto deste estudo – ou seja, os *Cadernos do professor* (sociologia), material didático disponibilizado aos professores da rede pública paulista de ensino pelo programa São Paulo Faz Escola em 2009 – aconteceu em 2014, justamente no ano da publicação da segunda versão desses cadernos, quando realizei o penúltimo estágio supervisionado para conclusão da graduação em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Campus de Araraquara. Em resumo, o intuito desse estágio era fazer uma observação da dinâmica do ensino de sociologia em uma escola pública (em meu caso na Escola Estadual Doutor Álvaro Guião) e uma breve revisão documental dos seus arquivos oficiais, tais como: regimento escolar, projeto político pedagógico e planos de ensino de sociologia. Contudo, no que diz respeito ao ensino de sociologia, a coordenação da escola observada foi categórica ao dizer que a Escola Estadual Doutor Álvaro Guião não se difere em nada daquilo que é prescrito pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo para as escolas da rede pública de ensino. Naquele momento, não ficou nítido que a coordenação escolar se referia única e exclusivamente aos *Cadernos do professor: sociologia* (2014). Em seguida, entrevistei um dos professores de sociologia da instituição escolar observada, cujas aulas foram acompanhadas durante o estágio, e que afirmou trabalhar com as três disciplinas tronco do curso de ciências sociais (antropologia, sociologia e ciência política), mas concentrava as discussões de cada uma dessas disciplinas em uma série específica do ensino médio, por exemplo; para a primeira série, ensinava antropologia; para a segunda, sociologia e, para a terceira, ciência política. Contudo, embora isso não tenha ficado evidente na época, esse plano de ensino descrito pelo professor não resultava de uma discussão coletiva com os demais professores de sociologia da escola, muito menos era um programa de ensino original, puramente de sua autoria, na realidade, não consistia em outra coisa senão a aplicação exata do plano de ensino elaborado pela Secretaria de Educação do estado de São Paulo, contida no *Currículo do Estado de São Paulo* (2008), no *Caderno do professor: sociologia* (2014) e na *Matriz de avaliação processual*.

Levando em conta o próprio currículo do estado de São Paulo, torna-se evidente que o ensino de sociologia na rede pública de educação abrange a gama de conhecimentos referentes às ciências sociais, ou seja, incluindo em si “as contribuições da Antropologia e da Ciência

Política” (SÃO PAULO, 2012, p. 133). E a divisão dos conteúdos da forma como anteriormente foi exposta pelo professor observado, também pode ser constatada na própria formatação das situações de aprendizagem contidas nos *Cadernos do professor: sociologia*. Na primeira série do ensino médio, por exemplo, existem discussões próprias da antropologia como “os processos de construção da identidade” (SÃO PAULO, 2014a, p. 56), “o caráter social e culturalmente construído da humanidade” (SÃO PAULO, 2014b, p. 9) e as “limitações do determinismo biológico e do determinismo geográfico”, etc. (*Ibid.*, p. 20). Na segunda série do ensino médio, há problemas de interesse próprio da sociologia, tais como: “diferenciação entre cultura e cultura de massa” (SÃO PAULO, 2014c, p. 34); “o trabalho como mediação entre o ser humano e a natureza” (SÃO PAULO, 2014d, p. 9); “divisão social e manufatureira do trabalho”, entre outras (*Ibid.*, p. 14). E, por fim, na terceira série do ensino médio, destacam-se discussões que interessam à ciência política, como estas: “direitos civis, direitos políticos, direitos sociais e direitos humanos” (2014e, p. 7); “movimento operário, sindical e dos sem-terra no Brasil” (*Ibid.*, p. 52); “o movimento feminista” (*Ibid.*, p. 64); “o movimento negro, o movimento LGBT e o movimento ambientalista” (*Ibid.*, p. 77), o “conceito de Estado”, etc. (2014f, p. 9). Evidentemente, os conteúdos de todas as séries conversam entre si e podem ser estudados por todas as áreas das ciências sociais, porém, como foi comentado, em cada série do ensino médio o *Currículo* aconselha apresentar preponderantemente um dos campos das ciências sociais aos estudantes do ensino médio.

Em 2014 também iniciei um projeto de pesquisa sob orientação da professora doutora Maria Orlanda Pinassi, com intuito de elaborar uma monografia para conclusão do Bacharelado em Ciências Sociais também pela UNESP. Foram coorientadores dessa monografia os professores doutores Antonio Ianni Segatto (UNESP) e Caio Sgarbi Antunes (Universidade Federal de Goiás). Nessa monografia, o problema de pesquisa expressou-se na forma de três perguntas: o que é trabalho na obra de Karl Marx? O que é alienação do trabalho segundo Marx? E quais as relações entre formação, alienação do trabalho e processo educacional na obra de István Mészáros (1930 – 2017)? Assim, surgiam as primeiras evidências do meu interesse em pesquisar, dentro das ciências sociais, problemas concernentes à educação. No entanto, a pesquisa de fato só se materializou em 2015, terminando no ano seguinte. Estruturalmente, o estudo que realizei na monografia dividiu-se em dois momentos: em primeiro lugar, foi levado a cabo uma análise da concepção de trabalho e do problema de sua alienação nas primeiras obras de Karl Marx (1813 – 1881), em especial nos *Manuscritos econômico-filosóficos* e nos

*Cadernos de Paris*, ambos rascunhados em 1844, sem perder de vista, evidentemente, o desdobramento de tais problemáticas em suas obras mais recentes. E, em segundo lugar, produzi um estudo da relação entre formação e alienação do trabalho no processo educacional, a partir das discussões sobre educação presentes n’*A teoria da alienação em Marx* (1970) e n’*A educação para além do capital* (2005) de István Mészáros, sublinhando o caráter contraditório existente no processo educacional, isto é, sua tendência de reproduzir e naturalizar as formas de pensar, sentir e agir consonantes à realidade vigente e, ao mesmo tempo, permitir aos educandos a reflexão sobre os processos ideológicos de alienação do trabalho nos quais estão submetidos, abrindo margem para as possibilidades práticas de sua superação.

Em 2017, findados os graus de licenciatura e bacharelado em ciências sociais, comecei a trabalhar na rede pública de ensino do estado de São Paulo, como professor de sociologia, ministrando aulas no período noturno, sobretudo, para os estudantes da educação de jovens e adultos (EJA). A partir desse momento, tive acesso em primeira mão a todos os cadernos do professor e do aluno, referentes a disciplina de sociologia, bem como o *Currículo do Estado de São Paulo* e a *Matriz de avaliação processual*, concernente as disciplinas de filosofia e sociologia. E também, obtive inúmeros treinamentos por meio de aulas de trabalho pedagógico coletivo (ATPC) e cursos online, oferecido pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação “Paulo Renato Costa Souza” (EFAP), os quais explicitavam repetitivamente a importância e obrigatoriedade do planejamento das aulas por meio do currículo do estado de São Paulo, materializado nos *Cadernos do professor*. Além disso, é preciso sublinhar também aquilo que ficava implícito nesses treinamentos, a saber: o ensino por meio desses materiais poderia garantir o melhoramento dos resultados dos estudantes nas avaliações externas, sobretudo no Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), o que, ao mesmo tempo, aumenta o valor calculado por medidores de desempenho educacional como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). E isso, conseqüentemente, poderia garantir um bônus salarial no começo do ano letivo aos professores, gestores e diretores. Tendo em mente o que foi discutido, e levando também em consideração a minha práxis docente no ensino médio regular e na educação para jovens e adultos, percebi a necessidade de investigar mais a fundo os conteúdos que estavam sendo ensinados aos estudantes, mais especificamente os conteúdos sobre os quais pesquisei durante a minha graduação: a categoria trabalho e o problema de sua alienação. Em suma, esse foi o cami-

nho que trilhei até chegar ao objeto de estudo que será esmiuçado no próximo tópico desta introdução.

Todavia, tão importante quando descrever como fui ao encontro desta pesquisa é reconhecer a importância dos trabalhos que a antecederam, ao elaborar o processo de estado da arte da presente dissertação. Consultando a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a partir dos seguintes descritores (leia-se palavras-chave): cadernos de sociologia; caderno de sociologia; caderno do professor; materiais didáticos; material didático e sociologia, obtive 55 resultados que, depois de uma empreitada de triagem das pesquisas com temática análoga à minha, deparei-me com seis trabalhos, cinco dissertações de mestrado e uma tese de doutorado. Além desses resultados, também consultei o banco de dados da Scientific Electronic Library Online (SCIELO) no qual encontrei apenas um artigo relacionado com minha dissertação. A seguir apresento a síntese de cada um dos trabalhos que compõe o estado da arte da minha dissertação, a começar com o artigo e depois com as dissertações e por último a tese, respeitando a ordem cronológica em que essas obras foram produzidas.

O artigo encontrado na SCIELO intitula-se *Sociologia no ensino médio*: escrevendo cadernos para o projeto São Paulo Faz Escola e foi produzido pelas professoras doutoras Stella Christina Schrijnemaekers e Melissa de Mattos Pimenta, duas das três autoras da primeira edição dos *Cadernos de sociologia*. Nesse artigo, as autoras elaboram um breve contexto histórico do ensino de sociologia no Brasil; expõem sinteticamente a estrutura dos *Cadernos de sociologia* e comentam algumas das principais dificuldades do ensino de sociologia por meio desses cadernos. Em resumo, as autoras admitem que os *Cadernos de sociologia* são limitados, mas argumentam que, na época de sua elaboração, a maioria dos professores de sociologia não eram formados em Ciências Sociais, portanto, os *Cadernos* pretendiam ser um material genérico e de fácil apreensão para os professores, independentemente de sua formação. Além disso, as autoras do artigo também justificam os limites dos *Cadernos* pelo fato dos textos dos autores clássicos da sociologia serem supostamente difíceis de serem compreendidos pelos graduandos em ciências sociais e, por isso, igualmente não seriam compreendidos pelos estudantes do ensino médio. E, por fim, as autoras do artigo afirmam que os *Cadernos de sociologia* não são um material acabado, mas em construção e devem ser encarados apenas como um apoio a prática docente.

A primeira dissertação que compõem o estado da arte da presente pesquisa foi publicada em 2006 por Marival Coan para obtenção do grau de mestre em educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob orientação do professor doutor Paulo Sérgio Tummolo, e seu título é *A sociologia no ensino médio, o material didático e a categoria trabalho*. Em síntese, o problema da pesquisa de Coan era compreender como a categoria trabalho era abordada pelos livros didáticos e outros materiais no ensino médio brasileiro (público e privado). Para tanto, fez um panorama histórico do ensino de sociologia na rede pública de educação; mapeou historicamente a política do livro didático no Brasil; entrevistou professores a fim de descobrir quais materiais didáticos utilizam e como ensinam a categoria trabalho, bem como, a partir da inspiração metodológica marxista, estudou de que forma a categoria trabalho é abordada nos livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), livros paradidáticos, apostilas de escolas particulares e dicionários especializados. No que diz respeito às considerações finais de Coan, pode-se destacar duas conclusões fundamentais. Em primeiro lugar, a pesquisadora percebe que os documentos oficiais que garantem o ensino de sociologia no Brasil, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), estão marcados pela teoria do *capital humano*, embora considere essa teoria frágil e facilmente desmentida pela realidade concreta. E, em segundo lugar, a pesquisadora conclui que os materiais didáticos nos quais a categoria trabalho é abordada não dão conta de abordar o trabalho de forma adequada, pois se concentram em explicar apenas o trabalho de um modo geral, negligenciando a existência específica do trabalho dentro do modo de produção capitalista.

A segunda dissertação que compõem o estado da arte desta pesquisa foi produzida em 2013 por Luís Renato Silva Maldonado para obtenção do grau de mestre em educação pela Universidade de São Paulo (USP), sob orientação do professor doutor Elie George Guimarães Ghanem Júnior, e seu título é *Reformas educacionais na perspectiva de docentes: o programa São Paulo Faz Escola*. Em poucas palavras, o problema de pesquisa de Maldonado era descobrir como o magistério paulista encarava as recentes reformas na educação, materializadas no programa São Paulo Faz Escola. A fim de equacionar seu problema de pesquisa, Maldonado entrevistou de forma semiestruturada oito professores da Escola Estadual Professor Andronico de Mello, localizado na zona oeste da cidade de São Paulo. A título de conclusão, Maldonado constatou que as reformas do programa São Paulo Faz Escola minavam a autonomia docente, pois os cursos preparatórios online e os materiais didáticos disponibilizados acabavam sendo

impostos aos professores. E essa imposição se manifestou paulatinamente, até mesmo em escolas cujo corpo docente tinha uma formação sólida e a tradição de ensino já estava consolidada, uma vez que o recebimento do bônus escolar era atrelado ao uso dos materiais didáticos disponibilizados pelo programa São Paulo Faz Escola, interpretados como capazes de treinar os estudantes para terem sucesso nas provas do SARESP. Além disso, Maldonado também percebe que o programa São Paulo Faz Escola instituiu a prática de se culpabilizar os professores pelos problemas da educação pública.

A terceira dissertação que compõe o estado da arte da presente pesquisa foi elaborada em 2014 por Maria Cristina Stello Leite para obtenção do grau de mestre em educação pela USP, sob orientação da professora doutora Márcia Gobbi, e seu título é “*Faz sentido?*” – Práticas docentes no Ensino Médio na disciplina Sociologia. Em resumo, Leite realizou uma espécie de pesquisa etnográfica com dois professores de uma escola pública do estado de São Paulo. Sua principal preocupação era compreender a cultura escolar, o cotidiano e as práticas docentes de ensino de sociologia na rede pública paulista. Em suas considerações finais, a pesquisadora percebe que os materiais didáticos disponibilizados aos professores pelo Estado engessam a prática docente, mas ressalta o fato de os professores poderem fazer escolhas com relação ao uso desses materiais e enfrentarem problemas mais complexos do que os *Cadernos de sociologia*, tais como: o reduzido tempo de preparação de aula, a preocupação com a adaptação dos conteúdos científicos à realidade escolar e a equação da indisciplina em sala de aula.

A quarta dissertação que compõem o estado da arte desta pesquisa foi escrita em 2016 por Melina Sumaia Rissardi para obtenção do grau de mestre em docência para a educação básica pela UNESP – Campus de Bauru, sob orientação do professor doutor Vitor Machado, e seu título é *A desnaturalização da realidade social como método para o ensino de sociologia na educação básica*. De modo geral, a pesquisa de Rissardi consistiu em desenvolver uma sequência didática alternativa à primeira situação de aprendizagem do *Caderno de sociologia* referente ao primeiro bimestre da primeira série do ensino médio, cuja temática é a desnaturalização do olhar do senso comum. Rissardi acompanhou duas turmas de primeiro ano, para uma delas utilizou uma sequência didática por ela mesma desenvolvida e, para a outra, aplicou as recomendações didáticas dos *Cadernos de sociologia*. Em seguida, as duas turmas foram submetidas a avaliações com questões objetivas e dissertativas sobre o conteúdo estudando no primeiro bimestre letivo. Por fim, em suas considerações finais, a pesquisadora con-

cluiu que a sala sensibilizada por sua sequência didática teve melhores resultados que as que foram submetidas ao material disponibilizado pelo programa São Paulo Faz Escola. Contudo, ela admite que não existe um material que atenda a todas as exigências formativas dos estudantes do ensino médio, independentemente dos contextos históricos específicos de cada escola, mas também ressalta que uma educação que se afaste dos interesses mercadológicos, colaborando para a transformação estrutural da realidade existente é possível.

A última dissertação que compõem este estado da arte da presente pesquisa foi produzida em 2017 por Wellington Narde Navarro da Costa para obtenção do grau de mestre em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob orientação da professora doutora Célia Elizabete Caregnato, e seu título é *Sociologia em “mangas de camisa”*: representação do negro brasileiro nos livros didáticos. De modo sintético, a dissertação de Wellington da Costa analisou a forma como a população negra e as questões étnico-raciais são retratadas nos livros didáticos de sociologia, disponibilizado na rede pública de educação por meio do PNLD. O problema no qual sua pesquisa se debruçou foi compreender se os livros didáticos abordavam as temáticas étnico-raciais dentro do ponto de vista do “lugar do negro”, reproduzindo os estereótipos racistas da população negra ou, em vez disso, trabalham dentro da perspectiva do “negro como lugar”, metodologia que reconhece o negro como sujeito histórico, étnico e, sobretudo, como produtor de conhecimento sobre sua própria história. Para tanto, recorreu teoricamente à intelectuais negros brasileiros, tais como Alberto Guerreiro Ramos e Clóvis Moura, como também se inspirou na metodologia da análise do discurso e na crítica da ideologia produzida pelo intelectual marxista inglês, John Brookshire Thompson. E uma das principais considerações finais de Wellington da Costa foi constatar que os livros didáticos de sociologia destinados ao ensino médio carecem das contribuições teóricas e científicas dos intelectuais negros brasileiros, as quais, por sua vez, são cruciais para a compreensão da dinâmica e consistência da sociedade brasileira.

O trabalho responsável pela finalização do estado da arte desta pesquisa é uma tese produzida em 2019 por Natália Cristina Sganzella de Araujo para obtenção do grau de doutora em ciências sociais pela UNESP – Campus de Marília, sob orientação da professora doutora Lídia Maria Vianna Possas, e seu título é *Gênero e sociologia no ensino médio: entre ensinar e aprender*. De forma resumida, pode-se dizer que a pesquisa de Natália de Araujo consiste em uma análise de como às questões de gênero são ensinadas no ensino público paulista. O problema de sua pesquisa expressou-se no questionamento de como as questões de gênero são

ensinadas a partir dos *Cadernos do professor* e do *aluno*, disponibilizados pelo programa São Paulo Faz Escola. Para isso, a pesquisadora realizou uma observação participante e pesquisa-ação em três turmas do ensino médio de uma escola estadual da cidade de Areiópolis, interior de São Paulo, inspirando-se nas metodologias de pesquisa da cientista brasileira Guacira Lopes Louro, da filósofa estadunidense Judith Butler e da historiadora estadunidense Joan Wollach Scott. Nas considerações finais, Natália de Araujo conclui que os materiais didáticos do programa São Paulo Faz Escola, ao trabalhar com as questões de gênero, reproduzem os estereótipos do que é ser homem e mulher vigentes em nossa sociedade, ou seja, limitando-se a explicá-las de acordo com o sexo biológico, e abordam superficialmente o movimento LGBT o que, por sua vez, mantém tais reflexões muito aquém da realidade social dos jovens do ensino médio público.

## **1.2. Objeto, problema, metodologia e importância desta pesquisa**

O objeto deste estudo é a exposição da categoria trabalho no *Material de apoio ao currículo do Estado de São Paulo: caderno do professor; sociologia*, publicado em 2014. Esse material didático, que se desdobra do currículo do estado de São Paulo, está dividido em dois grupos, um deles destinado aos professores e o outro aos estudantes. Ao primeiro grupo convencionou-se denominá-lo como caderno do professor e, ao segundo, caderno do aluno. No entanto, esta dissertação investigará apenas o primeiro grupo desses materiais didáticos, ou seja, o caderno do professor, uma vez que o caderno do aluno não passa de uma versão resumida daquele, na qual estão suprimidos os comentários e recomendações didáticas especificamente produzidas para os docentes do ensino público paulista. Cronologicamente os cadernos do professor circulam na “rede estadual de ensino desde 2008”, antecedendo em um ano os cadernos do aluno que “foram” publicados “pela primeira vez em 2009” (SÃO PAULO, 2014d, p. 4). Além disso, os materiais produzidos no ano de 2009 foram utilizados na rede pública de ensino paulista até 2013 e totalizavam doze exemplares, separados em conteúdos bimestrais, ou seja, quatro volumes para cada série do ensino médio. Entretanto, foi impossível contabilizar precisamente o número total das páginas dos doze exemplares, pois, durante a coleta de dados realizada no Centro de Referência em Educação Mario Covas, nem todos os volumes dos *Cadernos do professor: sociologia* de 2009 estavam acessíveis para consulta pública. Na realidade, foi possível consultar apenas 6 exemplares dos *Cadernos do professor: sociologia*, quatro referentes à segunda série do ensino médio e dois referentes à terceira série. Os

exemplares da segunda série do ensino médio totalizam 152 páginas, 32 delas compõe o volume I desses cadernos, 47 fazem parte do volume II; 48 constituem o volume III e 40 formam o volume IV. Já os exemplares referentes à terceira série do ensino médio, juntos somam 88 páginas, 40 delas compõe o volume III desses cadernos e 48 delas constituem o volume IV. Vale ressaltar que essa lacuna na disponibilização do acesso aos materiais didáticos que organizavam até 2013 (e até 2019 organizavam, mas por meio de sua versão atualizada, produzida em 2014) o ensino médio da rede pública de educação do estado de São Paulo<sup>1</sup> pode ter resultado da mudança do acervo do CRE Mario Covas, antigamente localizado na avenida Rio Branco da cidade de São Paulo, para dentro do prédio da Secretaria Estadual de Educação, localizado atualmente na Praça da República da cidade de São Paulo. Por outro lado, não é válido descartar a hipótese de a perda dos demais exemplares dos cadernos do professor, publicados em 2009, resultar da negligência do Estado em arquivar e conservar a história e a memória dos seus materiais didáticos.

A partir de 2014, uma nova edição desses materiais didáticos foi elaborada sem que fossem feitas mudanças substantivas no conteúdo, em vez disso, apenas houve uma redução pela metade do número de exemplares, de doze para seis, por meio da junção dos exemplares bimestrais em um único exemplar semestral. Ademais, algumas citações foram modificadas da versão antiga em relação à atual, mas isso será esmiuçado melhor no segundo capítulo. Em síntese, essa segunda edição dos materiais didáticos de apoio ao currículo do estado de São Paulo estão “organizados em dois volumes semestrais para cada série” do ensino médio, somando ao todo 520 páginas (*Id. Ibid.*). Expondo com mais exatidão o número de páginas de cada caderno, chega-se estes resultados: os exemplares do primeiro e do segundo semestres da primeira série do ensino médio têm 80 páginas cada; já no que se refere à segunda série do ensino médio, o caderno do primeiro semestre tem 72 páginas e o do segundo semestre tem 88 páginas; por fim, na última série do ensino médio, o exemplar do primeiro semestre tem 112 e o do segundo semestre 88 páginas. Dentre os materiais didáticos supracitados, a discussão da categoria trabalho e dos seus desdobramentos atuais é exposta apenas no caderno referente ao segundo semestre da segunda série do ensino médio e é especificamente na análise dele que esta pesquisa se concentrará. Apesar de o foco desta dissertação estar concentrado na análise da versão atual dos *Cadernos do professor: sociologia*, publicados em 2014, faz-se necessário

---

<sup>1</sup> A partir de 2020, por causa da implementação da Base Curricular Nacional e das reformas do ensino médio, os cadernos do professor e do aluno sofreram modificações e estão sob uma forma provisória denominada como material de transição. No entanto, a presente pesquisa não abarcou estes protótipos de materiais didáticos.

destacar que tal estudo também é cotejado com a análise da primeira versão desses cadernos, elaborados em 2009, sem perder de vista o fato de a semelhança entre esses dois materiais ser evidente.

Posto isso, a fim de evitar a repetição desnecessária da terminologia *Material de apoio ao currículo do Estado de São Paulo*: caderno do professor; sociologia ao longo da dissertação optou-se, sem prejuízo de sentido, pelo uso da expressão sintética *Caderno de sociologia* ou simplesmente *Caderno*, seguido da especificação da série e do volume que se está analisando, por exemplo, segunda série do ensino médio volume II ou, abreviadamente, 2ª SEM vol. II.

Tendo conhecido o objeto de estudo desta dissertação, agora é necessário discutir qual pergunta a sua investigação pretende responder. Mas, antes de se adentrar no problema da pesquisa propriamente dito, é válido ressaltar que o *Currículo do Estado de São Paulo* concebe a escola pública como um “lugar privilegiado para o desenvolvimento do pensamento autônomo, tão necessário ao exercício de uma cidadania responsável” e destaca que a educação precisa permitir o assim chamado “desenvolvimento pessoal”, ou seja, “apreender a diversidade, situar-se e pertencer” e, esse processo, ainda segundo o *Currículo*, “coincide com a construção da identidade, da autonomia e da liberdade”, no entanto, para isso acontecer é crucial “um amplo conhecimento, assegurado por uma educação geral, articuladora e que transite entre o local e o global” (SÃO PAULO, 2012, p. 9). Contudo, o mesmo currículo também explicita sua preocupação em desenvolver nos estudantes do ensino médio público “características cognitivas e afetivas”, “capacidades de resolver problemas, trabalhar em grupo”, aprender a “agir de modo cooperativo” entre outras assim chamadas competências e habilidades demandadas pelas novas exigências do mundo do trabalho (*Ibid.*, p. 8). Esse caráter contraditório do *Currículo* reverbera-se também em todos os conteúdos discutidos nos *Cadernos de sociologia*. Nesse quadro, o problema desta pesquisa expressa-se na tentativa de responder a seguinte pergunta: o ensino da categoria trabalho por meio dos *Cadernos de sociologia* proporciona uma formação geral e crítica aos estudantes do ensino público ou, em vez disso, fomenta o seu treinamento à satisfação das atuais demandas do mundo do trabalho? Inicialmente, partiu-se da hipótese de que os *Cadernos de sociologia* não realizam uma adequada contextualização histórica da categoria trabalho, muito menos se preocupam em expô-la de uma maneira dialética, o que acarreta um ensino superficial e ideológico, contribuindo mais para adaptar os es-

tudantes do ensino médio às atuais exigências do mundo do trabalho do que possibilitam sua formação crítica e abrangente.

A fim de responder objetiva e satisfatoriamente a essa pergunta, levou-se a cabo uma análise documental dos *Cadernos de sociologia* da segunda série do ensino médio volumes III, em sua versão mais antiga (2009), e volume II, em sua versão atual (2014). Os cadernos publicados em 2009 foram consultados no CRE Mario Covas, na cidade de São Paulo, já os cadernos mais recentes foram disponibilizados a mim em 2017, quando ingressei na rede pública de educação do estado de São Paulo na função de professor de educação básica II, disciplina de sociologia. Ambos os materiais foram minuciosamente lidos e fichados, tendo em vista o objetivo de compreender como concebiam a categoria trabalho e de que maneira aconselhavam ensiná-la. Paralelo à investigação documental dos *Cadernos de sociologia*, analisou-se a legislação que os ampara, em especial, a *Proposta curricular de sociologia – 2º grau* (1986), o *Currículo do Estado de São Paulo* (2008) e a *Matriz de avaliação processual: filosofia e sociologia* (2015). Além disso, foi lançado mão de uma revisão bibliográfica minuciosa da categoria trabalho em sua acepção clássica, isto é, nas obras de Karl Marx. Nesse sentido, tomou-se cuidado de apresentar a categoria trabalho tanto nas obras mais recentes de Karl Marx, especialmente n' *O capital*, como também se complementou tal apresentação com obras mais antigas, cartas e rascunhos nos quais Marx elaborou contribuições significativas sobre suas teorias e descobertas, ainda que jamais pretendesse publicar algumas delas.

Por fim, chega-se ao momento de discutir a relevância desta pesquisa em meio a um contexto histórico no qual emergiu uma tendência de decreto prematuro de morte de Karl Marx e, conseqüentemente, das discussões em torno do trabalho, atingindo, inclusive, as pesquisas sobre as relações entre trabalho e educação. É evidente que de 1867, ano de publicação d' *O capital*, até hoje, parafraseando Karl Polanyi em *A grande transformação* (1944), muita água rolou no moinho satânico do capitalismo, portanto, os problemas estudados por Marx no século XIX sofreram significativas mudanças, tornaram-se mais complexos e se agravaram. Sendo assim, Marx poderia ser considerado hoje, como foi Hegel no século XIX, um cachorro morto? E os estudos sobre os problemas que orbitam a categoria trabalho, em especial a relação dessa categoria com a educação, poderiam ser consideradas atualmente superadas? Alguns autores diriam que sim. Aqui, evidentemente, há um afastamento dessa conclusão que pode ser considerada, no mínimo, apressada e, no máximo, ideológica. Há 24 anos o decreto da morte precoce das contribuições da obra marxiana causaram a inquietação de diversos au-

tores, sobretudo do professor doutor Ricardo Luiz Coltro Antunes que, a partir de sua obra *Adeus ao trabalho* (1995)<sup>2</sup>, iniciou diversas pesquisas que analisavam a atualidade da categoria trabalho, dos problemas da alienação do trabalho e da necessidade de suprassunção [*Aufhebung*]<sup>3</sup> da sociedade capitalista. Isso colocou Ricardo Antunes em embate intelectual com autores como André Gorz (1923 – 2007), Robert Kurz, Jürgen Habermas, entre outros. Contudo, expor exaustivamente as sentenças de morte que cada um desses autores aplicou à categoria trabalho e as críticas de Antunes a eles transcende os limites deste tópico introdutório. Portanto, por hora, basta lembrar a tese central de *Adeus ao trabalho*, a saber: embora o mundo do trabalho tenha se transformado desde o século XIX até hoje, o trabalho, ou melhor, a sua exploração ainda se mostra uma questão estrutural nas relações sociais e econômicas vigentes, justamente por isso, não se pode decretar a superação definitiva de muitas das descobertas e investigações realizadas por Marx, muito menos invalidar ou descreditar as pesquisas que se desdobre a partir da matriz investigativa do materialismo histórico dialético.

Além de reconhecer a importância das pesquisas em torno da problemática do trabalho, em especial, das relações entre trabalho e educação, é igualmente necessário pontuar a relevância do trabalho com categoriais, pois elas representam uma das principais etapas do fazer científico, tal como ressalta Acácia Kuenzer (1998), para a qual “as categorias” atuam como “critério de seleção e organização da teoria e dos fatos a serem investigados, a partir da finalidade da pesquisa, fornecendo-lhe o princípio de sistematização que vai lhe conferindo sentido, cientificidade, rigor, importância” (p. 62).

Enfim, as discussões e pesquisas que orbitam ou se inspiram na categoria trabalho só estarão superadas, quando a própria sociedade de classes, o trabalho alienado, o mercado de trabalho e o próprio capital tiverem igualmente sido suprassumidos. E, mesmo assim, ainda

---

<sup>2</sup> Como foi dito, *Adeus ao trabalho* foi apenas o estopim para a atualização das pesquisas desdobradas das descobertas provenientes da obra de Marx, cujo intuito era de atualizar tais discussões clássicas para investigar a realidade contemporânea. Nesse sentido, pode-se elencar outras obras igualmente importantes de Ricardo Antunes, tais como: *Sentidos do trabalho* (1999), *O caracol e sua concha* (2005), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil* (2006), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II* (2013) e *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III* (2014).

<sup>3</sup> “[...] o verbo *aufheben* que, em alemão, significa, a um só tempo, o ato de erguer (algo do chão), o de guardar (um objeto, para que se conserve) e o de suspender (por exemplo, a vigência de um ato jurídico). Em geral, traduz-se *aufheben* por suprimir, abolir, ou ainda superar, assim como se traduz o substantivo *Aufhebung* por supressão, abolição ou superação. O problema é que o significado contido em *aufheben* e desdobramentos é muito maior, mais rico e variado, o que dificulta sobremaneira a versão para um termo adequado, que contenha ao mesmo tempo a unidade e diversidade da versão original. Minha opção foi vertê-lo, de maneira geral, para suprassumir (*aufheben*) e supra-sunção (*aufhebung*), posto que o que se deve reter é a dinâmica do movimento dialético que carrega consigo, no momento qualitativamente novo, elementos da etapa que está sendo ou foi superada ou suprimida, ou seja, a um só tempo, a eliminação, a conservação e a sustentação qualitativa do ser que suprassume” (RANIERI, 2010, p. 16). Feito essa observação, é válido destacar que se utilizará, nesta dissertação, a tradução das derivações do verbo *aufheben* realizada por Jesus Ranieri, embora em sua versão atual na reforma ortográfica, portanto, suprassumir.

faria sentido estudá-las em sua significação histórica, como hoje se investigam, por exemplo, problemas concernentes às sociedades arcaicas, antigas ou medievais.

### 1.3. Observações sobre o materialismo histórico

Um elemento básico da pesquisa científica é a escolha e/ou elaboração de um método, ou seja, a forma de análise do objeto de estudo – seja ele um fenômeno, um grupo social, uma ideia, uma teoria, entre outros – que, por conseguinte, organiza a maneira como se pretende responder ao problema levantado pela investigação. Portanto, tão importante quanto definir o que pesquisar é a forma como se levará a cabo a pesquisa. Além disso, cada metodologia implica escolhas e caminhos distintos, ainda que todas elas se desdobrem das três máximas do método científico clássico, isto é: observação, teorização e teste. Nesse sentido, mostra-se crucial expor alguns aspectos da base teórico-metodológica desta pesquisa, a saber o materialismo histórico dialético de Karl Marx e Friedrich Engels.

Antes de mais nada, faz-se necessário destacar que Marx não publicou nenhuma obra dedicada exclusivamente à explicação de seu método de pesquisa. Diferentemente de autores como Émile Durkheim (1858 – 1917) e Max Weber (1864 – 1920), os quais esmiuçaram seus respectivos métodos em algumas de suas obras, este em *A objetividade do conhecimento nas ciências sociais* (1904) e aquele em *As regras do método sociológico* (1895). Ademais, o escasso material sobre metodologia escrito por Marx, imerso em sua vasta produção intelectual, é muito difícil de compreender, uma vez que aparece somente na forma de cadernos de rascunhos produzidos para seu próprio esclarecimento e elaborados a fim de servir como base às suas obras críticas sobre a economia política, em especial a *Contribuição à crítica da economia política* (1859) e o Livro I de *O capital* (1867). Vale ressaltar também que não há nada parecido com tutoriais nos escritos metodológicos rascunhados por Marx, o que torna a tarefa de compreensão da sua forma de investigar o mundo ainda mais complexa. Todavia, embora não se possa considerar tais dificuldades de compreensão dos escritos marxianos como sendo um princípio metodológico propriamente dito, também não é válido pensar que os leitores de Marx não foram previamente avisados acerca do difícil caminho da ciência, pois no prefácio da primeira edição da sua *magnum opus*, há este alerta: “todo começo é difícil e isso vale para toda ciência” (MARX, 2013, p. 77). Ademais, como já foi mencionado, nos rascunhos e nos cadernos de fichamentos metodológicos marxianos não há nada parecido com um passo a passo autoexplicativo, em vez disso, encontra-se neles uma erudita e irônica crítica às metodolo-

gias consideradas por Marx como metafísicas, isto é: a filosofia especulativa de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770 – 1831) e seus consortes, em especial, Bruno Bauer (1809 – 1882) e Max Stirner (1806 – 1856), bem como a teoria dos economistas políticos clássicos, ou seja, Adam Smith (1723 – 1790), David Ricardo (1772 – 1823), Jean-Baptiste Say (1767 – 1832), James Mill (1773 – 1836), entre outros.

Posto isso, é necessário ressaltar que este tópico discute três textos fundamentais para elucidar o materialismo histórico. O primeiro deles é um dos dois fragmentos textuais escritos por Marx e Engels, entre os meses de junho e julho de 1846, a fim de criticar Feuerbach. E tal texto faz parte da obra *A ideologia alemã*. O segundo texto crucial ao entendimento do materialismo histórico é o subitem 3, intitulado “O método da economia política”, da introdução rascunhada para os manuscritos marxianos escritos entre 1857 e 1858, conhecidos como *Grundrisse*. O tópico “O método da economia política” também pode ser encontrado em diversas edições da obra *Contribuição a crítica da economia política*, publicada por Marx em 1859, dentro do capítulo intitulado como “Introdução à crítica da economia política”. E, por fim, o terceiro texto essencial à compreensão do materialismo marxiano é o subitem 2, “O mistério da construção especulativa”, do *Capítulo V – A “Crítica crítica” na condição de merceeira de mistérios ou a “Crítica crítica” conforme o senhor Szeliga*, contido na primeira obra conjunta de Marx e Engels, *A sagrada família*, publicada em fevereiro de 1845.

Segundo o filósofo francês Henri Lefebvre (1901 – 1991), *A ideologia alemã* continha “a primeira exposição do ‘materialismo histórico’” (LEFEBVRE, 1966, p. 139). Corroborando Lefebvre, Emir Sade, professor doutor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sublinha ser *A ideologia alemã* “a primeira obra em que a articulação das categorias essenciais da dialética marxista emerge, madura, à superfície” (SADER, 2007, p. 15). Aliás, ela foi a obra mais extensa já produzida pela parceria de Marx e Engels, mas, fatalmente, sua apreciação, na época em que foi escrita, reproduzindo o sarcasmo marxiano, ficou restrita à crítica roedora dos ratos, já que a editora para a qual enviaram o manuscrito não o publicou. Também vale lembrar que *A ideologia alemã* só chegou aos olhos do público em 1932, quando foi publicada por Riazanov, pseudônimo de David Borisovich Goldendach (1870 – 1938), historiador, intelectual e militante revolucionário ucraniano, responsável pela direção do Instituto Marx-Engels em Moscou, na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Além disso, é necessário destacar que a exposição do materialismo histórico se concentra na primeira parte de *A ideologia alemã*, momento em que Marx e

Engels realizam à crítica do pensamento feuerbachiano, mas também alicerça as demais discussões contidas na totalidade dessa obra. Com efeito, na primeira parte da obra supracitada há diversos textos e fragmentos nos quais o materialismo histórico é explanado, contudo, optou-se por trabalhar somente com um deles, escrito por Marx e Engels entre junho e julho de 1846, justamente por causa de seu potencial sintetizador. Dito isso, logo no início desse fragmento de texto, constata-se que as estruturas políticas, culturais e sociais são provenientes “do processo de vida de indivíduos determinados”, de indivíduos de carne e osso, ou seja, “desses indivíduos” na forma “como realmente são, quer dizer, tal como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de seu arbítrio” (MARX; ENGELS, 2007, p. 93). Portanto, não se deve perder de vista que “os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias” e estão “condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas” (*Ibid.*, p. 94). Nesse sentido, surge uma dúvida: como investigar tais estruturas e relações socioeconômicas? Parar responder a essa pergunta, é preciso afastar-se do caminho trilhado pela “filosofia alemã, que desce do céu à terra”, optando, ao contrário, por elevar-se “da terra ao céu”, ou seja, não se deve partir “daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí” se “chegar aos homens de carne e osso”, em vez disso, deve-se partir “dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida” (*Id. Ibid.*). Em síntese, “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (*Id. Ibid.*). Desse modo, embora a preocupação de Marx e Engels no momento em que escreveram *A ideologia alemã* fosse finalizar sua disputa intelectual contra o idealismo impregnado na filosofia alemã, em vez de elaborar um tutorial sobre o método pelo qual investigavam a realidade social de sua época, ainda assim, são nos pequenos fragmentos dessa obra em que se encontra o primeiro princípio do materialismo histórico, a saber: a necessidade de se começar a investigação da realidade impreterivelmente pelo concreto, pelas relações materiais a partir das quais os indivíduos relacionam-se entre si, reproduzem suas formas de vida e transformam o meio natural (por eles socializado) do qual retiram os meios para sua sobrevivência.

No que diz respeito ao segundo texto essencial ao entendimento do materialismo histórico, a introdução que Marx escreveu aos seus manuscritos de 1857-58, é possível extrair da

leitura dele a compreensão de dois princípios do método marxiano. O primeiro deles, o qual já apareceu no fragmento *d'A ideologia alemã* que acabou de ser discutido, consiste na necessidade de a investigação começar a partir da concretude do objeto de pesquisa estudado. E, embora não haja nesses rascunhos recomendações metodológicas precisas e sistemáticas, pode-se, mesmo assim, destacar os procedimentos de descrição detalhista e de contextualização histórica do objeto de estudo como sendo próprios dessa primeira etapa do materialismo histórico, uma vez que são processos recorrentes em todas as obras marxianas. Além disso, de acordo com Marx (2011), percebe-se que todo objeto de pesquisa provém de um todo complexo e múltiplo, resultado de diversas relações, fenômenos e forças sociais, o que, dentro de uma primeira impressão, poderia ser concebido como algo incompreensível, mas, mesmo assim, essa é a maneira correta de se proceder, ou seja, é sempre do concreto que a pesquisa deve se iniciar. Nas próprias palavras de Marx (2011): “o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação” (p. 54). Além do mais, caso esse primeiro princípio seja ignorado, é muito provável se incidir em compreensões excessivamente abstratas e desconexas daquilo que se está almejando entender, inclusive, do ponto de vista de Marx (2011), foi exatamente isso que a economia política fez ao analisar a sociedade burguesa, partindo de uma noção abstrata de população e, ao mesmo tempo, deixando de lado, nesse primeiro momento, a investigação das determinações mais concretas que a fundamentam, tais como as classes sociais, o trabalho assalariado, o valor de troca, o valor de uso, entre outras.

Por outro lado, ainda de acordo com crítica do método da economia política contido na introdução dos *Grundrisse*, o segundo princípio metodológico do materialismo histórico é a elaboração de categorias ou, em outras palavras, a análise teórica. Sobre esse processo é possível destacar que ele se desdobra diretamente da compreensão detalhista da realidade concreta estudada e o seu intuito é a descoberta do significado estrutural e das leis que fundamentam a dinâmica do objeto estudado, ou seja, “a investigação tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno” (MARX, 2013, p. 90). Ademais, esse processo consiste na “reprodução do concreto por meio do pensamento” que, inclusive, é um procedimento próprio “da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível”, ou seja, abstrata e teoricamente (MARX, 2011, p. 54).

Após a construção de categorias, tal como é brevemente comentado na introdução marxiana dos *Grundrisse*, é necessário fazer o caminho contrário, ou seja, retornar à realidade concreta tendo em mente a categoria abstrata, ou melhor, a construção teórica sintetizada da investigação da realidade concreta. Em poucas palavras, é crucial retornar do abstrato (leia-se concreto pensado) novamente ao concreto – procedimento já mencionado por Marx como sendo próprio do entendimento humano –, responsável pela compreensão de que o objeto da pesquisa se expressa como “uma rica totalidade de muitas determinações e relações” (*Id. Ibid.*). Nesse sentido, é possível entender esse momento, como um terceiro princípio do materialismo histórico marxiano, mas optou-se, nesta dissertação, por interpretá-lo como um movimento complementar (embora necessário) do próprio processo de elaboração teórica.

Todavia, não é válido deixar de mencionar o fato de Marx já ter o materialismo histórico em mente, ainda que de forma incipiente, anos antes de sua primeira elaboração madura n’*A ideologia alemã*, quando elaborou com Engels a crítica do pensamento especulativo da família Bauer, materializado na obra *A sagrada família*. Segundo Marx e Engels (2011), o sr. Szeliga, pseudônimo de Bruno Bauer, procede especulativamente ao, por exemplo, supor que a categoria “fruta”, criada a partir de existências reais, concretas e sensíveis, tais como maçãs, morangos, peras, etc., possa adquirir uma existência exógena a si mesma, transformando-se na “substância” das maçãs, morangos e peras as quais, nessas circunstâncias, se tornam apenas aparências, fenômenos da substância real: “a fruta”. Nas próprias palavras desses autores:

Por esse caminho não se chega a uma *riqueza* especial de *determinações*. [...] A especulação, que converte as diferentes frutas reais em *uma* “fruta” da abstração, *na* “fruta”, tem de, para poder chegar à aparência de um conteúdo real, necessariamente tentar – e de qualquer maneira – retornar *da* “fruta”, da *substância*, para os *diferentes tipos* de frutas reais e profanas, para a pera, a maçã, a amêndoa etc. E tudo que há de fácil no ato de chegar, partindo das frutas reais para chegar à representação abstrata “a fruta”, há de difícil no ato de engendrar, partindo da representação abstrata “a fruta”, as frutas reais (MARX; ENGELS, 2011, p. 72 – 3).

Por ora, não é necessário um aprofundamento pormenorizado na filosofia especulativa hegeliana, inspiração do pensamento de Bruno Bauer, Marx e Engels. Importante mesmo é o destaque do processo de construção de categorias a partir da análise detalhista e contextualizada da realidade concreta. Esse é um princípio científico elementar que, segundo Marx, diferencia seu método tanto da filosofia idealista e especulativa de Hegel e seus consortes, como

também o afasta da metafísica da economia política, aproximando-o, ao mesmo tempo, da ciência.

Por fim, se tais princípios foram rigorosamente respeitados, ou seja, se a pesquisa partiu da realidade concreta e, em seguida, foi capaz de elaborá-la teoricamente em forma de categorias, é provável que o seguinte inconveniente se manifeste: a aparência de que se está diante de uma teoria *apriorística* ou, dito de outra forma, a falsa impressão de que o pesquisador pretende defender um axioma anterior a pesquisa, utilizando da investigação apenas para justificá-lo. No entanto, esse inconveniente não passou despercebido aos olhares atentos de Marx, pois no prefácio da *Contribuição à crítica da economia política* ele admite que em suas obras anteriores, em especial nos manuscritos escritos para seu próprio esclarecimento em Paris entre 1844 e 1845, embora o materialismo histórico tenha sido aplicado rigorosamente – uma vez que Marx estudou a realidade concreta da época, participou ativamente de reuniões organizadas pelos trabalhadores franceses, fazendo o que hoje se denomina trabalho de campo, e analisou profundamente a bibliografia referente a filosofia alemã e à economia política inglesa para, somente em seguida, elaborar categorias a respeito de seu estudo –, ainda assim, tais rascunhos costumavam, logo de cara, apresentar aos leitores os resultados da análise teórica, direcionando-os erroneamente a pensar que havia a pretensão de convencê-los a respeito de conclusões que, em vez disso, deveriam ser a eles demonstradas. A fim de resolver esse problema, ao menos a partir dos seus rascunhos e obras posteriores a 1857, Marx (2016) alertou seus leitores para se habituarem a partir sempre do concreto e, em seguida, chegar à abstração, ou seja, para compreender a obra marxiana, antes de qualquer coisa, é necessário encarar o exaustivo material concreto ao qual Marx se dedicou a investigar e, no decorrer dessa empreitada, acompanhar o processo de elaboração de categorias que ele realizou, em outras palavras, a sua análise teórica, compreendendo o significado estrutural e o movimento dos objetos que ele estudou.

No fim das contas, esse inconveniente foi definitivamente solucionado por meio da distinção entre método de exposição e método de pesquisa, tal como é explicada no posfácio da segunda edição d'*O capital*:

sem dúvida, deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter

a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori (MARX, 2013, p. 90).

Em poucas palavras, por um lado, Marx reafirma a necessidade de a pesquisa sempre partir da realidade concreta estudada para, somente depois, levar-se a cabo sua elaboração teórica. Por outro lado, durante a exibição dos resultados da pesquisa, Marx destaca não ser necessário seguir a ordem da investigação propriamente dita (ou seja, como já foi dito: iniciar do concreto para, em seguida, chegar-se ao abstrato), sendo possível começar tanto pela apresentação do material concreto pesquisado quanto pelos frutos de sua análise teórica sem que, por causa da escolha do caminho na exposição dos resultados da pesquisa, se invalide a investigação. Apesar disso, nesta dissertação optou-se por começar o método de exposição da mesma forma que o método de pesquisa, ou seja, pelo concreto, terminando com a análise teórica.

#### **1.4. Trabalho como princípio educativo**

Como foi discutido, é n'*A ideologia alemã* que os princípios do materialismo histórico dialético são expostos de uma forma maturada por Marx e Engels. Ademais, nesse manuscrito os autores supracitados também ironizam os ideólogos alemães, afirmando que o materialismo histórico partia de pressupostos, pois tais ideólogos se vangloriavam ao afirmar que seu método investigativo se isentava de pressupostos, no entanto, Marx e Engels deixavam nítido que seu método partia de pressupostos reais ou, em suas próprias palavras,

os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica (MARX; ENGELS, 2007, p. 86 – 7).

Além disso, Marx e Engels vão destacar que “o primeiro pressuposto de toda a existência humana” é “a produção da própria vida material” a qual, por sua vez, os seres humanos realizam através e no trabalho (*Ibid.*, p. 32 – 3).

Quase noventa anos após a elaboração d'*A ideologia alemã*, ou seja, em 1932, o filósofo marxista italiano Antonio Gramsci (1891 – 1937) elaborou, enquanto estava encarcerado pelo fascismo italiano, seu décimo segundo caderno: *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais* (1932). Ao todo, nessas mesmas condições,

Gramsci escreveu vinte e nove cadernos que foram publicados postumamente como *Quaderni del carcere* [Cadernos do cárcere] (1926 – 37). E no assim chamado caderno doze, além de uma discussão sobre o papel dos intelectuais na cultura que, posteriormente, se tornaria clássica na obra gramsciana, Gramsci também desenvolveu críticas incisivas contra a reforma no sistema de ensino italiano, autocraticamente implementada pelo fascismo, entre 1922 e 1924, a partir da atuação do ministro da Instrução Pública, Giovanni Gentile (1875 – 1944). Ao criticar a reforma Gentile, Gramsci chega à conclusão de que as escolas primárias italianas foram concebidas tendo o trabalho como princípio educativo. Trocando em miúdos, Gramsci afirma que o ensino primário italiano tinha dois objetivos educacionais, a saber: ensinar “as primeiras noções de ciências naturais e as noções dos direitos e deveres do cidadão”, introduzindo as crianças nos conhecimentos científicos e civis historicamente construídos pelos seres humanos (GRAMSCI, 2001, p. 42). Tendo isso em mente, Gramsci adverte ainda que “a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural pelo trabalho”, ou melhor, é a “atividade teórico-prática do homem” que “cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo liberta de toda magia ou bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórica, dialética, do mundo”, justamente por isso “o princípio educativo no qual se baseavam as escolas primárias era o conceito de trabalho” (*Ibid.*, p. 43). Ademais, o caderno doze encerra-se com outra clássica contribuição do pensamento gramsciano, ou seja, a compreensão de que, através do trabalho, o ser humano realiza impreterivelmente uma atividade, ao mesmo tempo, intelectual e prática, isto é,

não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar (*Ibid.*, p. 43 – 6).

Inspirado nessa tese gramsciana e na questão do trabalho como princípio educativo, o filósofo e pedagogo marxista brasileiro Dermeval Saviani constata no artigo *Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos*<sup>4</sup> (2007) que, além de o ser humano ter como característica distintiva o fato de, por meio do trabalho, ser capaz de realizar atividades intelecti-

---

<sup>4</sup> Na realidade, Saviani discute o trabalho como princípio educativo desde 1994, quando publicou, na revista *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*, o texto *O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias* (1994).

vas e prático-transformadoras da natureza, também é um ser capaz de ensinar às futuras gerações aquilo que aprendeu durante o processo de trabalho. Em poucas palavras, “trabalho e educação são atividades especificamente humanas” (SAVIANI, 2007, p. 152). Além disso, Saviani completa sua constatação inicial ao sublinhar que “a essência humana não é, então, dada” ao ser humano; “não é uma dádiva divina ou natural”, em vez disso, “a essência humana é produzida pelos próprios” seres humanos, ou seja, “é um processo histórico” (*Ibid.*, p. 154). Portanto, segundo Saviani, “isso significa que o” ser humano “não nasce” humano, ao invés disso, ele assim se forma e esse processo de aprender a se tornar humano, essa humanização é “um processo educativo”, dessa forma, “a origem da educação coincide, então, com a origem do” próprio ser humano, uma vez que os seres humanos “aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os” seres humanos “educavam-se e educavam as novas gerações” (*Id. Ibid.*).

Além da exposição de Saviani sobre o trabalho como princípio educativo, o professor doutor José Claudinei Lombardi também propôs-se a discutir essa questão em sua tese de livre docência: *Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels* (2010). Em sua tese, ou melhor, no último tópico da terceira parte dela, por um lado, há uma contextualização histórica dos textos em que Marx e Engels trabalham com o problema da educação, pois ambos os autores “não fizeram uma exposição sistemática sobre a escola e a educação” (LOMBARDI, 2010, p. 330), e, por outro lado, há uma discussão sobre a contribuição dos autores marxistas que se propuseram a estudar a questão da educação na obra marxiana. Além disso, é justamente nessa parte de sua tese de livre docência que Lombardi afirma ser a educação e o trabalho questões interconexas em Marx, uma vez que este último considerava trabalho e educação como cruciais “para a existência econômica, social, psicológica e moral do” ser humano”, em qualquer idade, pois o” ser humano” não nasce pronto e acabado, mas faz-se vai se fazendo homem (vai se humanizando) desde a infância até a velhice” (*Ibid.*, p. 334). Em seguida, ancorado em Marx, Lombardi (2010) afirma que a conexão entre trabalho e educação deveria se estabelecer em três princípios: 1) educação propedêutica dos conhecimentos historicamente construídos; 2) educação física preparatória para guerra e 3) educação para o trabalho, permitindo a tomada de consciência crítica dos trabalhadores/estudantes para o funcionamento da realidade social e do modo de produção sob o qual vivem. Contudo, dentro da complexa discussão sobre o trabalho como princípio educativo elaborada por Gramsci na década

de 1920 e depois retomada por Saviani, Lombardi considera que tanto a educação quanto o ensino (e, aliás, todas as relações sociais desenvolvidas pelos seres humanos) são determinadas, em “última instância, pelo modo de produção da vida material” (*Ibid.*, p. 342).

Por fim, a professora doutora Acácia Kuenzer também reconhece a importância do trabalho como princípio educativo, uma vez que considera que “o ponto de partida para a produção do conhecimento” são os seres humanos “*em atividade prática*, ou seja, em seu trabalho, compreendido como todas as formas de atividade humana através das quais” o ser humano “aprende, compreende e transforma as circunstâncias ao mesmo tempo que é transformado por elas” (KUENZER, 1997, p. 26).

Tendo compreendido que trabalho e educação tem uma conexão intrínseca, também não se pode perder de vista o fato dessa relação modificar-se com o tempo, tal como demonstra Saviani (2007) ao pontuar que nas sociedades arcaicas, “caracterizadas pelo modo coletivo de produção da existência humana, a educação consistia numa ação espontânea” e coincidia “inteiramente com o processo de trabalho” (SAVIANI, 2007, p. 155). Contudo, com o desenvolvimento da propriedade privada e da desigualdade de classes na Antiguidade, a relação entre educação e trabalho sofreu uma ruptura, bifurcando-se. De um lado, manifestou-se como “*paidéia*, enquanto educação dos homens livres”, e, por outro lado, como “*duléia*, que implicava a educação dos escravos, fora da escola, no próprio processo de trabalho” (*Ibid.*, p. 156). Prosseguindo com a exposição de Saviani (2007), na Idade Média, a educação e trabalho continuaram segregados, isto é, foi mantido a ruptura entre uma educação voltada às classes dominantes, enquanto as classes não proprietárias se educavam no processo de trabalho, mas a educação voltada às classes dominantes adquiriu “fortemente a marca da Igreja católica” (*Ibid.*, p. 157). Todavia, essa tendência de separação entre educação e trabalho ou entre educação e produção será modificada, segundo Saviani (2017), em meio ao processo de ascensão da sociedade capitalista que, por exemplo, erige a economia de mercado em detrimento da economia de subsistência feudal; transforma a indústria e não mais a agricultura no motor produtivo da sociedade e organiza a vida política em torno do direito positivo e não mais no consuetudinário. Nesse sentido, “o domínio de uma cultura intelectual, cujo componente mais elementar é o alfabeto, impõe-se como exigência generalizada a todos os membros da sociedade”, por isso, o próprio desenvolvimento da sociedade capitalista transformou a “escola” no meio de expressão “por excelência” da educação (não o único, mas o mais desenvolvido), como também se tornou um mecanismo responsável por “viabilizar o acesso a esse tipo de

cultura” a qual se tornou essencial para a sua consolidação (*Ibid.*, p. 158). Além disso, a ascensão da maquinaria no processo produtivo “viabilizou a materialização das funções intelectuais no processo produtivo”, ao mesmo tempo que “eliminou a exigência de qualificação específica, mas impôs um patamar mínimo de qualificação geral” e a escola se tornou apta a treinar os estudantes para se adaptar a essas novas tendências (*Ibid.*, p. 159). Isso produz, por um lado, uma escola voltada a preparação “das profissões manuais para as quais se requeria uma formação prática” e dispensava-se “o domínio” dos “fundamentos teóricos” da realidade e do sistema produtivo e, por outro lado, uma escola direcionada ao treinamento de “profissões intelectuais para as quais se requeria domínio teórico amplo a fim de preparar as elites e representantes da classe dirigente” (*Id. Ibid.*). Já na contemporaneidade, Saviani reconhece a tendência de as “próprias operações intelectuais” dos trabalhadores serem paulatinamente transferidas às máquinas e, ao mesmo tempo, “as qualificações intelectuais específicas tendem a desaparecer”, o que intensifica o “processo de constituição da escola como forma principal, dominante e generalizada de educação” (SAVIANI, 1994, p. 164). Esse processo, por um lado, tende a transformar a adaptação dos estudantes às novas exigências do mundo do trabalho a principal preocupação da educação escolar. Entretanto, por outro lado, Saviani destaca também que esse momento histórico contemporâneo abre margem para se construir em uma escola unitária, uma vez que tende a liberar o ser humano que vive do trabalho “para a esfera do não-trabalho”, generalizando “o direito ao lazer” e a conquista do que Gramsci denomina como “reino da liberdade” (*Ibid.*, p. 165). Nesse sentido, uma escola unitária no sentido gramsciano do termo significa uma educação que permita a consciência do funcionamento dos processos produtivos nos quais os trabalhadores estão inseridos e, ao mesmo tempo, permita que eles sejam socializados dentro dos conhecimentos científicos historicamente acumulados.

Em suma, embora seja impossível esgotar, nessa breve exposição, os estudos sobre os problemas concernentes à educação elaborados por Gramsci (2001), Saviani (2007), Lombardi (2010) e Kuenzer (1997), suas contribuições foram aqui resumidas para destacar que, além do materialismo histórico dialético de Karl Marx e Friedrich Engels, o trabalho como princípio educativo gramsciano, ou seja, a compreensão de que trabalho e educação são indissociáveis e relação entre ambos se modifica historicamente, é também um importante embasamento teórico e metodológico desta dissertação.

## 1.5. Organização dos capítulos

Esta dissertação é composta por quatro capítulos, sendo o primeiro deles a presente introdução e o último as considerações finais. No segundo capítulo, o leitor já será incentivado a partir do concreto, ou seja, já entrará em contato com uma descrição exaustiva do objeto de estudo desta pesquisa, a saber: a categoria trabalho tal como ela é discutida no *Caderno de sociologia* da segunda série do ensino médio volume III na versão antiga e volume II na versão atual. Em poucas palavras, nesse capítulo está contida uma exposição das três primeiras situações de aprendizagem do caderno supracitado, o que permite acompanhar o desenvolvimento da noção de trabalho nele presente e, ao mesmo tempo, a forma como ela foi ensinada aos estudantes do ensino médio público paulista. No segundo capítulo, cada sugestão, citação, explicação, exercício, imagem, gráfico, dado estatístico, discurso ou orientação, entre outras informações presentes nos *Cadernos de sociologia*, foi problematizado. Além disso, esse capítulo também permite ao leitor constatar as lacunas, as contradições e os problemas desdobrados de exposição que os *Cadernos de sociologia* realizam acerca da categoria trabalho. No que diz respeito ao terceiro capítulo, o leitor se deparará com a exposição da categoria trabalho nos escritos de Karl Marx. Todavia, a fim de evitar simplificações, não se recorreu apenas aos textos mais recentes de Marx, mas estes últimos foram associados às conclusões dos textos mais antigos, com intuito de capturar, na medida do possível, a processualidade do pensamento marxiano. Ademais, como aconteceu durante a elaboração de todos os capítulos desta dissertação, decidiu-se seguir o seguinte conselho de Marx: sempre se partir do concreto e, somente depois, chegar-se à análise teórica, ou seja, a construção das categorias propriamente ditas. Em outras palavras, optou-se por aplicar o materialismo histórico na análise das categorias elaboradas pelo próprio fundador desse método. Nesse sentido, primeiramente, foi desenvolvido uma descrição das formas histórico-concretas de trabalho desenvolvidos no Ocidente europeu e, em seguida, foi apresentado a categoria trabalho tal como foi concebida por Marx após a análise da concretude dessa realidade sócio-histórica. Findada a exposição da categoria trabalho, esse capítulo apresenta o problema da alienação do trabalho nos escritos da juventude de Marx, como também a reflexão sobre a exploração do trabalho n' *O capital*. E, por fim, foi exposto aquilo que os interpretes de Marx consideram ser uma das maiores originalidade do pensamento marxiano, isto é, a reflexão sobre a necessidade de suprassunção do problema da alienação do trabalho, emblemático no movimento social comunista.

Posto isso, fica a critério do leitor apreciar os capítulos desta dissertação na ordem em que eles foram organizados ou, em vez disso, fazer uma leitura das discussões sobre trabalho, divisão social do trabalho e alienação, realizadas pelos *Cadernos de sociologia*, em paralelo com a exposição clássica desses problemas nos escritos de Karl Marx. Nesse sentido, é possível, por exemplo, ler o tópico 2.1, no qual se encontra a discussão sobre a noção de trabalho dos *Cadernos*, concomitantemente ao tópico 3.2, em que se encontra a exposição da categoria trabalho em Marx, tanto em seus escritos de juventude quanto n' *O capital*. Do mesmo modo, a reflexão sobre o problema da alienação do trabalho, tal como é feita pelos *Cadernos*, encontra-se no tópico 2.2 e, da maneira como é levada a cabo por Marx, nos tópicos 3.3 e 3.4. Todavia, há algumas discussões que não podem ser lidas por meio de um paralelo entre os capítulos segundo e terceiro, pois os *Cadernos* negligenciam sua discussão e elas só aparecem em Marx, como é o caso da contextualização histórica da categoria trabalho a partir da descrição das formas concretas de trabalho no ocidente da Europa (tópico 3.1) e o processo de suprasunção da alienação do trabalho, materializada no movimento social comunista no século XIX (tópico 3.5). E, por fim, no que diz respeito ao tópico 2.3, que discute problemas contemporâneos do mundo do trabalho, os paralelos que podem ser feitos com o terceiro capítulo são no sentido de mostrar como as relações de trabalho investigadas por Marx no século XIX transformaram-se significativamente desde aquela época até hoje, embora algumas delas mantiveram atualmente uma existência socialmente estrutural.

## 2. A NOÇÃO DE TRABALHO DOS CADERNOS DE SOCIOLOGIA

### 2.1. Trabalho como mediação entre ser humano e natureza

A temática do trabalho se manifesta transversalmente em todos os seis exemplares dos *Cadernos de sociologia*, ou melhor, está contido, guardando as devidas proporções em que se manifesta em cada caderno, no conteúdo curricular de todas as três séries do ensino médio. Em síntese, no *Caderno de sociologia* da primeira série do ensino médio volume I, as discussões sobre o trabalho expressam-se implicitamente durante às reflexões sobre o caráter socialmente construído da humanidade, como elemento responsável pela distinção do ser humano em relação às demais espécies do reino animal. Por outro lado, no *Caderno* da 1ª SEM vol. II, o trabalho se manifesta explicitamente dentro da forma histórico-concreta do trabalho assalariado ou simplesmente emprego, mais especificamente em meio as discussões sobre o problema da desigualdade social (de classe, étnico-racial e de gênero). Já no *Caderno* da 2ª SEM vol. I o trabalho novamente aparece exclusivamente no sentido de emprego e dentro da temática da desigualdade social, todavia é abordado a partir de tabelas que retratavam a renda, a educação e o acesso a saneamento básico das famílias brasileiras. No *Caderno de sociologia* da 3ª SEM vol. I o trabalho é igualmente exposto com o sentido de emprego, porém é retratado em situações de aprendizagem relacionadas às temáticas da cidadania e dos movimentos sociais (leia-se movimento operário, sem-terra, feminista, LGBT e ambientalista). Por fim, o *Caderno* da 3ª SEM vol. II abordam o trabalho dentro da problemática da escravidão contemporânea. Contudo, é apenas no *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II que a questão do trabalho adquire um espaço específico para ser abordada, tal como oficialmente recomendam o *Currículo do Estado de São Paulo*, ilustrado na Tabela 1<sup>5</sup>, e a *Matriz de avaliação processual: filosofia e sociologia*, representada na Tabela 2<sup>6</sup>.

Segundo o *Currículo do Estado de São Paulo*, no 3º bimestre letivo da 2ª SEM, três conteúdos precisam ser abordados dentro da temática central do trabalho: 1) a noção de trabalho como mediação entre o ser humano e a natureza; 2) a divisão social do trabalho e 3) as relações de trabalho e o desemprego na contemporaneidade (SÃO PAULO, 2012). Além disso, o *Currículo* também alerta para a necessidade de se suscitar algumas habilidades *a priori* definidas como importantes, tais como: compreender as transformações históricas nas relações de trabalho; ser capaz de entender como Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim analisam o

<sup>5</sup> Consultar o anexo I.

<sup>6</sup> Consultar o anexo II.

trabalho; apreender a consistência dos problemas da alienação do trabalho e do fetichismo da mercadoria; assimilar a questão do desemprego no Brasil, distinguindo suas principais causas e, por fim, aprender como os sujeitos são afetados por esse problema social (SÃO PAULO, 2012). Ademais, em complementação ao *Currículo do Estado de São Paulo*, a *Matriz de avaliação processual* e os *Cadernos de Sociologia* sugerem que se trabalhe os três conteúdos supracitados em três assim chamadas situações de aprendizagem: “Situação de Aprendizagem 1 – O trabalho como mediação”; “Situação de Aprendizagem 2 – Divisão social do trabalho” e “Situação de Aprendizagem 3 – Transformações no mundo do trabalho: emprego e desemprego na atualidade”, bem como aconselha se desenvolver, para além das habilidades mencionadas pelo *Currículo*, a compreensão de “que o trabalho é uma atividade base da condição humana”, entre outras habilidades genéricas como, por exemplo, “desenvolver a capacidade analítica e crítica”; “desenvolver habilidades de leitura e interpretação de textos”; estimular a “produção de textos contínuos e expressão oral” e “identificar os principais conceitos sociológicos relacionados ao trabalho” (SÃO PAULO, 2016, p. 34).

Antes de adentrar na exposição da noção de trabalho dos *Cadernos de sociologia*, faz-se necessário destacar ao leitor a possibilidade de consultar o anexo III desta dissertação, no qual se encontram na íntegra as três primeiras situações de aprendizagem do *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II. Assim, com o objeto deste estudo em mãos, poderá acompanhar com mais eficácia a análise que será feita sobre ele.

Dito isso, é perceptível que a leitura da primeira frase da situação de aprendizagem inicial do *Caderno* da 2ª SEM vol. II, intitulada “O trabalho como mediação”, já fornece alguns indícios sobre a noção de trabalho desse caderno, pois afirma que: “o objetivo desta primeira Situação de Aprendizagem é discutir o trabalho como mediação entre o ser humano e a natureza” (SÃO PAULO, 2014d, p. 9). A partir deste momento, fica subentendido que o caderno citado abordará a categoria trabalho tal como ela é exposta no Livro I d’*O capital*, só que de uma maneira simplificada. Mas isso ficará evidente só algumas páginas depois, quando o *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II alerta que, “para esclarecer a questão do trabalho como atividade do ser humano, recorreremos a Karl Marx” e então reproduz a comparação marxiana clássica entre o trabalho realizado pelo pior arquiteto e o realizado pela mais exímia abelha, no entanto, posteriormente haverá um momento para tais questões serem discutidas com mais profundidade (*Ibid.*, p. 11). Ademais, a simplificação da categoria trabalho pode ser justificada de forma mais ou menos plausível pelo argumento de que representa apenas um

momento introdutório que depois será aprofundado. Contudo, ainda que assim o fosse, quanto menos vago e superficial for a definição ou exposição do tema ao qual se propõe a estudar, mais chance há de que o momento propedêutico permita um salto do não domínio desse conhecimento para o seu domínio. Entretanto, a categoria trabalho só é satisfatoriamente compreendida quando se elucida (ou ao menos se almeja elucidar) o movimento que Marx fez para chegar até ela, o que é negligenciado pelo *Cadernos da 2ª SEM* vol. II, cuja explanação omite até mesmo o fato de o trabalho expressar-se por meio de uma relação social essencialmente transformadora. Em outras palavras, o ser humano modifica a natureza e a si mesmo (pois também faz parte da natureza) durante o processo de trabalho, a partir do qual consegue-se produzir objetos úteis a sobrevivência humana. Portanto, ao falar que o trabalho é uma mediação entre o ser humano e a natureza, sem elucidar objetivamente o caráter dessa mediação, opta-se por uma estratégia expositiva acidentalmente confusa ou propositalmente ideológica. A fim de se compreender um pouco mais sobre a condição vital do trabalho, ou seja, o trabalho como uma mediação entre ser humano e natureza, é recomendável consultar o tópico 3.3 desta dissertação ou, melhor ainda, ir direto a fonte, lendo o capítulo 5 do Livro I d’*O capital*.

Findado tais observações, agora é importante questionar: quais os caminhos que esse caderno trilhou para explicar aos estudantes do ensino médio sua noção de trabalho? E quais textos e estratégias foram escolhidos para levar a cabo tal intuito? Antes de tudo, constata-se que o *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II recorre a uma resumida explicação etimológica da palavra trabalho, cuja origem provém do termo latino *tripalium*. Dentro dessa discussão, é possível destacar uma sutil, porém substancial distinção entre abordagens, quando se compara as antigas versões dos *Cadernos*, impressas em 2009, com as suas edições mais recentes, publicadas em 2014. Por um lado, a edição de 2009 cita um trecho do livro *O que é trabalho* da coleção Primeiros Passos para explicar que *tripalium* “[...] era um instrumento de três paus aguçados” em que “os agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-los e esfiapá-los”, ressaltando o fato de “a maioria dos dicionários, contudo”, definir “*tripalium* apenas como um instrumento de tortura, que teria sido originalmente, ou se tornando depois”, além disso, o termo *tripalium* pode ser confundido com o “verbo do latim vulgar *tripaliare*, que significa justamente torturar” (ALBORNOZ, 1988, p. 10). Por outro lado, a edição de 2014 lançou mão de um fragmento do livro *Sociologia: um olhar crítico* em que, segundo suas autoras, o “[...] latim vulgar, associa trabalho/*tripalium* a um instrumento de tortura feito de três varas cruzadas ao qual os réus eram presos” (DE ARAÚJO; BRIDI; MO-

TIM, 2011, p. 51). Desse modo, é possível destacar que os *Cadernos* mais antigos, ao menos na explanação da etimologia da palavra trabalho, expuseram não só o seu caráter torturante, emblemático na concepção de *tripalium* como instrumento de tortura, mas também apresentaram um sentido que não é necessariamente penoso e, em certo sentido até frutivo, como atividade agrícola autônoma de subsistência. Em contraponto, as versões recentes dos *Cadernos de sociologia* optaram por trabalhar apenas a dimensão pernicioso do termo *tripalium*. Continuando a citação escolhida pelos *Cadernos* publicados em 2014, as autoras do livro *Sociologia: um olhar crítico*, afirmam que “na era moderna, o trabalho teve o seu significado transformado, passou de atividade desprezada à condição de expressão da própria humanidade, fonte de produtividade e riqueza” (DE ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2011, p. 51) e a citação termina com a afirmação de que hoje em dia o termo trabalho é mais valorizado do que foi no passado. Dessa forma, a abordagem unidimensional da noção de trabalho não só é mantida, mas, pior ainda, incita o estudante a supor que antigamente o trabalho era interpretado como tortura, porém, a partir da modernidade, deixou de ser visto como tal e passou a ser valorizado, já que se tornou sinônimo de produção de riqueza. Além do mais, nessa situação de aprendizagem se quer é mencionado que, no capitalismo, os produtores da riqueza não são os mesmos que dela desfrutaram e o trabalho exercido por eles se mostrou tão penoso ou ainda mais do aquele era realizado na Antiguidade. Em síntese, aquilo que pode parecer uma despreziosa modificação na escolha da citação de abertura do *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II, provavelmente elaborada para se atualizar uma referência do final da década de 80 por um texto mais atual – de 2011, para ser mais exato –, acarretou a explanação da categoria trabalho de forma unidimensional.

Após essa breve discussão introdutória sobre a origem do termo trabalho, contida na etapa que os *Cadernos de sociologia* sistematicamente denominam como “sondagem e sensibilização”, observa-se que o *Caderno* da 2ª SEM vol. II procura definir mais precisamente sua concepção acerca do trabalho ao retomar a maneira como o ato de trabalhar historicamente era concebido nas civilizações ocidentais, sobretudo, nas sociedades greco-romanas e judaico-cristãs. Entretanto, ao menos em um primeiro momento, tal delimitação conceitual orbita ainda essencialmente ao redor do caráter penoso do trabalho, pois o primeiro aspecto destacado pelo caderno supramencionado é o fato de, na Antiguidade, o trabalho ser definido como atividade pesada, braçal e, acima de tudo, algo supostamente apropriado apenas aos sujeitos sociais escravizados. Vale ressaltar ainda o fato de, naquela época, entender-se por escravizados

todos aqueles que foram derrotados em guerra. Ademais, havia o estigma de ser tachado como escravo, o que significava ser considerado naturalmente inferior ao seu conquistador e estar vedado de toda e qualquer manifestação política e intelectual. Portanto, o trabalho era encarado como uma atividade imprópria aos cidadãos gregos, que acreditavam estar destinados a realização de atividades consideradas mais virtuosas, tais como a política, a poesia, a filosofia e a guerra. Nas próprias palavras dos *Cadernos de sociologia*: “[...] para os gregos, de uma forma geral, o trabalho era visto como algo que ‘embrutecia os espíritos’ [...] um mal que a elite deveria evitar” (*Ibid.*, p. 10). Todavia, nesse momento, os leitores poderiam indagar: quem seriam os gregos de modo geral aos quais o *Caderno* da 2ª SEM vol. II se referem? Seriam os camponeses autossuficientes que trabalhavam em suas pequenas propriedades de terra? Ou seriam os escravizados de guerra que construíram os monumentos produzidos na Antiguidade? Ou seriam as mulheres que, naquela época, estavam limitadas aos serviços domésticos? Ou ainda, os pequenos comerciantes, ferreiros, entre outros indivíduos que se dedicavam a serviços cotidianos, porém essenciais ao funcionamento das cidades-estados gregas? Evidentemente não são nenhum dos exemplos supracitados. A ideia de que a forma concreta de trabalho levada a cabo pela maioria dos sujeitos históricos da Antiguidade era algo infame, penoso e vulgar é proveniente do ponto de vista das classes dominantes daquela época, os assim chamados cidadãos, detentores de grandes propriedades de terra ou ocupantes de posições comerciais vantajosas, o que os permitia deter o privilégio de abster-se da manutenção de sua sobrevivência a qual, por sua vez, era realizada por indivíduos escravizados, garantindo-lhes tempo livre para se dedicar àquilo que consideravam verdadeiramente glamoroso: a participação política (a democracia direta grega ou o senado romano, por exemplo), o aprimoramento do conhecimento (matemática e filosofia), a arte (música, poesia, pintura, escultura, etc.) e a guerra. Antes de prosseguir com a análise do trabalho nos *Cadernos de sociologia*, é necessário evidenciar que o estudo do ponto de vista das classes dominantes faz parte da investigação científica, no entanto, ocultar ou simplesmente não expor o ponto de vista das classes oprimidas, não só empobrece a pesquisa, mas, sobretudo, a reduz a uma explicação ideológica da realidade.

O *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II prossegue com seu retrato unidimensional do trabalho, ou seja, expondo sua manifestação alienante, na Antiguidade greco-romana, mas agora por meio da análise da narrativa mítica e metafórica da expulsão das personagens bíblicas, Adão e Eva do assim chamado Éden – narrado na *Torá* judaica e na *Bíblia* cristã, respectivamente nos livros denominados *Bereshit* e *Gênesis* – cuja consequência foi a condenação do

ser humano a conquista de seu próprio sustento por meio de uma atividade considerada onerosa, fatigante e inglória, isto é, através de seu próprio trabalho. Além disso, nessa narrativa mítica, antes da expulsão, a humanidade não precisava se preocupar com a garantia de sua própria sobrevivência por meio do trabalho, uma vez que supostamente vivia confortavelmente em uma espécie simples de extrativismo em meio a abundância de alimentos existente nos jardins do éden. Embora o *Caderno* da 2ª SEM vol. II satisfaça-se em apenas mencionar que “o episódio bíblico da expulsão de Adão e Eva do Paraíso [...] ampliou a conotação negativa do trabalho” (*Id. Ibid.*), faz-se necessário ir além e observar como a Torá e a Bíblia concebem o trabalho enquanto uma espécie de punição divina. Do ponto de vista da tradição judaico-cristã, a sentença aplicada pela transgressão da ordem divina foi dividida em três partes, uma destinada a uma serpente, instigadora da violação da restrição divina; outra à mulher e, a última, ao homem que, por sua vez, viria a se tornar um “castigo” imposto a toda a humanidade. Nas palavras do livro sagrado aos judeus:

17A Adão Ele disse: **“Tu [...] comeste da árvore da qual especificamente dei-te ordens, dizendo: ‘Não comas dela’. O solo será amaldiçoado por tua causa. Tu obterás alimento dele com o tormento todos os dias de tua vida.** 18Ele produzirá espinhos e cardos para ti, e tu comerás da erva do campo. 19**Pelo suor da tua testa tu comerás pão.** Finalmente, tu retornarás ao solo, pois do (do solo) que tu foste tirado. Tu és pó e ao pó retornarás” (TORÁ, Bereshit, 3, 17-19, grifos nossos).

E no livro sagrado aos cristãos:

17E disse [...] ao homem: **“Porque [...] comeste do fruto da árvore que eu te havia proibido comer, maldita seja a terra por tua causa. Tirarás dela com trabalhos penosos o teu sustento todos os dias de tua vida.** 18Ela te produzirá espinhos e abrolhos, e tu comerás a erva da terra. **19Comerás o teu pão com o suor do teu rosto,** até que voltes à terra de que foste tirado; porque és pó, e pó te hás de tornar” (BÍBLIA, Gênesis, 3, 17-19, grifos nossos).

Além disso, o *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II comenta, embora não se aprofunde, que ainda hoje a categoria trabalho desperta, no imaginário do senso comum, as ideias de ônus, labuta, tortura e castigo.

O caderno anteriormente citado, após levar a cabo uma exposição da categoria trabalho com enfoque em sua dimensão torturante, afirma ser necessário explorar outros sentidos

que o termo trabalho pode suscitar e, para isso, dispõe do auxílio de um dicionário da língua portuguesa. Nesse ponto, novamente manifesta-se uma tênue diferença entre as edições dos *Cadernos de sociologia*. Na edição mais antiga foi selecionada a primeira definição da palavra trabalho, dentre sete definições existentes no *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*, isto é, trabalho enquanto “aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim” (FERREIRA, 2004). Em contrapartida, na edição mais recente se escolheu a primeira definição, dentre vinte possíveis definições elaboradas pelo *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, ou seja: trabalho como “conjunto de atividades, produtivas ou criativas, que o homem exerce para atingir determinado fim. Exs.: t. manual; t. intelectual” (HOUAISS, 2009). Tendo delimitado sua noção de trabalho a partir da definição demasiado simplista contida em dicionários de língua portuguesa, o *Caderno* da 2ª SEM vol. II frisa que, antes de mais nada, o trabalho é uma atividade propriamente humana. Nesse sentido, é perceptível que a definição dos dicionários Aurélio e Houaiss, ou seja, a noção de trabalho como atividade produtiva voltada a um fim, também não passa de uma simplificação da categoria trabalho tal como foi teorizada por Marx. Em síntese, até agora o *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II começou sua primeira situação de aprendizagem por meio de uma noção vaga de trabalho, em seguida, confundiu o problema da alienação do trabalho com a categoria trabalho e explicou sua noção de trabalho que, como já foi dito, originalmente ampara-se em Karl Marx, mas não a partir dos escritos clássicos desse autor, em vez disso, recorreu a definições generalistas provenientes de dicionários linguísticos. Levando isso em conta, a exposição da noção de trabalho dos *Cadernos de sociologia* incide em três problemas. Em primeiro lugar, os vazios explicativos de sua exposição causam dificuldades na apreensão da categoria trabalho pelos estudantes do ensino médio público, pois eles são apresentados ao problema da alienação do trabalho sem que antes saibam o que significa a categoria trabalho propriamente dita. Em segundo lugar, são induzidos a pensar no problema do trabalho alienado e na categoria trabalho como sinônimos, naturalizando em suas consciências uma noção de trabalho unicamente construída a partir do que há de pior no processo de trabalho, ou seja, seu caráter torturante, penoso e padronizado. E, em último lugar, tal noção unidimensional de trabalho também não permite aos estudantes perceber o fato de as condições alienadas do trabalho terem sido historicamente construídas e, conseqüentemente, podem ser igualmente suprassumidas. Posto isso, vale ressaltar que tais problemas provenientes da unidimensionalidade da exposição do trabalho nos *Cadernos de sociologia* e da ausência ou insuficiência da literatura clássica durante a

elaboração dessa exposição, tentaram ser superados durante a elaboração do terceiro capítulo desta dissertação, sem perder de vista que só leitura da obra marxiana propriamente dita poderia suficientemente explicar a categoria trabalho.

Dando prosseguimento a exposição da noção de trabalho dos *Cadernos de sociologia* – que, até onde foi exposto, concebeu o trabalho como uma atividade essencialmente humana – é possível deparar-se com a sugestão de questionar os estudantes do ensino médio para saber se eles conhecem outros seres vivos que realizam trabalho. Nessas circunstâncias, o *Caderno* da 2ª SEM vol. II também alerta para a possível tendência de os estudantes, por estarem demasiado imersos no senso comum, responderem que animais, tais como formigas, abelhas, aranhas, etc., possam realizar trabalho. Dito isso, esse caderno recomenda a ponderação provisória de tal ponto de vista e a discussão da fábula da cigarra e da formiga. Dentre as inúmeras versões desse clássico da literatura fabulística, elaborado pelo contador de histórias grego Esopo (620 a.C. – 564 a.C.), o *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II aconselha o trabalho com sua própria versão da fábula, intitulada como: “a história da cigarra que só queria cantar e se divertir e da formiga que só trabalhava” (SÃO PAULO, 2014, p. 10). Segundo esse caderno, em um determinado momento as personagens fabulísticas

se encontram e a cigarra questiona o porquê de a formiga trabalhar. Esta responde que precisava trabalhar naquele momento para ter alimento no inverno. Como era verão, a cigarra riu da formiga e replicou que o inverno estava longe demais para que ela se preocupasse. Passados alguns meses, chegou o inverno e a cigarra quase morreu de frio e fome. Quando estava com pouca força, bateu à porta da formiga e pediu ajuda. Esta a ajudou, mas lembrou-lhe da **importância de trabalhar e poupar** (*Id. Ibid.*, grifos nosso.).

Na versão clássica dessa fábula, a história termina com as formigas recomendando à cigarra que, como ela se esqueceu de acumular comida durante o verão, que agora, ou seja, no inverno, ela dançasse para se aquecer<sup>7</sup>. Nesse sentido, vale reproduzir aqui a observação que André Malta, tradutor da obra *Fábulas, seguidas do Romance de Esopo*, faz em uma nota de rodapé que acompanha clássica fábula de Esopo sobre a cigarra e as formigas. Segundo o tradutor, “os verbos para ‘flautear’ (*auléo*) e ‘dançar’ (*orkhéomai*) não têm o sentido figurado adicional que têm para nós em português, de ‘vadiar’ e ‘se dar mal’, mas é possível especular se esses significados não se originam dessa fábula” (ESOPO, 2017, p. 39). Além disso, na fábula narrada por Esopo, a cigarra afirma cantar com as Musas o que, entre os gregos daquela

---

<sup>7</sup> A fábula na íntegra pode ser consultada no anexo IV.

época – em especial, entre os atenienses – era uma atividade extremamente respeitável, inclusive, a cigarra se dedica tanto a essa atividade que esquece de se preocupar com qualquer outra coisa, até mesmo com a sua própria sobrevivência. E a mais provável moral dessa fábula de Esopo é que “em toda e qualquer atividade”, por mais admirável que ela possa ser, “ninguém deve se descuidar”, esquecendo de se preocupar com o básico para sua subsistência (*Id. Ibid.*). Contudo, todas as derivações modernas dessa fábula transmitem uma mensagem muito distinta da pensada por Esopo, pois, em primeiro lugar, concebem fruição e trabalho como fenômenos antagônicos, uma vez que supostamente simbolizam naturezas distintas; a cigarra é narrada como naturalmente irresponsável e preguiçosa, pois, só se preocupa com a fruição de sua atividade de cantar, em contraposição, a formiga é descrita como naturalmente responsável e produtiva, uma vez que se concentra apenas no caráter penoso de sua atividade, com expectativa de que esse suposto sofrimento natural do ato de trabalhar lhe permita sobreviver às possíveis adversidades. Em segundo lugar, percebe-se implicitamente uma concepção negativa, porém conformista do trabalho, pois, no final das contas, a moral ideológica da versão moderna da fábula de Esopo tenta convencer que trabalho é penoso, mas compensa. Em terceiro lugar, após mostrar que trabalho e fruição não se encontram no mesmo processo, a fábula presente no *Caderno* da 2ª SEM vol. II ainda faz apologia a um dos princípios da ideologia burguesa moderna a respeito do trabalho, ou seja, a ideia de que esforço e poupança geram riqueza e abundância, deixando de lado, evidentemente, toda a sordidez, rapina e atrocidade sorrateiramente escondidas por detrás dos processos de acumulação de capital, desenvolvidos na transição do feudalismo ao capitalismo. Caso o leitor queira encontrar mais informações a este respeito pode consultar o tópico 3.1 desta dissertação ou ler o capítulo 24, “A assim chamada acumulação primitiva”, contido no Livro I d’*O capital*.

Guardando as devidas proporções, a fábula das formigas e da cigarra, da forma como está narrada no *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II, aproxima os estudantes da noção ascética do trabalho dentro da doutrina religiosa protestante, exaustivamente analisada na *Ética protestante e o espírito do capitalismo* do sociólogo Max Weber, obra na qual foi demonstrado como o culto protestante ao trabalho, somado ao elogio da avareza (poupança), atuaram, no século XVI (e ainda hoje atuam), como um dos principais suportes ideológicos e éticos da sociedade capitalista emergente. Enfim, a breve exposição que o *Caderno* da 2ª SEM vol. II efetua sobre a sua noção de trabalho termina como a apresentação de algumas imagens de animais supostamente “trabalhando”, por exemplo, um João-de-Barro construindo seu ninho, uma

colmeia de formigas carregando alimento para o formigueiro, entre outras, ressaltando, contudo, que “na perspectiva sociológica, os animais não trabalham, só o ser humano trabalha” (*Ibid.*, p. 11).

Com intuito de esclarecer a noção de trabalho enquanto elemento essencial ao ser humano, o *Caderno* da 2ª SEM vol. II embasa-se, como já foi mencionado, na obra de um dos pensadores clássicos da sociologia, Karl Marx. Contudo, esse caderno não recorre imediatamente aos escritos de Marx para explicar o que é trabalho, antes disso, procura apoio em textos de comentadores da obra marxiana. Nesse sentido, há novamente uma diferença entre os textos citados nos *Cadernos de sociologia* antigos em relação aos novos. Por um lado, os *Cadernos* de 2009 utilizaram-se do livro *Trabalho e capital monopolista* de Harry Braverman, a fim de explicar a diferença entre o trabalho realizado pelo ser humano e as atividades instintivas praticadas por outros animais. Nas próprias palavras desse autor: “Todas as formas de vida” realizam “atividades com o propósito de apodera-se de produtos naturais em seu próprio proveito”, contudo, “apoderar-se desses materiais da natureza tais como são não é trabalho; o trabalho é uma atividade que altera o estado natural desses materiais para melhorar sua utilidade”, assim, embora alguns pensem que “pássaro, castor, aranha, abelha”, entre outros animais, “ao fazerem ninhos, diques, teias e colmeias” realizam trabalho, na realidade, “o que importa quanto ao trabalho humano não é a semelhança com o trabalho de outros animais, mas as diferenças essenciais que o distinguem como diametralmente opostos” (BRAVERMAN, 1987, p. 49). Por outro lado, os *Cadernos de sociologia* publicados em 2014, em vez de utilizar o *Trabalho e capital monopolista* de Braverman para explicar a concepção marxiana de trabalho, lançam mão da obra *Dicionário do pensamento social do século XX* de William Outhwaite e Tom Bottomore (1920 – 1992) na qual o trabalho é entendido como uma espécie de “conceito ambíguo”, pois representa “diferentes atividades em diferentes sociedades e contextos históricos”, além disso, dentro de um ponto de vista, “em seu sentido mais amplo, trabalho é o esforço humano dotado de um propósito e envolve a transformação da natureza através do dispêndio de capacidades mentais e físicas”, mas, por outro ponto de vista, essa definição “conflita com o significado e a experiência mais limitados do trabalho nas atuais sociedades capitalistas”, aliás, “para milhões de pessoas, trabalho é sinônimo de emprego remunerado”, enquanto que a “definição mais ampla” geralmente são “vivenciadas” nas “horas de lazer, como algo que não significa verdadeiramente trabalho” (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 773).

Após a leitura das citações do *Trabalho e capital monopolista* e do *Dicionário do pensamento do século XX* o leitor poderia se perguntar: o que diferencia, então, o assim chamado trabalho dos animais com o trabalho propriamente dito (como atividade produtiva essencialmente humana)? Para responder a isso, tanto as versões recentes dos *Cadernos de sociologia*, quando as mais antigas, lançam mão da clássica distinção marxiana entre o “trabalho” de uma abelha e o de um arquiteto, contido no capítulo 5 do Livro I d’*O capital* de Marx:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera<sup>8</sup> (MARX, 2013, p. 255 – 56).

Posto isso, antes de prosseguir com a exposição da noção de trabalho dos *Cadernos de sociologia*, mostra-se oportuno problematizar a tese de Outhwaite e Bottomore a respeito da existência de uma possível ambiguidade no conceito de trabalho marxiano. Na realidade, um dos objetivos de se levar a cabo uma exaustiva exposição da categoria trabalho em Marx no terceiro capítulo desta dissertação foi evitar confusões parecidas com essa. Dessa forma, se um leitor leigo recorrer à leitura dos três primeiros tópicos do capítulo 3 desta dissertação e, em seguida, retomar a esse ponto da discussão, estará apto a compreender que a categoria trabalho e o trabalho assalariado são questões de naturezas distintas, porém inter-relacionadas. O trabalho enquanto categoria ou como processo de trabalho (usando um termo propriamente marxiano) é uma teoria, uma abstração analítica da mente humana elaborada a partir das formas concretas e reais que existiram e se desenvolveram na história da humanidade e, dentre essas formas concretas, o trabalho assalariado é aquele que se desenvolveu cabalmente na forma histórica e determinada do capitalismo. Portanto, o processo de trabalho está para o trabalho assalariado como a categoria fruta está para um morango (realidade concreta). A fruta é a abstração teórica de todas as realidades concretas que se enquadram na definição de fruta (estrutura botânica suculenta, doce ou ácida de aspecto carnudo), tais como morangos, maçãs, peras, etc. Nesse sentido, do mesmo modo que não é possível se alimentar da fruta, mas somente das expressões materiais a partir das quais ela foi sintetizada, evidentemente, quando o trabalhador olha para a sua realidade enquanto empregado assalariado pelo capital, ele pouco

---

<sup>8</sup> Opta-se aqui pela citação presente na mais nova tradução da obra *O capital*, produzida pela editora Boitempo, contudo, faz-se necessário sublinhar a referência da obra utilizada pelos *Cadernos* é MARX, Karl. **O capital** – O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975 (Livro I).

reconhecerá do processo de trabalho explicado por Marx, isso porque, a categoria trabalho, como já foi explicado, não foi elaborada pensando em um trabalho concreto específico, mas foi sintetizada através de todas as formas de trabalho concreto que o ocidente europeu desenvolveu até a época de Marx. E, vale lembrar que as abstrações teóricas são relevantes, pois são por meio delas que nosso cérebro interpreta a realidade para, em seguida, praticamente transformá-la, inclusive, foi através desse processo que Marx percebeu o fato de o trabalho assalariado, no capitalismo, alienar-se ao ponto de se transformar em uma atividade monótona, padronizada e repetitiva (discussão pormenorizada no tópico 3.4 desta dissertação).

Findada a leitura dos excertos de texto dos comentadores de Marx e do trecho supracitado do Livro I d' *O capital*, o *Caderno* da 2ª SEM vol. II destaca uma propriedade que considera ser intrínseca a sua concepção de trabalho: a capacidade do ser humano de planejar antes de executar as transformações que realiza na natureza (leia-se pré-ideação ou idealização prévia), enquanto, em contrapartida, o trabalho exercido pelos demais animais é condicionado por instintos naturais, modificando-se somente em situações extremas, por exemplo, quando o ambiente físico sofre contingentemente alguma transformação, determinando que apenas os animais que consigam se adaptar às novas condições sobrevivam. Segundo os *Cadernos de sociologia*, é, inclusive, “equivocado usar o termo trabalho para se referir às atividades realizadas pelos outros animais”, pois estes últimos “executam tarefas guiados pelo instinto”, a abelha, por exemplo, “faz o mel e constrói a colmeia instintivamente”, portanto, “todas as colmeias de uma mesma espécie de abelha seguem a mesma configuração” (SÃO PAULO, 2014d, p. 12). E ressalta ainda que “os animais só mudam sua maneira de agir quando ocorre alguma alteração no meio, o que os leva a se adaptar, mas eles não mudam suas atitudes intencionalmente. Só o ser humano tem essa capacidade” (*Id. Ibid.*) Assim, percebe-se que o *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II concebe trabalho como uma atividade produtiva própria do ser humano e que pressupõe a transformação da natureza, a fim de garantir a sua própria existência. Ou, em suas próprias palavras, “com o objetivo de conseguir os meios que garantam a sua sobrevivência, o ser humano age sobre a natureza, transformando-a” e, por isso, “o trabalho” pode ser entendido como “uma *atividade de mediação entre o ser humano e a natureza*” (SÃO PAULO, 2014d, p. 12).

Além disso, há uma última propriedade que o *Caderno* da 2ª SEM vol. II sublinha como sendo essencial à sua noção de trabalho, isto é, a questão da consciência, ou seja, o trabalho é sempre uma atividade que implica a consciência e a liberdade do ser humano que o re-

aliza. Dito de outra maneira, “o ser humano” conquista “a sua humanidade no exercício de sua atividade, de seu trabalho” e, sobretudo, “de sua produção social”, desse modo, “pode-se dizer que, ao trabalhar, o ser humano *se constrói como ser humano*, pois ele age de forma *deliberada e consciente* sobre a natureza” (*Id. Ibid.*). Em resumo, como já foi pontuado, a noção de trabalho contida no *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II é uma simplificação do processo de trabalho em Marx, exposta no capítulo 5 do Livro I d’*O capital*, que significa uma atividade produtiva propriamente humana e social, a partir da qual os seres humanos transformam a natureza ao seu redor (e a si mesmos), imaginando, antes de tudo, essa transformação, ao mesmo tempo em que a colocam em prática. Além disso, tal atividade produtiva transformadora é levada a cabo de forma livre e autônoma. Todavia, faz-se necessário ressaltar que o simplismo não é o principal problema dos *Cadernos de sociologia*, uma vez que, como manual ou material de apoio à prática docente, não era de se esperar que ele alcançasse algo muito além da simplificação das teorias clássicas que se propôs a ensinar, como é o caso do processo de trabalho marxiano. Contudo, é o caminho organizado por esse caderno, as escolhas de citações, e algumas de suas conclusões que estão sendo criticadas aqui.

Por fim, em vias de término dessa primeira situação de aprendizagem, o *Caderno* da 2ª SEM vol. II levanta uma discussão em torno do problema de o trabalho ser confundido com emprego, partindo do pressuposto de que isso lhe imprime uma natureza ambígua. Para tentar esclarecer esse problema, esses cadernos recomendam questionar os estudantes sobre o significado de emprego, chamando a atenção para o fato de emprego e trabalho não significarem a mesma coisa. Dito isso, faz-se necessário ressaltar que o *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II concebe o trabalho como um fenômeno que sempre existiu na história da humanidade, porém sob formas históricas distintas. Em contraponto, o emprego representa uma relação social de trabalho própria de uma sociedade historicamente determinada, ou seja, da sociedade capitalista e essa forma de trabalho surge da transição histórica do trabalho escravizado para o trabalho assim chamado livre, no qual o trabalhador foi liberto das amarras que outrora o acorrentavam a um senhor (seja de escravos, seja de terras) (SÃO PAULO, 2014d). Entretanto, segundo os *Cadernos*:

A liberdade no capitalismo para muitos dos trabalhadores é relativa, uma vez que a maioria não pode escolher a quem, quando e, muitas vezes, onde procurar emprego. [...] Mas o significado [...] da liberdade do trabalhador é dado pelo fato de que, com o esfacelamento do sistema feudal de produção, o servo libertou-se das amarras que o prendiam ao senhor feudal, mas perdeu

o acesso aos meios de produção (terra, matéria-prima, instrumentos de trabalho). Então, passou a dispor de uma única propriedade: a sua força de trabalho (*Ibid.*, p. 13).

Em suma, no final da primeira situação de aprendizagem, a explicação da diferença entre trabalho como mediação entre a atividade produtiva humana e a natureza e o emprego como relação de trabalho específica da sociedade capitalista mostra-se didática, embora não tenha sido explicado a processualidade histórica do termo emprego que, nas sociedades pré-capitalistas, era usado para se referir à disposição dos meios de produção por parte dos produtores autossuficientes, mas, hoje, nas sociedades capitalistas, é utilizado para representar o domínio do capital em relação ao trabalho, uma vez que agora os capitalistas empregam a força de trabalho dos seres humanos, a fim de que eles se tornem aptos a produzir mercadorias, podendo dispor deles ao seu bel-prazer.

## 2.2. Divisão social do trabalho e alienação

Agora será analisado a segunda situação de aprendizagem do *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II, intitulada “Divisão social do trabalho”, em que são abordados algumas das “diferentes formas de trabalho na história da humanidade, com destaque para as características específicas do trabalho na sociedade capitalista”, ou seja, a divisão social do trabalho, a manufatura e o problema da alienação do trabalho (SÃO PAULO, 2014d, p. 13). A fim de alcançar esse objetivo, esse caderno se pauta, inicialmente, na análise do poema *A trama da rede*<sup>9</sup> de Carlos Rodrigues Brandão, elaborado para o curta-metragem de mesmo nome e com nove minutos de duração, dirigido por José Inácio Parente no qual são retratadas as condições insalubres de trabalho na manufatura de redes realizada na cidade de Fortaleza, no estado do Ceará. Tal poema inspirou-se na leitura do Livro I d’*O capital* de Karl Marx e em uma versão resumida dele, elaborado por Julian Borchardt (1868 – 1932). Além disso, o poema foi publicado na revista *Tempo e Presença*, número 172, distribuída nos dois meses finais do ano de 1981, e depois, no ano seguinte, foi reeditado e compilado na obra *Diário de campo: antropologia como alegoria* (1982), de Carlos Rodrigues Brandão. *A trama da rede* é um poema de mais de trinta estrofes, dividido em vinte partes, no entanto, o caderno supracitado recomenda a análise de apenas oito delas, mais especificamente, a primeira, a terceira, a sétima, a oitava, a nona, a décima primeira, a décima segunda e a décima quarta. Previamente a análise desse

<sup>9</sup> Os trechos desse poema que são analisados pelos *Cadernos de sociologia* estão presentes no anexo III, mas optou-se também por reproduzir o poema na íntegra como pode ser consultado no anexo V.

poema, o *Caderno da 2ª SEM vol. II* recomenda que os estudantes escrevam e digam o que entenderam da leitura d'*A trama da rede*. Em seguida, recomenda que se explique à sala a inspiração deste poema no Livro I d'*O capital* de Marx, frisando para a tentativa de Carlos Brandão em representar a categoria trabalho marxiana de forma alegórica. Posto isso, é possível adentrar na análise de como cada uma dessas partes é interpretada pelo *Caderno da 2ª SEM vol. II*.

No que diz respeito a primeira parte do poema, encontra-se uma descrição do trabalho manufatureiro de redes em Fortaleza, no qual é enfatizado a aglomeração de inúmeros trabalhadores em uma oficina, ou como se diz no poema, em casa alheia, para produzir mercadorias intercambiáveis no mercado. Além disso, também é narrado como os trabalhadores e seus corpos estão presos dentro de um sistema produtivo, analogamente as tramas das redes que tecem.

Na terceira parte d'*A trama da rede* observa-se a tendência contraditória de os próprios produtores da riqueza, no caso, os trabalhadores da manufatura de redes, estarem paradoxalmente impedidos de desfrutar da riqueza que eles mesmos engendram.

Na sétima e oitava partes do poema identifica-se não ser mais o trabalhador o responsável pela organização do seu ritmo de trabalho, mas, em vez disso, a máquina que lhe impõe um tempo e intensidade de trabalho ao qual está fadado a se adaptar. Ademais, isso implica também consequências perniciosas para sua saúde, o que geralmente é ignorado por seu empregador, cujo único interesse é a manutenção da produtividade de seus subordinados.

Na nona parte d'*A trama da rede* é problematizada a tendência de o trabalhador se tornar excessivamente especializado na execução de funções produtivas cada vez mais simples, e como isso deteriora e limita sua liberdade criativa e seus conhecimentos sobre a realidade ao seu redor.

Na décima primeira parte do poema é denunciado que a manufatura subjuga a todos os trabalhadores indistintamente, sejam eles homens, mulheres, crianças ou idosos. Também é brevemente comentado a questão do trabalho realizado nas casas dos trabalhadores, isto é, o assim chamado trabalho domiciliar. É válido pontuar que a discussão que o *Caderno de sociologia da 2ª SEM vol. II* levanta sobre o trabalho domiciliar é limitada e pontual, contentando-se em dizer que ele é acionado pela manufatura das redes em Fortaleza para realizar o acabamento de suas mercadorias. Além disso, também afirma que essa forma de trabalho existe ainda hoje, por exemplo, na indústria de calçados da cidade de Franca, no estado de São Paulo.

Contudo, é necessário ressaltar que o trabalho domiciliar é tão precário quanto a manufatura e geralmente desenvolve um nível tão acentuado de exploração dos trabalhadores que quase não há limites para a extensão e intensidade das suas jornadas de trabalho, uma vez que são mobilizadas por setores das grandes indústrias para suprir algumas de suas demandas astronômicas em curtíssimos períodos de tempo.

Na décima segunda e décima quarta partes d'*A trama da rede* são retomados dois problemas outrora discutidos. O primeiro deles é a tendência de o trabalhador produzir mercadorias sobre as quais não tem propriedade, mas, ao contrário, pertencem ao seu empregador. O segundo problema retomado é o fato de o corpo dos trabalhadores, durante o processo produtivo, se tornar tão autômato e objetificado quanto as máquinas nas quais trabalha. Além disso, também é pontuado que o trabalhador recebe um salário em troca da venda de sua força de trabalho a um capitalista. No entanto, os *Cadernos de sociologia* não utilizam da terminologia força de trabalho para discutir a questão do trabalho assalariado, em vez disso, optam por mencionar que o corpo do trabalhador é objetificado e, em seguida, vendido em troca de um salário. Embora a objetificação do corpo do proletariado seja uma consequência do trabalho dentro do capitalismo, o termo venda de força de trabalho é menos abstrato e mais adequado para explicar a consistência do emprego na sociedade moderna, bem como é a forma como Karl Marx utiliza pra elucidar essa problemática social. Ademais, por meio do salário que recebem, os proletários compram alimento, vestimenta e pagam por sua habitação. Embora o *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II não se aprofunde nesse problema, aqui se faz necessário ressaltar que o alimento, as vestimentas e a habitação, antes do capitalismo, pertenciam aos trabalhadores (ou melhor, aos proprietários autossuficientes) que geralmente as manufaturavam, entretanto, no sistema capitalista, tudo se torna mercadoria e as mercadorias pertencem a diversos capitalistas e, por isso, só é possível comer, vestir e habitar mediante trocas no mercado. E esse ciclo (troca de força de trabalho por salário – troca de salário por meios de sobrevivência) mantém os trabalhadores aptos a diariamente se submeter a “trama da rede” das relações sociais capitalistas espoliadoras.

Findada essa breve análise de algumas partes do poema de Brandão, realizada no momento introdutório da segunda situação de aprendizagem do *Caderno* da 2ª SEM vol. II, tal caderno divide essa situação de aprendizagem em mais duas partes: “Etapa 1 – Divisão social do trabalho e divisão manufatureira do trabalho” e “Etapa 2 – Relações de trabalho e alienação”. Ademais, em ambas as etapas “serão introduzidos conceitos como divisão social do tra-

balho, divisão sexual e etária do trabalho, relações de trabalho, processo de trabalho e alienação” (*Ibid.* p. 17).

A etapa 1, já mencionada, inicia-se recomendando questionar os estudantes do ensino médio sobre o que é modernidade, esperando, *a priori*, respostas relacionadas à contemporaneidade, embasadas na ideia de moderno como uma espécie de termo genérico para se remeter a algo que ficou no passado. Dito isso, nessa etapa também se aconselha contextualizar os estudantes sobre o surgimento histórico da assim chamada Idade Moderna, voltando a atenção deles aos fenômenos da urbanização das cidades medievais, desenvolvida a partir do século XII, e aos processos de industrialização, eclodidos na Inglaterra durante a primeira metade do século XVIII – posteriormente hegemônicos por toda a Europa. Em seguida, o *Caderno* da 2ª SEM vol. II afirma que tais eventos históricos ilustres resultaram de um processo duradouro, acompanhado da obsolescência dos trabalhos artesanal e manufatureiro, o que, por sua vez, desencadeou a ascensão do capitalismo e, por conseguinte, a hegemonia do trabalho assalariado na grande indústria, bem como de seu apêndice, o trabalho domiciliar agrícola. E, por fim, completa sua explicação, ressaltando que, a partir do século XIV “essas indústrias” domiciliares agrícolas “representaram uma forma de transição entre o artesanato e a manufatura e permitiram a acumulação de capital nas mãos” de grandes comerciantes, “além de formar mão de obra para o trabalho industrial nas cidades” (*Id. Ibid.*). Essa sumária explicação da transição entre feudalismo e capitalismo, levada a cabo pelos *Cadernos de sociologia*, mostra-se demasiado superficial e idílica, muito semelhante ao ponto de vista da economia política sobre o surgimento da modernidade. Inclusive, não é mencionado o problema da expulsão violenta e sistemática de pequenos produtores autossuficientes do campo à cidade, bem como aos demais processos violentos pelos quais eles passaram para alcançarem a proletarianização e o estabelecimento de suas famílias nas recém-formadas cidades modernas. Justamente por isso, recomenda-se ao leitor retomar uma exposição mais completa, embora ainda demasiado resumida da transição da sociedade medieval à modernidade no tópico 3.1 desta dissertação ou, melhor ainda, ler o capítulo 24 do Livro I d’*O capital* denominado “Assim chamada acumulação primitiva”.

Após sumariar o processo de surgimento da modernidade, o *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II também define o significado de manufatura a partir de sua origem etimológica como palavra latina que significa trabalho manual. E também ressalta que é necessário a consolidação de dois processos para o seu surgimento. O primeiro deles, é uma grande quantida-

de de capital concentrado em poucas mãos, tornando possível a um capitalista se apossar de matéria-prima, meios de produção e força de trabalho de incontáveis trabalhadores. O segundo elemento constitutivo da manufatura é a existência do trabalho assalariado, ou melhor, de trabalhadores expropriados de todo e qualquer meio de produção e de subsistência, restando a eles uma única propriedade, a saber: sua força de trabalho – vendida aos capitalistas para que possam adquirir meios indispensáveis à sua sobrevivência.

Exposto tais condicionantes históricos da manufatura, o *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II define a divisão social do trabalho como um fenômeno que sempre existiu em todas as sociedades humanas, garantindo a interdependência entre sujeitos sociais. Além disso, pressupõe que a divisão do trabalho decorre “do caráter específico do trabalho humano”, expressando-se através da divisão dos seres humanos em “diferentes especialidades e ofícios” (*Ibid.* p. 18) e também comenta ser a divisão sexual do trabalho a forma de organizar o labor mais antiga existente na história da humanidade. Em outras palavras, existe uma tendência historicamente antiga em se atribuir, por um lado, determinados trabalhos aos homens, enquanto, por outro lado, se estipula outras especialidades de trabalhos opostos às mulheres. Por exemplo, tradicionalmente o cuidado do lar e dos filhos, dentro da lógica da divisão sexual do trabalho, foi interpretada como atividade própria das mulheres, enquanto, a caça e a pesca, ou melhor, a função da provisão em geral da família foi interpretada como atividade específica dos homens.

Efetuada a apresentação da divisão social do trabalho de modo geral, o *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II adentra na discussão sobre a divisão social do trabalho na manufatura. Para tanto, destaca o fato de o sistema manufatureiro ter se estabelecido a partir do século XVI, perdurando até as últimas três décadas do século XVIII e, posteriormente, ter sido superado pela grande indústria. Segundo esses cadernos, com o desenvolvimento da “manufatura”, pouco a pouco, “o trabalhador foi deixando de ser responsável pela produção integral de determinado objeto e passou a se dedicar unicamente a uma atividade” (*Ibid.* p. 19). E, mais do que isso, a produção de mercadorias deixa “de ser obra de um único trabalhador” para se tornar “resultado da atividade de inúmeros trabalhadores” (*Id. Ibid.*). Essa força de trabalho coletiva provém do fenômeno da cooperação, mas isso não é profundamente discutido nos *Cadernos de sociologia*, para se ter mais informações a esse respeito é necessário novamente recorrer ao tópico 3.1 desta dissertação, ou consultar o capítulo 11 do Livro I d’*O capital* intitulado como “Cooperação”. Além disso, há nesse momento da discussão, uma leve crítica a

exigência exponencialmente crescente de especialização da atividade produtiva dos trabalhadores da manufatura, uma vez que, segundo os *Cadernos*, “na divisão manufatureira do trabalho, o ser humano é levado a desenvolver apenas uma habilidade parcial, limitando o conjunto de habilidades e capacidades produtivas que possuía quando era artesão” (*Id. Ibid.*). Ademais, de acordo com o *Caderno* da 2ª SEM vol. II, Marx afirma que a divisão manufatureira do trabalho aumenta a produtividade nas oficinas, pois explora ao máximo a virtuosidade dos trabalhadores manufatureiros, ou seja, os mutilam exigindo-lhes o máximo de maestria e rapidez no exercício da função parcial para os quais foram treinados a executar. Por fim, o caderno mencionado afirma que a realidade da manufatura se modifica com o surgimento da grande indústria, mas não aprofunda esse assunto.

Encaminhando para se finalizar a explanação da divisão do trabalho, o *Caderno* da 2ª SEM vol. II ampara-se em um trecho do livro *Sociologia*, de Antony Giddens, no qual, dentre outras coisas, o sociólogo compara as diferenças existentes entre a assim chamada sociedade tradicional em relação a sociedade dita moderna, mais especificamente no que se refere a distinção entre a forma pela qual a divisão social do trabalho se desenvolve no interior de cada uma dessas categorias sintetizadas a partir de realidades sócio-históricas determinadas. Nas sociedades tradicionais, por exemplo, “o trabalho que não fosse agrário implicava o domínio de um ofício”, ou seja, a consciência e o domínio da totalidade de um processo produtivo determinado e concreto, por exemplo, a alfaiataria, a cutelaria, a marcenaria, entre outras (GIDDENS, 2005, p. 309). Em contrapartida, segundo Giddens (2005), nas sociedades modernas os antigos ofícios foram superados por trabalhos e funções específicas da produção em larga escala, tais como operador de máquinas, mecânico, eletricitista, etc. Outro aspecto passível de comparação entre essas sociedades é o espaço onde se realiza o trabalho. Tradicionalmente, era na casa do trabalhador onde se efetuava a maior parte do trabalho coletivo, geralmente levado a cabo pelos próprios membros de sua família. Já na sociedade moderna, o trabalho e a casa são separados e, além disso, a fábrica, situada nas cidades em processo de urbanização e industrialização, se torna o *locus* privilegiado do labor. Aliás, são nessas fábricas que se concentram os “maquinários e equipamentos”, bem como “a **produção em massa** de mercadorias” começa “a ofuscar a habilidade artesanal em pequena escala, que tinha a casa como base” (*Id. Ibid.*). Enfim, ainda do ponto de vista de Giddens (2005), a última diferença entre as sociedades tradicionais em relação às modernas expressa-se no fato de, nas primeiras, os trabalhadores serem relativamente autossuficientes, pois manufaturavam suas próprias vestimentas,

produziam seus próprios alimentos e intercambiavam somente aquilo que não tinham como eles mesmos engendrar. Enquanto que, nas segundas, hegemônica-se uma espécie de interdependência econômica extraordinária, pois só é possível a um trabalhador subsistir dependendo de uma infinidade de trabalhos realizados por outros trabalhadores. Além disso, faz-se necessário ressaltar, de acordo com Giddens (2005), que Karl Marx alerta sobre a tendência de a industrialização e a divisão social do trabalho produzirem uma espécie de alienação nos trabalhadores, pois estes últimos realizariam atividades extremamente monótonas e rotineiras, bem como, ao mesmo tempo, perdem boa parte da capacidade criativa de sua atividade produtiva, “adotando uma orientação instrumental para o trabalho”, ou seja, o entendem como mera “maneira de ganhar a vida” (*Id. Ibid.*).

A obra *Sociologia*, do sociólogo inglês Anthony Giddens, impressiona em sua capacidade didática de síntese e se mostra uma obra útil ao estudo de problemas gerais da sociologia. Contudo, a citação da forma como foi feita pelo *Caderno* da 2ª SEM vol. II, ou seja, ausente de uma devida contextualização, confunde mais do que esclarece. É válido lembrar que, no começo da etapa 1 da segunda situação de aprendizagem do caderno supracitado, há um alerta sobre a tendência de os estudantes do ensino médio provavelmente terem dificuldades em explicar o momento histórico da modernidade, pois o senso comum no qual estão mergulhados associa a modernidade à atualidade, em oposição a um passado genérico. Nesse sentido, o *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II dedicou um momento de sua exposição sobre a divisão do trabalho para contextualizar a origem da modernidade no processo de transição do feudalismo ao capitalismo. Contudo, a análise comparativa entre sociedades tradicionais e modernas, levado a cabo por Giddens, pode confundir os estudantes do ensino médio, uma vez que ao mencionar “sociedades modernas”, Giddens não está se referindo às sociedades existentes entre os séculos XVI e XVIII (intervalo de tempo historicamente chamado de Modernidade ou Idade Moderna), mas está discutindo um período que vai do século XVI até os dias de hoje. Evidentemente, Giddens reconhece as diversas diferenças existentes entre os períodos históricos da Modernidade e da Contemporaneidade (intervalo de tempo que vai do século XVIII até a atualidade), tanto que em um de seus textos mais antigos ele justifica o uso do termo modernidade genericamente da seguinte forma: “emprego o termo ‘modernidade’ num sentido muito geral para referir-me às instituições e modos de comportamento estabelecidos pela primeira vez na Europa depois do feudalismo, mas que no século XX se tornaram mundiais em seu impacto” (GIDDENS, 2002, p. 21). Em seguida, na mesma obra, define o

período contemporâneo de uma forma que lhe é mais *sui generis*, enquanto modernidade tardia ou alta modernidade. Posto isso, não se pode ignorar o fato de não haver espaço nem intenção nesta dissertação para discutir as teorias de Giddens sobre a modernidade nos *CADERNOS DE SOCIOLOGIA*, no entanto, é igualmente equivocado selecionar citações de autores para esclarecimento de um determinado assunto sem o devido cuidado de contextualizar as suas formas específicas de análise e exposição teórica, pois, dessa forma, seu potencial didático e elucidativo poderá ser esterilizado.

O *Caderno* da 2ª SEM vol. II termina a primeira etapa da explicação do fenômeno da divisão social do trabalho, realçando o problema da “interdependência econômica”, levantado por Giddens como um dos processos provenientes da sociedade capitalista moderna, destacando a possibilidade de o professor explorar sua *vivência singular* como forma de elucidação didática. Em suas palavras:

[...] dependemos de padeiros, açougueiros, agricultores etc. para obter alguns itens básicos de nossa alimentação; do motorista de ônibus ou maquinista de trem para nos deslocarmos pela cidade; do inspetor e de faxineiros, por exemplo, para estar em um espaço escolar em ordem e limpo; de pessoas na secretaria da escola para resolver questões administrativas etc. Sinta-se à vontade para formular outros exemplos com base em suas vivências e experiência (SÃO PAULO, 2014d, p. 21).

Agora, mostra-se necessário analisar a etapa 2, intitulada “Relações de trabalho e alienação”, da segunda situação de aprendizagem do *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II que se propõe a discutir o problema da alienação do trabalho. Nessas circunstâncias, é retomado a sétima e a oitava partes do poema de Brandão, a fim de que se possa compreender “o que Marx chama de sujeição ou submissão do trabalho ao capital” no sistema manufatureiro (*Id. Ibid.*). Em seguida, o caderno mencionado relembra que a produção no capitalismo necessita da existência do assim chamado trabalho livre, ou seja, da tendência de os trabalhadores estarem desligados de toda e qualquer relação servil ou escravista, restando-lhes apenas a venda de sua força de trabalho para sobreviver. Além disso, ressalta que a essência do sistema socioeconômico capitalista é a produção de mais-valia que, segundo o *Caderno* da 2ª SEM vol. II, acontece quando “o comprador da força de trabalho” não se restringe “a usá-la somente durante o tempo necessário para repor o valor da força de trabalho, mas, sim, durante um tempo além dele”, produzindo, “então, um valor excedente, ou uma mais-valia, da qual o capitalista se apropria” (*Id. Ibid.*). Esse caderno também pontua que a dominação exercida pelo capital

sobre o trabalho é sempre um processo social, por isso, entende tal relação de subordinação na qualidade de um antagonismo entre proletários e capitalistas, evidenciando o fato de o proletariado não só desconhecer que a riqueza por ele produzida é resultado de seu próprio trabalho, como também “não consegue se reconhecer no produto de seu trabalho” (*Id. Ibid.*). Desse modo, o *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II afirma que a divisão do trabalho no capitalismo pode ser entendida como uma espécie de segregação entre execução e planejamento do trabalho. Por fim, o caderno supracitado afirma que a mercadoria resultante do trabalho social aparece aos trabalhadores como algo estranho a eles, aparentemente não pertencente a eles, mas sim a outra pessoa, portanto, a relação entre o trabalhador e o produto de seu trabalho é uma espécie de *estranhamento*. Nas próprias palavras dos *Cadernos*: “o trabalhador, que colocou a sua vida no objeto, agora se defronta com ele, como se a coisa, a mercadoria, tivesse vida própria, independente, e fosse dotada de um poder diante dele. De fato, assim como o trabalho já não lhe pertence, mas a um outro homem” (pertence aquele que detém os meios de produção) (*Ibid.*, p. 22). E por fim, é afirmado que, para Marx, o trabalho livre significa trabalho alienado. Posto isso, o *Caderno* da 2ª SEM vol. II encerra a discussão sobre a alienação do trabalho, recomendando a releitura da décima segunda parte do poema *A trama da rede*. Em resumo, essa breve etapa da segunda situação de aprendizagem do caderno supracitado apresenta de forma extremamente rasteira e resumida diversos problemas e processos históricos desenvolvidos no Ocidente europeu, tais como: a proletarização do campesinato; a subsunção (formal e real) do trabalho ao capital; o mais-valor (absoluto e relativo), o antagonismo de classes, simbolizado na contradição entre burguesia e proletariado; a alienação do trabalho e a segregação entre pensar e fazer na atividade produtiva do proletariado. E, como se isso por si só não fosse problemático, ignorou a necessidade de mostrar aos professores do ensino médio a fonte bibliográfica da qual retirou suas ideias e deixou ausente, nessa situação de aprendizagem, aquilo que os interpretes de Marx consideram ser a grande originalidade de sua obra, ou seja, a descoberta da necessidade prática de superação desse problemas, sobretudo da alienação do trabalho, por meio da movimento social comunista, emblemático na atuação política e social de um sujeito revolucionário, o proletariado. Todas essas lacunas, como foi mencionado no tópico anterior deste capítulo, serão retomadas e problematizadas no terceiro capítulo desta dissertação.

### 2.3. As atuais transformações no mundo do trabalho

O estudo dos problemas relacionados à noção de trabalho do *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II termina programaticamente em sua terceira situação de aprendizagem. Nessa situação de aprendizagem a exposição desses cadernos concentra-se na forma histórico-concreta do trabalho na sociedade capitalista, isto é, no trabalho assalariado ou simplesmente “emprego”, como é comumente referido nos *Cadernos de sociologia*. Na realidade, a maior parte dessa situação de aprendizagem é dedicada ao exame das causas e consequências do desemprego no Brasil, no entanto, antes de se debruçar sobre esse problema social propriamente dito, o *Caderno* da 2ª SEM vol. II ensaia uma aproximação didática com os estudantes, perguntando qual é a importância do trabalho na vida deles e quais seriam as possíveis causas do desemprego na atualidade.

Faz-se necessário pontuar que a prática de o caderno supracitado perguntar aos estudantes a importância do trabalho e imediatamente depois os questionar sobre desemprego, sem lembrá-los do que aprenderam nas situações de aprendizagem anteriores (ou melhor, o que deveriam ter aprendido), pode gerar dificuldades em evidenciar a diferença entre a categoria trabalho ou processo de trabalho – teoria sintetizada das diversas formas histórico-concretas de trabalho desenvolvidas no ocidente europeu – e o trabalho assalariado ou emprego – forma histórico-concreta de trabalho vigente no capitalismo. Em seguida, o *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II alerta para se esperar diversas respostas dos estudantes, tais como: o trabalho é uma atividade necessária para manter a sobrevivência do ser humano, ou uma atividade ascética no sentido religioso da honestidade e dignidade, tal como é concebido pela ética protestante, ou ainda, como uma ação inexoravelmente compulsória e penosa ao ser humano. Contudo, esperar noções do senso comum a respeito do trabalho, a essa altura do campeonato, ou seja, após ter estudado tanto a categoria trabalho em Marx (na primeira situação de aprendizagem) quanto à forma histórico-concreta do trabalho assalariado (na segunda situação de aprendizagem), abre margem para duas conclusões acerca dos *Cadernos de sociologia*: primeiramente, reconhecem a limitação de sua capacidade explicativa para com os temas e os conteúdos que se propõe a ensinar ou, o que é ainda pior, subestimam os estudantes do ensino médio público, pressupondo que eles não entendam aquilo que lhes é ensinado. Quanto às causas do desemprego na atualidade, o *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II pressupõe que os estudantes possam não saber com exatidão como explicá-las ou até mesmo podem desconhecê-las, porém, ainda assim, pressupõe o fato de eles conseguirem argumentar melhor so-

bre o problema caso o tenham vivenciado, seja quando eles próprios ficam desempregados, seja ao compreenderem o sofrimento de alguns de seus familiares que estiveram ou ainda estejam nessa situação. Para levar isso a cabo, o caderno supracitado aconselha aos estudantes que realizam uma entrevista com pessoas que já tenham ficado desempregadas em algum momento de suas vidas. Depois, é recomendado que os professores arquivem os resultados de tais pesquisas, pois os utilizarão mais à frente nesta terceira situação de aprendizagem.

É válido pontuar que a vivência dos sujeitos constitui um aspecto importantíssimo da pesquisa científica e geralmente é compreendida pelas metodologias de observação participante, contudo, é igualmente crucial mostrar aos estudantes do ensino médio que a assim chamada vivência não é o suficiente para se entender um problema social, para tanto, é preciso também investigar a realidade concretamente, analisando seus aspectos estruturais e históricos que determinam o pensar, sentir e agir dos sujeitos sociais. Além disso, nunca se parte do nada, por isso, é igualmente necessário investigar a realidade a partir daquilo que já foi pesquisado sobre o problema em análise. Contudo, os *Cadernos de sociologia*, durante o desenvolvimento de suas situações de aprendizagem, ignoram a importância desses dois aspectos essenciais do fazer científico, o que pode incitar os estudantes a pensar que os sujeitos sociais podem compreender a realidade ao seu redor apenas com as impressões provenientes de sua forma singular de experimentação com o mundo, esquecendo que a sua vivência é determinada social e historicamente, portanto, lhes fica vedada a possibilidade compreender e criticar tais determinações, seja para transformá-las ou salvaguardá-las.

Transcendida essa etapa propedêutica do *Caderno* da 2ª SEM vol. II, o assunto a ser trabalhado na terceira situação de aprendizagem é dividido em três etapas: etapa 1, intitulada “Mercado de trabalho: emprego e desemprego”; etapa 2, denominada “Transformações no mundo do trabalho” e etapa 3, sob o título de “O sistema taylorista-fordista de produção e a acumulação flexível”.

No que diz respeito à etapa 1, pode-se observar uma análise de dados estatísticos sistematizados sobre as questões do emprego e do desemprego no estado de São Paulo. E esses dados foram produzidos por instituições de pesquisa, tais como: o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Ademais, o caderno supracitado estabelece dois parâmetros para examinar tais dados estatísticos. Em primeiro lugar, recomenda que se faça uma leitura resumida desses dados, expressos tanto na forma de tabelas

quanto na de gráficos, explicitando, por exemplo, o principal assunto trabalhado na tabela ou gráfico estudado; a fonte da qual foram retirados; o tipo de gráfico examinado, etc. Em segundo lugar, recomenda a elaboração de um questionário simples aos estudantes, por meio do qual são direcionados à leitura de cada uma das informações contidas na tabela ou no gráfico analisado. Na etapa 1, por exemplo, o *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II trabalha com três diferentes expressões estatísticas. A primeira delas é uma tabela sobre ocupação laboral; a segunda, um gráfico acerca da taxa de desemprego e, a última, novamente um gráfico, mas sobre as distintas formas do desemprego.

No que diz respeito ao primeiro dado estatístico analisado, ou seja, uma tabela intitulada como *Distribuição dos ocupados por posição na ocupação – Região metropolitana de São Paulo, 2010*<sup>10</sup>, é possível observar que são representadas as porcentagens de trabalhadores empregados com carteira assinada e informalmente, além de uma estimativa em porcentagem dos possíveis tipos de trabalhos realizados no estado de São Paulo, a saber: emprego autônomo, doméstico, familiar (sem remuneração) e, inclusive, o não-emprego, isto é, a condição do capitalista. Vale ressaltar que, na edição antiga do *Caderno* da 2ª SEM, em vez de uma tabela, observa-se a existência de um gráfico de setores denominado *Distribuição dos ocupados, segundo posição na ocupação – Estado de São Paulo 2006*<sup>11</sup>. Em ambas as versões, o objetivo central da análise desses dados é mostrar aos estudantes do ensino médio “as **vantagens** de um emprego com carteira assinada” (*Ibid.*, p. 24, grifos nossos) e como esta forma de trabalho é preponderante na sociedade brasileira, em especial, na região metropolitana de São Paulo. Depois de destacar o emprego de carteira assinada como algo *vantajoso* aos trabalhadores, os cadernos supramencionados elencam alguns dos direitos trabalhistas constitucionais, tais como: o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); as férias remuneradas; o 13º salário; o seguro-desemprego e a aposentadoria via pagamentos no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O destaque no termo vantagens é importante, porque demonstra como a exposição do problema do emprego e do desemprego no *Caderno* da 2ª SEM vol. II implicitamente compartilha o ponto de vista das classes dominantes, em especial da empresarial, pois ignora o fato de os direitos trabalhistas, garantidos pela carteira de trabalho, terem sido conquistados

---

<sup>10</sup> A fonte disponibilizada pelo *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II para se acessar a tabela originalmente produzida pelo DIEESE está corrompida. Contudo, encontrei os mesmos dados em uma tabela que abrangia outros anos além do de 2010 e a referenciei no anexo desta dissertação. Tais informações podem ser consultadas no Anexo VI.

<sup>11</sup> A fonte desse gráfico, citada no *Caderno* da 2ª SEM vol. II, está igualmente inacessível, mas o gráfico com a fonte corrigida pode ser observado no anexo VII.

mediante diversas manifestações operárias realizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo durante todo o começo do século XX, em especial na década de 1920, representando o desejo da classe trabalhadora de conquistar melhores condições de vida e trabalho. Além disso, tal visão elitista da carteira de trabalho corrobora a ideologia que Getúlio Vargas queria imprimir sobre o processo de conquista popular dos direitos trabalhistas, ou seja, que elas teriam sido um favor concebido pelo governo varguista a fim de cooptar a classe trabalhadora ao guarda-chuva do Estado, via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943. Portanto, entender o trabalho com carteira assinada como uma vantagem da classe trabalhadora perante outras formas precárias de serviço, é uma maneira demasiado mesquinha e típica das classes empresariais de se referir a essa questão. De fato, em plena era de ascensão de formas precárias, temporárias ou assim chamadas flexíveis de se organizar o trabalho, o emprego de carteira assinada é interpretado pelo empresariado como uma espécie de regalia dos trabalhadores, uma vez que lhes obriga a investir mais do que gostariam com capital variável. Além disso, não se pode ignorar a mudança do panorama do mundo do trabalho de 2010 em comparação com o atual, pois os quadros de emprego com carteira assinada reduziram-se drasticamente e a CLT foi modificada via reforma trabalhista em 2017 (Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017), beneficiando os empresários em detrimento dos trabalhadores, uma vez que aumentou o tempo padrão da jornada de trabalho de 8 para 12 horas diárias, normatizou práticas precárias de trabalho como o assim chamado serviço intermitente, enfraqueceu os sindicatos, forçou o trabalhador a negociar seus direitos trabalhistas direto com seu empregador, entre outras precarizações. Uma explanação minuciosa desse assunto pode ser consultada em *Contribuição à crítica da reforma trabalhista*, elaborada em 2017 pelo Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT) da Unicamp.

Enfim, a última observação que o *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II realiza antes de começar a análise do próximo gráfico, orbita sobre o fato de os trabalhadores sem carteira assinada estarem desprovidos de qualquer direito constitucional, mas, ainda assim, podem exigir seus direitos via Justiça do Trabalho. Também é ressaltado que o trabalhador autônomo precisa contribuir com o INSS para ter garantida sua aposentadoria, bem como os empregados (as) domésticos (as) têm direito a carteira assinada, embora a maioria de seus empregadores descumpra a lei, evitando registrá-los (as). Essa informação remete ao contexto da época em que os últimos *Cadernos de sociologia* foram publicados, isto é, o ano de 2014. Daquele ano para cá, as relações no mundo do trabalho no Brasil se tornaram mais precárias,

pois, a partir de 2017, mediante a aprovação da reforma trabalhista e da lei da terceirização (Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017), todas as práticas que outrora eram consideradas ilegais e informais tornaram-se legitimadas pela lei, portanto, não há mais como recorrer contra elas na Justiça.

No que refere ao segundo dado estatístico analisado, tanto os *Cadernos de sociologia* antigos quanto os novos lançam mão da mesma informação, isto é, um gráfico de barras nomeado como *Taxas de desemprego e de participação – Estado de São Paulo, 2006*<sup>12</sup>, cujo exame possibilita constatar que, em todas as regiões do estado de São Paulo, a taxa de participação (soma dos índices de pessoas empregadas e/ou que estão procurando emprego) é mais alta do que a taxa de desemprego, contudo, ainda assim, no geral, os índices de desemprego ainda são alarmantes, variando entre 11,3 e 20,7% da população do estado de São Paulo. Além disso, o *Caderno* da 2ª SEM vol. II explicita a tendência de o desemprego atingir majoritariamente a população jovem, mais especificamente, 43,9% dos jovens que têm entre 10 e 17 anos e 24,9% dos que têm entre 18 a 24 anos estão desempregados, ademais, como se isso não fosse por si só preocupante, esse caderno ainda sublinha que os índices de desemprego tem se mostrado ainda maiores entre os jovens com baixa escolaridade, para ser mais exato, 20,5% deles estão desempregados (CASA CIVIL; FUNDAÇÃO SEADE, 2006).

Após analisar os dados sobre o desemprego provenientes do SAEDE, o *Caderno* da 2ª SEM vol. II recomenda a leitura do artigo *Ipea: jovens são 46,6% de desempregados no País*, publicado por Carolina Ruhman em maio de 2008 no jornal *O Estado de São Paulo*<sup>13</sup>. De acordo com Ruhman (2008), o desemprego entre os jovens brasileiros é alarmante e, como se isso não fosse suficientemente problemático, segundo a estimativa do próprio Ipea, a discrepância que existe entre as taxas de desemprego dos jovens em relação aos adultos tende apenas a aumentar. Ainda por cima, a notícia supracitada demonstra que os resultados alarmantes constatados na realidade brasileira em 2005, isto é, 46,6% dos jovens desempregados, são analogamente visíveis em outros países como México (40,4%), Argentina (39,9%), Reino Unido (38,6%) e EUA (33,2%). Ademais, de acordo com o IPEA, a principal causa para os altos índices de desemprego na população jovem é o fato deles ainda não terem definido a ocu-

---

<sup>12</sup> A fonte desse gráfico, tal como é apresentada pelo *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II, está corrompida, mas o gráfico com a fonte corrigida pode ser observado no anexo VIII.

<sup>13</sup> A matéria de Carolina Ruhman, dentro do *Caderno* da 2ª SEM vol. II, aparece referenciada da seguinte maneira: RUHMAN, Carolina. Ipea: jovens são 46,6% de desempregados no País. *O Estado de S. Paulo*, 20 maio 2008. Disponível em: <[http://www.estadao.com.br/economia/not\\_econ175595,0.htm](http://www.estadao.com.br/economia/not_econ175595,0.htm)>. Acesso em: 3 dez. 2013. Contudo, esse caminho leva a uma página corrompida, por isso foi necessário procurar uma fonte válida nos bancos de dados online do Estadão e elencada corretamente nas referências bibliográficas desta dissertação.

pação que desempenharão durante suas vidas, o que, supostamente, provoca um alto índice de *rotatividade* no mercado de trabalho. O instituto de pesquisa citado constata também que a baixa escolaridade é outra das possíveis causas da gritante taxa de desemprego que assola a juventude brasileira, uma vez que “cerca de 34% dos jovens entre 15 e 17 anos ainda estão no Ensino Fundamental, enquanto apenas 12,7% dos jovens de 18 e 24 anos frequentam o Ensino Superior” e, além disso, a “proporção de jovens fora da escola é crescente, conforme a faixa etária: 17% entre os com idade de 15 a 17 anos; 66% entre 18 e 24 anos e 83% entre 25 e 29 anos, sendo que muitos deles não chegaram a completar o Ensino Fundamental” (RUHMAN, 2008).

Dito isso, o *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II, apoiando-se nos dados do Ipea, ressalta que o gritante desemprego entre os jovens não é um problema recente da década de 2000, mas, em vez disso, é uma tendência no Brasil desde 1990. Em seguida, afirma que, de modo geral, o desemprego varia de forma inversamente proporcional a faixa etária dos jovens. Contudo, destaca ainda que a desocupação varia de forma diretamente proporcional a faixa etária dos jovens, quando se leva em conta também a sua escolaridade, ou seja, quando mais velho e mais tempo fora da escola, maior a chance de estar desempregado. Enfim, o caderno supracitado reafirma que as causas do problema do desemprego, segundo o Ipea, são, em primeiro lugar, a rotatividade de empregos proveniente das inúmeras tentativas profissionais dos jovens em busca de sua vocação; em segundo lugar, a baixa qualificação e experiência desses jovens, o que intensifica seu desemprego, pois os empresários se sentem mais confortáveis tanto em contratá-los quanto em demiti-los e, em último lugar, a baixa escolaridade dos jovens que os afasta da possibilidade de conquista de um emprego estável e ou bem remunerado. Ademais, antes de iniciar a análise da última informação estatística sistematizada, o *Caderno* da 2ª SEM vol. II estimula os professores a questionar seus estudantes se o problema do desemprego mudou de 2005 para os dias de hoje, e depois recomenda a visita ao *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para responder ao questionamento anteriormente proposto.

No que diz respeito a última informação estatística analisada, há diferenças entre os dados utilizados nos *Cadernos* da 2ª SEM antigos em relação aos novos. Nos *Cadernos* de 2014 encontra-se um gráfico de barras sobre taxas de desemprego denominado *Taxas de desemprego, segundo tipo (região metropolitana de São Paulo) – 2003-2012 (em %)*<sup>14</sup>, cuja lei-

---

<sup>14</sup> A fonte desse gráfico, tal como está impresso no *Caderno de sociologia* da 2ª SEM do ano de 2014 (vol. II), está inacessível. Contudo, o gráfico com a fonte corrigida pode ser observado no anexo IX.

tura incita concluir, em síntese, que a taxa de desemprego aberto (taxa de desempregados que procuraram ativamente serviço e não encontram) e oculto (desempregados que procuraram emprego, mas desistiram, ou que estão em empregos informais, “bicos” e/ou trabalham sem assalariamento para familiares) diminuíram no intervalo de 2003 até 2012, mais precisamente, de 19,9 % para 10,9%. Por outro lado, no *Caderno* de 2009, foi apresentado um gráfico de barras intitulado *Taxas de desemprego, por tipo – Região Metropolitana de São Paulo 2008-2009*<sup>15</sup>, cuja análise incita no leitor a percepção de que houve uma diminuição média nos índices de desemprego aberto e oculto, os quais somavam 13,6% em janeiro de 2008 e reduziram-se para 11,8% em dezembro desse ano.

Para finalizar a Etapa 1, o *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II recomenda aos estudantes lerem um trecho da obra *A máquina e a revolta* (1984) de Alba Zaluar na qual são brevemente narrados três relatos de jovens sobre fome, desemprego e criminalidade. O jovem 2 afirma ter “muita gente aí” que “vira marginal por causa desse motivo”, ou seja, por causa da fome (ZALUAR, 1994, p. 121). O jovem 1 diz “minha mãe nunca me ensinou a roubar” e ressalta “já passei necessidade, mas nunca cheguei a isso de meter a mão” (*Id. Ibid.*). E jovem 4 finaliza a citação explicitando que “todos os pobres têm um momento na vida que aperta de lá, aperta de cá”, ele mesmo destaca o fato de seus pais estarem desempregados, porém termina comentando orgulhosamente: “agora, minha mãe trabalha em três serviços, meu pai trabalha de segunda a segunda” e “mais vale ele [seu irmão] lá na obra que tá de revólver na mão...” (*Id. Ibid.*).

Em síntese, a etapa 1 concentrou-se quase que em sua totalidade na apresentação do assim chamado mercado de trabalho brasileiro aos estudantes do ensino médio, pintando um quadro de regressão nos índices de desemprego que não mais condiz com a realidade brasileira atual. Recorrendo aos resultados das pesquisas das mesmas instituições de pesquisas estatísticas citadas pelos *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II, por exemplo, a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do ano passado, revela que a taxa de desemprego aumentou gritantemente de 10,4% em 2013 para 18% em 2017, embora tenha caído para 16,6 % em 2018<sup>16</sup>. Esse quadro preocupante de desemprego exponencial também é comprovado pelo IBGE, pois “os resultados da PNAD Contínua, de 2012 a 2017, evidenciam que, até 2014, o

---

<sup>15</sup> A fonte desse gráfico, tal como está impresso no *Caderno de sociologia* da 2ª SEM do ano de 2009 (vol. III), está corrompida. Ainda assim, o gráfico com a fonte corrigida pode ser observado no anexo X.

<sup>16</sup> Para mais informações consultar: DIEESE. Pesquisa de emprego e desemprego – Região Metropolitana de São Paulo – Resultados médio anuais de 2018 – nº 410. 5 p. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisedped/2018/2018pedsao.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

mercado de trabalho brasileiro apresentou incremento da ocupação, sobretudo do emprego formal”, contudo, “nos três anos seguintes” esses “resultados positivos foram parcial ou completamente revertidos” (IBGE, 2018, p. 19).

No que diz respeito a etapa 2 da terceira situação de aprendizagem do *Caderno* da 2ª SEM vol. II, nota-se a recomendação para que se retome as pesquisas que os estudantes fizeram com seus parentes ou conhecidos sobre as causas do desemprego, durante o tópico introdutório dessa situação de aprendizagem. É também sugerido que se organize as entrevistas em faixas etárias, a fim de perceber a variação etária dos índices de desemprego coletados. Por fim, o caderno mencionado sublinha a importância de analisar as respostas que os estudantes trouxeram sobre a questão do porquê de as pessoas ficarem desempregadas. A partir da análise das respostas, é possível, segundo o *Caderno* da 2ª SEM vol. II, não só reafirmar as causas já apontadas pelos instituto de pesquisas estatísticas supraditas (desqualificação profissional, baixa escolaridade, etc.), mas também indicar a existência de *transformações no mundo do trabalho*, tais como: a automação dos processos produtivos, a diminuição dos postos de trabalhos oferecidos pelo mercado, aumento da exigência de formação profissional, entre outras. No entanto, a análise que o *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II fez dos gráficos sobre ocupação, desemprego e participação, não permite que se constate o porquê da redução ou do aumento nas taxas de desempregos ou da elevação ou queda nos índices de empregos formais. Aliás, por meio dessas análises, no máximo, é possível observar uma descrição didática dos dados apresentados nos gráficos supracitados, os quais, por sua vez, até podem demonstrar a queda das taxas de desemprego entre os anos de 2003 e 2012, mas não são capazes, por si mesmos, de responder quais seriam as causas de tal queda. Para adequadamente compreender as causas da queda no desemprego naquela intervalo de tempo, os dados estatísticos acerca dessa época não são o suficiente, para além deles, é necessário lançar mão de uma investigação política, social e econômica da conjuntura política brasileira da década de 2000 e de suas relações com o panorama mundial nesse mesmo período, levando em conta, em especial, a explosão, em 2008, de mais uma das crises cíclicas de superprodução e subconsumo do capital, a qual, necessariamente, influenciou (e ainda hoje influencia) a realidade sócio-histórica brasileira.

Após partir das experiências singulares das entrevistas coletadas pelos estudantes, o caderno aludido orienta-se em um excerto do estudo (2008) elaborada por Maria Carla Corrochano, Maria Inês Caetano Ferreira, Maria Virgínia de Freitas e Raquel Souza, mais especifi-

camente, nos parágrafos iniciais da introdução dessa obra, para levantar duas observações. A primeira delas diz respeito a ideia de que, após o término da escolaridade, o trabalho (assalariado) “tradicionalmente” representa “um marco importante da transição dos jovens para a vida adulta”, mas na realidade dos assim chamados países subdesenvolvidos, como o Brasil, essa tendência não se aplica, uma vez que a “maioria dos” seus “jovens” iniciam sua “vida ativa antes mesmo da conclusão da escolaridade” e, geralmente, combinam “trabalho e estudo” (CORROCHANO [et al.], 2008, p. 9). A segunda observação, desdobrada diretamente da primeira, consiste em mostrar que a tendência de ingresso precoce dos jovens no mercado de trabalho é proveniente de transformações desenvolvidas no mundo do trabalho a partir da década de 1970, nos países ditos desenvolvidos, e após a década de 1980, no Brasil. Tais transformações englobam tanto a diversificação e fragmentação dos mercados de trabalho quanto o crescimento contraditório de “um grupo de trabalhadores com alta qualificação”, exercendo “atividades em período integral”, cujos “direitos trabalhistas” estão “assegurados” ao lado de “uma grande massa de trabalhadores pouco qualificados, ocupando postos de trabalho precários, mal remunerados, muitas vezes sem quaisquer direitos trabalhistas” e, como se essa contradição já não bastasse por si só, “ainda” se percebe a acentuação de “um número cada vez maior de desempregados” (*Id. Ibid.*). Faz-se necessário destacar que o *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II ocultou o fato de Corrochano ter chegado a tais conclusões a partir da leitura de *Metamorfoses do trabalho* (2004) de André Gorz e *Condição pós-moderna* (1992) de David Harvey. Além disso, as transformações sofridas pelo mundo do trabalho a partir de 1970 tornaram o desemprego um problema estrutural da sociedade capitalista, o que, exigiu cada vez mais da classe trabalhadora “novas qualificações e maior escolaridade”, enquanto, por outro lado, “são criadas formas degradadas ou precárias de trabalho. Logo, as transformações no mundo do trabalho são extremamente *contraditórias*” (SÃO PAULO, 2014b, p. 35).

Avançando para o final dessa situação de aprendizagem, chega-se a etapa 3, na qual o *Caderno* da 2ª SEM vol. II analisa as assim chamadas *administrações científicas do trabalho*, entretanto, faz-se necessário pontuar que essa terminologia não aparece nos *Cadernos de sociologia*, na realidade, essa é maneira como Frederick Winslow Taylor define o seu sistema, por isso, nesse tópico, optou-se por assim denominar as estratégias de controle patronal das relações sociais no mundo do trabalho, desde as últimas décadas do século XIX até os presentes anos do século XXI<sup>17</sup>. Posto isso, inicialmente, esse caderno assinala que o objetivo dos pro-

---

<sup>17</sup> Para mais informações a respeito das administrações científicas do trabalho recomenda-se a leitura de *A fábrica da educação* (2017) de Ricardo Antunes e Geraldo Augusto Pinto.

cessos que transformaram a dinâmica da produção capitalista era aumentar exacerbadamente a produtividade do trabalho e, ainda por cima, reduzir o tempo gasto na produção. Em seguida, elabora uma breve definição do taylorismo e do fordismo. Nas palavras do *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II, “por taylorismo, entendemos as modificações introduzidas por Frederick W. Taylor no modo de produzir, no final do século XIX, sustentadas essencialmente por um estudo de tempos e movimentos” e por “fordismo” o sistema produtivo que tem “como principal elemento a introdução, por Henry Ford, em 1913, da linha de montagem com esteira na produção de automóveis”, além de ser também caracterizado pela “ampla divisão do trabalho, produção em massa de bens padronizados, sindicatos relativamente fortes e aumentos reais de salários” (*Id. Ibid.*).

Contudo, o panorama positivo que os *Cadernos de sociologia* fazem a respeito do fordismo é exagerado, em primeiro lugar, porque, segundo Antunes e Pinto (2017), a esteira rolante e a linha de produção já existiam nos frigoríficos da cidade estadunidense de Detroit desde 1913, o que Ford fez foi apenas aplicar um sistema que já existia para a produção em massa de automóveis. Além disso, dizer que o fortalecimento do sindicato, ainda que relativamente, seja uma característica do fordismo é no mínimo uma contradição em termos, pois os sindicatos se opuseram aos sistemas patronais de controle do trabalho, contudo, com a explosão das guerras mundiais que demandavam uma produção massiva e rápida, esses sistemas tiveram mais facilidade de serem implantados, vencendo a resistência sindical daquela época. Todavia, não se pode esquecer que a massividade e rapidez da produção no taylorismo e no fordismo eram alcançadas às custas do bem-estar da classe trabalhadora, a qual era forçada a se submeter a rotinas de trabalho cada vez mais intensivas e alienantes, apesar de obterem um rendimento maior por isso, seja no sistema de bonificações tayloristas, seja no *five dollars day* [cinco dólares ao dia] fordista. Ademais, de acordo com Antunes e Pinto (2017), não se pode deixar de pontuar que *five dollars day* atuou mais como uma forma de acentuar o controle sobre os empregados da Ford Company e menos como uma política de aumento real de salários. A tese dos autores supracitados se embasa no fato de a Ford Company realizar demissões em massa dos trabalhadores que criticavam o seu sistema e contratar detetives particulares para fiscalizar a vida pessoal dos seus empregados a fim de dispensar todos aqueles que não se enquadrassem no perfil exemplar de funcionário, dentro da concepção moralista do senhor Ford. Evidentemente, essas práticas de controle vigente na Ford Company enfraqueceram e não fortaleceram o sindicalismo estadunidense.

Após apresentar sumariamente o taylorismo e o fordismo, o *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II, afirma que “a junção do controle de tempo com a esteira na linha de produção recebeu o nome de taylorismo-fordismo”, ressaltando que “esse foi o sistema de produção predominante até a década de 1960” (SÃO PAULO, 2014d, p. 36). O caderno supracitado também comenta que o taylorismo-fordismo intensifica excessivamente as funções de trabalho, ao ponto de os trabalhadores parecerem ser apenas engrenagens do sistema produtivo, como também sistematiza dubiamente as tarefas dos trabalhadores no processo de produção. Pois, por um lado, as tarefas intelectuais se tornam encargo específico da gerência das fábricas e, por outro lado, as tarefas manuais restringem-se a serem as únicas atividades que o trabalhador deve realizar. E, por fim, de acordo como *Caderno* da 2ª SEM vol. II, o sistema taylorista-fordista entra em declínio a partir da década de 1960, principalmente por conta do fenômeno da globalização e do acirramento da competição entre as nações no mercado mundial. No entanto, nada se comenta a respeito de o sistema taylorista-fordista ter entrado em crise por conta de uma tendência cíclica própria do capital, a saber, a incompatibilidade entre sua produção em larga escala e o consumo precário de grande parte dos sujeitos que vivem do trabalho. Grosso modo, o capital tende a se acumular exponencialmente, intensificando o abismo socioeconômico entre capitalistas e proletários, contudo, como a sociedade governada pelo capital é uma sociedade produtora de mercadorias, quando estas últimas não encontram escoamento suficiente em relação a proporção em que são produzidas, o sistema trava e as crises econômicas explodem. Como já foi discutido n’*A ideologia alemã*, “todas as colisões na história têm sua origem na contradição entre as forças produtivas e a forma de intercâmbio” (MARX; ENGELS, 2007, p. 61), mas, a cada nova crise entre modo de produção e forma de intercâmbio que acontece no sistema capitalista, ele imediatamente protege a si mesmo, recria-se, e foi dentro desse movimento autodefensivo do capital que surgiram as administrações científicas do trabalho. Muda-se a forma, mas a essência potencialmente contraditória permanece.

A partir do declínio das administrações científicas do trabalho de Taylor e Ford, segundo o *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II, surge “uma nova ordenação social e política definida com base em um novo modo de produzir” a qual foi denominada pelo geógrafo David Harvey, em sua obra *Condição pós-moderna*, como “regime de acumulação flexível” de capital (SÃO PAULO, 2014d, p. 36). Antes de prosseguir com a exposição do *Caderno* da 2ª SEM vol. II, faz-se necessário destacar que a era da acumulação flexível do capital não consti-

tui uma mudança estrutural na sociedade capitalista, pois não houve nenhum revolucionamento no modo de produção pautado na criação de mercadorias e no acúmulo de capital, em vez disso, houve uma mudança na forma com que esse sistema leva a cabo sua autorreprodução. Do ponto de vista do caderno supracitado, a acumulação flexível é um sistema produtivo “caracterizado por uma intensa racionalização, com a introdução da microeletrônica e, principalmente, pela flexibilidade de tudo que se refere à produção”, desde “as condições técnicas em que o trabalho é realizado” até “os padrões de relacionamento dos trabalhadores entre si” (*Id. Ibid.*). Em síntese, esse sistema de acumulação flexível pode ser entendido como “um processo de produção ‘enxuto’, em que os desperdícios de materiais e mão de obra”, como também os “grandes estoques devem ser evitados” (*Ibid.*, p. 37). Além disso, nessa nova forma de se organizar o trabalho, evita-se a especialização exacerbada das funções de trabalho, tão caras tanto ao taylorismo quanto ao fordismo, em contrapartida, é exigido ao trabalhador que se torne “**polivalente**”, isto é, que seja capaz de realizar “mais de uma tarefa, operando mais de uma máquina”; deixe de se fixar “a um posto de trabalho na linha de produção” para trabalhar “em grupos ou equipes” e, enfim, “**participe** das decisões, fornecendo sugestões para melhorar a produção e aumentar a produtividade” (*Id. Ibid.*). E qual seria a consequência imediata dessas modificações na forma de se produzir a partir da década de 1970? Em primeiro lugar, é exigido aos antigos trabalhadores do sistema taylorista e/ou fordista que abandonem suas antigas profissões especializadas e requalifiquem-se “para o trabalho nessas novas condições, ampliando a sua escolaridade e formação profissional” e, em segundo lugar, a flexibilização das relações de trabalho produz igualmente formas de trabalho mais flexíveis, marcadas pelos “baixos salários, longas jornadas de trabalho com o aumento das horas extras” e “intensificação do ritmo do trabalho” (*Id. Ibid.*). Em poucas palavras, subtrai-se cada vez mais os empregos estáveis, e explode exponencialmente as “formas **precárias**” de trabalho, “geralmente acompanhadas por uma redução nos salários, sem garantias ou benefícios sociais” (*Id. Ibid.*).

Essa situação de aprendizagem se encerra com o artigo *A cultura do desemprego anunciado*, de José de Souza Martins, publicado em fevereiro de 2009 no jornal O Estado de São Paulo. Esse artigo começa refletindo sobre as consequências da crise imobiliária mundial de 2008 – cujo epicentro foi os Estados Unidos, diga-se de passagem –, em especial, um novo problema do mercado de trabalho que se desenvolveu a partir dela, a saber: o desemprego anunciado. Dito de outra forma, no ponto de vista de Martins (2009), há cerca de um século e meio os trabalhadores se aterrorizavam com a demissão, pois ela não só manchava sua trajetó-

ria profissional, mas também era encarada como insucesso pessoal, em vez de um fenômeno social e estrutural, tal como o é atualmente. Após a frenesi econômica dos anos 1970, isto é, na época em que o desemprego se tornou uma realidade estrutural, o sociólogo brasileiro afirma que naquela nova ordem social emergente a culpa do desemprego foi transferida aos próprios trabalhadores. Nessas circunstâncias, “o desempregado individual passou a ser a vítima do desemprego social, cabendo-lhe definir as estratégias para superar ou contornar essa interiorização de um problema coletivo, que não causou” (MARTINS, 2009). De acordo com José de Souza Martins, atualmente, as pessoas se acostumaram com a cultura do desemprego anunciado, ou seja, todos que ingressam no mercado de trabalho já esperam, mais cedo ou mais tarde, serem demitidos, pois “um número extenso de famílias da classe trabalhadora e da classe média já experimentou ou tem experimentado continuamente” o fato de um de seus membros estar “desempregado” ou “empregado precariamente” (*Id. Ibid.*). Por fim, isso gera uma cultura do medo, da incerteza e do conformismo que “muda padrões de comportamento, reforça a dependência material de uns em relação aos outros”, fragilizando “a coesão social” e, ao mesmo tempo, “promove o descrédito dos valores de referência da conduta de cada um e de todos” (*Id. Ibid.*).

Tanto a interpretação resumida da *Condição pós-moderna* de Harvey quando a reprodução do artigo de José de Souza Martins contidas no *caderno de Sociologia* da 2ª SEM vol. II apresentam as características gerais das relações desenvolvidas no mundo do trabalho pós década de 1970, mas a exposição de ambas não está preocupada em apresentar de forma satisfatória a origem e o porquê do desenvolvimento desses fenômenos e problemas sociais. Para os *Cadernos de sociologia*, basta expor como esses problemas funcionam para que os estudantes saibam como lidar com eles, como operá-los. Não há nenhum tipo de pretensão nesses cadernos de questionar ou mesmo apresentar alguns dos pesquisadores que se dedicaram a estudar as administrações científicas do trabalho, criticando suas consequências e apresentando alternativas para superá-las. E não são poucos, podemos citar, por exemplo, dois especialistas brasileiros nas pesquisas sobre o mundo do trabalho que foram ignorados, isto é, Ricardo Antunes e Geraldo Augusto Pinto.

### **3. A CATEGORIA TRABALHO EM MARX**

#### **3.1. Formas histórico-concretas de trabalho no ocidente europeu, desde as sociedades pré-capitalistas até a era da grande indústria**

A categoria trabalho desdobra-se de uma pesquisa exaustiva e minuciosa levada a cabo por Marx e Engels sobre a dinâmica da realidade histórica do ocidente europeu. A partir desse estudo, Marx expõe as formas histórico-concretas de trabalho desenvolvidas nas sociedades assim chamadas pré-capitalistas, em seguida, analisa a forma histórico-concreta do trabalho na sociedade capitalista, dividindo tal análise em dois momentos, o primeiro deles abrange a época da ascensão do capital, entre os séculos XVI e XVIII, isto é, na era da manufatura e, o segundo, abarca o período da grande indústria, durante a segunda metade do século XVIII até o final do século XIX, quando o sistema capitalista já se mostra cabalmente constituído. Todavia, para evitar confusões e polêmicas desnecessárias, será brevemente explicado a diferença existente entre os termos “forma histórico-concreta de trabalho” e “trabalho concreto”. Desse modo, é preciso ter em mente que há entre essas expressões uma diferença de forma e conteúdo. Em outras palavras, ambas tratam da mesma questão, ou seja: uma atividade produtiva capaz de transformar a natureza conforme as necessidades humanas. Contudo, no primeiro caso, na “forma histórico-concreta de trabalho”, trata-se da maneira determinada com que essa atividade produtiva se realiza, ou seja, do “como” ela aparece nos diferentes períodos da história. No segundo caso, no “trabalho concreto”, trata-se do conteúdo, “do que” está sendo realizado, isto é, do “dispêndio de força humana” fisiológica (física ou mental), “numa forma específica, determinada à realização de um fim” e, conseqüentemente, criador de “valores de uso” (MARX, 2013, p. 124). Portanto, o trabalho do alfaiate, do marceneiro, do agricultor, entre outros trabalhos que produzem valores de uso, são exemplos de trabalhos concretos. Contudo, quando se compara o trabalho de cultivo da terra realizado por um membro das comunidades arcaicas com o trabalho do servo (também agricultor) na gleba do senhor feudal, é perceptível que se tratam de duas formas concreto-históricas distintas de se realizar um mesmo trabalho concreto; o de agricultor autossuficiente. Ademais, embora isso soe paradoxal, a forma histórico-concreta de trabalho que se expressa com mais preponderância no capitalismo é o trabalho abstrato, ou seja, uma atividade produtiva monótona, padronizada e simplificada que abstrai da atividade produtiva humana justamente o seu potencial concreto de produção e

apropriação de objetos úteis. Todavia, as diversas categorias de trabalho teorizadas por Marx serão discutidas com mais detalhes no desenvolvimento do tópico 3.2 desta dissertação.

Antes de começar a exposição da categoria trabalho em Marx, vale sublinhar o fato de o *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II não expor sua noção de trabalho respeitando auto-crítica marxiana, contida no prefácio da *Contribuição à crítica da economia política*, na qual explicita-se a necessidade de sempre começar a exposição dos resultados da pesquisa científica a partir da concretude do material investigado. Aliás, segundo a exposição da noção de trabalho desse caderno, elaborada no segundo capítulo desta dissertação, mostra-se evidente o fato dele começar pelo abstrato, pelo conceito que desenvolveu sobre a categoria trabalho, e só depois apresentar a realidade concreta na qual esse conceito se embasa. Nesse sentido, fatalmente incorre-se no inconveniente de parecer defender um axioma *a priori* a pesquisa e, em seguida, tentar convencer o seu leitor de que essa máxima apriorística é verdadeira – equívoco que Marx reconhece ter cometido em seus primeiros rascunhos e esboços de textos elaborados para seu próprio esclarecimento. Além disso, a exposição da realidade concreta realizada pelo *Caderno* da 2ª SEM vol. II, tal como foi discutido no capítulo anterior, também apresenta lacunas expositivas. Levando isso em consideração, pretende-se aqui esquivar-se dos inconvenientes da exposição realizada pelos *Cadernos de sociologia*, reconhecendo a importância do rigor metodológico do materialismo histórico e dialético que erige como princípio a necessidade de a investigação científica começar pela realidade concreta para, somente depois, alcançar o momento da análise teórica. Sendo assim, vale pontuar que é exatamente dessa maneira que se procede aqui, uma vez que se pretende aplicar o materialismo histórico ao próprio Karl Marx, ou melhor, ao estudo de sua obra. Em outras palavras, a presente exposição da categoria trabalho em Marx começará pela apresentação do exaustivo material histórico no qual Marx se debruçou, isto é, as formas histórico-concretas do trabalho no ocidente europeu<sup>18</sup> – contidas em algumas partes dos *Grundrisse* e em alguns capítulos do Livro I d’*O capital* – para, em seguida, acompanhar o pensamento marxiano até que ele chegue à análise teórica por meio da qual elaborou a categoria trabalho propriamente dita.

Indícios das investigações históricas de Marx aparecem em meio a imensidade de sua obra, tanto em seus trabalhos resultantes de parceria intelectual com Engels, quanto em suas

---

<sup>18</sup> A análise material, dialética e histórica que Marx elabora sobre o desenvolvimento histórico do ocidente europeu foi ideologicamente tachada como evolucionista por alguns marxistas vulgares, ideólogos do capital, ou mesmo intelectuais de vertentes teóricas não marxistas, desconhedores da obra marxiana. Ao leitor que está recentemente entrando em contato com as contribuições históricas da pesquisa marxiana, recomenda-se, antes de iniciar a leitura deste capítulo, consultar primeiro o apêndice que elaborei para elucidar essa questão.

empreitadas particulares. Faz-se necessário pontuar que, mesmo nas obras assinadas apenas por Marx, a interlocução intelectual entre ele e Engels sempre existiu. Aliás, quando não era possível a eles ler e discutir, cara a cara, as obras um do outro, recorriam ao intercâmbio epistolar. Contudo, a fim de se entender a concretude do trabalho levado a cabo nas assim chamadas civilizações pré-capitalistas ocidentais (leia-se as sociedades tribais, antigas e feudais), lança-se mão, neste tópico da dissertação, de duas obras marxianas fundamentais: *A ideologia alemã* e os *Grundrisse*. Além disso, a presente exposição concentra-se em analisar as formas histórico-concretas de trabalho desenvolvido nas sociedades supracitadas, a partir de cinco aspectos: 1º) a relação entre trabalhadores e a realidade sócio-histórica na qual se encontram; 2º) a relação dos trabalhadores com seus meios de produção; 3º) o comportamento dos trabalhadores perante o resultado de sua atividade produtiva; 4º) a maneira como os trabalhadores garantem sua sobrevivência e 5º) a relação entre trabalhadores e os demais sujeitos sociais de sua época.

No que diz respeito a primeira forma concreta de trabalho investigada por Marx na história ocidental, o *trabalho tribal*<sup>19</sup>, pode-se afirmar de antemão que a partir dela os trabalhadores relacionam-se com as “condições objetivas de seu trabalho como sua propriedade”, ou seja, os sujeitos sociais concebem a si mesmos como detentores “das condições de sua realidade”, não se enxergam na qualidade de “trabalhadores, mas como proprietários” (MARX, 2011, p. 388). Ademais, o objetivo fundamental do trabalho tribal é a manutenção da vida do “proprietário singular e de sua família”, por isso, embora seja perfeitamente possível se produzir para além da subsistência familiar e trocar tal “trabalho excedente” por trabalho de outros proprietários, a prática da acumulação não se mostra, em nenhum sentido, algo de grande relevância nas sociedades tribais (*Id. Ibid.*). Segundo Marx, a forma mais antiga de trabalho tribal é o extrativismo nômade e gregário, pois “os seres humanos não são sedentários por na-

---

<sup>19</sup> É preciso destacar que Marx não utiliza essa expressão em suas obras, em vez disso, ele separa os períodos da história europeia ocidental a partir das transformações nas relações de propriedade que nela ocorreram. Contudo, como Marx pontua ser “a *propriedade*, por conseguinte, originalmente nada mais [...] que o comportamento do ser humano em relação às suas condições naturais de produção...” (MARX, 2011, p. 403) e, em seguida, completa esse raciocínio afirmando que “*propriedade* quer dizer [...] comportamento do sujeito (que se reproduz) que trabalha (que produz) em relação às condições de sua produção ou reprodução como condições que são suas. Por isso, a propriedade também terá formas distintas segundo as condições dessa produção” (*Ibid.*, p. 406). Posto isso, opta-se aqui por analisar historicamente, e segundo Marx, as relações de produção que os sujeitos sociais estabeleceram com a natureza. Portanto, escolhi usar o termo “trabalho tribal” para diferenciar o trabalho concreto realizado nas sociedades tribais ocidentais das demais formas de trabalho existentes em outras sociedades pré-capitalistas europeias, tais como na sociedade antiga e na sociedade feudal. Em síntese, para tornar a exposição fluida considereí válido denominar cada uma das diferentes formas concretas de trabalho pré-capitalistas segundo a sociedade na qual elas se desenvolveram, chegando, assim, respectivamente em três termos: trabalho tribal, trabalho antigo e trabalho feudal.

tureza” (*Id. Ibid.*), ao contrário, “a propriedade é originalmente *móvel*, porque o ser humano apodera-se primeiramente<sup>20</sup> dos frutos da terra já prontos...” (*Ibid.*, p. 403). Dito de outra maneira, o trabalho nas sociedades tribais, grosso modo, consiste na atividade coletiva de retirar da natureza tudo aquilo que for preciso para a sobrevivência – seja através da caça, da pesca, do extrativismo, da agricultura ou do pastoreio –, provavelmente transitando de uma região para a outra quando houver escassez de alimentos no local em que a comunidade tribal temporariamente se estabeleceu, ou quando tal lugar de fixação temporária não oferecer mais proteção contra animais e outras civilizações hostis.

Nesse sentido, “a terra” (leia-se a natureza) mostra-se como sendo “o grande laboratório, o arsenal, que fornece tanto o meio de trabalho quanto o material de trabalho, bem como” representa “a sede, a *base*” da vida tribal comunitária que, por sua vez, se manifesta como o pressuposto do trabalho tribal, o que, em outras palavras, significa conceber que apenas como “membro<sup>i</sup> dessa comunidade, cada indivíduo singular se comporta como proprietário ou possuidor” (*Ibid.* p. 389). Contudo, naquela época, esse caráter de apropriação coletiva tanto dos meios quanto dos frutos da produção era concebido pelos proprietários menos como “produto do [seu próprio] trabalho” e mais como se fosse resultado de “pressupostos naturais ou *divinos*” (*Id. Ibid.*). Além disso, a apropriação coletiva tanto dos resultados provenientes do trabalho tribal quanto do excedente por ele produzido, podiam ser ambos monopolizados por uma espécie de “unidade coletiva que se situa acima de todas essas pequenas comunidades”, inclusive, tal “*unidade*” suprema é perfeitamente capaz de materializar-se em um “déspota como o pai das muitas comunidades”, tornando-se, então, o “proprietário real” de toda a propriedade comunitária”, enquanto “o indivíduo singular é então de fato<sup>i</sup> privado de propriedade” (*Id. Ibid.*). Segundo Marx (2011), se a unidade suprema da comunidade tribal for representada por um único chefe tribal, provavelmente ela apresentará um caráter arbitrário, mas, ao contrário, se a unidade estiver representada pela relação recíproca entre os pais das famílias comunitárias é mais provável que desenvolva um caráter democrático. Em outras palavras, “o membro individual” da comunidade tribal “enquanto tal é somente *possuidor* [...] de uma parte particular” da produção comunitária, pois “cada fração da propriedade não pertence a nenhum membro por si mesmo, mas” somente pertence ao proprietário singular enquanto ele for um “membro imediato da comunidade”, portanto, “esse indivíduo singular é somente possuidor”

---

<sup>20</sup> Sobre a presença de letras sobrescritas em algumas citações dos *Grundrisse*, vale a seguinte elucidação editorial: “as letras sobrescritas (<sup>i</sup>, <sup>f</sup>, <sup>it</sup>), precedidas de apóstrofe, indicam que a frase toda foi escrita na língua indicada pela letra sobrescrita (inglês, francês ou italiano), quando apenas uma palavra é seguida de letra sobrescrita, significa que apenas ela estava em idioma diferente...” (MARX, 2011, p. 8).

(*Ibid.*, p. 393). Em síntese, nas sociedades tribais, existe “*propriedade coletiva*” e “*posse privada*”, mas não propriedade privada propriamente dita (*Id. Ibid.*).

Para finalizar esta breve explicação sobre o trabalho tribal, a partir de Marx, é necessário abranger mais duas questões. Em primeiro lugar, ainda que o trabalho comunitário e autossuficiente agrícola, realizado em pequena escala, seja a característica fundamental da atividade produtiva em todas as sociedades pré-capitalistas, ainda assim, nas sociedades tribais, a manufatura e o artesanato também se manifestam, porém em uma escala reduzida e restrita ao âmbito doméstico. Em segundo lugar, ao lado do trabalho agrícola autônomo tribal subsistia, ainda que incipientemente, a prática do trabalho escravizado, isto é, a relação social na qual “uma parte da sociedade é tratada pela outra como simples condição *inorgânica e natural* de sua própria reprodução” (*Ibid.*, p. 401), portanto, o escravizado era desumanizado ao ponto de ser tratado como um mero apêndice do sistema produtivo, analogamente ao gado ou à matéria-prima consumida na produção.

A segunda forma concreta de trabalho desenvolvida nas sociedades pré-capitalistas ocidentais é o *trabalho antigo*. Para Marx (2011), nesse tipo de trabalho os sujeitos sociais, igualmente ao que acontecia dentro da lógica do trabalho tribal, concebem a terra como laboratório de sua atividade produtiva, ou melhor, a terra fornece-lhes os meios necessários para sua sobrevivência e é nela (também a partir dela) que produzem os meios imprescindíveis à realização de sua produção, bem como se apropriam de resultados dela. Assim, Marx (2011) observa que o trabalho concreto antigo é, tal como o tribal, majoritariamente agrícola, realizado de maneira autônoma e, embora seja possível constatar a existência da manufatura nas sociedades antigas, ainda assim, essa se restringe ao âmbito doméstico nas técnicas de fiar e tecer, bem como, em raros ramos, adquire uma existência mais ou menos fabril. No trabalho antigo, assim como acontecia no tribal, a vida em comunidade também é pressuposto para a apropriação autossuficiente da terra pelos sujeitos sociais, entretanto, estes não apareciam mais como “simples acidentes ou [...] componentes puramente naturais” daquela, e a vida rural não é mais a base produtiva da vida comunitária, em vez disso a cidade ocupa essa função, “como a sede já constituída das pessoas do campo” (*Ibid.*, p. 390). Desse modo, “a história da Antiguidade clássica” ficou marcada pela “história da cidade, mas de cidades fundadas na propriedade de terra e na agricultura...” (MARX, 2011, p. 395).

Nas sociedades antigas, “a propriedade comunitária – como propriedade do Estado, *ager publicus* – é separada aqui da propriedade privada”, porém a existência do trabalhador

agrícola enquanto membro da comunidade “continua sendo” o “pressuposto para a apropriação de terras”, com a diferença de que agora, “como membro da comunidade, o indivíduo singular é proprietário privado” (*Ibid.*, p. 391). É nesse ponto que o trabalho antigo se difere essencialmente do tribal, pois, nas sociedades tribais, o resultado do trabalho é apropriado pela comunidade, ou melhor, pela unidade suprema que representa a comunidade (seja um déspota, seja um coletivo de líderes familiares). Desse modo, os proprietários tribais atuavam como possuidores da propriedade comunal. Já nas sociedades antigas, os trabalhadores autossuficientes é que atuavam como proprietários privados ao lado da propriedade comunitária, do *ager publicus* ou propriedade estatal, mesmo assim, esses trabalhadores autossuficientes só se tornam proprietários privados na medida que eram membros da comunidade. Em outras palavras, “a comunidade” é, nas sociedades antigas, “o pressuposto da *propriedade* da terra – *i.e.*, da relação do sujeito trabalhador com os pressupostos naturais do trabalho como pertencentes a ele” e “esse pertencimento, no entanto, é mediado pelo seu ser como membro do Estado” (*Id. Ibid.*). Por fim, pode-se destacar que a principal finalidade do trabalho no sistema comunitário antigo é “a preservação da igualdade entre seus camponeses autossuficientes<sup>i</sup> livres e o trabalho próprio como condição da continuidade de sua propriedade” (*Ibid.*, p. 392). O exemplo mais emblemático de sociedade antiga no ocidente europeu é a civilização romana, cujo

solo [que] é ocupado pela comunidade, é [sempre] solo romano; uma parte continua sendo da comunidade enquanto tal, por contraste aos membros da comunidade, *ager publicus* nas suas diversas formas; a outra parte é repartida e cada parcela do solo é romana pelo fato de ser a propriedade privada, o domínio, de um romano, a cota que lhe pertence do laboratório; todavia, ele só é um romano na medida em que possui esse direito soberano sobre uma parte da terra romana. {“Na Antiguidade, o ofício e o comércio citadinos eram menosprezados, mas a agricultura, altamente respeitada... (MARX, 2011, p. 393).

Além disso, não se pode deixar de mencionar a tendência de a guerra ocupar, nas sociedades antigas, uma função estruturante, uma vez que, por um lado, representa “o grande trabalho coletivo exigido seja para ocupar as condições objetivas da existência viva, seja para defender e perpetuar sua ocupação” e, por outro lado, é a própria “organização guerreira” que garante a “concentração dos domicílios na cidade” (*Ibid.*, p. 391). Dessa forma, a prática da escravidão, uma exceção nas sociedades tribais, se torna, nas sociedades antigas, a regra, já que os derrotados em guerra se tornavam escravizados de seus conquistadores. Marx e Engels (2007) também ressaltam que a condição de ser membro da comunidade antiga, a assim cha-

mada cidadania, permitia a esses cidadãos a possibilidade legal de se tornarem proprietários de escravizados. Além disso, segundo Marx, “a permissão para vender a si e aos seus em caso de necessidades” e a prática de o credor “tomar como seu servo o devedor que faltasse ao pagamento” era uma espécie deplorável de “direito universal” que vigora, entre diversas populações, inclusive na grega e na romana (*Ibid.*, p. 411). Também não se pode esquecer que tanto a exploração da força de trabalho escravizada quanto do trabalho realizado pelos plebeus no campo representava a base produtiva das sociedades antigas. Então, embora a tendência do trabalho antigo fosse a manutenção da igualdade entre pequenos proprietários autossuficientes, isso não excluía a existência de classes e castas sociais, como também não impedia que uma classe minoritária, porém dominante, explorasse a maioria dos membros da comunidade antiga.

Dito isso, é possível indagar: o que levou as sociedades tribais a abertura de margem para o desenvolvimento das sociedades antigas que viriam a sucedê-las? Por mais paradoxal que pareça, foi justamente a sua tendência de autoconservação. De acordo com o ponto de vista materialista dialético de Marx, “a finalidade de todas essas comunidades [pré-capitalistas] é a conservação; *i.e.*, a reprodução dos indivíduos que a constituem como proprietários”, contudo, “essa reprodução” representa, “ao mesmo tempo” e “necessariamente”, uma “produção nova e” a “destruição da forma antiga”, por exemplo, “onde cada um dos indivíduos deve possuir tantos acres de terra para cultivo, o crescimento da população já constitui um impedimento”, assim, a fim de superar esse obstáculo, recorre-se “a colonização”, consequentemente, “a guerra de conquista” e, “com isso, escravos etc.” (MARX, 2011, p. 405). Nesse sentido, já está em desenvolvimento o elemento estruturante das sociedades antigas: a generalização da guerra e, consequentemente, a prática socioeconômica e violenta da escravidão.

A última forma concreta de trabalho nas sociedades ocidentais pré-capitalistas é o trabalho feudal e ou germânico (terminologia usada por Marx). Aqui, do mesmo modo que aconteceu nos trabalhos concretos desenvolvidos pelas sociedades tribais e antigas, a maioria dos sujeitos sociais não concebiam a si mesmos como trabalhadores, mas como pequenos proprietários que se relacionavam autonomamente com seus meios de produção e com o resultado de sua atividade produtiva agrícola. Entretanto, a sociedade feudal (e o trabalho histórico concreto nela produzido) desenvolve algumas especificidades que a distingue das demais épocas discutidas. Por exemplo, diferentemente dos momentos históricos anteriores, o trabalho artesanal manufatureiro medieval deixa de ser uma atividade auxiliar doméstica e passa adquirir uma

existência *sui generis* nas assim chamadas corporações de ofício. Em síntese, “a história da Antiguidade clássica é [a] história da cidade, mas de cidades fundadas na propriedade de terra e na agricultura”, já a história da “Idade Média (época germânica) parte da terra como sede da história, cujo desenvolvimento posterior se desenrola então como oposição entre cidade e campo” e, por fim, “a [história] moderna é a urbanização do campo, não a ruralização da cidade, como entre os antigos” (MARX, 2011, p. 395).

Posto isso, o leitor poderia se perguntar: o que acarretou a transição das sociedades antigas às feudais? Em primeiro lugar, o surgimento do feudalismo começa “num terreno muito mais extenso” do que era costumeiro ser ocupado nas sociedades antigas, o que, contraditoriamente, foi “preparado pelas” próprias “conquistas romanas e pela expansão da agricultura vinculada a essas conquistas” (MARX; ENGELS, 2007, p. 90). Em segundo lugar, a ruína do Império Romano, mediante as inúmeras revoltas tanto dos plebeus quanto da população escravizada, somadas as inúmeras invasões realizadas pelas assim chamadas populações bárbaras, “destruíram uma enorme quantidade de forças produtivas; a agricultura havia diminuído, a indústria decaíra pela falta de mercados, o comércio adormecera ou fora violentamente interrompido”, forçando os sobreviventes da dissolução imperial romana a procurar asilo como servos nas vastas propriedades fundiárias dos assim chamados nobres (*Ibid.*, p. 91). Nesse sentido, surge uma “comunidade em que não são mais os escravos, como para os antigos, mas sim os pequenos camponeses servos da gleba que formam a classe imediatamente produtora”, além disso, estabelece-se também uma “estrutura hierárquica da posse da terra e a vassalagem armada ligada a essa estrutura”, dando “à nobreza o poder sobre os servos” o que, por conseguinte, produz “a necessidade da associação” dos servos “contra a nobreza de rapina associada” e a concorrência, entre os próprios camponeses, para se alcançar a fuga do domínio nobiliário, migrando exponencialmente “às cidades florescentes”; esses, entre outros motivos, resultaram na formação das “corporações” de ofícios nas quais vigorava “uma hierarquia semelhante à existente no campo” (*Id. Ibid.*). Justamente por isso, a presente discussão se fragmenta em dois momentos: o primeiro estuda a forma agrícola do trabalho nas sociedades feudais, cujo *locus* de expressão retorna ao campo e, o segundo, analisa o trabalho artesanal feudal desenvolvido nas recém-formadas cidades.

No que se refere ao trabalho agrícola feudal, constata-se que a terra novamente se torna a base produtiva da vida comunitária, mas, diferentemente daquilo que acontecia nas sociedades tribais, a comunidade não é mais a proprietária efetiva do resultado do trabalho realiza-

dos pelos pequenos produtores autônomos. Em vez disso, “a comunidade enquanto tal” adquire “uma existência externa, distinta da existência do indivíduo singular” (MARX, 2011, p. 395). Dito de outra forma, “entre os germanos, onde os chefes de família individuais se fixam nas matas, separados uns dos outros por longas distâncias, a comunidade só existe, desde logo *externamente* considerada, pela reunião periódica dos membros da comunidade”, assim, “a comunidade não existe de fato<sup>1</sup> como *Estado*, como entre os antigos, porque ela não existe como *cidade*” (*Id. Ibid.*). Além disso, também existe nas sociedades feudais um espaço para o trabalho comunitário, uma espécie de *ager publicus* como entre os antigos, mas esse “não aparece”, por exemplo, da maneira que aparecia “entre os romanos, como a existência econômica particular do Estado ao lado dos proprietários privados” (*Ibid.*, p. 396), em vez disso, “trata-se da área de caça, área de pastagem, área de extração de lenha etc.” (*Ibid.*, p. 395), expressa-se, então, apenas na qualidade de “complemento da propriedade individual e figura como propriedade somente na medida em que é defendido contra tribos inimigas como propriedade comunitária de uma tribo em particular” (*Ibid.*, p. 396). Ao contrário do que acontecia nas sociedades tribais e antigas, nas quais a posse ou a apropriação privada era condicionada pelo pertencimento a comunidade, nas sociedades feudais é justamente a comunidade e a propriedade que aparecem como mediadas, “*i.e.*, como relação recíproca dos sujeitos autônomos” (*Id. Ibid.*). Em resumo,

Na forma germânica, o homem do campo não é cidadão do Estado, *i.e.*, não é habitante de cidade, mas o fundamento [da sociedade feudal] é a habitação familiar isolada, autônoma, garantida pela associação com outras tantas habitações familiares da mesma tribo e sua reunião ocasional, em vista de tal garantia recíproca, para guerra, religião, arbitragem de litígios etc. [...] a comunidade em si, por um lado, como comunidade na língua, no sangue etc., é pressuposta ao proprietário individual; mas, por outro lado, como existência ela só existe em sua *assembleia efetiva* para fins comunitários e, na medida em que ela tem uma existência econômica particular nas áreas de caça, pastagem, etc. de uso comum, ela é utilizada por cada proprietário individual enquanto tal, e não como representante do Estado (como em Roma)... (*Ibid.*, p. 396 – 97).

Já no que concerne ao trabalho artesanal feudal, é possível destacar o fato dele ter se desenvolvido nas cidades recém-formadas pela fuga dos servos já suficientemente independentes de suas obrigações para com seus respectivos senhores, as quais se limitavam a “prestações de corveia”, ou seja, serviços agrícolas prestados gratuitamente ao senhor feudal, o que, de certo modo, permita-lhes levar a cabo uma singela “acumulação de propriedade mobi-

liária” e, posteriormente, exercício de seu ofício na cidade, portanto, esses “servos fugitivos” podiam ser considerados “meio burgueses” (MARX; ENGELS, 2007, p. 66). Esses camponeses aburguesados levaram consigo, durante a fuga do campo à cidade, uma espécie de capital estamental, ou seja, uma irrisória propriedade mobiliária materializada nas ferramentas herdadas de seus antepassados e, sobretudo, no conhecimento de um ofício específico, aprendido e ensinado de pai para filho. Dentro das cidades, a condição relativa de livre “proprietário” dos meios de produção e de subsistência, da qual gozavam os assim chamados servos medievais, cedeu espaço para o surgimento de uma nova relação social de subordinação nas corporações de ofício, isto é, em “uma comunidade organizada contra a qual” esses servos fugidos “eram impotentes e na qual tinham de se submeter à posição que lhes determinavam a demanda por seu trabalho e o interesse de seus concorrentes urbanos organizados” (*Ibid.*, p. 53). Além disso, a pessoalidade e o patriarcalismo eram duas características essenciais do trabalho artesanal nas corporações de ofício. Os aprendizes e seus oficiais estavam organizados nessas corporações de acordo com o “interesse dos mestres” que os tutelavam como um pai que ensina o ofício familiar tradicional a seu filho e, esse “vínculo real” e pessoal “os mantinha coesos”, por um lado, porque os mestres exerciam influência direta “sobre toda a vida dos oficiais”, compartilhando refeições com eles, lhes oferecendo moradia em sua oficina, etc. e, por outro lado, porque os próprios oficiais tinham o “interesse” de, em um futuro próximo, “se tornar, eles próprios, mestres” (*Id. Ibid.*). Por fim, todo trabalhador artesanal nas sociedades feudais precisava “estar habilitado a executar toda uma série de trabalhos e tinha de ser capaz de produzir tudo aquilo que era possível ser produzido com suas ferramentas”, portanto, “cada um que quisesse se tornar mestre tinha de dominar por inteiro seu ofício” (*Ibid.*, p. 54). Enfim, aqui se desenvolve uma última peculiaridade digna de nota, ou seja, na forma concreta do trabalho artesanal feudal era possível constatar a tendência de o artesão ainda interessar-se pelos trabalhos específicos que realizava “e pela habilidade em executá-los, o que muitas vezes podia elevar-se até a um limitado sentido artístico” e isso o mantinha “plenamente absorvido” em seu ofício, ou seja, “tinha com ele uma aprazível relação servil e estava mais submetido a ele do que o trabalhador moderno”, para o qual o trabalho é uma tortura (*Id. Ibid.*).

\*\*\*

Prosseguindo com o estudo sobre as formas histórico-concretas de trabalho analisadas por Marx no Ocidente europeu, agora, faz-se necessário direcionar o escopo da análise ao período histórico da ascensão e da supremacia do sistema capitalista. Para tanto, recorre-se no-

vamente às obras *A ideologia alemã* e *Grundrisse*, porém consciente de que tais livros, quando se trata de compreender as formas históricas do trabalho na sociedade capitalista europeia ocidental, apenas preparam o campo para uma pesquisa mais rica em detalhes, materializada no Livro I d’*O capital* de Karl Marx. Além disso, é n’*O capital* em que se encontra a exposição da passagem das sociedades pré-capitalistas para as sociedades capitalistas propriamente ditas como uma transição marcada pela brutalidade, autoritarismo e sordidez. Em outras palavras, “a expropriação dos produtores diretos”, processo que representa o marco inicial da transição do feudalismo ao capitalismo, “é consumada com o mais implacável vandalismo e sob o impulso das paixões mais infames, abjetas e mesquinamente execráveis” (MARX, 2013, p. 831). Marx também descobre uma tendência histórica imanente, contraditória e autodestrutiva nos modos de produção originados no Ocidente europeu, pois, quando eles alcançam seu ápice, geralmente entram em processo de arruinamento, desenvolvendo contradições internas e movimentos revolucionários responsáveis por sua autodestruição, ao mesmo tempo que promovem o surgimento de uma nova sociedade. Em suas próprias palavras, “ao atingir certo nível de desenvolvimento, ele [o modo de produção] engendra os meios materiais de sua própria destruição. A partir desse momento, agitam-se no seio da sociedade forças e paixões que se sentem travadas por esse modo de produção” (MARX, 2013, p. 831). Esse conjunto de forças e paixões responsáveis pela ruína das sociedades pré-capitalistas – em especial, da sociedade do medievo, fundada no modo de produção feudal – arquitetaram, concomitantemente, as bases do que viria a se tornar a sociedade capitalista moderna. O processo de produção capitalista começa a ser esmiuçado no Livro I d’*O capital*, mas na última seção desse livro, “O processo de acumulação do capital”, Marx já compila suficiente conhecimento para sintetizar o capitalismo como sistema de produção de mais-valor. No entanto, para produzir mais-valor é crucial a existência prévia de um modo de produção especificamente capitalista. Nesse sentido, para que tal explanação não se reduza a mais um dos inúmeros círculos viciosos do capital, Marx (2013) destaca ser necessário entender um processo originário de acumulação de capital, época da história na qual a sociedade capitalista emerge, preparando o campo para sua posterior ascensão à supremacia política, econômica e cultural. Ele também compara ironicamente esse período histórico ao mito judaico-cristão do pecado original. Em suas próprias palavras:

Essa acumulação primitiva desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã

e, com isso, o pecado se abateu sobre o gênero humano. [...] De fato, a lenda do pecado original teológico nos conta como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; mas é a história do pecado original econômico que nos revela como pode haver gente que não tem nenhuma necessidade disso. [...] E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar (*Ibid.*, p. 785).

No capítulo intitulado “A assim chamada acumulação primitiva”, presente na última seção da *magnum opus* de Marx, a transição histórica do feudalismo ao capitalismo é caracterizada na qualidade de uma “expropriação dos produtores diretos” ou de uma “dissolução da propriedade privada fundada no próprio trabalho” (*Ibid.*, p. 830), isto é, o impedimento do controle sobre os próprios meios de produção (leia-se terra, instrumentos de trabalho, técnicas e conhecimentos de produção, etc.), o bloqueio do usufruto dos resultados da própria atividade produtiva e a impossibilidade de o trabalhador garantir sua subsistência por si mesmo. Em outras palavras, para que o modo de produção capitalista propriamente dito possa existir é preciso estabelecer uma relação entre dois sujeitos sociais distintos, “de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra de força de trabalho alheia” e, de outro lado, “trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho”. Além disso, essa liberdade é dupla, primeiro porque estão livres de integrar “diretamente os meios de produção, como os escravos, servos, etc.” e, segundo, porque estão “livres e desvinculados” dos seus “meios de produção”, o que, inclusive, acarreta o impedimento deles sobreviverem por si mesmos, pois os artigos necessários à sua subsistência precisam, necessariamente, ser comprados no mercado (*Ibid.*, p. 786). Sendo assim, para realizar essa condição crucial ao capitalismo, a história do ocidente desenvolveu um processo sistemático e violento de “separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho”, realizado a partir da expulsão dos camponeses autônomos de suas pequenas propriedades, transformando-os em trabalhadores assalariados urbanos (*Id. Ibid.*). Em suma, “a assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção” (*Id. Ibid.*). Historicamente, essa sistemática segregação aconteceu a partir do século XVI, embora já nos séculos XIV e XV seja possível constatar alguns indícios da eclosão do modo de produção capitalista. Ademais, vale ressaltar ainda que esse processo “assume tonalidades distintas nos diversos países” em que se manifestou, inclusive, emergindo, em cada um deles, em momentos diferentes da história (*Ibid.*, p. 788). Todavia, o olhar de Marx se concen-

tra na Inglaterra, país no qual tal “expropriação se apresenta em sua forma clássica” (*Id. Ibid.*).

A fim de compreender as formas histórico-concretas de trabalho que se desenvolveram naquela nova sociedade emergente das ruínas do sistema feudal, antes de qualquer coisa, é preciso abordar os elementos centrais da assim chamada acumulação primitiva de capital que, segundo Marx, fundamentam-se nos seguintes aspectos: expropriação dos trabalhadores autossuficientes do campo; legislação urbana intensificadora da exploração dos camponeses expropriados; processo de formação do agente opressor que inaugurou essa expropriação (leia-se o arrendatário capitalista) e a colonização da América e da África.

No que diz respeito especificamente à expropriação dos trabalhadores do campo, tomando como exemplo a Inglaterra, é possível constatar, já na metade do século XIV, por um lado, o desaparecimento das relações servis (suserania, vassalagem, corveia, etc.) e, por outro lado, a preponderância de camponeses economicamente autossuficientes. Mesmo porque, “o poder de um senhor feudal [...] se baseava [...] no número de seus súditos, e este dependia da quantidade de camponeses economicamente autônomos” (*Ibid.*, p. 789). Ademais, de acordo com Marx (2013), os poucos camponeses assalariados que existiam na época detinham terras para cultivar a seu bel-prazer. Entretanto, o fenômeno da revolução agrícola ocidental – que produziu inovações tecnológicas destinadas ao aperfeiçoamento dos métodos de plantio, acirrou a concorrência no campo e estimulou o êxodo rural durante os anos finais do século XV e o começo do XVI – mudou, de uma vez por todas, aquela realidade. Além disso, de acordo com Marx (2013), é um erro atribuir o processo de expulsão dos camponeses autônomos de suas terras unicamente aos monarcas, ainda que durante o Antigo Regime, essa prática tenha sido intensificada. Pois, na realidade, antes mesmo de os reis terem legalizado e potencializado a expropriação sistemática do campesinato, alguns senhores feudais aburguesados já fomentaram tal expropriação, na medida que se apoderaram das áreas de cultivo comunal e expulsaram os pequenos produtores agrícolas autossuficientes de suas terras, a fim de transformá-las em pastagens de ovelhas, desenvolvidas unicamente para suprimir a demanda de matéria-prima das recém-formadas manufaturas têxteis na Inglaterra.

De acordo com exposição marxiana no capítulo sobre a acumulação primitiva, outro fenômeno que corroborou a expropriação dos pequenos produtores autônomos foi o confisco dos bens e das terras da igreja católica durante a Reforma protestante iniciada no século XVI, uma vez que todos aqueles que viviam nessas terras (vassalos, monges, membros da elite

eclesiástica, etc.) foram compulsoriamente transformados em proletários urbanos. Durante o século XVII, a expropriação do campesinato, iniciada pela nobreza aburguesada e fortalecida pelos setores protestantes da religiosidade ocidental, não só foi legalizada, mas, sobretudo, potencializada pelos monarcas do Antigo Regime. Segundo Marx (2013), um primeiro exemplo disso é a Restauração da dinastia inglesa dos Stuarts, cujo resultado foi a extinção do sistema de posse feudal e sua substituição pelo moderno sistema de apropriação privada burguês. Além disso, não se pode esquecer de pontuar também que a assim chamada Revolução Gloriosa de 1689 levou os processos de expropriação supracitados a uma escala assustadoramente elevada, como também garantiu a burguesia o monopólio do poder político, emblemática na monarquia constitucional de Guilherme de Orange (ou Guilherme III). Por fim, o processo de expulsão dos produtores autossuficientes que se inicia no final do século XV atinge seu pico no século XVIII, quando é inescrupulosamente legitimado pela lei. “A forma parlamentar” desse roubo são as “*Bills for Inclosures of Commons*’ (leis para o cercamento da terra comunal), decretos de expropriação do povo, isto é, decretos mediante os quais os proprietários fundiários presenteiam a si mesmos [...] com as terras do povo” (*Ibid.*, p. 796). Ao lado das leis de cercamentos, desenvolveram-se também as “*clearing of estates* (clareamento das propriedades rurais, o que significa, na verdade, varrê-las de seres humanos)” (*Ibid.*, p. 800), ambas com o único intuito de ampliar as extensões dos “grandes arrendamentos, que, no século XVIII, eram chamados de fazendas de capital ou arrendamentos de mercador, e a ‘liberar’ a população rural para a indústria, como proletariado” (*Ibid.*, p. 797).

Conforme as investigações de Marx (2013), além da violência expressa no processo de expropriação do campesinato, os pequenos produtores autossuficientes, transformados em proletários urbanos, enfrentaram ainda mais brutalidade ao migrarem compulsoriamente à cidade. Como chegavam em massa, a manufatura urbana não foi capaz de absorver todos os novos proletários que recebia diariamente. Conseqüentemente, acumulou-se uma expressiva quantidade de proletários desempregados nas ruas das cidades, os quais não encontraram alternativa para sobreviver senão mendigando ou assaltando. Contudo, o governo inglês concebeu a totalidade dessa massa desempregada como se fossem vagabundos por livre e espontânea vontade (alguns até o eram, mas era apenas uma parcela irrisória do todo), punindo-os da forma mais sádica e arbitrária possível. Variando de um governo para o outro, as punições consistiam, no geral, em marcações a ferro em brasa na pele, violência física, mutilação, escravização e até mesmo a morte. Em síntese, os antigos proprietários agrícolas autossuficientes, após “ter sua

terra violentamente expropriada, sendo dela” expulsos e entregues “à vagabundagem”, viram-se obrigados “a se submeter, por meio de leis grotescas e terroristas, e por força de açoites, ferros em brasa e torturas, a uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado” (*Ibid.*, p. 808). Isso tudo ajudou a incutir em uma parcela do proletariado a impressão ideológica e fatalista de que as exigências da ascendente sociedade capitalista e do então hegemônico trabalho assalariado fossem naturais e inevitáveis.

Em meio as circunstâncias discutidas, um sujeito social não só impulsionou, como também se beneficiou exorbitantemente do processo de acumulação primitiva de capital, esse sujeito é o arrendatário capitalista. Entre os ingleses, historicamente o arrendatário surge do *bailiff*, um servo como outro qualquer, mas análogo ao antigo *villicus* romano, capataz medieval responsável pela administração dos camponeses e dos sujeitos escravizados pelo *landlord* [senhor de terras]. Durante a segunda metade do século XIV, o *bailiff* se torna um arrendatário que ainda está submetido à servidão, porém agora recebe matéria-prima e meios de produção do senhor, tornando-se capaz de explorar força de trabalho assalariado em sua terra. Pouco a pouco esse servo arrendatário se torna um *metayer* [meeiro], ou seja, entra com uma metade do capital agrícola e o senhor com a outra, depois ambos repartem a renda produzida no cultivo da terra. Por fim, o arrendatário propriamente dito logo se manifesta, aplicando força de trabalho assalariado no cultivo da sua terra e pagando ao senhor com o mais-valor extraído dos trabalhadores que emprega. Esse arrendatário se fortalece a partir do século XVI, pois seus contratos de arrendamento de terra duravam cerca de 99 anos (sem reajuste de preço) e, nesse meio tempo, acumulava muito mais riquezas do que o preço que tinha que pagar pelo aluguel da terra. “Desse modo, ele [o arrendatário] se enriquecia, a um só tempo, à custa de seus trabalhadores assalariados e de seu *landlord*” (*Ibid.*, p. 815).

O último aspecto igualmente brutal, vil e asqueroso da acumulação primitiva é a exploração colonial. A descoberta de reservas de metal precioso na América impulsionou a invasão, conquista e colonização desse continente pelos europeus e a limitando alguns países africanos a alimentação do tráfico negreiro organizado pela Europa. Tais eventos representaram “momentos fundamentais da acumulação primitiva” e promoveram “artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista”, abreviando “a transição de um para o outro” (*Ibid.*, p. 821). A conquista da América, que resultou no genocídio (e etnocídio) de quase todas as populações indígenas americanas, e a invasão da África, que acarretou a escravização de boa parte dos seus habitantes, tiveram como objetivo principal a garantia do

consumo das manufaturas em grande escala na Europa, aumentando seu nível da acumulação de capital. Em poucas palavras, “os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital” (*Ibid.*, p. 823). Ademais, Marx concebe “a violência” como “parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova” (*Id. Ibid.*), por isso, é perceptível que “o capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés” (*Ibid.*, p. 830).

\*\*\*

A partir da análise do Livro I d’*O capital*, pode-se destacar duas formas histórico-concretas de trabalho que se desenvolveram na sociedade capitalista ocidental: o trabalho assalariado manufatureiro e o trabalho assalariado industrial. Aqui a preocupação é entender a concretude do trabalho durante a ascensão e também no auge do capitalismo moderno, tomando como guia a análise da maneira como os trabalhadores se relacionavam com a natureza e, ao mesmo tempo, atentando-se para a relação que eles estabeleceram com os demais sujeitos sociais nesse período histórico. Contudo, como o foco neste momento se concentra na análise das formas histórico-concretas do trabalho assalariado, é preciso já ter em mente que os meios de produção, os meios básicos de subsistência e o resultado de atividade produtiva do trabalhador lhes foram sistematicamente expropriados. Com relação a condição de trabalhador assalariado na manufatura, Marx afirma que: “a transformação crescente dos meios sociais de subsistência e dos meios de produção em capital é” um elemento básico “da manufatura” (*Ibid.*, p. 433). Já no que se refere a condição de assalariamento na grande indústria, Marx aprofunda a sua discussão ressaltando que: “a expropriação e expulsão de uma parte da população rural não só libera trabalhadores para o capital industrial, e com eles seus meios de subsistência e seu material de trabalho, mas cria também o mercado interno” (*Ibid.*, p. 818). Entretanto, esse processo de expropriação dos proprietários privados já foi discutido no tópico anterior. Portanto, o que importa neste instante é compreender como os proletários se relacionam com uma realidade social na qual foram obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver, após sua expulsão do campo à cidade, e quais as relações que estabelecem com os demais sujeitos sociais de sua época, em especial com aqueles que extraem riqueza do seu trabalho, a saber: os capitalistas.

Todavia, antes de expor os resultados da pesquisa marxiana sobre o trabalho assalariado, tanto em sua forma manufatureira quanto em sua forma industrial, é necessário ater-se ao problema da cooperação, considerado por Marx como sendo o germe do modo de produção

capitalista, embora sua expressão mais simples tenha se desenvolvido em épocas mais antigas da história. A “cooperação simples se apresenta de modo colossal nas obras gigantescas dos antigos asiáticos, egípcios, etruscos etc.” e desenvolveu-se, desde os “primórdios da civilização humana”, por exemplo, “na propriedade comum das condições de produção” ou “no fato de que o indivíduo isolado”, nas sociedades pré-capitalistas, jamais se desvinculava da tribo ou comunidade em que vivia. Em contrapartida, o capitalismo “pressupõe desde o início o trabalhador assalariado, livre, que vende sua força de trabalho ao capital” e é justamente nessa sociedade capitalista emergente que a cooperação se manifesta como o primeiro elemento da subsunção do trabalho ao capital. Portanto, ela representa a “forma básica do modo de produção capitalista...” (*Ibid.*, p. 409 – 10). Em poucas palavras, a cooperação acontece quando “muitos indivíduos trabalham de modo planejado uns ao lado dos outros e em conjunto, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes”, mas interligados (*Ibid.*, p. 400). No entanto, a cooperação apenas se mostra um elemento fundante do capitalismo na medida que garante a possibilidade de “o mesmo capital individual” empregar “simultaneamente um número maior de trabalhadores” e, ao mesmo tempo, garantir um aumento no volume de produtos em uma “escala quantitativa maior que antes” (*Ibid.*, p. 397), pois a finalidade determinante do “processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital, isto é, a maior produção possível de mais-valor e, portanto, a máxima exploração possível da força de trabalho pelo capitalista” (*Id. Ibid.*). Em resumo, foi por meio do processo da cooperação de inúmeros trabalhadores em um mesmo local que um empregador, por um lado, conseguiu livrar a si mesmo da realização do trabalho manual, metamorfoseando-se “de um pequeno patrão num capitalista” e, por outro lado, foi também capaz de transformar “muitos processos de trabalho individuais, dispersos e mutuamente independentes, num processo de trabalho social e combinado” (*Ibid.*, p. 405 – 6).

Posto isso, chega-se enfim a hora de iniciar a exposição acerca do trabalho assalariado manufatureiro. Contudo, para tanto, também é necessário apresentar uma breve contextualização do surgimento da manufatura. Assim, pode-se começar observando que o avanço da “divisão do trabalho entre as diferentes cidades”, o desenvolvimento de ramos de produção que superam o âmbito limitado do sistema corporativo e a “concentração avançada da população – especialmente no campo – e do capital” nas mãos de poucas pessoas (leia-se dos capitalistas) constituíram os elementos fomentadores da manufatura (MARX; ENGELS, 2007, p. 55). Aliás, diferente do que se pode imaginar, a manufatura não se origina da “*pequena indústria ur-*

*bana*”, em vez disso, surge da “*indústria rural acessória*”, do ofício de “fiar e tecer”, ou seja, do “trabalho que requer menos habilidade especializada ou formação artística” (MARX, 2011, p. 420), portanto, o epicentro da manufatura é o campo e não a cidade – exceto em alguns trabalhos manufatureiros de grande porte e voltados ao comércio exterior, como é o caso dos arsenais navais. Historicamente, o sistema manufatureiro surge no intervalo de tempo que “estende-se da metade do século XVI até o último terço do século XVIII” (MARX, 2013, p. 411). Ademais, a manufatura só “surge ali onde se produz em massa para a exportação, para o mercado exterior – portanto, tendo como *base o comércio marítimo e terrestre em larga escala*” (MARX, 2011, p. 420). Também é necessário pontuar que, no meio-tempo entre o século XVI e o XVIII, a manufatura e o comércio se relacionaram de duas maneiras distintas. A primeira delas, foi marcada, por um lado, pela “expansão” exponencial “do comércio ocorrida com a” conquista “da América e” descoberta “da rota marítima às Índias Orientais” (MARX; ENGELS, 2007, p. 57), acarretando o genocídio de grande parte da população indígena americana; o tráfico da população africana para realização de trabalho escravizado e, por fim, a exploração das reservas de metais preciosos da América e da África. Por outro lado, essa primeira relação entre manufatura e comércio modernos ficou caracterizado pelo protecionismo econômico, expresso principalmente nas “tarifas alfandegárias”, provenientes dos tributos cobrados pelos senhores feudais aos “comerciantes que atravessavam seu domínio”, impostos esses “que, mais tarde, foram igualmente cobrados” nas cidades, “com o surgimento do Estado moderno” (*Ibid.*, p. 57 – 8). A segunda forma de relacionamento entre sistema manufatureiro e intercâmbio mercantil moderno “teve início na metade do século XVII e durou quase até o fim do século XVIII” (*Ibid.*, p. 58), caracterizando-se pela ultrapassagem da manufatura pelo comércio. Em outras palavras, foi um período no qual o domínio colonial europeu sobre a América e a África e o protecionismo econômico já estavam cabalmente estabelecidos. Além disso, naquela época a exploração colonial atingiu sua plenitude, ou seja, as colônias cada vez mais eram obrigadas a pagar excessivamente caro pela compra massiva das manufaturas produzidas na Europa, ao mesmo tempo que tinham de fornecer às suas respectivas metrópoles europeias, a um preço irrisório, matérias-primas cruciais ao funcionamento de seu sistema manufatureiro. Foi uma época na qual, quando o equilíbrio comercial e o protecionismo falhavam, o desenvolvimento econômico era garantido por meio da guerra marítima<sup>21</sup>. Em síntese, “o século XVIII foi o século do comércio” e “a consequência disso era um sujo e sovina es-

---

<sup>21</sup> A nação que mais se destacou nessa época foi a Inglaterra, por causa de sua posição geográfica, mas, sobretudo, por ter desenvolvido muito cedo a manufatura.

pírito de merceeiro”, impregnado a “todos os comerciantes e a todo o modo de dirigir os negócios” (*Ibid.*, p. 59).

Além disso, para entender o trabalho assalariado manufatureiro é necessário ter em mente que existem dois tipos diferentes de manufatura. Em uma delas são empregados artesãos “de diversos ofícios autônomos”, pelos quais o produto manufaturado “tem de passar” desde sua modelagem até o “seu acabamento” (MARX, 2013, p. 411). Um exemplo dessa manufatura são os arsenais, oficinas nas quais diversos artesãos de tradições e ofícios distintos, tais como serralheiros, pintores, marceneiros, etc., são empregados para a produção de artigos militares, em especial, navios. No outro tipo de manufatura são empregados artesãos formados em um mesmo ofício e todos eles se aglomeram em uma mesma oficina com o intuito de fabricarem “produtos iguais ou da mesma espécie”, além disso, cada um deles precisa engendrar o produto inteiro, “executando sucessivamente todas as diversas operações requeridas para sua fabricação” (*Ibid.*, p. 412). Um exemplo disso é a manufatura de agulhas de costura. Dito isso, faz-se necessário salientar que os sistemas manufatureiros supracitados, cada um deles a seu modo, transformam a atividade produtiva de seus trabalhadores em algo excessivamente parcial; seja, por um lado, porque ao combinar o trabalho de diferentes artesãos formados em “ofícios autônomos” de forma a privá-los “de sua autonomia”, a tendência é que o trabalho deles se torne cada vez mais unidimensional, “até o ponto em que” se resumirem a “meras operações parciais”; seja, por outro lado, porque ao se decompor o trabalho de artesãos treinados dentro de um “mesmo ofício individual”, fragmentando sua atividade produtiva em “diversas operações particulares”, paulatinamente se transforma o artesão em um sujeito parcial e isolado, “até que cada” uma das suas tarefas “se torne uma função exclusiva de um trabalhador específico” (*Ibid.*, p. 413). E, no final das contas, a principal consequência da extrema parcialização da atividade produtiva na manufatura é a metamorfose do trabalhador em uma espécie de autômato detalhista, pois quando se “executa uma mesma operação simples durante toda sua vida”, pouco a pouco, seu corpo inteiro se torna um “órgão automaticamente unilateral dessa operação” (*Ibid.*, p. 414).

Somada a tal especialização exacerbada do trabalho, desenvolve-se a segregação dos trabalhadores em dois grupos: os “qualificados e não qualificados” (*Ibid.*, p. 424). Para os primeiros, os custos de aprendizagem são menores quando comparados com aquilo que se costumava gastar para formar um artesão medieval, já para os segundos, os custos de aprendizagem desaparecem completamente, contudo, “em ambos os casos” há uma redução no “valor da for-

ça de trabalho” (*Id. Ibid.*). Ao subvalorizar a formação da força de trabalho o capital se valoriza, pois economiza com investimentos em aprendizagem, em contraponto, o trabalhador se desvaloriza duas vezes, primeiro porque seu trabalho é subvalorizado, segundo, porque seu processo de formação torna-se precário, ou melhor, se limita a adquirir o detalhamento na execução de funções parciais. Por fim, resta ainda observar a relação vigente entre o trabalhador da manufatura e o capitalista que o emprega. Diferentemente da sociedade feudal, no sistema manufatureiro toda e qualquer relação de pessoalidade e patriarcalismo desaparece, cedendo espaço para a frieza e o cálculo racional nas relações entre trabalhador e capitalista, ou seja, entre quem vende sua força de trabalho em troca de salário para sobreviver e quem a compra para gerar mais riqueza do que já possui.

De acordo com Marx, a partir do momento que a manufatura chega no ápice do seu desenvolvimento, mais ou menos nas décadas finais do século XVIII, “sua própria base técnica estreita” contradiz “as necessidades de produção que ela mesma criara”, em outras palavras, a manufatura produz equipamentos capazes de engendrar os próprios instrumentos de trabalho, isto é, generaliza o uso das máquinas-ferramenta (*Ibid.*, p. 442). E essas máquinas, paulatinamente, “suprassumem [*aufheben*] a atividade artesanal como princípio regulador da produção social”, abrindo margem para o surgimento do sistema produtivo industrial (*Ibid.*, p. 443). Em síntese, o sistema manufatureiro erigiu “a base técnica imediata da grande indústria”, ou seja, a maquinofatura emergiu de uma “base material que” já se mostrava “inadequada” para ela e, conforme atingiu “certo grau de desenvolvimento”, precisou “revolucionar essa base”, criando “para si uma nova, apropriada a seu próprio modo de produção” (*Ibid.*, p. 456). Historicamente a grande indústria surge de forma clássica na Inglaterra, país que durante o período ascendente da manufatura, isto é, durante o século XVII, já havia conseguido concentrar em si “um relativo mercado mundial”, garantindo “uma demanda” crescente “por seus produtos manufaturados, demanda esta que não podia mais ser satisfeita pelas forças produtivas” de outrora (MARX; ENGELS, 2007, p. 60). Além disso, de acordo com Marx e Engels (2007), as medidas protecionistas, tais como tarifas alfandegárias e o monopólio comercial foram práticas corriqueiras na era da manufatura, porém, no século XVII, já haviam sido substituídas pela liberdade de comércio na Inglaterra, bem como tinham servido de alavancas para o desenvolvimento e universalização da grande indústria. A era da maquinofatura “transformou todo capital em capital industrial” e forçou “cada indivíduo” a depender “do mundo

inteiro para a satisfação de suas necessidades”, completando, de uma vez por todas, “a vitória” da cidade “comercial sobre o campo” (*Id. Ibid.*).

Este tópico da dissertação finaliza-se por meio da apresentação do trabalho assalariado industrial, cuja principal característica é a produção de mercadorias. Sendo assim, é preciso pontuar que, segundo Marx, toda mercadoria tem dois valores distintos. O primeiro deles é valor de uso, a utilidade social que os produtos do trabalho adquirem, constituindo “um conjunto de muitas propriedades” que “pode, por isso, ser útil sob diversos aspectos” (MARX, 2013, p. 113). O valor de uso, portanto, é calculado levando em conta as propriedades qualitativas materiais das mercadorias, ou seja, um móvel de madeira serve para mobiliar um recinto, um casaco tem função de aquecer o corpo humano, os grãos têm qualidades alimentares básicas, etc. E, por isso, o “valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo” (*Ibid.*, p. 114). O segundo valor que as mercadorias precisam ter para serem consideradas como tal é o valor de troca, ou simplesmente valor. Segundo Marx (2013), o valor de troca é uma relação de equivalência entre valores de uso distintos, variáveis em quantidades igualmente distintas, tomando como base uma propriedade que ambos compartilham em comum. Portanto, é uma relação quantitativa, e não qualitativa como acontece no cálculo do valor de uso. Por exemplo, suponha-se que um móvel de madeira, dez casacos e uma tonelada de soja tenham o mesmo valor de troca. O que isso significa? Em poucas palavras, quer dizer que ambos, embora tenham valores de uso distintos (respectivamente, o de mobília, aquecimento corporal e alimentação) e, neste exemplo, apresentam-se em quantidades diferentes (uma unidade, dez unidades e uma tonelada), entretanto, ambas têm em comum a mesma propriedade: todos tem o mesmo valor de troca. Mas o que torna valores de uso tão distintos e em quantidades tão diferentes, equivalentes entre si? De acordo com as leituras críticas de Marx à economia política clássica, é “quantidade de trabalho” neles “contida” (*Ibid.*, p. 116). E como se mede o trabalho contido nas mercadorias? A partir de “seu tempo de duração”, por exemplo, “hora, dia etc.” (*Id. Ibid.*). Nesse sentido, a seguinte confusão poderia surgir: então as mercadorias são mais valiosas “quanto mais preguiçoso ou inábil for” o trabalhador que as produz (*Id. Ibid.*)? Não, elas não são. Marx explica o porquê disso ao pontuar que não é o trabalhador individual o responsável pela impressão do valor das mercadorias, mas, em vez disso, é a média dos tempos de trabalho exercido por trabalhadores, dentro de um sistema produtivo social específico, que valoriza as mercadorias. Na dinâmica de reprodução desse tempo médio de trabalho socialmente necessário, a preguiça e a inexperiência de alguns trabalhadores são equilibradas pela produti-

vidade e maestria de outros. “Portanto, é apenas a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção” de mercadorias que representa o valor de troca delas (*Ibid.*, p. 116).

Tendo compreendido que as mercadorias têm dois valores: valor e uso e de troca, e são medidas de duas formas diferentes, no primeiro caso, de forma qualitativa e, no segundo, de maneira quantitativa. Um importante questionamento se impõe: como é possível relacionar de forma equivalentes valores de uso produzidos por trabalhos eminentemente distintos? Há apenas uma maneira: abstraindo-se dos trabalhos concretos e específicos que produzem tais mercadorias ou, nas palavras de Marx, “parece claro que a abstração dos seus valores de uso é justamente o que caracteriza a relação de troca das mercadorias” (*Ibid.*, p. 115). Dessa forma, quando se abre mão dos valores de uso, durante o cálculo de seus valores de troca, igualmente se abstrai dos seus componentes materiais, ou seja, “o produto não é mais uma mesa, uma casa, um fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensíveis foram apagadas. E também já não é mais o produto do carpinteiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outro” trabalho concreto-histórico (*Ibid.*, p. 116). O que resta, então? Apenas “uma mesma objetividade fantasmagórica, uma simples geleia [*Gallerte*] de trabalho humano indiferenciado”, monótono e simplificado, ou seja, “trabalho humano abstrato” (*Id. Ibid.*). Por mais paradoxal que possa parecer, é essa forma de trabalho padronizado e sem cor; esse trabalho indiferenciado que abstrai de todas as formas e histórico-concretas de trabalho anteriores que justamente caracteriza atividade produtiva no capitalismo.

Depois de se discutir o caráter abstrato que o trabalho assalariado assume na era industrial do capitalismo, agora se faz necessário discutir outro elemento fundamental dessa forma histórico-concreta de atividade produtiva nas sociedades capitalistas, a saber: o auxílio das máquinas no processo produtivo, usadas de modo capitalista. A esse respeito, antes de qualquer coisa, Marx sublinha o fato de as máquinas serem usadas pelo ser humano anteriormente ao desenvolvimento do sistema capitalista e diferencia o uso geral das máquinas da sua utilização especificamente capitalista. Em suas palavras:

A maquinaria encurta o tempo de trabalho, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela aumenta a jornada de trabalho; como, por si mesma, ela facilita o trabalho, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela aumenta sua intensidade; como, por si mesma, ela é uma vitória do homem sobre as forças da natureza, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela subjuga o homem por intermédio das forças da natureza; como, por si mesma, ela aumen-

ta a riqueza do produtor, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela o empobrece etc. (*Ibid.*, p. 513).

Aliás, tal precedência da máquina ao capital, se torna perceptível quando Marx a diferencia das ferramenta de trabalho, definindo estas últimas como instrumentos que precisam necessariamente da força motriz do ser humano para realizar suas funções, enquanto as máquinas, para funcionar, necessitam de “uma força natural diferente da humana, como aquela derivada do animal, da água, do vento etc.”, desse modo, “um arado puxado por bois”, por exemplo, é uma máquina, em contraponto, o “*circular loom* [tear circular] de Claussen” que “confecciona 96 mil malhas por minuto”, mas precisa dos pés do trabalhador para operar, é “uma mera ferramenta” (MARX, 2013, p. 446). Feita essa observação, Marx define a máquina como um autômato que necessita de impulso externo para funcionar e cuja composição se divide em “três partes essencialmente distintas: a máquina motriz, o mecanismo de transmissão e, por fim, a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho” (*Ibid.*, p. 446 – 47). Nesse sentido, para Marx (2013) a máquina motriz é o aparato responsável pela totalidade do movimento do mecanismo maquinal, podendo gerar seu próprio movimento a partir de combustível, como a máquina a vapor, ou ser mobilizado por uma força natural, como a roda d’água. O mecanismo de transição é formado por um conjunto de equipamentos, tais como engrenagens, polias, cabos, eixos, etc., e seu objetivo, como o próprio nome já indica, é a transmissão da força produzida pela máquina motriz até a máquina-ferramenta. E, finalmente, a máquina-ferramenta pode ser entendida como um mecanismo que, ao receber o movimento induzido pela máquina motriz, mobiliza ferramentas semelhantes às usadas outrora pelas mãos dos artesãos na produção de mercadorias.

Posto isso, Marx sustenta que a grande indústria e, conseqüentemente, o trabalho assalariado industrial, surgem no século XVIII, mais especificamente durante a Revolução Industrial, terminologia cunhada pela primeira vez por Engels em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845) para explicar o evento histórico simbolizado pela produção de máquinas-ferramentas, e não simplesmente de máquinas em um sentido geral – as quais, como já foi discutido, existem “em parte no período manufatureiro, e esporadicamente já muito antes dele”, contudo, “não revolucionam o modo de produção” (*Ibid.*, p. 449). Inclusive, “a própria máquina a vapor, tal como foi inventada no fim do século XVII, no período da manufatura, e tal como continuou a existir até o começo dos anos 1780” não foi capaz de provocar nada revolucionário no sistema produtivo, por outro lado, a invenção e supremacia das máquinas-fer-

ramentas é que possibilitaram o desenvolvimento da assim chamada Revolução Industrial (*Id. Ibid.*). Pois a máquina-ferramenta barateia o custo das “mercadorias e” encurta “a parte da jornada de trabalho que o trabalhador necessita para si mesmo”, ao mesmo tempo que prolonga “a outra parte de sua jornada”, dada “gratuitamente” por ele ao “capitalista”, ou, em poucas palavras, atua como um meio para produção de mais-valor (*Ibid.*, p. 445). Essa primeira parte da jornada de trabalho é denominado por Marx como tempo de trabalho necessário e a segunda como tempo de trabalho excedente, mas essa discussão será aprofundada apenas no tópico 3.4 desta dissertação.

Outro importante aspecto das máquinas-ferramenta é a transcendência dos limites próprios do trabalho auxiliado por ferramentas, seja ele realizado na era da manufatura ou mesmo nas sociedades pré-capitalistas, uma vez que “o número de instrumentos de trabalho” operados “simultaneamente” pelo trabalhador antes da maquinofatura “é limitado pelo número de seus instrumentos naturais de produção, seus próprios órgãos corporais”, em contrapartida, “o número de ferramentas que a máquina-ferramenta manipula simultaneamente está desde o início emancipado dos limites orgânicos que restringem a ferramenta manual de um trabalhador” (*Ibid.*, p. 448). É também na era da maquinofatura que a escala da produção atinge um índice exponencial inédito na história e a amplitude das máquinas alcança o que Marx denomina como patamar ciclópico. A título de curiosidade, o filósofo prussiano cita o exemplo da máquina-ferramenta de envelopes, capaz de produzir cerca de três mil deles em uma hora, e do “martelo a vapor”, máquina-ferramenta de dimensões astronômicas que “opera com uma cabeça comum de martelo, porém de peso tal que nem mesmo Thor seria capaz de brandi-lo” (MARX, 2013, p. 459).

Marx ainda pontua dois aspectos relacionados às formas que o sistema produtivo capitalista baseado em máquinas-ferramenta pode assumir. A primeira delas é denominada como cooperação entre muitas máquinas, desenvolvida quando as mercadorias são produzidas por uma “mesma máquina” a qual “realiza todas as diversas operações que antes um artesão realizava com sua ferramenta”, um exemplo disso é a já mencionada fábrica de envelopes na qual “uma única máquina” era capaz “de fazer envelopes” levando a cabo, de uma só vez, todas as operações de dobra, corte e cola do papel, bem como gravura da divisa, etc., anteriormente feitas por inúmeros artesãos especializados (*Ibid.*, p. 452). A segunda forma do sistema produtivo capitalista baseado em máquinas-ferramenta é o sistema de maquinaria, ou seja, uma série de máquinas-ferramenta distintas, porém complementares, nas quais “o objeto de traba-

lho percorre uma sequência conexas de diferentes processos gradativos”, desde sua introdução no início do processo produtivo até o seu acabamento enquanto mercadoria (*Ibid.*, p. 453).

Assim, o trabalhador da grande indústria deixa de ser um artesão especialista na execução de apenas uma das etapas parciais do sistema produtivo manufatureiro para encarar uma nova e ainda mais limitada função: a tarefa de capataz da máquina. Essa transição do trabalho assalariado manufatureiro para o industrial é considerada por Marx como sendo uma passagem demasiado repugnante, porque “da especialidade vitalícia em manusear uma ferramenta parcial surge a especialidade vitalícia em servir a uma máquina parcial. Abusa-se da maquinaria para transformar o trabalhador, desde a tenra infância, em peça de uma máquina parcial” (*Ibid.*, p. 494). Como se isso não bastasse por si só, “a Revolução Industrial” ainda deixa ao ser humano “além do novo trabalho de vigiar a máquina com os olhos e corrigir os erros dela com as mãos, o papel puramente mecânico de força motriz”, pois é ele o responsável por puxar as alavancas e apertar os botões que ligam as máquinas, impulsionando todo o sistema produtivo (*Id. Ibid.*). Nessas circunstâncias, Marx (2013) constata a existência de uma nova divisão social do trabalho durante o período maquinofatureiro, haja vista que os proletários não controlam e organizam o sistema produtivo, lançando mão do auxílio de máquinas e ferramentas, tal como era de costume na manufatura, ao contrário, na grande indústria, sujeito e objeto trocam de lugar, ou seja, o proletariado não necessita mais ter qualquer tipo de especialização e as máquinas se tornam superespecializadas, ditando o ritmo e a intensidade de seu trabalho, pois as funções do processo produtivo na era industrial são contínuas e uniformes, sendo facilmente ensinadas a qualquer membro do proletariado e em poucas semanas de instrução, impedindo a existência de cargos que apenas um trabalhador específico poderia executar, como era comum na era da manufatura. Esse trabalho realizado praticamente sem que o capitalista precise reconhecer (e remunerar segundo tal) os gastos que o trabalhador teve com sua formação especializada, ou seja, esse trabalho que “toda pessoa comum, sem qualquer desenvolvimento especial, possui em seu organismo corpóreo” é denominado por Marx como “trabalho simples” e a capacidade de realizá-lo como “dispêndio da força de trabalho simples” (*Ibid.*, p. 122).

Além disso, segundo Marx (2013), o trabalho assalariado industrial transforma o proletariado em uma espécie de fantoche, cujas cordas são puxadas pela maquinaria, pois além de se apoderar do ritmo da atividade produtiva do proletariado, ele leva a cabo também a segregação entre as dimensões intelectual e manual do trabalho, deixando as primeiras a mercê do

capital, enquanto aos proletários só lhes resta executar as ordens ditadas pelas máquinas em seu movimento contínuo e uniforme dedicado exclusivamente a produção de mercadorias. Por fim, a grande indústria desenvolve uma hierarquia mais ou menos sólida entre os proletários. No topo se encontram um pequeno grupo “encarregado do controle de toda a maquinaria e de sua reparação constante, como engenheiros, mecânicos, carpinteiros etc.” (*Ibid.*, p. 492). Esse grupo de trabalhadores realiza o que Marx denomina como trabalho complexo, uma vez que sua atividade produtiva é considerada mais complexa e importante “do que o trabalho social médio” e, nessas circunstâncias, “a exteriorização de uma força de trabalho com custos mais altos de formação, cuja produção custa mais tempo de trabalho e que, por essa razão, tem um valor mais elevado do que a força simples de trabalho” (*Ibid.*, p. 124). Entretanto, vale ressaltar, que isso não isentava esses proletários das mazelas do trabalho assalariado industrial, pois a expectativa de vida do proletariado industrial do século XIX não passava dos “40 anos para os trabalhadores não-especializados”, que realizavam trabalho simples, e dos “50 [anos] para os especializados”, que realizavam trabalho complexo (HOBSBAWM, 1977, p. 227). Em seguida, há uma grande massa responsável por operar as máquinas-ferramenta e, em último lugar, existem os assim chamados “*feeders* (que apenas alimentam as máquinas com o material de trabalho)” e geralmente são crianças (*Id. Ibid.*). Tal hierarquia é regida por uma rígida e reificante disciplina, aplicada por um grupo de “capatazes”, ou melhor, “soldados rasos da indústria e suboficiais industriais” que utilizam, para garantir o cumprimento dos interesses dos capitalistas, “no lugar do chicote do feitor de escravos”, o “manual de punições do supervisor fabril”, isto é, uma série de “multas pecuniárias e descontos de salário” (*Ibid.*, p. 496).

### **3.2. Processo de trabalho e dupla fruição**

Chegou o momento de se discutir o ponto nevrálgico deste capítulo, a saber: a exposição da categoria trabalho em Marx. Entretanto, é válido ressaltar que só é possível investigar tal categoria de uma maneira minimamente satisfatória se, antes de mais nada, for levado em conta o material concreto a partir da qual ela é sintetizada, ou seja, as formas histórico-concretas de trabalho desenvolvidas no ocidente europeu. Marx levou a cabo essa empreitada de maneira exaustiva e detalhada – o que, aliás, já foi sucintamente discutido aqui no tópico anterior –, como também participou ativamente do movimento operário francês, experiência por meio da qual tomou contato com o comunismo e, posteriormente, aderiu politicamente a esse movimento. Então, somente após o estudo intensivo da realidade concreta, somado com o que hoje

se convencionou chamar na academia como observação participante, é que Karl Marx consegue elaborar a categoria trabalho. Ademais, a explanação mais bem-acabada dessa categoria, em meio a extensa obra de Marx, pode ser encontrada no capítulo 5 do Livro I d' *O capital*, intitulado “o processo de trabalho e o processo de valorização”, mais especificamente no primeiro subitem desse capítulo: “o processo de trabalho”. Contudo, a exposição expressa no Livro I d' *O capital* pode ainda ser complementada por uma elaboração marxiana mais antiga e, de certo modo, inacabada – ou melhor, em *status nascendi*, se respeitarmos a terminologia mészárianiana – presente nos cadernos de rascunhos críticos escritos por Marx durante seu exílio na França, os quais materializavam as suas primeiras empreitadas críticas à Economia Política. Para se ter uma ideia, Marx escreveu em Paris, entre janeiro de 1844 e janeiro de 1845, nove cadernos que resumiam seus estudos sobre a economia política. Aliás, tal interesse de estudo, segundo José Paulo Netto (2015), foi despertado nele pela leitura do artigo *Esboços de uma crítica da economia política*, enviado por Engels aos *Deutsch-Französische Jahrbücher* [Anais-Franco Alemães]. Os cadernos que Marx escreveu em Paris, atualmente foram publicados no Brasil em dois livros, os *Manuscritos econômico-filosóficos* e os *Cadernos de Paris*. No que diz respeito a segunda obra citada, mais especificamente no tópico XXII denominado como “a produção humana”, é possível encontrar os primeiros indícios do que viria a se tornar a categoria trabalho na obra marxiana. Vale pontuar, enfim, que aqui não será aberto espaço para abordar qualquer uma das inúmeras polêmicas que surgiram a partir de leituras que fraturaram Karl Marx em dois: o da época da juventude e o do período da maturidade. Assim se procede para evitar privilegiar os escritos de um dos momentos do desenvolvimento intelectual de Marx em detrimento do outro, o que contribuiria muito mais para esterilizar do que para esclarecer o pensamento desse autor. Dito de outra forma, existe apenas um Marx e seu pensamento passa por um processo contínuo de desenvolvimento e transformação. Por isso vale considerar o alerta de Lefebvre, para o qual “o pensamento de Marx e Engels não foi apenas um pensamento em luta e em” ação, mas, sobretudo, “um ‘pensamento em movimento’” e, portanto, que exige um estudo igualmente disposto a compreendê-lo em “seu movimento” (LEFEBVRE, 1966, p. 69). Ademais, vale lembrar o que foi dito na introdução desta dissertação, ou seja, a possibilidade de o leitor apreciar este tópico em paralelo com a leitura do primeiro tópico do capítulo dois, a fim de se comparar a noção de trabalho dos *Cadernos de sociologia* os quais, por sua vez, afirmam se pautar nas contribuições marxianas, e a categoria trabalho da forma como é elaborada por Karl Marx.

Dito isso, é necessário agora começar a exposição da categoria trabalho em Marx, tal como ela se expressa no Livro I d' *O capital*. Para tanto, é crucial ater-se em três características centrais dessa categoria. Em primeiro lugar, “o trabalho” pode ser entendido como “um processo” realizado entre o ser humano “e a natureza, processo este em que o” ser humano, por meio de sua atividade produtiva, “medeia, regula e controla” a relação entre ele e a natureza (MARX, 2013, p. 255). Em Marx, natureza significa tanto a realidade sócio-histórica quanto o meio ambiente natural no qual os sujeitos sociais vivem. Logo, as relações entre ser humano e natureza se modificam de acordo com os diferentes momentos históricos nos quais os seres humanos se reproduziram. Além disso, o trabalho mostra-se uma relação entre ser humano e natureza que visa permitir aos primeiros “apropriar-se da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida”, atendendo tanto suas necessidades de sobrevivência material quanto espiritual e, aliás, não se pode esquecer que tal apropriação acontece por meio das “forças naturais pertencentes a” corporeidade humana, a saber: “seus braços e pernas, cabeça e mãos” (*Id. Ibid.*). Contudo, quando o ser humano age “sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio” (*Id. Ibid.*). Em segundo lugar, “no final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente”, ou seja, o processo de trabalho é uma atividade que acontece em dois momentos distintos; primeiramente, ele realiza-se dentro da mente humana, quando o ser humano planeja idealmente a atividade de transformação da natureza que pretende realizar, por exemplo, imagina os instrumentos que necessitará durante o processo de trabalho, o objeto que deseja construir ou modificar, os materiais que tal transformação exigirá, o lugar onde encontrá-los, etc. Em seguida, se mostra necessário materializar a ideia previamente pensada, utilizando, por exemplo, ferramentas, técnicas e conhecimentos de produção, matérias-primas específicas, etc. ou, em resumo, criar condições necessárias para que o objeto anteriormente imaginado possa ser concretizado na realidade. Obviamente, ao objetivar o produto idealizado, o resultado do processo de trabalho jamais corresponderá identicamente àquilo que havia sido outrora imaginado, muitas vezes até mesmo pode decepcionar. Contudo, levar a cabo constantemente o processo de trabalho pode gerar objetivações cada vez mais aprimorados, ou seja, instrumentos, conhecimentos, estratégias e técnicas de produção cada vez mais desenvolvidas. Sustentando essa característica como algo propriamente humano, Marx

elabora a distinção clássica entre o ser humano e os demais animais ao afirmar que “uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera” (*Ibid.*, p. 255 – 56). E, em último lugar, o processo de trabalho é uma “atividade laboral” que “exige” sempre uma “vontade orientada a um fim” específico (*Ibid.*, p. 256).

Marx ainda pontua que então existem três requisitos imprescindíveis para a realização do processo de trabalho: “em primeiro lugar”, ser uma “atividade orientada a um fim”, “em segundo lugar”, consumir “objetos” que lhe são próprios e cruciais a sua realização e, “em terceiro” lugar, utilizar-se de “meios” que lhe são específicos e, através dos quais, se garante a sua efetuação (*Id. Ibid.*). Por *objetos do processo de trabalho*, Marx considera ser “todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com a totalidade da terra”, uma vez que esta última é a “fonte originária de provisões” e dos “meios de subsistências prontos” ao ser humano (*Id. Ibid.*). “Assim é o peixe, quando pescado e separado da água” pelo ser humano se torna um objeto de seu trabalho, no entanto, “quando” o “objeto do trabalho já” foi “filtrado por um trabalho anterior, então o chamamos de matéria-prima”, um exemplo disso é o minério de ferro após ter sido “extraído da mina e que agora será lavado” e, posteriormente, moldado (*Id. Ibid.*). Agora, por *meio de trabalho*, Marx entende ser “uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e”, além disso, pode guiar a “sua atividade sobre esse objeto”, em poucas palavras, são os instrumentos e técnicas utilizados durante o processo de trabalho (*Id. Ibid.*). Nesse sentido, “a terra” que atua como “armazém original de meios de subsistência” também se mostra “arsenal originário de meios de trabalho”, pois “ela fornece, por exemplo, a pedra” que pode ser usada como meio de trabalho para “moer, comprimir, cortar etc.” (*Ibid.*, p. 257). “Além de pedra, madeira, ossos e conchas trabalhados, também os animais domesticados desempenharam um papel fundamental como meios de trabalho nos” primórdios “da história humana” (*Id. Ibid.*). Marx (2013) também argumenta que, embora algumas espécies animais sejam capazes de produzir alguns instrumentos simples, a capacidade de produzir meios que auxiliem seu processo de trabalho é uma exclusividade humana. Vale ressaltar ainda que os meios de trabalho recebem uma atenção especial na exposição do processo de trabalho em Marx, porque, do ponto de vista do materialismo histórico, “o que diferencia as épocas” da história do ocidente europeu “não é ‘o que’ é produzido, mas ‘como’”, ou seja, “‘com que meios de trabalho’” se produz, pois são

esses meios os responsáveis pelo fornecimento não só “do grau de desenvolvimento” das forças produtivas, “mas também indicam as condições sociais nas quais” o processo de trabalho é realizado (*Id. Ibid.*). Dito de outro modo, existem meios de trabalho que, diferentemente daqueles que servem como mediação entre o ser humano e sua atividade transformadora da natureza, expressam as “condições objetivas” geralmente “necessárias à realização” desse processo, tais como o “*locus standi* [local]” e o “campo de atuação (*field of employment*)” do trabalho (*Ibid.*, p. 258). “O meio universal de trabalho desse tipo é, novamente, a terra”, mas também existem meios de trabalho que oferecem o local e o campo de atuação do processo de trabalho já mediados pela atividade produtiva humana, como é o caso das oficinas, fábricas, arsenais, entre outros (*Id. Ibid.*).

Não se pode igualmente negligenciar o fato de o processo de trabalho ser efetuado sempre levando em conta uma finalidade específica e terminar com a criação de um produto. Ou seja, ao considerar-se o processo de trabalho “do ponto de vista de seu resultado” ele “aparece como trabalho produtivo” (*Id. Ibid.*). E o produto gerado no processo de trabalho é sempre dotado de “um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma” (*Id. Ibid.*). Contudo, faz-se necessário ressaltar que aqui Marx está expondo a categoria trabalho, ou melhor, o processo de trabalho de modo geral, sintetizado (teorizado), como já foi dito, a partir das diversas formas histórico-concretas de trabalho que se desenvolveram na história do ocidente europeu. Portanto, não se trata aqui especificamente do trabalho concreto, ou seja, do “dispêndio de força humana” fisiológica (física ou mental), “numa forma específica, determinada à realização de um fim”, mas se está falando de uma categoria sintetizada a partir da análise das diversas formas histórico-concretas de trabalho (MARX 2013, p. 124). Além disso, o trabalho produtivo aparece nessa exposição marxiana apenas dotado de um sentido simples, ou seja, se expressa como atividade criadora de produtos com valor de uso, portanto, como trabalho útil, uma vez que Marx considera como tal todo “o trabalho, cuja utilidade se representa, assim, no valor de uso de seu produto, ou no fato de que seu produto é um valor de uso” (MARX 2013, p. 119). Por fim, faz-se necessário ressaltar ainda que na forma específica da sociedade capitalista, o trabalho produtivo deve ser entendido como relação social que gera mais-valor, portanto, durante o processo de trabalho produtivo, os valores de uso são abstraídos para produzir valor de troca e, mais do que isso, quando são produzidos, há exploração dos trabalhadores que não são remunerados na mesma

proporção da riqueza que produzem. Mas isso será discutido melhor mais à frente neste capítulo.

Findada a ressalva anterior, retoma-se a argumentação de Marx com a observação de que “quando um valor de uso resulta do processo de trabalho como produto, nele estão incorporados” os “produtos de processos de trabalho anteriores”, os quais, aliás, também tem valores de uso (*Ibid.*, p. 258 – 59). Em outras palavras, “o mesmo valor de uso que é produto” de um trabalho qualquer pode constituir “o meio de produção de um trabalho ulterior, de modo que os produtos são não apenas resultado, mas também condição do processo de trabalho”, um exemplo disso é a relação entre pecuária e processo produtivo de fertilizantes agrícolas, pois o esterco produzido durante o processo de engorda do gado pode atuar também como meio de trabalho para se obter adubo (*Ibid.*, p. 259). Desse modo, é possível entender o caráter processual da categoria trabalho em Marx, expressa na interdependência entre os diversos processos de trabalho historicamente desenvolvidos. Nessa processualidade, Marx destaca ser fácil perder de vista que os meios de trabalho consumidos em um determinado processo de trabalho originam-se de processos de trabalhos anteriores, a não ser, quando os produtos consumidos na atividade produtiva apresentem algum tipo de problema, por exemplo, “uma faca que não corta” ou “um fio que constantemente arrebenta”, em tais condições, sempre lembram que são produtos feitos pelo “ferreiro *A*” ou pelo “fiandeiro *E*” (*Ibid.*, p. 259). Portanto, “ao ingressar como meios de produção em novos processos de trabalho, os produtos” devem ser interpretados como objetivações provenientes do “trabalho vivo” (*Id. Ibid.*). Em outras palavras, todo produto, todo resultado do processo de trabalho, não cai do céu do nada, ele provém de força de trabalho humana viva e é por meio dela que adquire seu valor de uso, ou seja, a utilidade que expressa a um indivíduo, grupo ou mesmo a outro processo de trabalho (*Id. Ibid.*).

Em resumo, o processo de trabalho tal como é elaborado no Livro I d’*O capital* de Marx foi até agora apresentado como uma atividade humana produtiva “orientada a um fim”, capaz de gerar “valores de uso” e que se realiza a partir da “apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas”, em outras palavras, é uma espécie de procedimento “universal do metabolismo entre” o ser humano e a “natureza”, uma “condição natural da vida humana” a qual, por sua vez, não depende “de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor,” é “comum a todas as suas formas sociais” e, por isso, Marx não teve a “necessidade de” apresentá-la em sua riqueza e variedade enquanto relação social do trabalhador “com

outros trabalhadores” (*Ibid.*, p. 261). Sendo assim, torna-se inteligível o esforço de Marx em analiticamente desenvolver a categoria trabalho através das diversas formas histórico-concretas de trabalho existentes desde as sociedades arcaicas da Europa ocidental até as formas de trabalho vigentes nas sociedades capitalistas oitocentistas.

Tendo exposto a categoria trabalho em Marx, tal como ela se apresenta no capítulo 5 do Livro I d’*O capital*, agora mostra-se necessário complementar tal exposição ampliando a discussão em torno de um aspecto que talvez ainda não tenha sido desenvolvido profundamente, isto é, a compreensão do caráter essencialmente social do processo de trabalho. Para isso, recorre-se aqui aos cadernos de rascunhos críticos à economia política, escritos por Marx entre 1844 e 1845, em seu exílio na França. Nesses cadernos, Marx analisa o trabalho de modo geral, ou melhor, inicia o processo de elaboração do que viria a se tornar a categoria trabalho em sua obra. E, naquela época, o material concreto acumulado por Marx em suas investigações ainda era demasiado incipiente, mas foi o suficiente para esclarecer a si mesmo (e aos seus leitores) sobre o caráter social do trabalho que, posteriormente, ficou conhecido em sua obra como o processo de trabalho. Tese esta que se mostra mais bem-acabada apenas no Livro I d’*O capital*, tal como já foi discutido. Dito isso, a categoria trabalho pode ser entendida nos esboços escritos por Marx naquela época como uma atividade produtiva humana na qual todos os envolvidos – tanto o trabalhador quanto os destinatários dos objetos de seu trabalho – afirmam-se a si mesmos de maneira dupla durante a produção. Pois, por um lado, dirá Marx: “Eu realizaria minha individualidade, a minha particularidade, experimentaria, trabalhando, o gozo de uma manifestação individual de minha vida e, contemplando o objeto, a alegria individual de reconhecer a minha personalidade com um poder real, concretamente sensível” (MARX, 2015, p. 221). E, por outro lado, “na tua utilização do meu produto, eu desfrutaria da alegria espiritual imediata, através do meu trabalho, de satisfazer a uma necessidade humana, de realizar a essência humana e de oferecer à necessidade de outro o seu objeto” (*Id. Ibid.*). Além disso, Marx completa: “Eu teria a consciência de servir como mediador entre ti e o gênero humano, de ser reconhecido por ti como um complemento do teu próprio ser e como uma parte necessária de ti mesmo, de ser aceito em teu espírito e em teu amor” (*Ibid.*, p. 221 – 22). E, por fim, encerra a exposição do processo de trabalho como um procedimento essencialmente social dizendo: “Eu teria, em minhas manifestações individuais, a alegria de criar a manifestação da tua vida, ou seja, de realizar e afirmar, na minha atividade individual, a minha verdadeira essência humana, a minha sociabilidade humana” (*Ibid.*, p. 222). A exposi-

ção de Marx do processo de trabalho como uma atividade produtiva humana capaz de produzir uma espécie de dupla fruição a todos os que nela estão relacionados, termina com uma comparação desse processo com a luz que se reflete mutuamente em diversos espelhos, ou melhor, nas próprias palavras de Karl Marx, “nossas produções seriam como que tantos espelhos que irradiam a nossa essência entre nós. Nesta reciprocidade, o que seria realizado da minha parte sê-lo-ia também da tua parte” (*Id. Ibid.*).

Antes de finalizar este tópico, é necessário fazer um último adendo sobre a categoria trabalho, a saber: a questão do trabalho imaterial<sup>22</sup>. Até agora, a categoria trabalho foi exposta em sua expressão geral, como processo de trabalho, sintetizado teoricamente a partir de atividades produtivas concretas, variáveis conforme as formas específicas que desenvolveram na história. Dentro dessa exposição, a categoria trabalho foi estudada em duas dimensões. A primeira delas é imaterial, pois expressa-se no âmbito do planejamento ideal referente ao que se deseja transformar na natureza. Já a segunda dimensão da categoria trabalho é material, uma vez que diz respeito ao processo de objetivação dos planos previamente idealizados de transformação da natureza. Contudo, pode parecer que o resultado do processo de trabalho em Marx assume preponderantemente uma dimensão palpável e material, como, por exemplo, quando a humanidade constrói instrumentos que possibilitam suas transformações no meio natural, ou quando arquiteta fortificações, impérios, realiza guerras e revoluções, etc. Entretanto, existem produções humanas, fruto do processo de trabalho (sempre concreto e, ao mesmo tempo, ideal) que assumem majoritariamente a condição de frutos do trabalho imaterial, como foi investigado por Marx e aparece brevemente no decorrer do capítulo VI (inédito) d’ *O capital*. Segundo Marx, há dois casos em que os trabalhadores produzem resultados imateriais. O primeiro deles diz respeito a produção de mercadorias imateriais que circulam “no intervalo entre a produção e o consumo; por exemplo” o resultado da produção artística e literária, objetivada em “livros, quadros” e todos os produtos artísticos que existem separadamente da atividade artística do seu criador e executante” (MARX, 2004, p. 119). Ainda que o escritor utilize do lápis e da caneta (ou da pena e do tinteiro como era típico na época de Marx) ou o pintor lance mão da tela, das tintas e do pincel – objetos materiais e resultantes de processos produtivos industriais – a atividade do artista e do escritor são fundamentalmente imateriais, ou seja, se realizam essencialmente no campo da imaginação (o que não exclui, como já foi dito, a necessidade do auxílio de instrumentos e técnicas historicamente desenvolvidas e acu-

---

<sup>22</sup> O termo que aparece no texto no *Capítulo VI inédito de o Capital* é “trabalho não material”, mas optamos por usar na dissertação o termo trabalho imaterial.

muladas). O segundo tipo de produção imaterial que Marx analisa é aquela em que “o produto não é separável do ato da produção”, tal como é o caso de uma aula que um docente ministra na universidade pública (*Id. Ibid.*). Embora atualmente, com o avanço do fenômeno da internet, haja as assim chamadas “videoaulas”, nas quais diversos professores exibem suas aulas separadamente do momento em que as produziram, ainda assim, o objeto de seu trabalho, a aula presencial propriamente dita, enquanto produção imaterial que se pauta em conhecimentos prévios historicamente constituídos, que precisa ser preparada previamente antes de ser exposta, que deve ser apresentada de forma didática, que necessita abrir margem para dúvidas, entre outras propriedades do ato *sui generis* de preparar e ministrar uma aula, não pode, ainda hoje, ser separada (sem prejuízo ou limitação) do ato de sua produção.

### **3.3. O problema da alienação do trabalho**

Ao elaborar a categoria trabalho a partir da análise do desenvolvimento histórico ocidental europeu, Marx igualmente constata o paradoxal potencial de o ser humano produzir objetos e relações sociais desumanas. Em outras palavras, percebe que a humanidade tem a capacidade de instituir (e perpetuar) realidades sociais nas quais a miséria assola a grande maioria dos membros de suas respectivas populações, ao passo que a riqueza (produzida por aqueles que se encontram na situação de miséria) se concentra nas mãos de uma classe numericamente insignificante, porém, econômica e politicamente dominante. Além disso, consciente ou inconscientemente, os seres humanos são também capazes de promover a paulatina destruição da natureza, extinguindo a fauna e a flora do planeta. Sobre este último aspecto autodestrutivo da alienação do trabalho, vale lembrar que Marx o estudou ainda em estágio embrionário, mas, atualmente, o filósofo húngaro István Mészáros atualizou essa investigação mostrando como a assim chamada “‘*destruição produtiva*’, inseparável da” ideologia burguesa “do progresso”, vigente na época em que Marx viveu, expressava-se por meio da predação de recursos naturais e forças produtivas, considerado tal prática uma espécie de efeito colateral “inevitável dos ‘custos de produção’ e da reprodução ampliada” do capital, sempre que isso “trouxesse o benefício adicional do deslocamento das contradições do sistema” (MÉSZÁROS, 2011, p. 267). Exemplos clássicos da tendência de destruição produtiva do capital na época de Marx são os cercamentos na Inglaterra que expropriaram e destruíram boa parte de terras antigamente comuns e de pequenos produtores para convertê-las em latifúndios destinados a criação de ovelhas, ou mesmo os processos de conquista e colonização de regiões da

América e da África, nas quais diversas populações nativas foram assassinadas e tiveram suas terras destruídas para possibilitar o extrativismo de recursos naturais e o cultivo de *plantations*. Contudo, “historicamente passamos da prática de ‘destruição *produtiva*’ da reprodução do capital para uma fase em que o aspecto predominante é o da produção *destrutiva*”, uma vez que se atinge em um ponto do desenvolvimento do capital em que se torna insustentável a manutenção da antiga prática da destruição produtiva (*Ibid. Id.*). Em outras palavras, “‘não há mais para onde ir’ neste planeta”, aliás, já não é mais possível entre os capitalistas tomar “o controle das possessões das potências capitalistas rivais”, como fizeram “os Estados Unidos” com os “antigos impérios britânicos e francês, depois da Segunda Guerra Mundial” (MÉSZÁROS, 2011, p. 249). Nesse sentido, “o capitalismo contemporâneo atingiu um estágio em que” todas “as barreiras para a produção capitalista são hoje, suplantadas pelo próprio capital”, portanto sua “*autorreprodução*” se mostra “*destrutiva*”, uma vez que atua “em oposição antagonica à *produção*” humana “genuína” e sustentável, o que também se mostra “uma realidade cruel com as mais devastadoras implicações para o futuro” (*Ibid.*, p. 699). Um exemplo da tendência de autorreprodução produtiva, são as recentes incursões dos conglomerados mineradores, cuja produção desmata diversos hectares de fauna e flora nativa que são irrecuperáveis e, ao mesmo tempo, submetem seus empregados a regimes de trabalho análogos a escravidão.

O professor doutor Sergio Lessa da Universidade Federal de Alagoas afirma, a partir de suas leituras sobre György Lukács e István Mészáros, que o problema da alienação em Marx expressa-se quando “as relações sociais se tornam entraves ao desenvolvimento humano” e, conseqüentemente, por alienação pode-se entender toda “desumanidade socialmente posta” (LESSA, 2015, p. 479). Para exemplificar o problema da alienação, Lessa (2015) observa que nas sociedades tribais pré-capitalistas a prática do sacrifício de animais, o jejum e a aglomeração em multidões para clamar pelo auxílio dos deuses era uma prática comum em momentos nos quais a população era acometida por epidemias. Contudo, atualmente é sabido que “esse comportamento, em vez de fortalecer os humanos contra a epidemia, provavelmente resultou no oposto”, uma vez que os membros da tribo “se enfraqueceram ao se alimentarem pior, as defesas biológicas foram debilitadas ao sacrificarem seus melhores animais” e “as aglomerações nas cerimônias religiosas devem ter favorecido a generalização” das epidemias (*Id. Ibid.*). Um fenômeno muito parecido aconteceu nas sociedades medievais no final do século XIV, quando a Europa foi aterrorizada pelo surto de peste bubônica transmitida por ratos e proliferada nas péssimas condições de higiene em que viviam a maior parte da população

européia daquela época. Por conta do incipiente desenvolvimento das forças produtivas daquela época, somado ao elevado obscurantismo científico, a causa da doença foi atrelada a ideia de punição divina, o que imediatamente levou a população a apelar ao autoflagelo, ao jejum e às orações de penitência rezadas em comitivas que aglomeravam inúmeras pessoas com o único objetivo de clamar ao deus cristão pela cura<sup>23</sup>. Lessa (2015) ainda destaca que neste último caso, “os europeus passaram por toda a epidemia sem terem a menor ideia de que foram eles próprios que criaram todas as condições para que tal tragédia abatesse sobre suas vidas” (p. 485). Por fim, um último exemplo do problema da alienação destacado por Lessa (2015) na história do Ocidente europeu é a prática da escravidão nas sociedades pré-capitalistas da Antiguidade que, em poucas palavras, consistiu no bloqueio à condição de humanidade a grande parte dos sujeitos sociais daquela época (em sua maioria formada por aqueles que foram derrotados em guerras), encarados apenas como “instrumentos de trabalho que falam e se locomovem, diferentes dos animais que apenas se locomovem e das ferramentas, que nem falam nem se locomovem” (*Id. Ibid.*).

A pós essa breve introdução sobre o problema da alienação do trabalho, chega-se o momento de discutir como Karl Marx analisou tal questão, por isso, vale ressaltar o que foi comentado na introdução desta pesquisa, ou seja, a possibilidade de o leitor apreciar este tópico da dissertação em conjunto com a leitura do segundo tópico do capítulo dois, mais especificamente quando nele se discute a Etapa 2 da segunda situação de aprendizagem do *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II, intitulada “Relações de trabalho e alienação”. Assim, será possível comparar a exposição que esse caderno faz do problema da alienação em Marx com a própria análise marxiana elaborada na década final da primeira metade do século XIX.

Posto isso, agora chega-se o momento de expor o problema da alienação do trabalho tal como Marx o analisou em 1844, mais especificamente nos manuscritos rascunhados para o seu próprio estudo, embora tivesse a pretensão de publicar alguns deles no futuro. Hoje esse material, no Brasil, foi traduzido e compilado no livro *Manuscritos econômico-filosóficos*. Entretanto, é necessário fazer aqui uma observação: nessa obra não há uma síntese teórica sobre o problema da alienação do trabalho tão bem-acabada e esclarecedora como a exposição do Livro I d’*O capital* sobre o trabalho abstrato ou sobre o fetichismo da mercadoria. Em vez

---

<sup>23</sup> Uma retratação dessa prática alienante foi produzida artisticamente em 1956 pelo cineasta sueco Ingmar Bergman em sua obra *Det sjunde inseglet* [O sétimo selo], filme no qual é narrada a trajetória de dois templários desencantados pelas Cruzadas. Durante o filme as personagens principais se deparam com uma procissão na qual as pessoas carregam cruzeiros e imagens cristãs religiosas, bem como se flagelam e clamam pela cura da peste que as oprimia, num espetáculo grotesco que orbita sobre a ideia de que a doença epidêmica é resultado da fúria divina contra os supostos pecados cometidos pela população daquela época.

disso, existe sim uma tentativa de teorização do problema da alienação como uma categoria extraída dos estudos sobre a realidade histórica e concreta da Europa Ocidental, mas, durante a apresentação desse problema, pode parecer ao leitor que ora Marx escreve sobre uma questão geral da humanidade, ora parecerá que ele está discutindo algo específico da sociedade capitalista europeia do século XIX. A título de exemplo, logo no começo do capítulo sobre o trabalho alienado e a propriedade privada, Marx afirma que parte “de um fato nacional-econômico, *presente*” (MARX, 2015, p. 304). Tal observação pode induzir o leitor a pensar que ele está analisando a alienação do trabalho na sociedade capitalista moderna, contudo, em vários momentos deste mesmo capítulo, Marx compara as características do trabalho alienado com a relação social religiosa que se desenvolve antes do capital. Além disso, uma das conclusões desse capítulo é que o problema da alienação do trabalho cria as bases para o surgimento da propriedade privada, em suas palavras, “A *propriedade privada* resulta, portanto, por análise, [...] a partir [...] do trabalho alienado, da vida alienada, do homem *alienado*” (*Ibid.*, p. 317). Portanto, o problema da alienação do trabalho não é exclusivo do sistema do capital, mas nele se desenvolve de forma mais dramática e opressiva. Isso, evidentemente acontece por causa do caráter próprio dos manuscritos produzidos em 1844, ou seja, o fato de serem fruto de um trabalho não revisado e destinado, ao menos em um primeiro momento, apenas ao esclarecimento e a pesquisa de seu próprio autor. Levando essa ressalva em consideração, recomenda-se ao leitor considerar mais a pretensão que Marx tinha nesses manuscritos do que se ater nas confusões que a leitura deles possa vir a apresentar, ou seja, é preciso lê-los tendo em mente que ali há uma tentativa, como Mézáros (2016) denominou, em *status nascendi* de teorização de um problema que se manifestou durante toda a história, a saber: a tendência de o ser humano produzir artigos e relações sociais desumanas e autodestrutivas, sem perder de vista que, posteriormente na obra marxiana, tal tentativa se desenvolve de forma mais acabada.

Segundo a análise contida nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de Marx, o problema da alienação do trabalho se expressa a partir de quatro tendências que emergem e se impregnam durante o processo de trabalho em todos os momentos da história. Para Marx, a alienação do trabalho torna-se perceptível a partir do momento em que o agente transformador da natureza passa a empobrecer a si mesmo durante o processo produtivo da riqueza social. Em suas próprias palavras, “com a *valorização* do mundo das coisas, cresce a *desvalorização* do mundo dos homens em proporção direta” (MARX, 2015, p. 304). Mas de que maneira essa miséria, desvalorização e desrealização humana acontece? Marx afirma que isso ocorre, em

primeiro lugar, porque o resultado do processo de trabalho, o produto engendrado pelo trabalhador, “enfrenta-o como um ser alienado [*ein fremdes Wesen*], como um poder independente do [seu] produtor” (*Id. Ibid.*). Tal como foi discutido no tópico anterior com mais profundidade, “a realização do” processo de trabalho acontece por meio da “sua objetivação”, ou seja, é por meio da concretização de um projeto ideal de transformação da natureza – elaborado previamente na mente e com a finalidade de tornar palpável necessidades humanas tanto materiais quanto espirituais – que os sujeitos sociais realizam trabalho e, em seguida, se apropriam de seu resultado, do produto de sua atividade produtiva. Contudo, o problema da alienação faz com que “essa realização (*Verwirklichung*) do trabalho” manifeste-se “como *desrealização* (*Entwirklichung*) do trabalhador”, “a objetivação”, por sua vez, “como *perda do objeto e servidão ao objeto*” e, por fim, “a apropriação como *alienação* [*Entfremdung*]” (*Ibid.*, p. 304 – 5). Como se a percepção de que o produto do seu próprio trabalho já não lhe pertence mais, comportando-se de forma hostil e opressiva para com seu produtor, não representasse algo suficientemente aterrador aos trabalhadores, a alienação ainda fratura o processo de objetivação a tal ponto que o trabalhador se vê privado não só “dos objetos mais necessários” à sua vida, mas também percebe que está bloqueado ao acesso dos meios imprescindíveis à realização de seu trabalho, ou melhor, “o próprio trabalho torna-se um objeto, do qual ele só pode se apoderar com o máximo de esforço e com os intervalos os mais erráticos (*Unregelmäßigsten Unterbrechungen*)” (*Ibid.*, p. 305). Em síntese, “quanto mais o trabalhador se esforça (*ausarbeitet*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alienado, que ele cria perante si próprio; quanto mais pobre se tornam ele próprio [e] o seu mundo interior, tanto menos ele possui” (*Id. Ibid.*). Enfim, Marx afirma que o primeiro aspecto do problema da alienação do trabalho é a alienação do ser humano perante o resultado do seu próprio trabalho e, ademais, tal aspecto é análogo a religião (e emblemática no fenômeno do fanatismo religioso), uma vez que “quanto mais o” ser humano “põe em deus com tanto menos fica em si próprio”, portanto, “o trabalhador põe a sua vida no objeto; porém, então, ela já não lhe pertence, mas ao objeto” (*Ibid.*, p. 306).

O segundo aspecto da alienação do trabalho em Marx se expressa na tendência de o ser humano encontrar-se alienado perante sua própria atividade produtiva, pois não é possível ao trabalhador “defrontar-se com o produto da sua atividade como algo” que lhe está “*alienado se*”, antes de qualquer coisa, “no próprio ato da produção”, “ele próprio” já não demonstrasse ter sofrido algum tipo de alienação (*Ibid.*, p. 308). Então é possível indagar: em que

consiste o fato de estar alienado da própria atividade produtiva? Primeiramente, uma atividade produtiva alienada não permite que o trabalhador se afirme a partir de seu trabalho, ao contrário, ele se nega neste último, “não se sente bem, mas desgraçado; não desenvolve qualquer livre energia física ou espiritual, antes mortifica o seu físico (*Physis*) e arruína o seu espírito” (*Id. Ibid.*). Além disso, a atividade produtiva alienada não se apresenta como algo “voluntário, mas coagido (*gezwungen*)”, consiste em uma espécie de “trabalho forçado (*Zwangsarbeit*)”, por isso, Marx destaca: “logo que não exista qualquer coação, física ou outra, se foge do trabalho como da peste” (*Ibid.*, p. 308 – 9). O fator fundamental de uma atividade produtiva alienada é a impressão de se produzir algo que escapa da sua apropriação e parece pertencer a outro. E é exatamente isso que acontece na religião, pois esta última é um resultado da “autoatividade da fantasia humana, do cérebro humano e do coração humano” que escapou do controle humano e lhe exigiu o seu próprio culto, isto é, se tornou uma “atividade alienada” (*Ibid.*, p. 309).

O terceiro aspecto do problema da alienação do trabalho é talvez o de maior complexidade de interpretação, pois Marx (2015) afirma que além de sofrer alienação perante o resultado de seu próprio trabalho e dentro de sua própria atividade produtiva, o ser humano que trabalha também se vê alienado perante o seu ser genérico [*Gattungswesen*]. A dificuldade interpretativa, então, surge em torno do significado de ser genérico e do problema de se estar alienado perante ele. Sem mistificações, ser genérico não significa nada mais do que entender o fato de a humanidade ter duas dimensões. Uma delas é a dimensão singular, ou seja, cada um dos seus membros desenvolve características individuais tanto fenotípicas (estatura, cor dos olhos, cor dos cabelos, cor da pele, etc.) quanto sociais (língua, regras de parentesco, meios de trabalho, entre outros) os quais variam, evidentemente, de sociedade para sociedade. No entanto, a humanidade também tem uma dimensão universal, ou seja, todo ser humano tem características provenientes da síntese de todos os sujeitos singulares que compõe a humanidade, essas propriedades gerais constituem uma espécie de ser humano genérico, o gênero humano ou o assim chamado *homo sapiens*. Aqui vale ressaltar, segundo Lessa (2015) que, em Marx, as propriedades universais de um objeto/sujeito são tão reais e plenas de determinações quanto a singularidade deles, portanto, embora o ser humano não se alimente, por exemplo, da categoria fruta, mas, ao contrário, das existências singulares e concretas dessa categoria, tal como peras, maçãs, pêssegos, etc., ainda assim, isso não significa que a universalidade dos objetos/sujeitos não exista ou seja menos importante do que a sua singularidade. Dentre as di-

versas propriedades humanas genéricas, Marx destaca a importância da capacidade de tornar “toda a natureza o seu corpo *inorgânico*”, ou melhor, a potencialidade de o ser humano transformar a natureza através do seu trabalho e de acordo com as suas necessidades, aprendendo e transformando livremente a si mesmo nesse processo (*Ibid.*, p. 311). Todavia, Marx igualmente percebe que a alienação do trabalho ameaça esse caráter genérico do ser humano quando reduz o “trabalho, a *atividade vital*, a própria *vida produtiva*” humana, a somente “um *meio* para a satisfação de uma necessidade, da necessidade da manutenção da existência física” (*Id. Ibid.*). Diferente dos demais animais na natureza, o ser humano, como foi bem discutido, depende da natureza para realizar o seu processo de trabalho e para subsistir, como qualquer outro animal, no entanto, seus instintos e seus limites para com a natureza podem ser superados, em poucas palavras, o ser humano pode transformar as suas determinações naturais (isso para o bem ou para o mal). Tal diferenciação é considerada por Marx uma vantagem com relação aos demais membros do mundo animal. Contudo, quando é arrancado do ser humano que trabalha o “o objeto da sua produção”, ao mesmo tempo, lhe é também arrancado “a sua *vida genérica*” e, portanto, a “sua vantagem sobre o animal” se transforma em uma assustadora desvantagem (*Ibid.*, p. 313). Vale ressaltar que essa desvantagem perante o animal é a limitada existência social na forma de coisa e não de ser humano ou a metamorfose em mera engrenagem maquinal.

Marx conclui sua exposição sobre o problema da alienação do trabalho apresentando aos seus leitores um quarto e último aspecto desse processo, a saber: a alienação do ser humano perante outro ser humano. Em poucas palavras, se o produto do labor do trabalhador parece não pertencer a ele, se a sua atividade produtiva lhe aparenta ser uma tortura e se a sua condição de trabalho é tão miserável que ele sente como se não fizesse mais parte do gênero humano, então a quem pertence os frutos do seu trabalho? A quem sua atividade produtiva gera fruição? E quem está enriquecendo sua humanidade a partir do trabalho dos outros? Marx é irônico ao responder essas perguntas, novamente questionando seus leitores: seria alguma divindade? De fato, nas sociedades tribais arcaicas, os grandes monumentos e templos foram encaradas como produto do “serviço dos deuses” e até mesmo eram interpretados como uma espécie de propriedade divina (*Ibid.*, p. 315). Entretanto, como Marx bem pontua, “sozinhos os deuses nunca foram os senhores do trabalho. Tampouco da *natureza*” (*Id. Ibid.*). Por isso, aquele que frui, se enriquece e se desenvolve humanamente a partir do trabalho alheio “só pode ser o próprio *homem*”, mas “*outro homem fora o trabalhador*”, ou seja, os seres huma-

nos responsáveis pela exploração do trabalho dos outros (*Id. Ibid.*). Aliás, isso é nitidamente constatável na história. Por exemplo, quem se apropriava do trabalho agrícola autossuficiente nas sociedades tribais arcaicas? O déspota (ou conjunto de chefes de família). Quem se apropriava, vivendo confortável e luxuosamente da exploração do trabalho agrícola autossuficiente e do trabalho escravo na Antiguidade? Os aristocratas gregos e patrícios romanos. Quem cresceu explorando o trabalho rural dos servos na Idade Média, bem como tinha condições suficientes para requisitar a seu bel-prazer os serviços dos artesãos nas corporações de ofício? A aristocracia medieval nobiliária. E, por fim, quem se apropria da riqueza socialmente produzida a partir do auxílio de máquinas, fornecendo aos que realizam essa produção apenas o mínimo necessário para a sua subsistência? O assim chamado “capitalista – ou como se queira chamar ao senhor do trabalho” (*Ibid.*, p. 317).

### **3.4. Exploração do trabalho no capitalismo: mais-valor, trabalho necessário, trabalho excedente, trabalho produtivo e trabalho improdutivo**

Antes de começar a refletir sobre a exploração do trabalho no capitalismo, é válido lembrar que o *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II, no último tópico da sua segunda situação de aprendizagem, denominado como “Relações de trabalho e alienação”, comenta brevemente o que significa mais-valor, menciona estar a sociedade capitalista alicerçada no antagonismo entre proletários e capitalistas e, por fim, termina pontuando sem muita explanação que a parte explorada dessa relação não sabe que está sendo explorada. Contudo, não há preocupação alguma de explicar mais profundamente o que é mais-valor ou mesmo contextualizar historicamente como vieram a se formar as duas principais classes em luta no sistema capitalista. Em contrapartida, o primeiro tópico deste terceiro capítulo se preocupou em apresentar, a partir das análises contidas no Livro I d’*O capital*, uma contextualização histórica da formação do proletariado e da burguesia. Contudo, agora, faz-se necessário adentrar mais afundo na discussão da forma específica da exploração que se desenvolveu na sociedade capitalista, a partir das contribuições críticas de Karl Marx.

Nesse sentido, é possível começar sublinhando que a tese embasadora do Livro I d’*O capital* é a descoberta do fato de a produção de mercadorias ser uma condição *sine qua non* do sistema do capital. Nas próprias palavras de Marx, “a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 2013, p. 113). E é na gênese do proces-

so de produção de mercadorias, em especial, durante o seu processo de valorização, em que se encontra o modo pelo qual os capitalistas exploram seus empregados, os trabalhadores assalariados ou o assim chamado proletariado, abrindo margem para a manifestação especificamente capitalista das mazelas do problema geral da alienação do trabalho exposto no tópico anterior. Neste momento, mostra-se necessário uma reflexão sobre a palavra “empregado”, termo este que está naturalizado acriticamente na sociedade capitalista. Contudo, ele, como todas as palavras, tem um sentido e uma processualidade histórica. Nas sociedades pré-capitalistas, por exemplo, não era o ser humano, ou melhor, sua força de trabalho, que era empregada pelo capital (emblemático na figura individual do capitalista) para realizar uma função específica no processo produtivo, em vez disso, eram os pequenos produtores autossuficientes que empregavam meios de produção (pertencentes a eles próprios) para levar a cabo a transformação da natureza de acordo com suas necessidades. Nas sociedades capitalistas, em contraponto, os proprietários autônomos foram expropriados de seus meios de produção (e também de seus meios de subsistência), proletarizaram-se, e, portanto, “não é” mais “o operário que emprega os meios de produção”, mas, agora, “são os meios de produção que empregam o operário” (MARX, 2004, p. 53 – 4). Dito isso, é essencial lembrar que as mercadorias têm tanto valor de uso como valor de troca (ou simplesmente valor), no entanto, o capitalista só se interessa por este último. Para constar essa realidade basta tomar como exemplo o latifundiário, ou seja, um capitalista agrário que não dá importância se, no final do processo de circulação, as mercadorias produzidas por seus empregados consigam ou não saciar a fome de uma nação, em vez disso, para ele é o suficiente saber se elas foram vendidas. Do mesmo modo, não é do interesse do proprietário da indústria de casacos o fato de, após a compra de suas mercadorias, alguns indivíduos terem conseguido se aquecer em uma noite fria de inverno.

Além de se preocupar com o valor de troca das mercadorias em detrimento de seu valor de uso, o capitalista, acima de tudo, almeja a criação de mercadorias “cujo valor seja maior do que a soma do valor das mercadorias requeridas para sua produção, os meios de produção e a força de trabalho, para cuja compra ele adiantou seu dinheiro no mercado” (*Ibid.*, p. 263). Na realidade, o capitalista antecipa capital apenas na compra de meios de produção e matérias-primas, pois o salário do trabalhador é pago somente depois de um mês de serviço, quando as mercadorias já foram produzidas, vendidas e o senhor do trabalho já acumulou mais do que o necessário para arcar com os salários de seus empregados. Em outras palavras, o capitalista não deseja apenas produzir e vender mercadorias, mas, sobretudo, pretende sair do mer-

cado com mais valor do que quando nele entrou. E é nesse subterfúgio que se tece o sistema vil de exploração do trabalho pelo capital. Mas para entender como o capitalista sai com mais capital do que entrou no intercâmbio selvagem que prepondera no capitalismo, explorando os trabalhadores que emprega para a realização desse processo, é necessário compreender como a mercadoria se valoriza em meio ao seu processo de produção. Segundo a crítica marxiana da economia política, “o valor de toda mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção” (*Ibid.*, p. 263 – 64). O que, em outras palavras, significa conceber o valor de uma mercadoria como equivale à soma dos custos de sua produção, ou seja, os gastos em mercadoria-dinheiro antecipado pelo capitalista na compra de matérias-primas e meios de produção, mas que depois são repostos pela exploração da força de trabalho. Assim, no final das contas, é o trabalhador que acaba antecipando mercadoria-dinheiro ao capitalista na forma de salário não pago, na forma de mais-valor.

Aqui vale fazer uma breve explicação do que é dinheiro (uma mercadoria como outra qualquer) e diferenciar valor de troca e preço. Todas as mercadorias, independentemente da proporção em que chegam ao mercado, tornam-se equivalentes, umas em relação as outras, porque nelas está contido uma mesma quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Assim chega-se à fórmula de valor total das mercadorias: “ $z$  mercadoria  $A = u$  mercadoria  $B$ , ou  $= v$  mercadoria  $C$ , ou  $= w$  mercadoria  $D$ , ou  $x$  mercadoria  $E$ , ou  $=$  etc.” (*Ibid.*, p. 138). Exemplificando: um móvel de madeira, dez casacos e uma tonelada de soja, embora apareçam em quantidades diferentes no mercado e representem valores de uso diferentes entre si, têm o mesmo valor de troca, porque para produzir essas mercadorias nas proporções supracitadas é necessário realizar 8 horas de trabalho abstrato, ou seja, uma jornada de trabalho diária média. Compreendido isso, Marx avança afirmando que qualquer mercadoria pode ser isolada dentro da relação de equivalência existente entre elas, o que, aliás, é uma condição necessária para se ingressar no mercado capitalista. A esse fenômeno ele denomina “forma de valor universal”. Por exemplo, pode-se isolar a tonelada da soja na equação de equivalência entre os valores das mercadorias e passar a se calcular toda e qualquer mercadoria em toneladas de soja. O exemplo é exageradamente descabido, pois a soja apodrece, é difícil de estocar, fácil de perder, etc. Por isso, estipulou-se historicamente que a moeda de troca universal na qual se calcularia o valor de todas as mercadorias intercambiáveis no mercado seria o ouro, uma vez que ele é raro, difícil de deteriorar e fácil de ser fragmentado. En-

tão, o ouro se tornou uma mercadoria a partir da qual se pode medir o valor de todas as demais, a assim chamada moeda de troca universal ou simplesmente dinheiro. Posto isso, quando se fala que uma mercadoria qualquer vale seu equivalente na moeda de troca universal (ouro, depois o papel-moeda) é análogo a se falar que ela tem um preço. Assim, preço significa uma relação de proporcionalidade que equipara o valor de qualquer mercadoria, apresentada em diferentes quantidades no mercado, com outra quantia de mercadoria-dinheiro (ouro, prata, papel-moeda, etc.), levando em conta que de fato é gasto um mesmo tempo socialmente necessário de trabalho para produzi-las. Em síntese, um móvel de madeira, dez casacos e uma tonelada de soja custam 1500 R\$, pois um móvel de madeira, dez casacos, uma tonelada de soja e 1500 reais são produzidos em 8 horas de trabalho abstrato.

Para compreender a raiz da exploração do trabalho na sociedade capitalista utiliza-se, nesta dissertação, do mesmo exemplo exposto por Marx n' *O capital*, ou seja, o processo de produção do fio têxtil, mas alterando a moeda de referência na época, o xelim (s), para o real brasileiro (R\$)<sup>24</sup>. Inicialmente é preciso, do ponto de vista do capitalista, antecipar gastos com matéria-prima que, no exemplo citado por Marx, são 455 g<sup>25</sup> de algodão no preço de 2,5 R\$. Além disso, é preciso também comprar os meios de trabalho necessários a produção do fio têxtil, isto é, fusos<sup>26</sup>. Segundo Marx, os gastos com fusos para transformar 455 g de algodão em 455 g de fio têxtil é de 50 cts. Portanto, o capitalista precisa antecipar 3 R\$ para cobrir seus gastos com matéria-prima e meios de produção no processo produtivo do fio têxtil.

Agora resta calcular, ainda do ponto de vista do capitalista, quanto é preciso ser gasto com força de trabalho, o que, no exemplo especificamente descrito por Marx, equivale ao salário a ser pago aos fiandeiros. Porém não é o salário que será pago ao trabalho concreto e útil do fiandeiro, especificamente distinto dos demais trabalhos executados pela infinidade de profissionais que existem no mundo do trabalho. Ao contrário, como já foi discutido, o salário é pago levando em conta um tempo de trabalho simples, indiferenciado, monótono e socialmente necessário a produção de mercadorias (o que engloba a produção de fios têxteis), uma quantidade que não se difere da quantidade de trabalho socialmente necessária referente a qualquer outra função passível de ser comprada no mercado de trabalho. Trata-se, em poucas palavras, de trabalho abstrato. Posto isso, vale lembrar que o capitalista remunera o trabalha-

---

<sup>24</sup> Essa mudança tem apenas uma função didática. Compreende-se aqui 1 s como equivalente à 25 centavos (cts), uma vez que a libra esterlina (£) vale aproximadamente 5 R\$ (4,79 R\$ para ser mais exato) e o xelim vale 1/20 £.

<sup>25</sup> No exemplo original é utilizado a unidade de medida de massa libra (lb), que equivale cerca de 455 g.

<sup>26</sup> São instrumentos pequenos feitos de madeira, arredondados em forma de cone, ou seja, grossos no centro e pontiagudos nas pontas. Os fusos são usados na indústria têxtil para fiar e torcer.

dor de acordo com uma jornada de trabalho diária média, na qual, uma parcela de tempo desta última, em média 6 horas no exemplo citado por Marx, representa “a quantidade de trabalho requerida para produzir a quantidade média dos meios de subsistência diários do trabalhador” (*Ibid.*, p. 267). Dito de outra maneira, o trabalhador, na parcela “de sua jornada de trabalho em que produz o valor diário da força de trabalho”, na realidade, se engendra “apenas um equivalente do valor já pago pelo capitalista” e, por conseguinte, “apenas repõe, por meio do novo valor criado, o valor do capital variável adiantado” (*Ibid.*, p. 292 – 93). Marx denomina como “tempo de trabalho necessário” essa “parte da jornada de trabalho em que se dá” a reposição dos gastos do capitalista com força de trabalho e “trabalho necessário” o trabalho despendido durante esse tempo (*Id. Ibid.*). Retornando e atualizando o exemplo da produção de fio têxtil, Marx afirma que o capitalista gasta 75 cts pela diária da força de trabalho fiandeira, responsável por transformar diariamente 455 g de algodão em 455 g de fio têxtil. Temos, então, de um lado, um processo produtivo que custou ao capitalista 3,75 R\$ (3 R\$ gastos em matéria-prima e meios de produção e 75 cts gastos com força de trabalho) e, do outro lado, uma mercadoria no valor de 3,75 R\$.

Com ironia, Marx comenta que o capitalista de seu exemplo “fica perplexo. O valor do produto é igual ao valor do capital adiantado. O valor adiantado não se valorizou, não gerou mais-valor e, portanto, não se transformou em capital” (*Ibid.*, p. 267). O que de fato aconteceu então? “O capitalista pagou ao trabalhador o valor de” 75 cts “e este lhe retribuiu com um equivalente exato: o valor de” 75 cts “adicionado ao algodão. Trocou-se valor por valor” (*Ibid.*, p. 269). Onde então se encontra a raiz da exploração do trabalho, uma vez que o capitalista aparentemente saiu do mercado com o mesmo valor que entrou? A resposta está na jornada de trabalho do trabalhador, ou melhor, na sua remuneração desproporcional. Retomando o que foi dito outrora, 6 horas da jornada de trabalho diária é o suficiente para os trabalhadores têxteis reporem os gastos que os capitalistas, dentro de seu ponto de vista, acreditam ter adiantado na compra de sua força de trabalho<sup>27</sup>. No entanto há de se destacar que, naquela época, o tempo de duração médio das jornadas de trabalho diárias era de 12 horas. Portanto, nos 75 cts pagos pela força de trabalho “está objetivada” apenas “meia jornada de trabalho” (*Id. Ibid.*). Além disso, “o fato de que meia jornada de trabalho seja necessária para manter o trabalhador

---

<sup>27</sup> Como já foi discutido, o capitalista paga o salário dos trabalhadores só após um mês de serviço e, nesse meio tempo, os trabalhadores que contratou já produziram diversas mercadorias a ele, possibilitando um acúmulo de capital muito maior do que aquele que será desembolsado por este capitalista no pagamento dos salários de seus empregados. Portanto, é o trabalhador que adianta seu próprio salário ao capitalista, pois lhe paga imediatamente através do fornecimento de sua força de trabalho e, só depois, recebe o salário respectivo a compra desta última.

vivo” não o impede, “de modo algum” que ele trabalhe “uma jornada inteira” ao capitalista (*Ibid.*, p. 270).

Prosseguindo com o exemplo, Marx afirma que “o trabalhador encontra na oficina os meios de produção necessários não para um processo de trabalho de 6, mas de 12 horas”, por isso, em vez de transformar 455 g de algodão em 455 g de fio têxtil, agora ele produzirá o dobro (910 g) e, conseqüentemente, o custo total do processo produtivo também duplicará de 3,75 R\$ para 7,5 R\$, entretanto, o trabalhador receberá somente por meia jornada de trabalho, só o referente ao tempo de trabalho necessário à reprodução de sua força de trabalho. Nesse sentido, a mercadoria enviada ao mercado custou ao capitalista apenas 6,75 R\$, já que os 75 cts referentes a jornada de trabalho “extra” que o trabalhador realizou ao capitalista não lhe será paga. Esse “período do processo de trabalho, em que o trabalhador trabalha além dos limites do trabalho necessário” e, ainda por cima, “não cria valor algum” para si mesmo, Marx denomina como “tempo de trabalho excedente [*Surplusarbeitszeit*], e ao trabalho nela despendido” ele define como “mais-trabalho [*Mehrarbeit*] (*surplus labor*)” (*Ibid.*, p. 293). É justamente por isso que Marx associa o capital a “um vampiro”, cuja vida depende unicamente “da sucção de trabalho vivo”, uma vez que, quanto “mais trabalho vivo suga”, mais se autovaloriza, mais trabalho morto gera, ou seja, absorve “com sua parte constante, que são os meios de produção, a maior quantidade possível de mais-trabalho” (*Ibid.*, p. 307). Portanto, a produção de mais-trabalho (leia-se produção de capital) é, sobretudo, produção de trabalho morto a partir da exploração do trabalho vivo.

Por fim, os 6,75 R\$ “transformaram-se em” 7,5 R\$, “criando um mais-valor de” 75 cts, ou seja, “no final das contas, o truque deu certo. O dinheiro converteu-se em capital” (*Ibid.*, p. 271). Em síntese, o capitalista vende os 455 g “de fio por” 3,75 R\$, “nem um centavo acima ou abaixo de seu valor. E, no entanto, ele tira de circulação” 75 cts “a mais do que a quantia que nela colocou” (*Id. Ibid.*). Em poucas palavras, o mais-valor pode ser entendido como “tempo de trabalho não pago”, ou seja, “o segredo da autovalorização do capital se resolve no fato de que este pode dispor de uma determinada quantidade de trabalho alheio não pago” (*Ibid.*, p. 602). Além disso, o mais-valor é realizado “no interior da esfera da circulação e, ao mesmo tempo, fora dela”, pois, por um lado e antes de qualquer coisa, o mais-valor é produzido fora do circuito da circulação, ou melhor, “na esfera da produção”, em especial, durante o processo de valorização das mercadorias, quando o capitalista não paga ao trabalhador de acordo com a riqueza que ele produz (*Ibid.*, p. 271). Contudo, por outro lado, o mais-valor

também se realiza na circulação, efetivando-se quando a mercadoria é vendida no mercado e o capitalista consegue sorrateiramente sair da relação de intercâmbio mercantil com mais valor do que entrou.

Marx ainda percebe que existem duas formas distintas de o capitalista extrair mais-valor de seus empregados: 1º) através da extensão da jornada de trabalho e 2º) por meio da intensificação da jornada de trabalho. No que diz respeito a primeira forma de extração de mais-valor do proletariado, pode-se dizer que ela sofreu um incentivo com o uso capitalista da maquinaria. Dito de outra maneira, sabe-se que o desenvolvimento tecnológico é perfeitamente capaz de trazer benefícios ao ser humano e, mais estritamente, a classe trabalhadora, por exemplo, diminuindo o tempo de duração de seu trabalho nas indústrias, no entanto, o uso capitalista da maquinaria promove justamente o contrário, uma vez que reduz apenas “o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria”, prolongando, ao mesmo tempo, “a jornada de trabalho para além de todo limite natural”, pois as máquinas são capazes de transcender as barreiras físicas do corpo humano, produzindo ininterruptamente dia e noite (*Ibid.*, p. 475 – 6). Além disso, na era da maquinofatura, os capitalistas geralmente gastam mais dinheiro com capital constante – “a parte do capital que se converte em meios de produção, isto é, em matérias-primas, matérias auxiliares e meios de trabalho” e que “não altera sua grandeza de valor no processo de produção” (*Ibid.*, p. 286) – do que com capital variável – “a parte do capital constituída de força de trabalho” e que “modifica seu valor no processo de produção”, em outras palavras, “ela não só reproduz o equivalente de seu próprio valor, como produz um excedente, um mais-valor, que pode variar, sendo maior ou menor de acordo com as circunstâncias” (*Id. Ibid.*) – e, conseqüentemente, isso permite a extensão da jornada de trabalho, uma vez que não se pode explorar mais-valor das máquinas, mas se mostra possível, então, exaurir ao máximo o ser humano. Por exemplo, na era da manufatura, os gastos com capital constante eram menores do que com capital variável, ou seja, empregava-se muitos trabalhadores e as poucas máquinas compradas não eram tão avançadas e onerosas quanto os mecanismos desenvolvidos a partir da Revolução Industrial, em contrapartida, na grande indústria, o gasto com capital constante é exorbitante, enquanto o investimento na força de trabalho é reduzido, contudo, como só se pode extrair mais-valor da exploração do trabalho vivo alheio, os capitalistas optam pelo prolongamento da jornada de trabalho dos poucos trabalhadores que mantêm empregados. Em poucas palavras, aqui se encontra o “paradoxo econômico de que o meio mais poderoso para encurtar a jornada de trabalho se converte no meio infalível

de transformar todo o tempo de vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho disponível para a valorização do capital” (*Ibid.*, p. 480). Assim sendo, Marx denomina esse mais-valor extraído a partir do “prolongamento da jornada de trabalho” como “mais-valor absoluto” (*Ibid.*, p. 390). Ou, em outras palavras, “a extensão da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente do valor de sua força de trabalho, acompanhada da apropriação desse mais-trabalho pelo capital – nisso consiste a produção do mais-valor absoluto” (*Ibid.*, p. 578).

A segunda forma de extração de mais-valor dos proletários desdobra-se diretamente da primeira, uma vez que, quando a classe proletária se uniu para reivindicar, dentre outras coisas, a redução do tempo da jornada de trabalho, os capitalistas imediatamente converteram a inevitável regulamentação do tempo máximo da jornada de trabalho em uma maneira de extrair, senão uma taxa de mais-valor maior do que extraíam na jornada de trabalho antiga (estendida), ao menos manter a proporção que costumavam extrair. O exemplo mais emblemático da luta contra a extensão da jornada de trabalho é o movimento cartista inglês desenvolvido em 1838 que, com sua *people's charter* [carta do povo], reivindicava, dentre uma série de questões, a redução da jornada de trabalho para 10 horas diárias. Todavia, como foi possível ao capital converter uma reivindicação proletária em mais um veículo de sua autorreprodução? Pela intensificação da jornada de trabalho reduzida. Esmiuçando um pouco melhor a questão, quando os capitalistas perceberam que os proletários não aceitariam mais trabalhar na antiga lógica de extração de mais-valor absoluto, adquirida por meio da extensão da jornada de trabalho ao bel-prazer do capital, decidiram então aceitar a redução e padronização da jornada de trabalho em 10 horas diárias, no entanto, intensificaram o serviço realizado durante essa jornada de trabalho por meio da redução do tempo de trabalho necessário à reprodução do proletariado e, conseqüentemente, aumentaram o tempo de trabalho destinado ao enriquecimento do capital (leia-se tempo de trabalho excedente). Em poucas palavras, o capital decidiu forçar o proletariado a “produzir mais com o mesmo dispêndio de trabalho no mesmo tempo”, pressionando o trabalhador através da intensificação do seu trabalho para o preenchimento total de todas as lacunas antes existentes na jornada de trabalho (*Ibid.*, p. 480). Sendo assim, como isso pôde ser levado a cabo? Primeiramente, por meio da “aceleração da velocidade das máquinas” (*Ibid.*, p. 484), promovido por aperfeiçoamentos tecnológicos, e, em seguida, através do aumento da capacidade de produção de mercadorias<sup>28</sup>. Em resumo, a estraté-

---

<sup>28</sup> Um exemplo emblemático do processo de intensificação do trabalho foi artística e criticamente retratada no cinema por Charles Chaplin em *Modern times* [Tempos modernos], mais especificamente na cena em que um capi-

gia de reduzir o “tempo de trabalho necessário” e, por conseguinte, alterar a “proporção entre as duas partes da jornada de trabalho” de forma que o tempo da jornada de trabalho destinado à reprodução dos custos de vida do trabalhador (ou seja, o tempo que o proletariado trabalha para si mesmo) se torne cada vez menor, enquanto o tempo de trabalho dispendido gratuitamente para que o enriquecimento do capitalista (leia-se mais-trabalho) aumente cada vez mais, é denominada por Marx como “mais-valor relativo” (*Ibid.*, p. 390). Esse tipo de mais-valor é denominado relativo, pois varia relativamente à relação inversamente proporcional estabelecida entre tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente, cuja variação depende, como já foi dito, do aumento ou redução na produtividade do processo de produção.

Tendo discutido o problema do mais-valor como epicentro da exploração do trabalho no capitalismo, ou seja, compreendido que “a produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor”, vem à tona a necessidade de destacar que o trabalho incapaz de gerar riqueza ao trabalhador, servindo apenas para a manutenção de sua existência básica, ou seja, que lhe forneça um salário, mas, ao mesmo tempo, garante o enriquecimento do capitalista, é denominado por Marx como trabalho produtivo (*Ibid.*, p. 578). Portanto, “só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital” (*Id. Ibid.*). Então, como sublinha Marx (2013), tanto faz se a atividade produtiva é realizada por um professor em uma escola particular ou por um operário em uma indústria de salsichas, todo trabalhador que esgota a si mesmo para enriquecer seu empregador realiza trabalho produtivo. Nesse sentido, é imprescindível ao trabalho produtivo o engendro de objetos úteis e vendáveis (leia-se mercadorias) que, após o seu intercâmbio, efetivem a extração de mais-valor dos trabalhadores que os produziram. Em outras palavras, todo trabalho produtivo é também um trabalho útil, um trabalho que gera produtos com valor de uso social, por isso, todo trabalho que gere produtos que não tenham uma utilidade abrangente (tais como a talha, a corveia entre outros serviços prestados exclusivamente a um senhor feudal ou mesmo o dízimo pago a igreja) ou que produza um artigo desprovido de qualquer utilidade (como uma faca que não corta adequadamente), é considerado por Marx como trabalho inútil e, portanto, impossível de se tornar produtivo.

---

talista exige o aumento da velocidade da produção em sua fábrica, causando tanta pressão ao trabalho do proletariado que um de seus membros (a personagem interpretado por Chaplin) tem um colapso nervoso. Embora a película de Chaplin suceda em quase 70 anos a exposição marxiana, retratando uma época do capital não investigada por Marx (o assim chamado fordismo), ainda sim, a cena supracitada retrata com precisão o processo de intensificação das jornadas de trabalho desenvolvido desde a era da grande indústria do século XIX.

Além disso, há trabalhos dentro da sociedade capitalista que não se enquadram na categoria de trabalho produtivo e, ainda assim, não podem ser considerados trabalhos inúteis, pois geram valores de uso. Aliás, esse tipo de trabalho expressa-se de forma oposta ao trabalho produtivo, ou seja, são trabalhos capazes de produzir artigos com valor de uso e valor de troca, porém, agora, os primeiros são mais importantes do que os segundos e não é possível explorar mais-valor dos trabalhadores que o realizam. Esse trabalho é denominado por Marx como trabalho improdutivo ou simplesmente serviço. Nas próprias palavras de Marx, “quando se compra o trabalho para consumir como *valor de uso*, como *serviço*”, esse “trabalho não é produtivo”, ou seja, se “o seu trabalho é consumido por causa do seu *valor de uso* e não como trabalho que gera *valores de troca* é consumido *improdutivamente*” é, portanto, trabalho improdutivo (MARX, 2004, p. 111). Um exemplo clássico de trabalho improdutivo são os “antigos escravos domésticos, agora rebatizados de ‘classe serviçal’, como criados, damas de companhia, lacaios etc.”, ou seja, os empregados (as) domésticos (as); também engrossam as fileiras do trabalho improdutivo todos os membros “dos estamentos ‘ideológicos’, como governo, clero, juristas, militares etc., além de todos aqueles cuja ocupação exclusiva é consumir trabalho alheio sob a forma de renda da terra, juros etc. e, por fim,” os trabalhadores do setor do comercial e bancário, bem como os desempregados (MARX, 2013, p. 518). Enfim, uma comparação entre trabalhadores produtivos e improdutivos pode auxiliar melhor na compreensão e distinção entre essas duas categorias de trabalho. Um poeta, por exemplo o inglês John Milton, escritor do “paraíso perdido (*Who did the paradise lost. Ing.*)”, ao elaborar uma de suas obras realizou trabalho “improdutivo, ao passo que” um escritor “proletário” encarregado de produzir “livros” encomendados por “seu editor” realiza trabalho produtivo (MARX, 2004, p. 115). Um docente de qualquer âmbito do ensino público ou um professor autônomo que cobra por suas aulas particulares são ambos trabalhadores improdutivos, entretanto, “um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante o seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento (*Knowledge mongering institution. Ing.*) é um trabalhador produtivo” (*Id. Ibid.*).

### **3.5. O comunismo e suprassunção da alienação do trabalho**

A fim de finalizar a exposição da categoria trabalho em Marx, não basta expô-la em sua acepção clássica, bem como problematizar a possibilidade de seu desdobramento no problema da alienação do trabalho – como foi feito aqui –, mas, sobretudo, é crucial apresentar a

maneira como Karl Marx concebe a supressão da forma alienada com que o trabalho é realizado na sociedade capitalista moderna. Vale ressaltar que este tópico da dissertação não tem o intuito de se aprofundar na teoria que Marx e Engels elaboraram para a supressão do sistema do capital, mas, antes disso, representa apenas uma tentativa de demonstração da relevância dessa teoria para uma compreensão satisfatória da categoria trabalho. Para tanto, três questões precisam ser trabalhadas: 1º) a importância de se teorizar a necessidade de supressão do capitalismo de acordo com Marx; 2º) a forma pela qual se suprime o sistema do capital que, do ponto de vista marxiano, está expresso no movimento social comunista e 3º) como a teoria de supressão do trabalho alienado via comunismo estruturou-se nas condições concretas históricas vivenciadas por Marx. Vale lembrar antes de iniciarmos essa reflexão que, o *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II não menciona em nenhuma de suas páginas a importância ou mesmo o significado do comunismo em Karl Marx. No entanto, ao percorrer os demais exemplares dos *Cadernos de sociologia*, constata-se que o termo comunismo aparece apenas duas vezes, uma delas no *Caderno* da 1ª SEM vol. I, durante a elaboração de um breve histórico do ensino de sociologia em que se comenta que na década de 1970 a sociologia foi censurada, pois era ideologicamente associada ao comunismo e, portanto, proibida de ser ensinada na época da vigência da ditadura civil-militar brasileira. A segunda menção do termo comunismo aparece no *Caderno de sociologia* da 1ª SEM vol. II, em meio a uma curta biografia de Karl Marx. Além disso, o movimento social comunista tem um breve destaque no *Caderno* da 3ª SEM vol. I, quando se estuda o movimento operário. Nesse caderno, afirma-se que o movimento operário brasileiro se inspirou em quatro tendências políticas europeias, dentre as quais uma delas era o movimento comunista que, segundo os *Cadernos de sociologia*, organizou-se “oficialmente” no Brasil “em 1922” com intuito de tomar o “poder por meio da revolução” e sua principal causa “era lutar contra o sistema capitalista, substituindo o controle do Estado pelo partido, centralizado e hierarquizado, até que pudesse ser criada uma sociedade sem classes, em que a propriedade privada seria abolida e os meios de produção pertenceriam a todos”, bem como “o Estado se tornaria desnecessário e posteriormente deixaria de existir” (SÃO PAULO, 2014e, p. 54). Levando em conta que essa sumária exposição do comunismo foi realizada fora do contexto da explanação do problema da alienação do trabalho, entre os estudantes do ensino médio público, inúmeras dúvidas poderiam surgir, por exemplo, o que é uma revolução? Por que a propriedade privada precisa ser abolida? O que significa dizer que o Estado deixaria de existir? Não há respostas para essas perguntas no *Ca-*

*derno de sociologia* da 3ª SEM vol. I, e isso não deve espantar o leitor, pois se tais discussões foram omitidas no ano anterior, quando deveriam ser abordadas no estudo do problema da alienação do trabalho, não há porque esperar que elas possam ser abordadas, sem as devidas contextualizações, no último ano do ensino médio.

Posto isso, podemos começar a reflexão sobre o comunismo a partir de István Mészáros (2016), interprete de Marx, para o qual o ponto de Arquimedes, ou seja, a chave que abre as portas para a compreensão do pensamento marxiano é a necessidade da suprassunção prática da alienação do trabalho, pois a reflexão sobre a possibilidade e necessidade dessa suprassunção interliga, na totalidade da obra marxiana, as suas investigações sobre a categoria trabalho e o problema de sua alienação. Para Mészáros (2016), a originalidade de Marx não se manifesta em sua exposição da alienação do trabalhador no capitalismo industrial do século XIX, mas sim em seu alerta para a necessidade da suprassunção dessa condição alienada do trabalho naquela época. Mesmo porque, o próprio Marx admite n’*O capital* que, até mesmo um dos mais clássicos ideólogos do capital, Adam Smith, já havia percebido o fato de a “divisão do trabalho” tender restringir aqueles “que vivem do trabalho” a execução de “operações extremamente simples” e, como se isso já não representasse suficiente prejuízo ao ser humano, “o homem que gasta toda sua vida executando algumas operações simples” está propenso a se tornar tão “ignorante quanto o possa ser uma criatura humana”, inclusive, “o entorpecimento de sua mente”, por causa da rotina dessas atividades simples pode o deixar “não somente incapaz de saborear ou ter alguma participação em toda conversação racional, mas também de conceber algum sentimento generoso, nobre ou terno...” (SMITH, 1996, p. 244). Depois de Adam Smith, mas ainda anteriormente a Marx, Jean-Jacques Rousseau em seus *Discursos sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1755) também já criticava o surgimento da sociedade alicerçada na defesa da propriedade privada como sendo a criadora do problema da desigualdade social. Tal como é possível observar logo na abertura célebre da segunda parte dos *Discursos* de Rousseau,

o primeiro que, tendo cercado um terreno, atreveu-se a dizer: *Isto é meu*, e encontrou pessoas simples o suficiente para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassínios, quantas misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, houvesse gritado aos seus semelhantes: “Evitai ouvir esse impostor. Estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não é de ninguém!” (ROUSSEAU, 1999, p. 203).

Contudo, tanto Smith quanto Rousseau, bem como outros diversos autores que antecederam Marx, sempre propuseram – quando suas propostas não naturalizavam o problema da alienação do trabalho – o que Mészáros denomina como soluções morais<sup>29</sup> e, portanto, incapazes de suprassumir estruturalmente os tentáculos da alienação do trabalho, já demasiado enraizados na sociedade do capital. Marx, em contraponto, foi pioneiro ao perceber que a alienação do trabalho precisa não só ser suprassumida, mas que tal suprassunção necessita acontecer material e praticamente.

Como é sabido entre os muitos estudiosos e biógrafos da vida e da obra marxiana, Marx nem sempre foi porta-voz do comunismo, aliás, desde sua formação até os poucos anos em que trabalhou na *Rheinische Zeitung* [Gazeta Renana], sua atuação política se aproximava muito mais do espectro liberal radical e crítico do século XIX, avesso à arbitrariedade do Estado Prussiano, ao fanatismo religioso e à mesquinharia burguesa das classes dominantes alemãs, tal como pode muito bem ser percebido em seus artigos críticos contra a lei de criminalização da coleta de madeira em 1842 que, postumamente, foram compilados na obra *Os despossuídos* (2017). Contudo, mesmo sem aderir ainda ao comunismo Marx “já era um homem interessado no comunismo como tendência e como filosofia” (COGGIOLA, 2010, p. 20). Ademais, quando um jornal alemão *Augsburger* decidiu ideologicamente atacar o comunismo, Marx respondeu a ele da seguinte maneira “vocês não têm o direito de atacar o comunismo. Não conheço o comunismo, mas se ele assumiu a defesa dos oprimidos não pode ser condenado sem mais. Antes de condená-lo, é preciso ter um conhecimento exato e completo dessa corrente” (*Ibid. Id.*). Entretanto, em 1843 a Gazeta Renana foi fechada após sofrer inúmeras censuras por parte do Estado prussiano, justo no período em que Marx era o responsável por sua edição, e isso acarretou sua primeira expulsão da Alemanha, bem como, conseqüentemente, seu exílio na cidade de Paris, no último trimestre de 1844. Em território francês, Marx foi convidado a frequentar reuniões proletárias realizadas sigilosamente pelos membros dos movimentos sociais socialistas e comunistas franceses. E, a partir de então, assumiu para si o desafio de se tornar o porta-voz teórico do comunismo, ou seja, aquele que viria a ser o responsável pela criação de uma teoria responsável por dar corpo as reivindicações práticas do movimento social comunista (originado em França, mas que alcançaria um patamar mundial).

---

<sup>29</sup> Para o aprofundamento dessa discussão recomenda-se a consulta da *Teoria da alienação em Marx* de István Mészáros, sobretudo o quarto subitem do primeiro capítulo, intitulado “o fim do positivismo acrítico” e o segundo subitem do último capítulo, denominado “crise da educação”. Outra fonte importante é a palestra ministrada por Mészáros para inauguração do III Fórum Mundial de Educação, sediado em Porto Alegre no ano de 2004 que, posteriormente, tornou-se a obra *Educação para além do capital* (2005).

Ainda em 1844, Marx rascunha alguns cadernos para seu próprio esclarecimento – que depois ficariam conhecidos entre os brasileiros como *Manuscritos econômico-filosóficos* – nos quais aparece a tese de que o “comunismo” (enquanto movimento social) é a expressão da suprassunção “positiva da propriedade privada, enquanto autoalienação humana”, desencadeando uma espécie de “regresso completo, consciente e advindo dentro de toda riqueza do desenvolvimento até agora, do homem a si próprio como um homem social, i. é, humano” (MARX, 2015, p. 344). Além disso, destaca também o fato de o comunismo só ser “possível de um modo *prático*, só através da energia prática do homem, e por isso a sua solução não é de modo nenhum apenas uma tarefa do conhecimento, mas é uma tarefa vital *real*...” (*Ibid.*, p, 353). E, por fim, Marx faz duas observações sobre o comunismo, primeiramente, afirma que ele representa uma “negação da negação, por isso, o momento *real*, necessário para o próximo desenvolvimento histórico, da emancipação e recuperação humanas” e, em seguida, explicita que o comunismo “é a figura necessária e o princípio enérgico do futuro próximo”, contudo, “não é, como tal, o final (*Ziel*) do desenvolvimento humano...” (*Ibid.*, p, 359). De acordo com Mészáros, o programa de suprassunção definitiva da alienação do trabalho em Marx vai muito além do comunismo, por isso, “a destruição do Estado capitalista e a eliminação das restrições jurídicas impostas por ele” deixaria ainda “partes da tarefa sem solução”, contudo, toda suprassunção do trabalho alienado, ou usando dos próprios termos mézszárianos, toda transcendência positiva da autoalienação do trabalho “deve começar com medidas políticas, porque numa sociedade alienada não existem agentes sociais que possam efetivamente” suprasumir “a alienação”, nesse sentido, a medida política mais eficaz encontrada por Marx em sua época foi o comunismo (MÉSZÁROS, 2016, p. 146). Em resumo, o movimento social comunista, ou simplesmente o comunismo, “ainda é afetado” pelo problema da alienação do trabalho, uma vez que trabalha dentro da lógica da “negação de uma negação”, ou seja, nega a propriedade privada, que em si é uma ‘negação da essência humana’. Portanto, a suprassunção definitiva da alienação do trabalho “não pode, portanto, ser vista como a ‘negação da negação’, isto é, em termos meramente políticos. Sua realização só pode ser concebida na universalidade da prática social como um todo”, apesar disso, para que ela se realize, é imprescindível a ação “de uma política consciente de seus limites [leia-se o comunismo], bem como de suas funções estratégicas na totalidade da prática social” (*Ibid.*, p, 148).

Vale ressaltar ainda o fato de Marx encontrar, em sua época, um sujeito social cuja forma própria de ser (historicamente determinada) assume para si, ou seja, em meio a sua práxis,

o desafio histórico de supracumir a alienação do trabalho e com ela a sociedade fundamentada pelo capital. Esse agente social é o assim chamado proletariado. A primeira vez que o termo proletariado aparece nos escritos de Marx foi na introdução que ele escreveu em 1844 à sua obra *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. A título de contextualização histórica, o proletariado surge na era da maquinofatura, pois com o emprego generalizado de mulheres e crianças nas engrenagens vis e implacáveis do trabalho assalariado industrial, desencadeou-se, por um lado, o rebaixamento geral do valor do salário, já que o capital deixou de remunerar a força de trabalho masculina “pelo tempo de trabalho necessário à manutenção” de seu “núcleo familiar”, remunerando, em vez disso, individualmente cada membro da família proletária (MARX, 2013, p. 468). E, por outro lado, isso acarretou também a necessidade de os trabalhadores manterem todos os membros de suas respectivas famílias empregadas para conseguir sobreviver. Assim surge a expressão proletariado, usada por Marx e Engels para se referir aos trabalhadores que têm de manter todos os seus filhos (leia-se prole) empregados para acumular um mínimo de renda necessário à subsistência de sua família. Etimologicamente, o sentido da palavra é muito parecido, pois surge do termo latino *proletari* que representava uma camada social marginalizada da participação política que só tinha uma forma de sobreviver, a saber: o engendro de prole para engrossar as fileiras das legiões militares romanas (BOBBIO, 1998, p. 1015).

Nesses primeiros escritos de Marx tanto o comunismo quanto o potencial revolucionário de seu agente, o proletariado, aparecem de forma enérgica, aparentando aos seus leitores que o capitalismo daquela época pudesse ruir a qualquer momento. Isso acontece, porque, a partir de 1844, “Marx combina” sua “atividade científica com uma intensa atuação política” (DUAYER, 2011, p. 12). A título de contextualização, em 1844 explode a revolta dos tecelões da Silésia, região industrial que hoje englobaria áreas da Polônia, da República Tcheca e da Alemanha, além disso, alguns anos antes, na década de 1830, os tecelões franceses já haviam se revoltado contra os seus empregadores capitalistas e contra as suas condições de vida e trabalho precárias. Tendo isso em mente, não é de se espantar que Marx e Engels tenham enxergado a possibilidade, pelo menos em um primeiro momento, de os violentos processos de pauperização desenvolvidos na Europa indignarem uma massa de trabalhadores ao ponto de eles derrubarem o capitalismo, pois, em suas palavras, para que a dominação capitalista “se torne um poder ‘insuportável’, quer dizer, um poder contra o qual se faz uma revolução, é preciso que ela tenha produzido a massa da humanidade como absolutamente ‘sem propriedade’”

(MARX; ENGELS, 2007, p. 38). Do mesmo modo, era perfeitamente plausível supor naquela época se, é claro, compartilha-se da indignação e do ponto de vista dos trabalhadores em revolta, a hipótese de que o comunismo se expressava como uma espécie de espectro rondando os europeus e, portanto, que era preciso atender ao seu chamado, sintetizado na máxima do *Manifesto comunista*: “PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!” (MARX; ENGELS, 2010, p. 69). Contudo, a ofensiva contrarrevolucionária da burguesia reprimiu a totalidade dos movimentos operários e guerrilhas urbanas desenvolvidos desde a década de 1830 até os anos finais da década de 1840, o que forçou a Marx a exilar-se na Inglaterra onde fez uma retomada estratégica do “estudo da estrutura e dinâmica da economia capitalista”, considerado por ele como uma empreitada imprescindível “para a luta política e a transformação social”, até que uma nova crise econômica desencadeasse a necessidade de novas revoluções sociais comunistas (DUAYER, 2011, p. 15).

Nesse sentido, quando o comunismo é exposto n’*O capital* ele aparece de forma mais científica e menos entusiasmada, ou melhor, como um processo de expropriação dos expropriadores, um momento histórico em que “quem será expropriado, agora, não” será “mais o trabalhador que trabalha para si próprio, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores” (MARX, 2013, p. 832). Ademais, Marx (2013) constata que no decorrer do próprio movimento acumulativo e predatório do capital, suas forças de produção e intercâmbio entram em contradição consigo mesmas, acarretando paradoxalmente a seguinte tendência: trona-se cada vez mais reduzida a parcela da população que monopoliza a riqueza produzida socialmente e, ao mesmo tempo, aumenta exponencialmente a classe de indivíduos cuja própria reprodução depende da garantia da riqueza e dos privilégios daqueles que os exploram. Assim, tal relação tende se tornar insustentável, explodindo em revolução e a sociedade capitalista embasada na propriedade privada será supressa pela sociedade comunista fundamentada na propriedade social. Evidentemente, essa tendência não é algo natural, mas, ao contrário, depende de uma contínua práxis comunista contraideológica. Além disso, o comunismo não tem nada a ver com qualquer tipo de retorno romântico às sociedades pré-capitalista, tal como alguns vulgarizadores ou ideólogos do capital costumam enxergá-lo, em vez disso, consiste em processo de apropriação comum daquilo que a “era capitalista” produziu de melhor. Por exemplo, pretende-se salvaguardar a “cooperação” e os “meios de produção produzidos pelo próprio trabalho”, capazes de engendrar excedentes produtivos por meio dos quais se possa saciar as necessidades dos sujeitos sociais globalmente (*Ibid.*). Portanto, o comunismo se desenvolve supras-

sumindo, em toda a riqueza dialética desse termo, o capital, mantendo algumas das conquistas da era capitalista em um momento histórico posterior, no qual elas deixariam de se reproduzir dentro da mesquinha lógica capitalista que se preocupa apenas com a produção de mais-valor.

Por fim, não cabe aqui aprofundar a investigação dos limites e das possibilidades do comunismo em Marx, basta, reconhecer que não é possível entender a categoria trabalho sem entender a concepção marxiana de comunismo.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo dos *Cadernos de sociologia*, em especial, dos cadernos utilizados pelos professores do ensino público paulista no terceiro bimestre letivo da segunda série do ensino médio, demonstrou que a sua abordagem da categoria trabalho acarreta principalmente na adaptação dos estudantes do ensino público às exigências do atual mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, deixa em segundo plano a garantia da sua formação para o aprendizado dos conhecimentos científicos historicamente acumulados pela humanidade, apesar de os documentos oficiais que os embasam, o *Currículo do estado de São Paulo* e as *Matrizes curriculares de sociologia e filosofia*, afirmarem que tais cadernos devam tanto preparar os estudantes da escola pública ao mercado de trabalho quanto lhes garantir uma formação geral, científica e crítica. Posto isso, agora será sintetizado os resultados desta pesquisa por meio da discussão de quatro dimensões que se sobressaem na exposição da noção de trabalho dos *Cadernos de sociologia*, cuja análise possibilitou chegar-se a constatação supracitada que, por sua vez, representa a confirmação da hipótese inicial desta pesquisa.

A primeira dessas quatro dimensões, manifesta-se, mais especificamente, no início da primeira situação de aprendizagem do *Caderno de sociologia* da segunda série do ensino médio, volume II, quando é realizada a apresentação da noção de trabalho desses cadernos. E tal dimensão pode ser considerada ciclópica. Contudo, antes de começar a discussão sobre tal dimensão dos *Cadernos*, vale lembrar que os ciclopes, segundo as poesias de Homero, eram seres gigantescos, de formato humanoide e descendentes de Poseidon, deus dos mares ou o famoso sacudidor da Terra na mitologia grega. Além disso, também eram conhecidos por terem apenas um olho no centro de seus rostos, por sua imensa força e por sua incrível estupidez, inclusive, esta última característica se torna emblemática na *Odisseia* (IX a.C.), quando a personagem de Ulisses mente sobre seu nome ao ciclope Polifemo dizendo-lhe: “Ninguém é como me chamo. Ninguém chamam-me / a minha mãe, o meu pai e todos os meus companheiros” (HOMERO, 2011, p. 269). De acordo com Homero (2011), após mentir sobre seu nome, Ulisses espera a monstruosidade cair no sono, vítima do vinho que havia lhe dado, e, junto com seus companheiros, perfura o olho do ciclope com uma estaca de madeira gigante, por eles afiada. E é neste momento que a estupidez do ciclope sucumbe perante a astúcia de Ulisses, pois, ao receber o golpe, a criatura cegada desperta e chama desesperada pelos demais ciclopes que moravam nas redondezas, os quais, por sua vez, ao ouvirem os gritos de Polifemo, lhe perguntaram: “Será que algum homem mortal te leva os rebanhos, / ou te mata pelo dolo e

pela violência?” (*Ibid.*, p. 271) e o ciclope, incapaz de perceber que as palavras, as vezes, têm mais do que um sentido, lhes responde:

‘Ó amigos, Ninguém me mata pelo dolo e pela violência!’// Então eles responderam com palavras aladas: / ‘Se na verdade ninguém te está a fazer mal e estás aí sozinho, não há maneira de fugires à doença que vem de Zeus. / Reza antes ao nosso pai, ao soberano Posêidon.’// Assim dizendo, foram-se embora. E ri-me no coração, / porque os enganara o nome e a irrepreensível artimanha (*Ibid. Id.*).

Depois de rememorar o mito do ciclope, é preciso esclarecer que não há nada de estúpido na noção de trabalho dos *Cadernos de sociologia*, não é por isso que ela pode ser comparada com a besta mitológica de um olho só, em vez disso, as lacunas e negligências que nele existem cumprem o papel astucioso de dificultar a compreensão da categoria trabalho. Sendo assim, porque a exposição dos *Cadernos* pode ser denominada como ciclópica? Justamente porque a figura mitológica do ciclope além de representar a estupidez, tem apenas um olho, portanto, é possível afirmar que ela concebe a realidade a partir de um único ponto de vista, unidimensionalmente, diferente de Ulisses que, segundo Homero (2011), consegue analisar a situação de diferentes pontos de vista, tanto que, num primeiro momento, lhe vem à mente a ideia colérica de matar o ciclope, mas logo abandona esse pensamento, pois, se assim o fizesse, ficaria preso na caverna que estava obstruída por uma rocha gigantesca. Aliás, é esse olhar unidimensional do ciclope o responsável por sua derrota perante Ulisses, pois quando este último afirma se chamar Ninguém, o ciclope não consegue perceber que a palavra “ninguém” pode ter mais de um significado, no caso do poema, pode ser tanto um substantivo próprio, quando um pronome indefinido. Segundo Bernard Knox, importante crítico literário da obra helênica, essa passagem em que Ulisses usa de sua astúcia para vencer a estupidez unidimensional do ciclope é ainda mais impressionante na narrativa original de Homero, uma vez que “a palavra grega *outis*, o nome que Ulisses atribui a si mesmo, é formada a partir da locução grega normal para ‘ninguém’ – *ou tis*, ‘não alguém’”, bem como soa parecido com o nome de Ulisses em grego, Odisseu (KNOX, 2011, p. 552). Além disso, quando os ciclopes afirmam que se ninguém feriu Polifemo, então ele deve rezar para Poseidon se apiedar dele, o termo usado para ninguém em uma frase com a palavra “se” se torna “*mê tis* ‘não qualquer um’” que “soa exatamente como *mêtis*, uma palavra-chave da *Odisseia*, a principal caracte-

rística de seu herói: astucioso, sagaz. E Polifemo está de fato sendo derrotado pela *mêtis*, a astúcia e sagacidade de Ulisses” (*Ibid.*, p. 533).

Trocando em miúdos, a noção de trabalho dos *Cadernos de sociologia* é exposta de uma forma ciclópica, porque a categoria trabalho, que carrega consigo mais de um significado, é interpretada unidimensionalmente, apenas em seu sentido alienado, não por estupidez, mas por opção daqueles que elaboraram os *Cadernos*. Por exemplo, a categoria trabalho pode significar uma atividade produtiva, vital e universal do ser humano em relação a natureza, mas, ao mesmo tempo, também pode significar uma atividade produtiva específica de uma dada época histórica, inclusive, na realidade histórica do capitalismo, a categoria trabalho assume uma forma preponderante alienada. Portanto, essa categoria pode expressar, concomitantemente, os sentidos de fruição e alienação. A dimensão ciclópica da exposição da noção de trabalho dos *Cadernos de sociologia* da 2ª SEM, vol. II fica evidente em três momentos da sua primeira situação de aprendizagem. Em primeiro lugar, quando se afirmou que trabalho é um termo derivado da palavra latina *tripalium* que, segundo a versão mais recente desse caderno, significa um mecanismo de tortura, embora, além disso, tal palavra também significasse uma ferramenta agrícola. Traduzindo *tripalium* como instrumento de tortura é explorado somente o caráter pernicioso do trabalho, ou melhor, o problema de sua alienação, por outro lado, ao se traduzir *tripalium* também como ferramenta agrícola se explora a dimensão produtiva e frutiva da categoria trabalho, emblemática no trabalho autossuficiente de pequenos produtores agrícolas. Em segundo lugar, quando a categoria trabalho é contextualizada como uma atividade indigna às classes dominantes da Antiguidade, sem novamente mencionar o seu caráter frutivo como atividade agrícola autossuficiente. E, em terceiro lugar, a mesma unidimensionalidade se expressa quando o trabalho foi interpretado mitologicamente na qualidade de uma punição divina dentro da cosmologia judaico-cristão. Levando isso em consideração pode se perguntar: qual é o problema de a exposição do trabalho nos *Cadernos de sociologia* manifestar-se dessa forma ciclópica? Por um lado, a explanação unidimensional da categoria trabalho dificulta a sua compreensão, uma vez que tal categoria, da forma como foi exposta no capítulo três, necessariamente tem duas dimensões contraditórias: uma frutiva, vital e universal, enquanto processo de trabalho, e a outra alienante, enquanto trabalho alienado – plenamente desenvolvido na sociedade capitalista moderna –, ou seja, quando o ser humano produz relações e produtos tanto desumanos quanto desumanizantes. Por outro lado, tal exposição ci-

clópica do trabalho nos *Cadernos de sociologia* desenvolve mais três problemas, um deles é político, o outro epistemológico e o último didático.

Ao expor a categoria trabalho somente em sua dimensão alienada, bloqueia-se na consciência dos estudantes do ensino médio o conhecimento de que, para além e antes mesmo do problema da alienação, o trabalho (concreto) tem um potencial formativo e frutivo. Em outras palavras, perde-se de vista o fato de o trabalho (concreto) expressar-se como princípio educativo, ou seja, deixa-se de compreender que, durante o processo de produção da existência humana (por meio do trabalho e no qual a natureza e a própria humanidade são transformados), os seres humanos fruem, aprendem e ensinam o que aprenderam. Portanto, impede-se a compreensão de que, seja dentro dos muros da própria escola (forma atualmente mais desenvolvida em que se expressa o processo educacional), seja atuando-se no mundo do trabalho, ou em meio a participação em movimentos sociais, ou ainda, na apreciação e/ou elaboração de uma obra de arte, entre outras expressões do processo de trabalho, os sujeitos sociais são sempre mobilizados a pensar sobre as relações econômicas, sociais, políticas nas quais estão intimamente envolvidos, tanto para agir em sua crítica quanto para mantê-las. Em síntese, a exposição ciclópica da categoria trabalho, imediata e acriticamente, incita a pensar que todos os fenômenos desdobrados da categoria trabalho têm apenas um caráter alienado e pernicioso, o que, em um sentido político, incentiva a esterilização da crítica à realidade existente e, ao mesmo tempo, afasta os estudantes das organizações sociais próprias do mundo do trabalho (sindicatos, movimentos sociais, grupos de formação, etc.).

Ademais, essa concepção ciclópica de trabalho nos *Cadernos de sociologia* produz também um problema epistemológico, pois ao definir trabalho apenas por meio da explicação do problema de sua alienação, perde-se de vista o que é a categoria trabalho e o que significa o problema de sua alienação, bem como o fato de ambos serem duas faces da mesma moeda, ou pior, acaba-se apresentando o efeito de um problema sem que antes tenha sido satisfatoriamente explicado a sua causa. Além disso, ao dar-se por satisfeito em apresentar o significado da palavra trabalho apenas em seu sentido torturante, o *Caderno* da 2ª SEM vol. II naturaliza o problema da alienação na essência de sua concepção trabalho, alimentando uma espécie de senso comum, proveniente da matriz religiosa judaico-cristã de interpretação da realidade, que concebe o ato de trabalhar na qualidade de punição divina, abrindo margem para pensar em tal caracterização do trabalho como imutável e independente da ação organizada dos seres humanos. Nesse sentido, pode-se dizer que os *Cadernos de sociologia* entram em contradição

consigo mesmos, pois nos exemplares referentes ao primeiro bimestre da primeira série do ensino médio há a afirmação de que o seu “objetivo” é promover um “processo de desnaturalização do olhar dos alunos, bem como estabelecer com eles uma diferenciação entre o olhar do sociólogo e o do senso comum”, contudo, quando o *Caderno* da 2ª SEM vol. II pergunta qual é o entendimento que os estudantes têm acerca do trabalho e, em seguida, afirma que, para a ciência, ou melhor, de acordo com a etimologia, trabalho significa essencialmente tortura, esse caderno inverte aquilo que deveria ser seu principal objetivo (leia-se a desnaturalização do senso comum), enrijecendo os pensamentos hegemônicos a respeito da categoria trabalho, em vez de os desnaturalizar (SÃO PAULO, 2014a, p. 7). Dito de outra maneira, ao proceder dessa forma, os *Cadernos de sociologia* cristalizam uma questão essencialmente histórica, tornando-a apenas passível de aceitação conformista ou, no máximo, de ser mitigado por alguma política pública, tal como foi recomendado, no século XVIII, por Adam Smith em sua obra *Riqueza das nações* (1776). Além disso, como já foi discutido no segundo tópico do capítulo três desta dissertação, todo processo de trabalho realiza-se a partir de pré-idealizações acerca do que se deseja transformar na natureza e também por meio de objetivações dessas idealizações prévias na realidade. Tendo isso em mente, precisa ficar nítido que “todos os processos de alienação envolvem objetivações”, entretanto, o contrário “não é verdadeiro”, pois se assim o fosse “os humanos já teriam desaparecido há muito da face da Terra”, vítimas de suas atividades autodestrutivas (LESSA, 2015, p. 486 – 87). Portanto, dentro do processo de trabalho, é possível que algumas objetivações se desenvolvam de maneira alienada, mas isso não significa que a alienação seja um elemento essencial ao trabalho, aliás, segundo Marx, é necessário que o caráter alienante do trabalho seja prática e socialmente suprassumido.

Enfim, no que diz respeito ao problema didático, pode-se destacar que a unidimensionalidade da explicação da categoria trabalho habitua os estudantes do ensino médio a apenas entenderem o trabalho como algo nocivo e do qual “logo que não exista qualquer coação, física ou outra, se foge” como se ele fosse uma “peste” (MARX, 2015, p. 309). Em outras palavras, a categoria trabalho e o problema de sua alienação são confundidos como se fossem a mesma coisa. Nesse sentido, não se percebe que aquilo que está sendo discutido não é a categoria trabalho propriamente dita, mas, em vez disso, em um sentido geral, é o problema da alienação do trabalho ou, em um sentido específico, a forma de trabalho concreta que se expressa no sistema capitalista (leia-se trabalho abstrato assalariado). A categoria trabalho em Marx, tal como foi exposta no terceiro capítulo desta dissertação, é um processo produtivo so-

cial a partir do qual são engendrados objetos uteis tanto aos seus produtores, quanto aos seus consumidores, e que, portanto, gera fruição a quem produz e a quem consome. Além disso, é preciso ter o devido cuidado, no momento de se explicar a categoria trabalho, ao ponto de se deixar nítido que ela é uma teoria desenvolvida a partir de formas concretas de trabalho (por exemplo, o trabalho autossuficiente agrícola nas sociedades pré-capitalista ou o trabalho assalariado atualmente) e que também pode se desdobrar de forma desumana no problema da alienação do trabalho. Caso contrário, corre-se o risco de os estudantes se confundirem, não conseguindo compreender a diferença existente entre conceitos/teorias e os processos históricos concretos a partir dos quais esses conceitos/teóricas são concebidos.

A segunda dimensão da exposição do trabalho nos *Cadernos de sociologia*, responsável por atestar que o ensino por meio desses cadernos adapta os estudantes às intempéries do atual mundo do trabalho, em vez de garantir a eles uma formação crítica e abrangente, pode ser caracterizada como ideológica, mas antes de começar essa discussão, vale ressaltar o que se entende aqui por ideologia. Em poucas palavras, retoma-se ao que Marx e Engels descobriram n’*A ideologia alemã*, ou seja, a tendência histórica de as classes dominantes fazerem seus interesses particulares e as ideias que os sustentam se universalizarem entre as demais classes sociais, sobretudo, em meio as classes dominadas. Dito isso, percebe-se que o caráter ideológico da exposição do trabalho nos *Cadernos* se desdobra imediatamente de sua dimensão ciclópica, pois, logo no início da primeira situação de aprendizagem do *Caderno* da 2ª SEM vol. II, mais especificamente, na citação da obra *Sociologia: um olhar crítico*, suas autoras argumentam que “o trabalho”, na Antiguidade, “representava uma atividade indigna”, mas, “no século XX, a ideia do trabalho firmou-se como uma atividade valorizada” (DE ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2011, p. 51 – 2), contudo, não é mencionado, por exemplo, o caráter extensivo e opressor das jornadas de trabalho nas grandes indústrias inglesas, ou a insalubridade do trabalho nas minas de carvão no século XX, ou ainda, a recorrência do uso indiscriminado do trabalho infantil em condições precárias e perigosas de serviço durante toda a Idade Moderna.

Além disso, toda a exposição ciclópica do trabalho no *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II, que se dedicou em confundir a categoria trabalho com o problema de sua alienação, desemboca em uma conclusão demasiadamente ideológica, a saber: o trabalho é uma tortura, uma punição, porém, no final das contas, vale a pena trabalhar, porque através do trabalho duro é supostamente possível acumular riquezas. Contudo, é possível se questionar como esse caderno pretende reproduzir na consciência dos estudantes do ensino público tal ideolo-

gia meritocrática, cuja reprodução beneficia quem não precisa trabalhar para sobreviver, mas, ao contrário, sobrevive do trabalho dos outros? Em primeiro lugar, ele oculta a violência, espoliação e o imperialismo colonial que garantiu o surgimento da sociedade capitalista e dos senhores do trabalho, ou seja, dos capitalistas. Em segundo lugar, narra aos estudantes do ensino médio público a sua versão da clássica fábula de Esopo sobre as formigas e a cigarra, cuja conclusão deixa explícito que o trabalho é penoso, mas vale a pena se submeter ao suposto sofrimento imanente de trabalhar, pois esse trabalho duro e a poupança permitiram o enriquecimento das formigas que, por sua vez, salvaram a cigarra “preguiçosa” da morte por inanição. Essa interpretação aburguesada da fábula de Esopo, aproxima os estudantes da concepção de trabalho dentro do ascetismo protestante que, de acordo com os estudos de Max Weber, foi responsável pela sustentação ideológica da sociedade capitalista emergente no século XVI. As pesquisas de Weber revelaram que a ética protestante considerava “a *perda de tempo*” como “o primeiro e em princípio o mais grave de todos os pecados”, por isso, embora Benjamin Franklin não existisse no século XVI, sua máxima de que tempo era dinheiro aparece na ascese protestante dotada de um “sentido espiritual”, pois ela considera ser “o tempo” algo “infinitamente valioso”, na medida que interpreta “cada hora perdida” como “trabalho subtraído ao serviço da glória de Deus” (WEBER, 2004, p. 143 – 4). Weber também ressalta que “quase *todas* as confissões religiosas” concebem “o trabalho leal, ainda que mal remunerado, da parte daqueles a quem a vida não facultou outras possibilidades” como “algo extremamente aprazível a Deus”, contudo, o protestantismo “aprofundou ao máximo esse ponto de vista”, pois “produziu para essa norma” um “*estímulo* psicológico, quando concebeu” o “trabalho como *vocação* profissional, como o meio ótimo, muitas vezes como o *único* meio, de uma pessoa se certificar do estado de graça” (*Ibid.*, p. 162).

A terceira dimensão da exposição do trabalho nos *Cadernos de sociologia* pode ser entendida como negligente. Nesse sentido, poderia se argumentar que a categoria trabalho acompanha a trajetória intelectual de Marx durante toda a sua vida, por isso, obviamente, nenhum manual didático que se propusesse a apresentá-la seria capaz de realizar tal empreitada de forma plenamente satisfatória. Entretanto, quando o material didático em questão são os *Cadernos de sociologia*, não se encontra neles apenas as limitações típicas que se esperaria encontrar nesse tipo de manual, mas, em vez disso, depara-se com uma dimensão de negligência *sui generis*, expressa em quatro aspectos: 1º) a desconsideração do alerta metodológico

marxiano; 2º) a presença de lacunas explicativas substanciais; 3º) o velamento de referências bibliográficas e 4º) o ocultamento da dimensão de supressão da alienação do trabalho.

O primeiro aspecto negligente dos *Cadernos de sociologia* aparece na organização das situações de aprendizagem do *Caderno* da 2ª SEM vol. II, uma vez que se ignora totalmente o alerta deixado por Marx no prefácio de sua *Contribuição à crítica da economia política* sobre as desvantagens da exposição de uma investigação científica na qual se comece pela apresentação de sua análise teórica (ou elaboração de suas categorias) e, depois, se mostre o material concreto em que a pesquisa se embasou, pois isso induz o leitor a “antecipar conclusões” daquilo que, na realidade, “é preciso demonstrar” (MARX, 2016, p. 3). Em outras palavras, ao apresentar, na primeira situação e aprendizagem, sua noção de trabalho como mediação entre ser humano e natureza e, posteriormente, na segunda situação de aprendizagem, analisar algumas formas concretas de trabalho desenvolvidas na sociedade capitalista, o *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II deixa a impressão, consciente ou não, de que se pressupõe *a priori* um conceito de trabalho e almeja-se convencer os leitores de que essa tese apriorística está correta quando, em vez disso, o correto seria demonstrar aos leitores como tal conceito foi elaborado. Historicamente, a metafísica e a escolástica comportaram-se dessa maneira, ou seja, pressupunham uma tese apriorística rígida ou simplesmente um dogma e, por meio da lógica silogística e do auxílio a autoridade, a confirmavam. A ciência não procede dessa maneira. E, embora a práxis científica necessariamente pautar-se em hipóteses e conhecimentos anteriores a própria observação empírica – os quais não só são imprescindíveis aos pesquisadores, mas também podem ser confirmados ou refutados após o término da pesquisa propriamente dita –, é sempre a partir da realidade concreta e não da habilidade argumentativa ou dos axiomas do próprio investigador que a investigação científica deve começar. Vale lembrar que esse alerta marxiano é também uma espécie de mea-culpa, pois nos primeiros escritos de Marx, principalmente em seus rascunhos e fichamentos para autoesclarecimento, ainda que sua investigação tenha rigorosamente se pautando na realidade concreta para somente depois elaborar uma análise teórica dela, ao optar por expor primeiro os conceitos, categorias e conclusões da pesquisa para, somente depois, apresentar o material concreto a partir da qual a pesquisa se desenvolveu, Marx acabou gerando o resultado indesejável de parecer que ele tinha uma noção apriorística e apenas deseja convencer seu leitor de que ela era plausível.

O segundo aspecto negligente da exposição do trabalho nos *Cadernos de sociologia*, exprime-se nas lacunas deixadas por esse caderno durante a explicação dos problemas nos

quais ele se debruça. Ao analisar, por exemplo, etapa 1 da segunda situação de aprendizagem, na qual a divisão social do trabalho é abordada, sua exposição é encerrada de uma forma bastante insatisfatória, porque é feito um salto-mortal (em todos os seus sentidos) da explanação da divisão do trabalho manufatureiro para a divisão social do trabalho no século XXI, concentrada principalmente na discussão acerca da interdependência exacerbada que os trabalhadores contemporâneos desenvolvem uns em relação aos outros, ao ponto de ser impossível sobreviver sem que se dependa dos resultados do trabalho coletivo de outros trabalhadores. Embora não haja espaço para se estudar em profundidade o problema da divisão social do trabalho em um material reduzido como os *Cadernos de sociologia*, ainda assim, é equivocado deixar uma lacuna na explicação do período histórico referente à ascensão da sociedade capitalista industrial, ou seja, a era da grande indústria, desenvolvidas em meados do século XVIII e final do século XIX. Ademais, é um fato histórico que a introdução das máquinas, apropriadas de forma capitalistas, ou seja, com intuito de acelerar a produção de mercadorias e intensificar a extração de mais-valor dos trabalhadores assalariados, representa um momento crucial no processo de desenvolvimento não só da divisão do trabalho, mas também da própria sociedade capitalista. Por isso, se mostra imprescindível ao menos brevemente contextualizar o período da grande indústria, atentando-se para as violentas intempéries e transformações que ele promoveu, seja na divisão social do trabalho, seja nas relações entre capital e trabalho. Todavia, esse período histórico foi simplesmente ignorado na exposição do *Caderno* da 2ª SEM vol. II.

Ainda na segunda situação de aprendizagem, mas na etapa 2, em que o problema da alienação do trabalho é abordado, esse caderno recomenda aos estudantes a releitura das sétima e oitava partes d'*A trama da rede* a fim de entender “o que Marx chama de sujeição ou submissão do trabalho ao capital, ou o controle exercido pelo dono da manufatura sobre o trabalho e os trabalhadores” (SÃO PAULO, 2014d, p. 21), contudo, não existe nenhum comentário sobre o fato de o processo supracitado ser dividido em dois momentos. O primeiro deles, corretamente denominado como subsunção formal do trabalho ao capital, representa o momento histórico em que o feudalismo já se encontra em ruínas durante a era da manufatura e o modo de produção capitalista está começando a emergir, por isso, os trabalhadores vivenciam a absorção das antigas formas de trabalho medieval em um novo modo de produção ascendente. Segundo Marx, o processo de “*subsunção formal do trabalho ao capital*” acontece quando o processo de trabalho “converte-se” em um “instrumento do processo de valorização” das

mercadorias, ou seja, “do processo de autovalorização do capital”, expresso, inicialmente, na produção de mais-valor absoluto (MARX, 2004, p. 87). Um exemplo de subsunção formal do trabalho ao capital é quando “o camponês, que outrora era independente e que produzia para si mesmo, se transforma num jornaleiro que trabalha” de forma assalariada “para o agricultor” ou “quando o dono de escravos emprega como assalariados os seus ex-escravos” (*Ibid.*, p. 88). Já o segundo momento da autovalorização do capital é a subsunção real do trabalho ao capital, caracterizado pela produção de mais-valor relativo, levando a cabo “uma revolução total” do “próprio modo de produção”, da “produtividade do trabalho e” da “relação entre capitalista e operário”, emblemática no “trabalho em grande escala” e na “aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata” (*Ibid.*, p. 104). O mais curioso dessas lacunas é o fato de esconderem dos estudantes do ensino médio as tendências históricas produzidas pelo sistema do capital, a saber: a violência e a exploração que envolvem as relações entre capital e trabalho.

Prosseguindo com a análise da etapa 2 da segunda situação de aprendizagem, chega-se à apresentação que os *Cadernos de sociologia* da 2ª SEM vol. II realizam sobre o problema da alienação do trabalho. A fim de evitar repetir o que já foi exaustivamente comentado no tópico 3.3 desta dissertação, serão destacados apenas os pontos centrais da teoria da alienação contida nos *Manuscritos econômico-filosóficos* para se compreender os aspectos da alienação do trabalho negligenciados pela exposição dos *Cadernos de sociologia*. Levando isso em conta, vale lembrar que o problema da alienação do trabalho é apresentado por Marx em quatro dimensões, porém, nos *Cadernos* aparecem apenas duas delas. A primeira dimensão do problema da alienação do trabalho se expressa quando o ser humano deixa de reconhecer a si mesmo no resultado do seu próprio trabalho, ou seja, parece que aquilo que ele produz é independente dele, lhe faz mal. Por isso Marx fala sobre alienação do trabalhador perante o próprio objeto de seu trabalho. Nas palavras de Marx, “todas essas consequências repousam na determinação de que o trabalhador se relaciona com o *produto do seu trabalho* como um objeto *alienado*” (MARX, 2015, p. 305), ou seja, “o trabalhador põe a sua vida no objeto; porém, então, ela já não lhe pertence, mas ao objeto” (*Ibid.*, p. 306). Esse ponto é abordado pelo *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II quando ele afirma que, no capitalismo, “o trabalhador torna-se incapaz de perceber que a riqueza que ele desenvolve é produto de seu trabalho, como também não consegue se reconhecer no produto de seu trabalho” (SÃO PAULO, 2014d, p. 21) e completa pontuando: “o trabalhador, que colocou a sua vida no objeto, agora se de-

fronta com ele, como se a coisa, a mercadoria, tivesse vida própria, independente, e fosse dotada de um poder diante dele” (*Ibid.*, p. 22). Contudo, a exposição marxiana sobre o problema da alienação do trabalho continua elencando mais duas dimensões da alienação do trabalho, ignoradas pelos *Cadernos de sociologia*, uma delas é a alienação perante o próprio processo de trabalho e, a outra, diz respeito a alienação perante o gênero humano. De acordo com Marx, “a alienação mostra-se não só no resultado, mas também no *ato da produção*, no interior da própria *atividade produtiva*”, pois seria uma contradição em termos “o trabalhador defrontar-se com o produto da sua atividade como algo de *alienado* se no próprio ato da produção ele próprio não se alienasse?” (MARX, 2015, p. 308) e, de forma irônica, Marx afirma que o maior indício de que a atividade produtiva está alienada no capitalismo é o fato de “que, logo que não exista qualquer coação, física ou outra, se foge do trabalho como da peste” (*Ibid.*, p. 309). Além disso, há um terceiro aspecto do trabalho alienado omitido pelos *Cadernos*, a saber: o fato de ele estar também alienado do gênero humano, ou seja, perceber que as condições de trabalho no capitalismo são tão miseráveis que o ato de trabalhar reduziu-se a “um *meio* para a satisfação de uma necessidade, da necessidade da manutenção da existência física” (*Ibid.*, p. 309), por isso, a condição do ser humano que trabalha desce abaixo da condição de vida do animal que age apenas instintivamente, ou seja, sua existência se torna análoga à de um objeto sem *physis*, tal como a as engrenagens que movem as máquinas. Enfim, a exposição dos *Manuscritos* sobre a alienação do trabalho termina afirmando que o ser humano está alienado perante outro ser humano, uma vez que “se a sua atividade é para ele tormento, então deve ser *fruição* para um outro e alegria de viver de um outro” (*Ibid.*, p. 315) e quem é este outro? Só pode ser outro um ser humano, mais especificamente “o capitalista – ou como se queira chamar ao senhor do trabalho” (*Ibid.*, p. 317). Este último aspecto do problema da alienação do trabalho é sucintamente abordado pelo *Caderno* da 2ª SEM vol. II quando ele afirma que “assim como o trabalho já não lhe pertence, mas a um outro homem (o proprietário dos meios de produção), o produto de seu trabalho igualmente não lhe pertence” e completa dizendo “esse processo é o que Marx chama de relação alienada do homem com outro homem...” (SÃO PAULO, 2014d, p. 22).

Além disso, não se pode ignorar também o fato de o *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II ter deixado de analisar uma das conclusões mais importante dos *Manuscritos econômico-filosóficos*: o fato de a propriedade privada, cerne da sociedade do capital, ser produzida pelo problema da alienação do trabalho. Nas palavras do próprio Marx: “A *propriedade pri-*

vada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária [...] do trabalho alienado, da vida alienada, do homem *alienado*” e, ainda ressalta, por mais que “a propriedade aparece como fundamento, como causa do” trabalho alienado, contudo, “ela é antes uma consequência do mesmo, assim como também *originariamente* os deuses não são a causa, mas o efeito do extravio do entendimento humano (*menschlichen Verstandesverirrung*) (MARX, 2015, p. 317). Há diversas justificativas para tais lacunas durante a explicação do problema da alienação do trabalho em Marx, mas a que parece mais plausível ainda remete a tentativa de esconder os fundamentos para um entendimento e crítica radical (no sentido marxiano de se enxergar as coisas por suas raízes) da sociedade alicerçada pelo capital.

O terceiro aspecto negligente da exposição do trabalho nos *Cadernos de sociologia*, revela-se na ausência de referências bibliográficas dos conceitos, categorias e conclusões por eles discutidas. Tomando como exemplo a questão da subsunção do trabalho ao capital anteriormente discutida, os *Cadernos de sociologia* chegam a mencionar, embora utilizando-se de termos inadequados, que foi Karl Marx o precursor dessa discussão, porém, não há nenhuma menção da origem dessa discussão n’*O capital* ou, mais especificamente, no *Capítulo VI inédito do capital*. Os cadernos também comentam que “a consequência da divisão [capitalista] do trabalho é a separação, no processo de trabalho, entre concepção e execução do trabalho” (SÃO PAULO, 2014d, p. 21), no entanto, não explicam aos estudantes do ensino médio que podem encontrar essa discussão mais aprofundada caso consultem o Livro I d’*O capital*, seja na discussão do trabalho abstrato contida no primeiro capítulo dessa obra, seja na crítica da parcialização dos trabalhadores na época da grande indústria, discutida por Marx no décimo terceiro capítulo de sua *magnum opus*. O *Caderno da 2ª SEM vol. II* também não evidencia que a questão do mais-valor desenvolve-se nos capítulos cinco, dez e treze do Livro I d’*O capital*. E, em fim, quando finaliza a segunda situação de aprendizagem, explicando o problema da alienação do trabalho como alienação do trabalhador perante o objeto de seu trabalho e perante outros seres humanos, o caderno anteriormente citado não deixa nítido que essa discussão é proveniente do capítulo “Trabalho alienado e propriedade privada” dos *Manuscritos econômico-filosóficos*, compilado de cadernos de rascunhos escritos por Karl Marx em seu exílio em Paris, entre 1844 e 1845. Dito isso, pode até parecer exagerado criticar os *Cadernos de sociologia* por não referenciar adequadamente os temas e conceitos que abordam, mas, na realidade, não há exagero algum, pois ao ocultar os alicerces dos temas e categorias científicas ensinados aos estudantes do ensino médio, induz-se a perda de vista do processo histórico

por meio do qual estas últimas se fundamentaram. Em poucas palavras, quando as origens e a importância dos temas e das categorias científicas são fetichizadas, em vez de serem explicadas, bloqueia-se no ensino a possibilidade de desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico. Desse modo, a educação aparece para os estudantes do ensino médio como um processo indistinto, maçante e monótono, a partir da qual se tornam aptos unicamente a lidar, comentar superficialmente e replicar soluções excessivamente pragmáticas de problemas genérico aos quais foram familiarizados a resolver. Nesse sentido, mostra-se mais atual do que nunca, uma passagem do romance distópico *Fahrenheit 451* (1953) de Ray Bradbury, no qual a personagem Beatty, capitão dos bombeiros, afirma ao seu subordinado Guy Montag que “não se pode construir uma casa sem pregos e madeira”, portanto, “se você não quiser que se construa uma casa, esconda os pregos e a madeira” e, “se não quiser” que “um homem” seja “politicamente infeliz”, ou seja, não se torne um sujeito político crítico, “não lhe dê os dois lados de uma questão para resolver; dê-lhe apenas um” ou, “melhor ainda, não lhe dê nenhum” (BRADBURY, 2012, p. 84).

O último aspecto negligente da exposição do trabalho nos *Cadernos de sociologia*, manifesta-se no ocultamento da possibilidade prática de suprassunção do problema da alienação do trabalho, materializada no comunismo. Como já foi explicado no último tópico do terceiro capítulo desta dissertação, segundo István Mészáros, uma das grandes originalidades do pensamento de Karl Marx não foi a descoberta de que, dentro da sociedade capitalista, o trabalho se realiza de forma alienada. Como o próprio filósofo húngaro ressaltou em sua *Teoria da alienação em Marx*, Jean-Jacques Rousseau já percebeu que a sociedade fundada na propriedade privada originou a desigualdade social. Ademais, Adam Smith, antes do contratualista francês, já afirmava que as condições de vida e de trabalho nas fábricas recém-formadas já tendia a degenerar física e moralmente quem nelas trabalhassem. Em que sentido, então, Marx foi original em sua exposição sobre a alienação do trabalho? Primeiramente na exposição material e dialética do problema, mas, sobretudo, na descoberta da necessidade concreta de sua suprassunção a partir de um movimento social revolucionário. Como igualmente já foi mencionado, as soluções para o problema da alienação do trabalho e da desigualdade social, elaboradas pelos pensadores anteriores a Marx, apenas orbitaram sobre estratégias reformistas, superficiais, morais e educacionais. Contudo, a originalidade de Marx está em justamente conceber suprassunção da alienação do trabalho não só como uma questão possível e desejável, mas, acima de tudo, concreta e prática. Nas palavras do próprio Mészáros, “o cerne dos *Ma-*

*nuscritos de Paris* [*Manuscritos econômico-filosóficos*] que estrutura toda a obra, é o conceito de ‘transcendência da autoalienação do trabalho’ (MÉSZÁROS, 2016, p. 24). E depois completa: “a chave para compreender a teoria da alienação de Marx é o seu conceito de ‘*Aufhebung*’ [suprassunção], e não o contrário” (*Ibid.*, p. 25). Ademais, para além das críticas que diversos autores (dentro do próprio marxismo ou fora dele) tenham feitos ao movimento comunista, ainda assim, é necessário expor que foi nele que Marx depositou suas expectativas da possibilidade de suprassumir o problema da alienação do trabalho. Como bem destaca Mézáros, “em uma sociedade alienada não há instâncias sociais que possam efetivamente restringir, muito menos suplantar, a alienação”, justamente por isso, “a transcendência positiva” da alienação do trabalho “deve começar com medidas políticas” (*Ibid.*, p. 146). E a medida política por excelência capaz de suprassumir a alienação do trabalho, a propriedade privada, a sociedade de classes e o Estado capitalista é, na acepção de Marx, o movimento social comunista ou simplesmente o comunismo, cujo principal sujeito revolucionário é o proletariado. Todavia, não há sequer uma linha no *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II discutindo a importância que Marx enxergava no comunismo como uma alternativa possível e prática para a suprassunção da propriedade privada, da alienação do trabalho e do capitalismo de uma forma geral. Uma grave negligência como essa, cometida conscientemente ou não, prejudica a compreensão da categoria trabalho em Marx e do problema de sua alienação, pois deixa-se de refletir sobre o seu ponto gravitacional, o que, no mínimo, compromete a compreensão de tudo que a segunda situação de aprendizagem do *Cadernos de sociologia* da 2ª SEM vol. II se propôs a ensinar, ou seja, a divisão social do trabalho, manufatura, subsunção do trabalho ao capital, mais-valor e alienação do trabalho. E, no máximo, deixa a impressão de que todos os problemas supracitados são intrínsecos a realidade capitalista e, por conta disso, naturais, insuperáveis a ponto de restar aos estudantes apenas a opção de adaptarem-se a eles, aprendendo a lidar com eles sem jamais cogitar a possibilidade de os suprassumir, ou ainda, de construir uma realidade social na qual possam viver para além deles.

A quarta e última dimensão da exposição do trabalho nos *Cadernos de sociologia* é marcada pela apologia da resignação e da resiliência dos estudantes perante as atuais transformações do mundo do trabalho. Essa dimensão se evidencia no momento de transição da etapa 1 para a etapa 2, na terceira situação de aprendizagem do *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II, mais especificamente no recorte estratégico do relato de três jovens moradores da Cidade de Deus, bairro periférico da cidade do Rio de Janeiro, contidos na obra *A máquina e a*

*revolta* de Alba Zaluar. Antes de analisar a fala dos jovens é preciso pontuar que elas sucedem, na exposição dos *Cadernos de sociologia*, uma série de gráficos e de notícias de jornal sobre o desemprego no Brasil e antecedem a discussão sobre as transformações no mundo do trabalho, isto é, os assim chamados taylorismo, fordismo e regime de acumulação flexível de capital. Em síntese, para não repetir desnecessariamente o que já foi pormenorizado no tópico 2.3 desta dissertação, os *Cadernos* pintam uma realidade decrescente nos índices de desemprego no intervalo de tempo de 2003 até 2012 – embora, neste último, os índices de desemprego ainda se mantinham muito elevados, atingindo cerca de 11% da população brasileira –, mas deixam nítido que a parcela da população que mais sofre com o desemprego são os jovens. Depois de trabalhar com o problema do desemprego na etapa 1, o *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II inicia a etapa 2 na qual discute as atuais transformações no mundo do trabalho, sumariando o que significa trabalhar sobre cada uma dessas formas de administração científica do trabalho supracitadas. Contudo, entre o final da etapa 1 e o início da etapa 2, esses cadernos citam estrategicamente um excerto de texto da etnografia de Zaluar em que três jovens discutem como suas famílias agem diante da pobreza e da criminalidade. Esses relatos, descontextualizados da obra de Zaluar, não permitem aos estudantes do ensino médio o desenvolvimento de uma reflexão profunda sobre as causas e consequências da criminalidade nas periferias brasileiras, bem como os induz ideologicamente a pensar que a melhor solução para o combate à pobreza é a submissão as atuais formas de superexploração e precarização do trabalho. Isso torna-se visível quando ao se relembrar o relato do jovem 1 que afirma: “minha mãe nunca me ensinou a roubar. Eu não roubo. Não vou dizer que nunca passei necessidade, já passei necessidade, mas nunca cheguei a isso de meter a mão” e o jovem 4 o corrobora ao dizer, primeiramente, que “todos os pobres têm um momento na sua vida que aperta de lá, aperta de cá, mas se tiver cabeça fresca, vai em frente...” e, em seguida, ao se orgulhar com o fato de sua mãe ter “três serviços”, seu pai ir ao trabalho “de segunda a segunda” e seu irmão trabalhar “em obra”, em vez deles estarem por aí com “revólver na mão, ganhando parte dos outros, de pobre coitado...” (ZALUAR, 1994, p. 121 – 22). Além disso, a discussão presente na obra de Zaluar não é tão simplista e ideológica da forma como os *Cadernos* da 2ª SEM a pintam, para se ter uma breve ideia, em outro momento da etnografia, o jovem 4 comenta que seu pai trabalha informalmente ou, em suas palavras, “se chamar pra ele fazer qualquer biscoite ele vai”, mas, em contraponto, ironicamente pergunta: “o rico faz isso?”, respondendo logo depois: “o rico deita numa cama bem bonita, se arma todo”, posto isso, o jovem 2 completa a

fala do amigo com o que ela deixa implícito: “aí que começa a revolta...” (*Ibid.*, p. 119). Somente essas duas citações da obra de Zaluar, já demonstram como as relações entre os problemas da criminalidade e da pobreza são demasiados complexos para serem superados pela máxima resignante “mais vale ele lá na obra que tá de revólver na mão...” (*Ibid.*, p. 121). Em síntese, demonstra-se que a principal preocupação nessa última situação de aprendizagem dos *Cadernos de sociologia* da 2ª SEM vol. II é evitar que os estudantes do ensino médio compreendam as origens e os porquês dos fenômenos sociais, permanecendo satisfeito se eles sabem como a realidade funciona para a ela imediatamente se adaptar.

Por fim, faz-se necessário ressaltar que, apesar da nítida criticidade destas considerações finais acerca da noção de trabalho nos *Cadernos de sociologia*, reconhece-se que a presença dessa discussão no currículo do ensino médio público provavelmente foi conquistada mediante diversas disputas entre pesquisadores, sociólogos e pedagogos. Além disso, embora a apresentação da noção de trabalho contida no *Caderno de sociologia* da 2ª SEM vol. II, segundo os resultados desta dissertação, esteja marcada pela unidimensionalidade, ideologia, negligência e conformismo, ainda assim, caso tal exposição seja analisada por professores dotados de uma sólida formação sociológica e, sobretudo, acostumados a refletir sobre sua práxis docente e exigir de si mesmos um olhar crítico perante os materiais didáticos que lhe são oferecidos pelo Estado, nessas circunstâncias, a categoria trabalho poderá ser ensinada de uma forma que permita um aprendizado significativo e crítico aos estudantes do ensino público.

## REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Suzana Guerra. **O que é trabalho**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. 102 p.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro; PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo: Cortez, 2017. 120 p.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **Adeus ao trabalho: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2000. 200 p.

\_\_\_\_\_. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005. 136 p.

\_\_\_\_\_. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. 528 p. (Coleção Mundo do Trabalho).

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009. 287 p.

\_\_\_\_\_. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013a. 448 p. (Coleção Mundo do Trabalho).

\_\_\_\_\_. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2013b. 464 p. (Coleção Mundo do Trabalho).

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. São Paulo: Editora Ave-maria Ltda., 1996, 1632 p.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. 1330 p.

BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451: a temperatura na qual o papel do livro pega fogo e queima**. São Paulo: Globo, 2012. 216 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Diário de campo: a antropologia como alegoria**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. 154 p.

BRAVERMAN, Harry, **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. 379 p.

CASA CIVIL; FUNDAÇÃO SEADE. **Pesquisa de Condições de Vida – PCV**. São Paulo, 2006. 2 p. Disponível em: <<http://bit.ly/2Km1YIm>>. Acesso em: 08 ago. 2019.

COAN, Marival. **A sociologia no ensino médio, o material didático e a categoria trabalho**. 2006. 356 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina.

COGGIOLA, Osvaldo. *150 anos do Manifesto Comunista*. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 9 – 35.

CORROCHANO, Maria Carla... [et al.]. **Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Ação Educativa, 2008. 88 p.

DA COSTA, Wellington Narde Navarro. **Sociologia em “mangas de camisa”**: representação do negro brasileiro nos livros didáticos. 2017. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

DE ARAÚJO, Silvia Maria; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia: um Olhar Crítico**. São Paulo: Contexto, 2011. 256 p.

DE ARAUJO, Natália Cristina Sganzella. **Gênero e sociologia no ensino médio: entre ensinar e aprender**. 2019. 156 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, São Paulo.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. São Paulo, Martins Fontes, 1996. 102 p.

DIEESE. **Anuário dos trabalhadores: 2010/2011**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2011. 272 p.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de emprego e desemprego – Região Metropolitana de São Paulo – Resultados médio anuais de 2018 – nº 410**. 5 p. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analise-ped/2018/2018pedsao.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

DUAYER, Mario. *Apresentação*. In: MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857 – 1858. São Paulo, Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. p. 11 – 24.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 165 p.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010. 388 p.

ESOPO. **Fábulas**: seguidas do Romance de Esopo. São Paulo: Editora 34, 2017. 280 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2004. CD-ROM.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. 235 p.

\_\_\_\_\_. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005. 309 p.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2003. 248 p.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 2**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, 334 p.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2008. 349 p.

HOBBSAWM, Eric. **A era do capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 343 p.

HOMERO. **Odisseia**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011. 576 p.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 151 p.

KNOX, Bernard. *Notas*. In: HOMERO. **Odisseia**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011. P. 543 – 561.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino de 2º grau**: o trabalho como princípio educativo. São Paulo: Cortez, 1997. 168 p.

\_\_\_\_\_. *Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola*. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 55 – 75.

LEFEBVRE, Henri. **Para compreender o pensamento de Marx**. Lisboa: Edições 70, 1966. 310 p.

LEITE, Maria Cristina Stello. **“Faz sentido?”** – práticas docentes no ensino médio na disciplina sociologia. 2014, 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

LESSA, Sergio. *Alienação e estranhamento*. In: MARX, Karl. **Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 449 – 491.

LOMBARDI, José Claudinei. **Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels**. 2010. 377 f. Tese (Livre docência em Filosofia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.

LÖVY, Michael. **Introdução** – Dialética revolucionária contra a ideologia burguesa do Progresso. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Luta de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 9 – 16.

MALDONADO, Luís Renato Silva. **Reformas educacionais na perspectiva de docentes**: o programa São Paulo Faz Escola. 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARTINS, José de Souza. **A cultura do desemprego anunciado**. O Estado de S. Paulo, Caderno Aliás, 1º fev. 2009. Disponível em: <<https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,a-cultura-do-desemprego-anunciado,316239>>. Acesso em: 2 ago. 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007, 616 p.

\_\_\_\_\_. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010. 272.

\_\_\_\_\_. **A sagrada família, ou, A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes**. São Paulo: Boitempo, 2011. 288 p.

\_\_\_\_\_. **Lutas de classe na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013. 168 p.

MARX, Karl. **O capital**: edição resumida. Rio de Janeiro: Zahar, 1969a. 395 p.

\_\_\_\_\_. **O capital** – O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975 (Livro I).

\_\_\_\_\_. **Capítulo VI inédito de O capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Centauro, 2004, 169 p.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857 – 1858. São Paulo, Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. 792 p.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo Boitempo, 2013. 896 p.

\_\_\_\_\_. **Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 494p.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2016, 406 p.

\_\_\_\_\_. **Os despossuídos**. São Paulo: Boitempo, 2017. 152p.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005. 126 p.

\_\_\_\_\_. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2011. 1104 p.

\_\_\_\_\_. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2016. 296 p.

NETTO, José Paulo. *Apresentação: Marx em Paris.* In: MARX, Karl. **Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844.** São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 9 – 178.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX.** Rio de Janeiro: Zahar, 1996. 970 p.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época.** Rio de Janeiro: Campus, 2000. 349 p.

RANIERI, Jesus. *Apresentação: sobre os chamados Manuscritos econômico-filosóficos de Karl Marx.* In: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2010, p. 11 – 17.

RIAZANOV, David. Vera Zaslitch e Karl Marx. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Luta de classes na Rússia.** São Paulo: Boitempo, 2013. p. 71 – 8.

RISSARDI, Melina Sumaia. **A desnaturalização da realidade social como método para o ensino de sociologia na educação básica.** 2016. 110 f. Dissertação (Mestrado em Docência para a Educação Básica) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, São Paulo.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso Sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** São Paulo: Martins Fontes, 1999 (Clássicos). 330 p.

RUHMAN, Carolina. Ipea: jovens são 46,6% de desempregados no País. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 mai. 2008. Economia & Negócios. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral.ipea-jovens-sao-46-6-de-desempregados-no-pais,175595>>. Acesso em: 2 ago. 2019.

SADER, Emir. *Apresentação.* In: MARX, Karl. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas.** São Paulo: Boitempo, 2007, p. 9 – 15.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Proposta curricular de sociologia** – 2º grau. 3.ed. São Paulo: SE/CENP, 1990. 58 p.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação. **Caderno do professor: Sociologia, ensino médio – 2ª série, volume 3.** São Paulo: Secretaria de Educação, 2009. 38 p.

\_\_\_\_\_. **Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias.** São Paulo: Secretaria de Educação, 2012. 153 p.

\_\_\_\_\_. **Material de apoio ao currículo do estado de São Paulo: caderno do professor; sociologia, ensino médio, 1ª série.** São Paulo: Secretaria de Educação, 2014a. v. 1. 80 p.

\_\_\_\_\_. **Material de apoio ao currículo do estado de São Paulo: caderno do professor; sociologia, ensino médio, 1ª série.** São Paulo: Secretaria de Educação, 2014b. v. 2. 80 p.

\_\_\_\_\_. **Material de apoio ao currículo do estado de São Paulo: caderno do professor; sociologia, ensino médio, 2ª série.** São Paulo: Secretaria de Educação, 2014c. v. 1. 72 p.

\_\_\_\_\_. **Material de apoio ao currículo do estado de São Paulo: caderno do professor; sociologia, ensino médio, 2ª série.** São Paulo: Secretaria de Educação, 2014d. v. 2. 88 p.

\_\_\_\_\_. **Material de apoio ao currículo do estado de São Paulo: caderno do professor; sociologia, ensino médio, 3ª série.** São Paulo: Secretaria de Educação, 2014e. v. 1. 112 p.

\_\_\_\_\_. **Material de apoio ao currículo do estado de São Paulo: caderno do professor; sociologia, ensino médio, 3ª série.** São Paulo: Secretaria de Educação, 2014f. v. 2. 88 p.

\_\_\_\_\_. **Matriz de avaliação processual: filosofia e sociologia, ciências humanas; encarte do professor.** São Paulo: Secretaria de Educação, 2016. 44 p.

SAVIANI, Dermeval. *O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias.* In: FERRETTI, Celso João et al. (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar.** Petrópolis: Vozes, 1994. p. 147-164.

\_\_\_\_\_. *Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.* In: **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro, vol. 12, n. 34, p. 152 – 180, jan./abr. 2007.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. São Paulo: Autores Associados, 2011. 153 p.

SCHRIJNEMAEKERS, Stella Christina; PIMENTA, Melissa de Mattos. *Sociologia no ensino médio*: escrevendo cadernos para o projeto São Paulo Faz Escola. In: **Cadernos Cedes**. São Paulo, vol. 31, n. 85, p. 405 – 423, set.-dez. 2011.

SEADE, DIEESE; MTE/FAT. **PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego**. Boletim anual, São Paulo, 2012. 4 p. Disponível em: <[https://www.seade.gov.br/produtos/midia/boletim-ped/rmsp/ped\\_anual\\_2012.pdf](https://www.seade.gov.br/produtos/midia/boletim-ped/rmsp/ped_anual_2012.pdf)>. Acesso em: 09 set. 2019.

SEIXAS, Raul. **É fim de mês**. Rio de Janeiro. Philips Records: 1975. 1 CD (33 min).

SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Dieese – **Pesquisa de emprego e desemprego** – Região Metropolitana de São Paulo – Divulgação nº 292, março 2009. 23 p. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/2009/200903pedsao.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigações sobre sua natureza e suas causas (col. Economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1996, v. II. 400 p.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira... [et al.]. **Contribuição crítica à reforma trabalhista**. Campinas, SP: UNICAMP/IE/CESIT, 2017. 328 p.

TORÁ. Português. **A Torá viva** – os cinco livros de Moisés e as Haftarot. São Paulo: Maayanot, 2001. 1044 p.

WEBER, Max. *A objetividade do conhecimento nas ciências sociais*. In: COHN, Gabriel (org.). **Max Weber** – sociologia. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 2003. p. 79 – 127.

\_\_\_\_\_. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 336 p.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. 267 p.

## ANEXOS

### ANEXO I – Tabela 1

Tabela 1 – Quadro de conteúdos e habilidades de sociologia, referente ao 3º bimestre da 2ª série do ensino médio

2ª série do Ensino Médio	
Conteúdos	
3º bimestre	<b>Qual a importância do trabalho na vida social brasileira?</b> O trabalho como mediação Divisão social do trabalho <ul style="list-style-type: none"><li>• Divisão sexual e etária do trabalho</li><li>• Divisão manufatureira do trabalho</li></ul> Processo de trabalho e relações de trabalho <ul style="list-style-type: none"><li>• Transformações no mundo do trabalho</li><li>• Emprego e desemprego na atualidade</li></ul>
	Habilidades
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Identificar o trabalho como mediação entre o homem e a natureza</li><li>• Estabelecer uma reflexão sobre divisão do trabalho, processo de trabalho e relações de trabalho</li><li>• Compreender como Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber pensaram o trabalho na vida social do homem</li><li>• Compreender os conceitos de fetichismo da mercadoria e alienação no processo de produção capitalista</li><li>• Identificar as transformações no mundo do trabalho: as mudanças no processo e na organização do trabalho</li><li>• Compreender as categorias emprego e desemprego na atualidade</li><li>• Identificar o perfil daqueles que são mais atingidos pelo desemprego no Brasil</li><li>• Reconhecer as causas do desemprego na atualidade</li></ul>

Fonte: SÃO PAULO. **Currículo do Estado de São Paulo**: Ciências Humanas e suas tecnologias. São Paulo: Secretaria de Educação, 2012. p. 145.

## ANEXO II – Tabela 2

Tabela 2 – Matriz de avaliação processual de sociologia, referente ao 3º bimestre da 2ª série do ensino médio

2ª série – 3º bimestre		
Conteúdos	Situações de Aprendizagem Competência/habilidade	Avaliação Processual/Habilidades
<p><b>Qual a importância do trabalho na vida social brasileira?</b></p> <p><b>O trabalho como mediação</b></p> <p><b>Divisão social do trabalho</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Divisão sexual e etária do trabalho</li> <li>• Divisão manufatureira do trabalho</li> </ul> <p><b>Processo de trabalho e relações de trabalho</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Transformações no mundo do trabalho</li> <li>• Emprego e desemprego na atualidade</li> </ul>	<p><b>Situação de Aprendizagem 1 – O trabalho como mediação</b></p> <p><b>Habilidades:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Compreender que o trabalho é uma atividade base da condição humana.</li> <li>2. Desenvolver o espírito crítico.</li> <li>3. Desenvolver habilidades de leitura e compreensão de textos, produzir textos contínuos.</li> <li>4. Expressar-se oralmente.</li> </ol> <p><b>Situação de Aprendizagem 2 – Divisão social do trabalho</b></p> <p><b>Habilidades:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Entender os principais conceitos sociológicos relacionados ao trabalho.</li> <li>2. Desenvolver a capacidade analítica e crítica.</li> <li>3. Desenvolver habilidades de leitura e interpretação de textos.</li> <li>4. Produção de textos contínuos e expressão oral.</li> </ol> <p><b>Situação de Aprendizagem 3 – Transformações no mundo do trabalho: emprego e desemprego na atualidade</b></p> <p><b>Habilidades:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Compreender a realidade do desemprego sob uma perspectiva sociológica.</li> <li>2. Ter clareza a respeito de quem são os mais atingidos pelo desemprego no Brasil.</li> <li>3. Perceber os fatores das transformações que afetam o trabalho e a vida dos trabalhadores.</li> <li>4. Desenvolver a capacidade crítica.</li> <li>5. Desenvolver habilidades de leitura, produção de textos contínuos e expressão oral.</li> </ol>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar o trabalho como uma atividade base para a condição humana.</li> <li>• Identificar, em diferentes textos e períodos históricos, as várias formas de divisão do trabalho na sociedade.</li> <li>• Identificar os principais conceitos sociológicos relacionados ao trabalho.</li> <li>• Identificar elementos que mostram a realidade do desemprego sob uma perspectiva sociológica.</li> <li>• Identificar os grupos populacionais mais atingidos pelo desemprego no Brasil atual.</li> <li>• Identificar as transformações que afetam o mundo do trabalho e a vida dos trabalhadores.</li> </ul>

Fonte: SÃO PAULO. **Matriz de avaliação processual:** filosofia e sociologia, ciências humanas; encarte do professor. São Paulo: Secretaria de Educação, 2016. p. 34

ANEXO III – Três primeiras situações de aprendizagem do *Caderno de sociologia* referente à segunda série do ensino médio, volume II



## SUMÁRIO

Orientação sobre os conteúdos do volume	7
Situações de Aprendizagem	9
Situação de Aprendizagem 1 – O trabalho como mediação	9
Situação de Aprendizagem 2 – Divisão social do trabalho	13
Situação de Aprendizagem 3 – Transformações no mundo do trabalho: emprego e desemprego na atualidade	22
Situação de Aprendizagem 4 – O que é violência?	39
Situação de Aprendizagem 5 – Violência contra o jovem	46
Situação de Aprendizagem 6 – Violência contra a mulher	57
Situação de Aprendizagem 7 – Violência escolar	64
Recursos para ampliar a perspectiva do professor e do aluno para a compreensão dos temas	73
Quadro de conteúdos do Ensino Médio	76
Gabarito	77

## SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM

### SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM 1 O TRABALHO COMO MEDIÇÃO

O objetivo desta primeira Situação de Aprendizagem é discutir o trabalho como mediação entre o ser humano e a natureza.

**Conteúdos e temas:** o trabalho como mediação entre o ser humano e a natureza; o processo de humanização do ser humano por meio do trabalho; a distinção entre trabalho humano e trabalho animal; diferenciação entre trabalho e emprego.

**Competências e habilidades:** compreender que o trabalho é uma atividade base da condição humana; desenvolver o espírito crítico; desenvolver habilidades de leitura e compreensão de textos, produzir textos contínuos; expressar-se oralmente.

**Sugestão de estratégias:** aula dialogada.

**Sugestão de recursos:** discussão em sala de aula; leitura de textos.

**Sugestão de avaliação:** trabalho individual.

#### Sondagem e sensibilização

O objetivo da presente sensibilização é apresentar aos alunos o tema da Situação de Aprendizagem: *o trabalho como mediação entre o ser humano e a natureza*.

Peça aos alunos que digam o que entendem por *trabalho*. Verifique as respostas dadas e destaque a palavra “trabalho”. Comece explicando a sua origem: ela vem do latim “*tripalium*”, conforme mostra o texto a seguir, presente também no Caderno do Aluno.



Figura 1

© João Profa  
O trabalho na Antiguidade estava associado a esforço físico, cansaço e penalização. A origem da palavra, no latim vulgar, associa trabalho/*tripalium* a um instrumento de tortura feito de três varas cruzadas ao qual os feus eram presos. O trabalho representava uma atividade indigna, reservada aos escravos. Aos que viviam livremente, a subsistência vinha da coleta de frutos, da caça e outras atividades; o tempo do trabalho era o da natureza – dia ou noite, com sol ou chuva. [...] Na era moderna, o trabalho teve o seu significado transformado, passou de atividade desprezada à condição de expressão da própria humanidade; fonte de produtividade e riqueza. Com as mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais, no século XX, a ideia do trabalho firmou-se como uma atividade valorizada.

ARALDO, Sérgio Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTTA, Benilda Lenzi. *Sociologia: um olhar crítico*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 51-52. [www.editoracontexto.com.br/](http://www.editoracontexto.com.br/)

9

#### O que é trabalho?

Na civilização ocidental, a percepção de que o trabalho é algo que traz sofrimento é reforçada por outras ideias influenciadas pelas tradições greco-romana e judaico-cristã. Lembre aos alunos que, para os gregos, de uma forma geral, o trabalho era visto como algo que “embruteceia os espíritos” e tornava o ser humano incapaz da prática da virtude; era um mal que a elite deveria evitar. Por isso, era executado por escravos, ficando a cargo dos cidadãos as atividades mais nobres, como a política. No cristianismo, o episódio bíblico da expulsão de Adão e Eva do Paraíso, como consequência do pecado original, condenando-os ao trabalho, a ganhar o “pão com o suor do rosto”, ampliou a conotação negativa do trabalho. Assim, ele apresenta, em nossa sociedade, também os sentidos de fadiga, luta, dificuldade e punição.

Mas não se limite a isso. Insista com seus alunos: *Além desses sentidos, o que é trabalho?* Com o objetivo de mostrar a eles outra concepção, leia com os alunos a definição a seguir, disponível também no Caderno do Aluno:

Trabalho: conjunto de atividades, produtivas ou criativas, que o homem exerce para atingir determinado fim.

Fonte: *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*.

Chame a atenção dos alunos para o fato de que a definição enfatiza que o trabalho é uma atividade humana, ou seja, só os seres humanos trabalham. Pergunte aos alunos: *Você conhece outros seres vivos que também empregam suas forças e habilidades para conseguir um objetivo?*

Provavelmente, os alunos afirmarão que alguns animais também trabalham: as aranhas tecem teias, as abelhas constroem as colmeias,

as formigas constroem os formigueiros etc. Aceite, inicialmente, essa explicação. Pergunte se eles se lembram da fábula “A cigarra e a formiga”. Existem várias versões dessa fábula, mas a sinopse pode ser uma só: a história da cigarra que só queria cantar e se divertir e da formiga que só trabalhava. Um dia, elas se encontram e a cigarra questiona o porquê de a formiga trabalhar. Esta responde que precisava trabalhar naquele momento para ter alimento no inverno. Como era verão, a cigarra riu da formiga e replicou que o inverno estava longe demais para que ela se preocupasse. Passados alguns meses, chegou o inverno e a cigarra quase morreu de frio e fome. Quando estava com pouca força, bateu à porta da formiga e pediu ajuda. Esta a ajudou, mas lembrou-lhe da importância de trabalhar e poupar.

Peça aos alunos que prestem atenção nas imagens apresentadas, também disponíveis no Caderno do Aluno, e que forneçam outros exemplos de animais considerados “trabalhadores”.



Figura 2 – Formiga no exercício de sua atividade.



Figura 3 – João-de-barão (*Formaria rufus*) ao lado de sua casa.

10

Os animais apresentados nas imagens são vistos, pelo senso comum, como animais trabalhadores. Mas, na perspectiva sociológica, os animais não trabalham, *só o ser humano trabalha*. O trabalho é visto como uma atividade que ajuda o ser humano a construir a sua condição humana.



Para esclarecer a questão do trabalho como atividade do ser humano, recorremos a Karl Marx, cuja biografia pode ser lida a seguir e acompanhada pelo Caderno do Aluno, e aos textos 1 e 2, também disponíveis na seção Leitura e análise de texto do Caderno do Aluno.



Figura 4 – Karl Marx, 1818-1883.

© Erich Lessing/Album/Latinstock

Karl Marx nasceu na Alemanha, em 1818. Considerado um dos maiores filósofos alemães, realizou estudos importantes também para a Economia e a Sociologia. Tendo como base a dialética<sup>1</sup>, desenvolveu o método que permite a explicação da história das sociedades humanas a partir das relações sociais de produção. Radical tanto na teoria como na militância, participou ativamente de diversas organizações operárias clandestinas, tendo sido expulso de alguns países. Exilado na Inglaterra, passou por muitas dificuldades financeiras, sendo socorrido por amigos, como Friedrich Engels. Morreu em Londres, em 1883.

<sup>1</sup> Dialética é o método de explicação da realidade que tem por base o princípio lógico da contradição, ou seja, a contraposição de ideias ou situações para a uma nova ideia ou situação.

### Texto 1

O conceito é ambíguo e disputado, indicando diferentes atividades em diferentes sociedades e contextos históricos. Em seu sentido mais amplo, trabalho é o esforço humano dotado de um propósito e envolve a transformação da natureza através do dispêndio de capacidades mentais e físicas. Tal interpretação, contudo, conflita com o significado e a experiência mais limitados do trabalho nas atuais sociedades capitalistas. Para milhões de pessoas trabalho é sinônimo de emprego remunerado, e muitas atividades que se qualificariam como trabalho na definição mais ampla são descritas e vivenciadas como ocupações em horas de lazer, como algo que não significa verdadeiramente trabalho.

OLITHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p. 773.

### Texto 2

Uma aranha executa operações que se assemelham às de um tecelão, e a abelha, na construção de suas colmeias, deixa envergoadas mais de um arquiteto. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor das abelhas é isso: o arquiteto projeta sua obra antes de construí-la na realidade. No final de todo processo de trabalho, temos um resultado que já existia na imaginação do trabalhador desde o seu começo.

MARX, Karl. *Capital – A Critique of Political Economy*. The labour-process and the process of producing surplus-value. Vol. I, Part III, Section 1, cap. VII, Tradução Helena Teixeira de Souza Martins. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1867-c1/index.htm>>. Acesso em: 3 dez. 2013.

Após a leitura, peça aos alunos que respondam às questões:

1. Quais são as diferenças essenciais que distinguem o trabalho humano do trabalho de outros animais?

2. A palavra “trabalho” tem sempre o mesmo significado?

Em sua explicação, procure destacar que o trabalho humano distingue-se do trabalho animal, pois o homem *planeja* antes de executar uma atividade. Ele conhece o trabalho antes de executá-lo. Já os outros animais não possuem essa capacidade. Eles “trabalham” de forma instintiva. Na verdade, é equivocada usar o termo trabalho para se referir às atividades realizadas pelos outros animais. Estes executam tarefas guiados pelo instinto. A abelha faz o mel e constrói a colmeia instintivamente. Por isso, todas as colmeias de uma mesma espécie de abelha seguem a mesma configuração. A formiga também constrói instintivamente os formigueiros e, por isso, eles seguem a mesma estrutura. O mesmo processo ocorre com o joão-de-barro e sua casa.

Os animais só mudam sua maneira de agir quando ocorre alguma alteração no meio, o que os leva a se adaptar, mas eles não mudam suas atitudes intencionalmente. Só o ser humano tem essa capacidade, as outras espécies, não. Com o objetivo de conseguir os meios que garantam a sua sobrevivência, o ser humano age sobre a natureza, transformando-a. Ele se apropria dos materiais existentes na natureza e cria objetos, inventa coisas e se relaciona com outros seres humanos por meio do trabalho. Desse modo, o trabalho é uma *atividade de mediação entre o ser humano e a natureza*.

O ser humano emerge gradualmente, desenvolve-se e adquire a sua humanidade no exercício de sua atividade, de seu trabalho, da sua

produção social. Nesse sentido, pode-se dizer que, ao trabalhar, o ser humano *se constrói como ser humano*, pois ele age de forma *deliberada e consistente* sobre a natureza. É por isso que o trabalho é visto como uma atividade que ajuda o ser humano a *construir sua condição humana*.

Como o conceito de trabalho é ambíguo, pode ter diferentes significados. Para muitas pessoas, trabalho é sinônimo de emprego, como se só trabalhasse quem tem emprego.

Para encerrar esta primeira Situação de Aprendizagem, discuta com os alunos a distinção entre trabalho e emprego. Interrogue-os: *O que vocês entendem por emprego? Vocês sabem que trabalho não é sinônimo de emprego? O que vocês acham que distingue trabalho de emprego?* Após a sua explicação, peça que registrem as próprias respostas no espaço destinado a isso no Caderno do Aluno.

É importante que os alunos entendam que trabalho sempre existiu, sob diferentes formas, ao longo da história da humanidade, já que é toda a atividade humana que envolve a transformação da natureza para atingir um fim. Entretanto, emprego é uma relação social de trabalho muito recente, que surge a partir do momento em que o ser humano deixa de ser escravo ou servo e se transforma em um ser humano livre. Livre para vender o seu trabalho e estabelecer um contrato com um comprador, em troca de um salário que lhe permita adquirir os meios de vida necessários à sua sobrevivência. Emprego pressupõe trabalho assalariado – portanto, ele é algo característico da sociedade capitalista.

Como atividade de Lição de casa desta Situação de Aprendizagem, de acordo com proposta do Caderno do Aluno, você pode pedir aos alunos que leiam o texto a seguir e respondam às questões que seguem a ele:



O trabalho livre sucedeu historicamente a outras formas de trabalho, como a escravidão e a servidão. Na Grécia Antiga, o trabalho era uma atividade exercida pelos escravos. Na Idade Média, as pessoas trabalhavam nos campos, ligadas a um senhor feudal, ou moravam nos burgos e eram artesãs. Em todos esses momentos da história, as pessoas executavam algum trabalho, mas não tinham emprego. O emprego só se disseminou com o capitalismo, quando o trabalhador passou a vender a sua força de trabalho (física ou mental) em troca de um salário. Ao conseguir o emprego, o trabalhador assina um contrato de trabalho que especifica suas funções. Ao contrário do que ocorria na Antiguidade, em que os escravos eram uma propriedade, e na Idade Média, em que os trabalhadores eram servos presos à terra do senhor feudal, no capitalismo os trabalhadores são “livres” para procurar outras condições de trabalho em um novo emprego.

Elaborado especialmente para o São Paulo faz escola.

1. Como era o trabalho em outros períodos da história?

2. Qual é a característica fundamental do trabalho no capitalismo?

balho). Então, passou a dispor de uma única propriedade: a sua força de trabalho. O processo que deu origem a essa mudança será objeto de discussão da próxima Situação de Aprendizagem.

### Avaliação da Situação de Aprendizagem

Para verificar se os alunos compreenderam o assunto desta Situação de Aprendizagem, você pode pedir que, com base nos textos 1 e 2 da seção Leitura e análise de texto e nas suas explicações, apresentem os principais argumentos da discussão sobre trabalho realizada na última etapa. Esta atividade está no Caderno do Aluno, na seção Você aprendeu?.

## SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM 2 DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

O objetivo desta Situação de Aprendizagem é trazer elementos para pensar sobre as diferentes formas de trabalho na história da humanidade, com destaque para as características

específicas do trabalho na sociedade capitalista. Nesse sentido, serão discutidos conceitos como divisão social e divisão manufatureira do trabalho, relações de trabalho e alienação.

Conteúdos e temas: trabalho e capitalismo; divisão social e manufatureira do trabalho; relações de trabalho; alienação.

Competências e habilidades: entender os principais conceitos sociológicos relacionados ao trabalho; desenvolver a capacidade analítica e crítica; desenvolver habilidades de leitura e interpretação de textos; produção de textos contínuos e expressão oral.

Sugestão de estratégias: aula dialogada; trabalho em grupo; trabalho individual.

Sugestão de recursos: discussão em sala de aula; leitura de texto.

Sugestão de avaliação: trabalho individual.

### Sondagem e sensibilização

Nesta Situação de Aprendizagem, utilizaremos para a atividade de sensibilização alguns cantos do poema “A trama da rede”, de Carlos Brandão, cada um com uma ou duas estrofes. Você pode trabalhá-lo de diversas maneiras, como leitura individual, compartilhada ou até mesmo de forma lúdica para estimular a participação dos alunos.

Cantar: cada uma das partes de um poema longo.

Fonte: *Discursos Humanos da Língua Portuguesa*.

Peça aos alunos que se organizem formando um jogral, ou seja, um grupo de oito pessoas em que cada um recitará um canto do poema a seguir, como se estivesse em um palco.

A Trama da rede

I  
Essa é a trama da rede:  
o tecido das trocas que fabricam

o pano de uma rede-de-dormir  
entreda o corpo do homem na tarefa  
de criar na máquina a rede com a mão.

A armadilha do trabalho em casa alheia  
engole o homem e enrola todo o corpo  
no fio no fuso na roda na tela  
do maquinário da manufatura

que produz o seu produto: a rede  
e reduzir o corpo-operário à produção.  
[...]

III  
O corpo-balístico que transforma  
a coisa bruta em objeto

(a fibra em fio e o fio em pano)  
(o objeto na mercadoria  
(o pano pronto na rede e sua valia)  
transforma o corpo do homem operário  
em outro pano objeto de trabalho

promta a fazer e refazer no fuso  
aquilo de que a fábrica faz sua riqueza  
de que, quem faz não se apropria.  
[...]

VII  
Sob a trama do trabalho em tear alheio  
o corpo não possui seu próprio tempo  
e é inútil que lhe bata um coração.

<p>O religio interior do operário é o que existe na oficina, fora dele, de onde controla o tear e o tecelão.</p>	<p>e a rede pronta: o objeto bonito do descanso que inventa a necessidade da servidão do trabalho do corpo produtivo.</p>
<p>VIII De longe o dono zela por quem faz pela força do homem que trabalha, não pela vida do trabalhador. Aqui não há lugar para o repouso ainda que o produto do trabalho seja uma rede de pano, de dormir e que comprada serve ao sono e ao amor.</p>	<p>XII A dança ritmada desse corpo de bailarino-operário de um ofício de que o produto feito não é seu, cria o servo de quem lhe paga aos sábados para o que sobra da vida de trabalho do corpo de quem fez e não viveu.</p>
<p>IX Durante a flor da vida inteira fazendo a mesma coisa e realizando uma operação simples de memória o operário condena o próprio corpo a ser tão automático e eficaz que domine o gesto que o destrói. A reprodução continua, diária, igual de um mesmo gesto repetido e limitado todos os dias, sobre os mesmos passos, ensina ao artesão regras de maestria do trabalho que afinal então domina através de saber sua ciência com a sabedoria do corpo massacrado.</p>	<p>XIV Não conhece descanso o corpo na oficina. Ele e parte das máquinas que move e que movidas não sabem mais parar. Os pés descalços prolongam pedais os braços são como alavancas e as mãos estendem pontas de um fio que existe no fuso e no tear.</p>
<p>XI Quem fia e enfia? Quem carda e corta? Quem tece e trança? Quem toca e torce? A moça o menino. A velha o homem. Eles são, artistas, parte do trabalho coletivo que faz a trama da rede</p>	<p>XIII O trabalho do corpo é o objeto que o homem vende ao dono todo o dia. O corpo-livre pertence ao maquinário que o homem converte no operário de que retira o preço do sustento: a comida à casa a casa o agasalho, o que mantém vivo o corpo e o seu trabalho.</p>

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Enxame de Tempo e Presença*, n. 1617, nov/dez, 1981.

15

16

- Depois da leitura, inicie a análise do poema perguntando aos alunos, conforme atividade proposta no Caderno do Aluno: *O que você entendeu em desse poema?*
- Explique que ele foi escrito tendo como referência a leitura de trechos da obra mais importante escrita por Karl Marx, *O capital*, nos quais ele fala dos operários e dos usos de seus corpos no processo de produção de mercadorias. Como diz Carlos Brandão, são “alegorias [exposição de um pensamento sob forma figurada] sobre o trabalho”, escritas para um documentário sobre a produção artesanal de redes no Ceará.
- Em seguida, procure aprofundar a compreensão do poema. Você pode solicitar que os alunos registrem, com suas próprias palavras e com base na sua explicação, o entendimento que tiveram de cada canto. Esta atividade encontra-se no Caderno do Aluno, como primeiro exercício da Situação de Aprendizagem. Ajude-os, destacando os seguintes elementos:
- Canto I: o trabalho de tecer a rede é exercido em “casa alheia” ou seja, não na casa do trabalhador, mas no local determinado pelo seu patrão, na manufatura. Ali, são reunidos vários trabalhadores que, exercendo diferentes trabalhos, transformam os fios de várias cores em rede. A trama, o desenho da rede, é mostrada como a trama que entreda, que prende o trabalhador à máquina, que impõe seu movimento ao corpo do trabalhador.
  - Canto III: o trabalhador que transforma a matéria-prima – o algodão – em fio, e o fio em rede, produz uma mercadoria que não pertence a ele, mas, sim, a quem o contratou. Ou seja, a rede que ele produz com o seu trabalho não pertence a ele, mas, sim, a quem lhe paga o salário.
  - Canto VII: o ponto central desse canto se refere ao tempo ou ritmo de trabalho que, na manufatura, não é mais determinado pelo trabalhador, mas, sim, pelo ritmo da máquina, imposto pelo dono da oficina.
  - Canto VIII: esse canto completa o anterior, pois se refere ao controle exercido pelo dono da manufatura. Esse não está preocupado com a saúde, com a vida do trabalhador, mas, sim, com a produtividade do trabalho.
  - Canto IX: na manufatura, o trabalhador executa movimentos repetitivos, especializando-se apenas em uma atividade de trabalho. Ele executa sua tarefa de forma automática, seguindo o movimento da máquina, sem nenhuma criatividade, tornando-se um trabalhador limitado em seu conhecimento.
  - Canto XI: essa estrofe refere-se ao trabalho exercido por homens e mulheres, velhos, moços e crianças, tornados servos do trabalho coletivo que produz a rede. Carlos Brandão explica, em uma nota de rodapé, que, em Fortaleza, na produção de redes, além do trabalho na oficina, também são realizadas tarefas de acabamento das redes, como as “varandas”, nas casas dos trabalhadores. São os chamados trabalhos em domicílio, nos quais as pessoas de uma mesma família, de diferentes idades, trabalham. Lembre que o trabalho em domicílio existe, ainda hoje, por exemplo, nas indústrias de confecção e de calçados.
  - Canto XII: o trabalho exercido na produção de uma mercadoria, a rede, submete o trabalhador e o seu corpo às determinações de seu patrão, aquele que lhe paga o salário. Seu corpo, suas energias, sua força de trabalho são vendidos em troca de um salário e usados na produção de uma mercadoria que não lhe pertence.

b) Canto XIV: na manufatura, o corpo do operário parece ser um prolongamento da máquina – seus braços, mãos e pés podem em movimento a máquina e são movidos por ela. O corpo, a força de trabalho do trabalhador, torna-se um objeto que ele vende em troca de seu meio de vida, aquilo que lhe permite sobreviver e retornar, todo dia, ao local de trabalho, reproduzindo a sua servidão à máquina e ao patrão.

Para finalizar esta sensibilização, diga aos alunos que, na próxima etapa, serão retomadas as questões sugeridas por esse poema, tendo como referência a discussão a respeito do trabalho na sociedade capitalista. Nessa oportunidade, serão introduzidos conceitos como divisão social do trabalho, divisão sexual e etária do trabalho, relações de trabalho, processo de trabalho e alienação.

### Etapa 1 – Divisão social do trabalho e divisão manufatureira do trabalho

Inicie esta etapa perguntando aos alunos o que eles entendem por *societade moderna*. Prepare-se para acolher respostas que apontem para o que é atual, recente, por oposição ao que é antigo, ultrapassado. Relembre com eles o conteúdo aprendido em aulas de História. A sociedade moderna teve início em meados do século XV, e sua constituição foi marcada pelos processos de urbanização, que se iniciaram no século XII, e de industrialização, que viriam a se intensificar na Inglaterra, no século XVIII. Essa sociedade resultou de um processo de transformação, em que se constituíram um novo modo de trabalhar, relações sociais diferentes e um novo modo de vida marcado pelo desenvolvimento industrial.



Como forma de compreender melhor esse processo histórico, leia com os alunos o texto a seguir, presente na seção *Leitura e análise de texto* do Caderno do Aluno.

O esfacelamento do mundo feudal consistiu em um longo processo, no qual as velhas formas de trabalho artesanal foram sendo substituídas pelo trabalho em domicílio, a partir do campo, produzindo para as indústrias em desenvolvimento nas cidades. Assim, durante o século XIV, foram desenvolvidas as indústrias rurais em domicílio, como forma de aumentar a produção. Os comerciantes distribuíam a matéria-prima nas casas dos camponeses e ali era executada uma parte ou a totalidade do trabalho. Essas indústrias representaram uma forma de transição entre o artesanato e a manufatura e permitiram a acumulação de capital nas mãos desses comerciantes, além de fornecer mão de obra para o trabalho industrial nas cidades.

Elaboreado especialmente para o São Paulo faz escola.

Explique aos alunos o significado de *manufatura*: a palavra vem do latim e quer dizer trabalho manual. Para o seu desenvolvimento foi necessária a existência de dois fatores. Você pode solicitar que os alunos registrem as suas explicações no Caderno do Aluno, no espaço destinado à atividade sobre o texto.

a) 1º fator: Um empresário com capital para comprar a matéria-prima e ferramentas e concentrar em sua oficina um grande número de trabalhadores. Em vez de distribuir esses meios de produção nos casos dos trabalhadores, o comerciante transformou em industrial os junta sob um mesmo teto, criando, assim, a manufatura. Relembre

com os alunos o Canto I do poema de Carlos Brandão – o autor está justamente se referindo a esse processo de concentração de produção em um único local.

b) 2º fator: A existência de trabalhadores livres, ou seja, que não são mais donos dos meios de produção e dependem, para a

A divisão do trabalho existiu em todas as sociedades, desde o momento em que os seres humanos começaram a fazer coisas e produtos, criando uma interdependência entre si. Assim, o artesão troca o produto de seu trabalho, o tecido, pelo algodão, cultivado pelo agricultor. A base da troca está na necessidade que o indivíduo tem de produtos que ele não produz. A divisão do trabalho deriva, portanto, do caráter específico do trabalho humano e ocorre quando os seres humanos, na vida em sociedade, dividem entre si as diferentes especialidades e ofícios. A divisão do trabalho em ofícios ou especialidades existiu em todas as sociedades conhecidas e um dos seus principais fatores é a divisão sexual do trabalho. Ou seja, havia uma divisão entre especialistas ou ofícios preferencialmente atribuídos às mulheres e outros preferencialmente atribuídos aos homens.

Elaboreado especialmente para o São Paulo faz escola.

Sobre a divisão sexual do trabalho, você pode dar alguns exemplos. A fiação e a tecelagem foram comumente vistas como atividades femininas, enquanto a caça, a pesca e a pecuária eram tidas como atividades masculinas.

Pega aos alunos que relembram e respondam às questões do Caderno do Aluno:

1. Dê exemplos de trabalhos que antes eram executados só por homens e que hoje são executados também por mulheres.
2. Dê exemplos de trabalhos que antes eram executados só por mulheres e que hoje são executados também por homens.

Antigamente, eram destinadas às mulheres as ocupações relacionadas com o cuidado da casa, como cozinhar, lavar, limpar e cuidar dos filhos. Hoje, já temos homens cozinheiros, faxineiros etc. Uma ideia muito recorrente em

sua sobrevivência, da venda de seu trabalho, ou seja, sua força de trabalho, transformando-se, assim, em trabalhadores assalariados.



O texto a seguir pode ser acompanhado pelo Caderno do Aluno, na seção *Leitura e análise de texto*.

diferentes épocas e culturas é a de que existem trabalhos que as mulheres não são capazes de realizar e outros que elas realizariam muito melhor que os homens. Você pode ampliar essa discussão e, junto com os alunos, buscar outros exemplos de trabalhos que antes eram executados só por homens e que hoje são executados por mulheres ou vice-versa.

Retorne com os alunos o poema de Carlos Brandão, Canto XIV, para que eles, depois dessa discussão, possam entender melhor o que, de forma alegórica, o poeta diz. Verifique, dessa maneira, se eles conseguiram aprender os fatores que permitiram o aparecimento da manufatura.



Para avançar na apresentação de outras questões relacionadas à divisão de trabalho na manufatura, você pode expor aos alunos o conteúdo do texto que se encontra na seção *Leitura e análise de texto* do Caderno do Aluno.

A manufatura se estendeu de meados do século XVI ao último terço do século XVIII, sendo substituída pela grande indústria. Na manufatura, foram introduzidas algumas inovações: técnicos que modificaram a forma como o trabalho era organizado. Aos poucos, o trabalhador foi deixando de ser responsável pela produção integral de determinado objeto e passou a se dedicar unicamente a uma atividade. A divisão do trabalho foi acelerada, fazendo que um produto deixasse de ser obra de um único trabalhador e se tornasse o resultado da atividade de inúmeros trabalhadores. Dessa maneira, o produto passava por vários trabalhadores, cada um acrescentando alguma coisa a ele e, no final do processo, o produto era o resultado não de um trabalhador individual, mas de um trabalhador coletivo. Essa é a divisão do trabalho que persiste na sociedade capitalista, e que se caracteriza pela especialização das funções, ou seja, pela especialização do trabalhador na execução de uma mesma e única tarefa, especializando também o seu corpo nessa operação.

Na divisão manufatureira do trabalho, o ser humano é levado a desenvolver apenas uma habilidade parcial, limitando o conjunto de habilidades e capacidades produtivas que possuia quando era artesão. É isso que torna o trabalhador dependente e o faz vender a sua força de trabalho; e esta só serve quando comprada pelo capital e posta a funcionar no interior da oficina. Segundo Karl Marx, essa divisão do trabalho tinha como objetivo o aumento da produtividade e o aperfeiçoamento do método de trabalho e leve como resultado o que ele chama de “a virtuosidade do trabalhador mutilado”, com a especialização dos ofícios. Na manufatura, portanto, a produtividade do trabalho dependia da habilidade (virtuosidade) do trabalhador e da perfeição de suas ferramentas, e já havia o uso esporádico de máquinas. Foi apenas com o surgimento da grande indústria que a máquina passou a desempenhar um papel fundamental, primeiro, com base na mecânica, depois, na elétrica e, atualmente, na microeletrônica.

1. Marx utiliza o termo “mutilado” para enfatizar a limitação das habilidades do trabalhador, reduzido ao exercício de uma única e repetitiva atividade.

Elaborado especialmente para o São Paulo faz escola.

Agora, peça aos alunos que retomem o canto IX do poema “A trama da rede”, e, com a ajuda do texto, escrevam em seus Cadernos o que é a divisão manufatureira do trabalho e quais são as suas implicações para o trabalho e para os trabalhadores.



Solicite a um voluntário que leia o texto a seguir, também disponível no Caderno do Aluno, na seção Leitura e análise de texto. Você pode realizar uma leitura individual ou compartilhada:

Uma das características mais distintivas do sistema econômico das sociedades modernas é a existência de uma **divisão do trabalho** extremamente complexa: o trabalho passou a ser dividido em um número enorme de ocupações diferentes nas quais as pessoas se especializam. Nas sociedades tradicionais, o trabalho que não fosse agrícola implicava o domínio de um ofício. As habilidades do ofício eram adquiridas em um período prolongado de aprendizagem, e o trabalhador normalmente realizava todos os aspectos do processo de produção, do início ao fim. Por exemplo, quem trabalhava com metal e tivesse que fazer um arado iria forjar o ferro, dar-lhe a forma e montar o próprio implemento. Com o progresso da produção industrial moderna, a maioria dos ofícios tradicionais desapareceu completamente, sendo substituída por habilidades que fazem parte de processos de

produção de maior escala. Um electricista que hoje trabalhe em um ambiente industrial, por exemplo, pode examinar e consertar alguns componentes de um tipo de máquina; diferentes pessoas lidarão com os demais componentes e com outras máquinas. A sociedade moderna testemunhou uma mudança na localização do trabalho. Antes da industrialização, a maior parte do trabalho ocorria em casa, sendo concluído coletivamente por todos os membros da família. Os avanços na tecnologia industrial, como o uso do carvão, contribuíram para a separação entre trabalho e casa. As fábricas de propriedade dos empresários tornaram-se foco de desenvolvimento industrial: maquinários e equipamentos concentraram-se dentro destas, e a **produção em massa** de mercadorias começou a oferecer uma habilidade artesanal em pequena escala, que tinha a casa como base. As pessoas que procurassem emprego em fábricas eram treinadas para se especializarem em uma tarefa, recebendo um ordenado por esse trabalho. O desempenho era supervisionado pelos gerentes, os quais se preocupavam em implementar técnicas para ampliar a produtividade e a disciplina dos trabalhadores.

O contraste que existe na divisão do trabalho entre as sociedades tradicionais e as modernas é verdadeiramente extraordinário. Mesmo nas maiores sociedades tradicionais, geralmente não havia mais do que 20 ou 30 ofícios, contando funções especializadas como as de mercador, soldado e padre. Em um sistema industrial moderno, existem literalmente milhares de ocupações distintas. O censo do RJ [Censo Unidol] lista cerca de 20 mil empregos diferentes na economia britânica. Nas comunidades tradicionais, a maior parte das pessoas trabalhava na agricultura, sendo economicamente autossuficiente. Produziam seus próprios alimentos, suas roupas, além de outros artigos que necessitassem. Um dos aspectos principais das sociedades modernas, em contraste, é uma enorme expansão da **interdependência econômica**. Para termos acesso aos produtos e aos serviços que nos mantêm vivos, todos nós dependemos de um número imenso de trabalhadores – que, hoje em dia, estão bem espalhados pelo mundo. Com raras exceções, a vasta maioria dos indivíduos nas sociedades modernas não produz o alimento que come, a casa onde mora ou os bens materiais que consome.

Os primeiros sociólogos escreveram extensivamente a respeito das consequências potenciais da divisão do trabalho – tanto para os trabalhadores em termos individuais, quanto para toda a sociedade. Para Marx, a mudança para a industrialização e a mão de obra assalariada certamente resultaria numa **alienação** entre os trabalhadores. Uma vez que estivessem empregados numa fábrica, os trabalhadores perderiam todo o controle do seu trabalho, sendo obrigados a desempenhar tarefas monótonas, de rotina, que despojariam seu trabalho do valor criativo intrínseco. Em um sistema capitalista, os trabalhadores acabam adotando uma orientação instrumental para o trabalho, afirmava de, vendo-o como nada mais do que uma maneira de ganhar a vida.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 309.

- A seguir, estão algumas questões, também presentes no Caderno do Aluno, que podem orientar a leitura, a discussão e a compreensão do texto.
1. Qual é a principal diferença entre as sociedades tradicionais e as sociedades modernas no que diz respeito à divisão do trabalho? Quais foram as consequências dessa mudança?
  2. O texto afirma que a sociedade moderna testemunhou uma mudança na localização do trabalho. Quais alterações nas relações de trabalho essa mudança acarretou?
  3. O que é a interdependência econômica que existe hoje nas sociedades modernas?
  4. Ao final do texto, há uma breve explicação das preocupações de Marx em relação às

consequências da divisão do trabalho. Explique com suas palavras o que você entendeu desse ponto do texto.

Para demonstrar como no capitalismo, com o aumento da divisão do trabalho, cada trabalhador passou a depender cada vez mais das atividades de outro trabalhador para conseguir viver, exponha para os alunos como você, professor, precisa das atividades de outras pessoas para sobreviver. Discuta com os alunos, a partir da observação de como a sociedade está organizada, que os indivíduos possuem ocupações diversas, interdependentes entre si e que garantem a dinâmica de funcionamento da sociedade. Comente que dependemos de pais, avós, agricultores, agricultores etc. para obter alguns itens básicos de nossa alimentação; do motorista de ônibus ou maquinista de trem para nos deslocarmos pela cidade; do inspetor e de faxineiros, por exemplo, para estar em um espaço escolar em ordem e limpo; de pessoas na secretaria da escola para resolver questões administrativas etc. Sinta-se à vontade para

formular outros exemplos com base em suas vivências e experiências.



Depois, peça aos alunos que também façam esse exercício, como sugere a Lição de casa do Caderno do Aluno.

## Etapa 2 – Relações de trabalho e alienação

Retorne com os alunos os cantos VII e VIII do poema de Carlos Brandão. Isso permitirá esclarecer o que Marx chama de sujeição ou submissão do trabalho ao capital, ou o controle exercido pelo dono da manufatura sobre o trabalho e os trabalhadores. Então o poema como inspiração, utilize o texto a seguir com o objetivo de aprofundar essa discussão.



O texto está disponível no Caderno do Aluno, na seção Leitura e análise de texto.

A produção capitalista pressupõe, como já vimos, a existência do trabalho livre, e não a servidão e a escravidão. O trabalhador é livre, porém não dispõe dos meios de trabalho e de vida. Portanto, para a sua sobrevivência, ele precisa vender a única propriedade de que dispõe: a sua força de trabalho. O trabalhador, por conseguinte, submete-se ao domínio do capital, aceitando suas imposições e determinações.

O objetivo maior que direciona todo o processo de produção capitalista é a maior produção de mais-valia<sup>1</sup>, e, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho.

A dominação do capital sobre o trabalho tem o objetivo de garantir a exploração do processo de trabalho social. Com isso, a dominação tem como conseqüência o antagonismo inevitável entre o capitalista e o trabalhador.

Para os trabalhadores, entretanto, a cooptação imposta pela divisão do trabalho não significa a percepção de sua força como grupo. A relação que estabelecem é com o capital, e não entre si. O trabalhador torna-se incapaz de perceber que a riqueza que ele desenvolve e produz de seu trabalho, como também não consegue se reconhecer no produto de seu trabalho. A consequência da divisão do trabalho é a separação, no processo de trabalho, entre concepção e execução do trabalho. A decisão sobre o que produzir e como produzir não é mais responsabilidade do trabalhador, mas, sim, do capital ou de seus representantes.

<sup>1</sup> O comprador da força de trabalho ou da capacidade de trabalho não se limita a usá-la somente durante o tempo necessário para repor o valor da força de trabalho, mas, sim, durante um tempo além dele, quando o trabalhador produz, então, um valor excedente, ou uma mais-valia, da qual o capitalista se apropria.

tuantes. Além disso, o produto, a mercadoria, não resulta de seu trabalho individual, e sim do trabalho de todos. Ele realiza apenas uma parte dele e, assim, o produto do trabalho, a mercadoria, aparece ao trabalhador como algo alheio, estranho a ele. A relação do trabalhador com o produto de seu trabalho é, portanto, de alienamento, de estranhamento. O trabalhador, que coloca a sua vida no objeto, agora se defronta com ele, como se a coisa, a mercadoria, tivesse vida própria, independente, e fosse dotada de um poder diante dele. De fato, assim como o trabalho já não lhe pertence, mas a um outro homem (o proprietário dos meios de produção), o produto de seu trabalho igualmente não lhe pertence. Esse processo é o que Marx chama de relação alienada do homem com outro homem, com o produto de seu trabalho e com o trabalho. Para Marx, então, o trabalho livre, assalariado, é trabalho alienado.

Elaborado especialmente para o São Paulo faz escola.

Enfatize para os alunos que, no processo de produção capitalista, temos não só a produção de mercadorias, mas essencialmente a produção de relações sociais. Se há capitalistas e trabalhadores, isso implica não só posições definidas no processo de produção, mas também na sociedade. Ocorre a separação entre a concepção e a execução do trabalho, ou seja, o trabalho pode resultar da concepção de uma pessoa e a execução de outra. Isso é produto da divisão do trabalho.

Como forma de verificar se os alunos entenderam o texto e a explicação, você pode pedir a eles que respondam às seguintes questões:

1. Qual é o objetivo da dominação do capital sobre o trabalho?
2. O que Marx entende por trabalho alienado?

## SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM 3 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: EMPREGO E DESEMPREGO NA ATUALIDADE

Se perguntarmos à população brasileira quais são hoje os maiores problemas que perturbam a vida das pessoas em nossa sociedade, com certeza o desemprego vai ser uma das respostas, entre várias outras.

O objetivo desta Situação de Aprendizagem, portanto, é discutir o desemprego como um fenômeno social, situando-o no contexto das transformações no mundo do trabalho.



Peça aos alunos que releiam o poema de Carlos Brandão, escolham três cantos e façam uma análise dos cantos escolhidos, tendo como referência a discussão sobre o trabalho desenvolvida nesta Situação de Aprendizagem. Esta atividade encontra-se no Caderno do Aluno, na seção Você aprenderá?.

### Avaliação da Situação de Aprendizagem

**Conteúdos e temas:** categorias de emprego e desemprego na atualidade; perfil dos trabalhadores mais atingidos pelo desemprego no Brasil; transformações no mundo do trabalho e suas consequências para os trabalhadores.

**Competências e habilidades:** compreender a realidade do desemprego sob uma perspectiva sociológica; ter clareza a respeito de quem são os mais atingidos pelo desemprego no Brasil; perceber os fatores das transformações que afetam o trabalho e a vida dos trabalhadores; desenvolver a capacidade crítica; desenvolver habilidades de leitura, produção de textos contínuos e expressão oral.

**Sugestão de estratégias:** aula dialogada; pesquisa; leitura de textos e de gráficos.

**Sugestão de recursos:** discussão em sala de aula; textos; gráficos.

**Sugestão de avaliação:** texto dissertativo.

### Sondagem e sensibilização

Inicie esta etapa perguntando aos alunos: *Qual é a importância do trabalho na vida das pessoas? Por que as pessoas trabalham? O que significa o desemprego na vida das pessoas? Por que as pessoas ficam desempregadas?*

As respostas sobre essas questões podem expressar a experiência de cada um ou a de seus familiares e amigos, tanto com relação ao trabalho como com relação ao desemprego. No caso das duas primeiras perguntas, que se referem ao trabalho e ao emprego, os alunos poderão responder que a importância do trabalho relaciona-se com a *necessidade* de garantir os meios de vida do trabalhador e de sua família, conforme aprenderam nas aulas anteriores. Sem rendimentos, as pessoas não sobrevivem, pois não têm casa para morar, alimentos, roupas, calçados, não podem estudar, não têm lazer. Mas suas respostas podem indicar, igualmente, uma *ética do trabalho*, invocando valores como honestidade, dignidade, independência e autorrealização. Os alunos, contudo, poderão expressar a sua insatisfação com o trabalho, negando esses valores ao considerar o trabalho uma carga imposta aos indivíduos e ao demonstrar menosprezo por aqueles que trabalham.

Os alunos terão, possivelmente, uma compreensão mais clara a respeito do desemprego e de suas consequências para a vida das pessoas se eles ou seus familiares já passaram pela experiência da exclusão ou tiveram dificuldade de inserção no mercado de trabalho. No entanto, talvez muitos dos alunos não consigam explicar as causas do desemprego. Você pode pedir a eles que tenham como referência a situação de pessoas desempregadas que conheçam, procurando entender por que estão nessa situação.



Como forma de aprofundar a compreensão sobre o emprego e o desemprego e para aproximar os alunos do tema desta Situação de Aprendizagem, você pode solicitar a realização de uma pesquisa, conforme a proposta do Caderno do Aluno, na seção Pesquisa Individual. *Questione-os: Quais motivos as pessoas atribuem para o fato de estarem desempregadas? Você pode sugerir que a pesquisa seja realizada de forma individual ou em grupo, e que realize uma entrevista com uma pessoa conhecida e que esteja desempregada. Eles devem fazer as perguntas que foram colocadas no início desta sensibilização e anotar os seguintes dados do entrevistado: idade, sexo e profissão. Os resultados dessa Pesquisa serão analisados no início da Etapa 2.*

23

### Etapa 1 – Mercado de trabalho: emprego e desemprego



Inicie a discussão a respeito do mercado de trabalho dirigindo a atenção

dos alunos para a tabela a seguir, também reproduzida no Caderno do Aluno, na seção Leitura e análise de tabela. Essa tabela mostra a distribuição das pessoas que estão ocupadas em algum tipo de atividade, segundo a posição que ocupam.

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação Região Metropolitana de São Paulo, 2010	
Posição na ocupação	%
Total de assalariados do setor privado (1)	61,5
Com carteira assinada	50,3
Sem carteira assinada	11,2
Total de assalariados (2)	69,2
Autônomos	16,1
Empregador	3,6
Empregado doméstico	7,4
Empregado familiar sem remuneração salarial	0,7
Outras	3,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Tabela 1.  
Notas: (1) Não incluídos os empregados domésticos.  
(2) Não incluídos os empregados domésticos. Incluir o setor público. Obs.: Média anual.

Fonte de dados: DIEESE/CADE, MTE/FRAT e contenciosos regionais. *Anuário das Trabalhadoras 2010-2011*. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/numeros/AnuárioTrabalho1011/Arquivos/indicadores\_mercadotrabalho\_1284\_603.html?>. Acesso em: 29/06/2014.

O objetivo da tabela é chamar a atenção dos jovens para as ocupações e mostrar-lhes que a maior parte dos trabalhadores é de assalariados e com carteira assinada. Isso irá sensibilizá-los para outro ponto a ser trabalhado, que são as vantagens de um emprego com carteira assinada.

Mercado de trabalho: o estado da oferta e procura de empregos num país, numa região.

Fonte: *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*.

- Para auxiliá-lo na análise da tabela, você pode pedir aos alunos que respondam às seguintes questões:
1. Observe atentamente a tabela e responda:
    - a) Qual é a maior proporção de pessoas ocupadas?
    - b) Quais outras ocupações aparecem na tabela e quais são suas respectivas porcentagens?

24

2. Em seguida, observe o total de assalariados do setor privado e responda: Qual grupo tem maior porcentagem de pessoas: os assalariados com carteira assinada ou sem carteira assinada?

3. Você considera importante ter um emprego com carteira assinada? Justifique.

4. Preste atenção na explicação do professor e anote os direitos trabalhistas dos:

- a) trabalhadores com carteira assinada.  
b) trabalhadores autônomos.

▶ Acesso ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O FGTS é um valor depositado mensalmente na Caixa Econômica Federal, pelo empregador, em conta no nome do empregado, que tem por finalidade protegê-lo na hipótese de desemprego involuntário, ou seja, caso ele seja demitido da empresa ou adquira determinadas doenças. Ele também pode ser retirado pelo empregado no momento da compra de um imóvel;

▶ Férias remuneradas;

▶ 13º salário;

▶ Em alguns casos, direito a seguro-desemprego;

▶ Inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que garante o direito à aposentadoria.

Lembre aos alunos que os assalariados sem carteira assinada não têm acesso a esses direitos, embora haja a possibilidade de buscar esses direitos na Justiça do Trabalho. E, apesar de existir uma legislação que obriga o registro em carteira dos empregados domésticos e lhes garanta férias remuneradas, 13º salário e inscrição no INSS, ainda é grande a proporção desses empregados que não é registrada e, portanto, é privada desses direitos.

Já o trabalhador autônomo deve se inscrever na prefeitura, pagar alguns impostos e contribuir para o INSS. Isso lhe garante o direito à aposentadoria remunerada e ao re-

Assinale que a maior parte de pessoas ocupadas, 69,2%, é de assalariados. Em seguida, chame a atenção para o total de assalariados do setor privado, que é de 61,5%, entre eles, 50,3% têm carteira assinada e 11,2% não têm.

Você pode dar ênfase à questão 3, que questiona se os alunos consideram importante ter um emprego com carteira assinada. Pergunte aos alunos se eles sabem quais são as vantagens de um emprego desse tipo. Espere as respostas e destaque os direitos garantidos por essa forma de trabalho:

cebimento de alguns benefícios na hipótese de doença que o impeça de realizar seu trabalho. Contudo, ele não tem direito ao seguro-desemprego, ao FGTS, a férias remuneradas ou ao 13º salário, por exemplo.

Inicie a discussão sobre outro aspecto da vida dos trabalhadores, que diz respeito às pessoas que, ao contrário das anteriores, estão excluídas do mercado de trabalho.



Solicite aos alunos que observem o gráfico com as taxas de desemprego e de participação, que se encontra também no Caderno do Aluno, na seção Leitura e análise de gráfico:

Taxas de desemprego e de participação – Estado de São Paulo, 2006

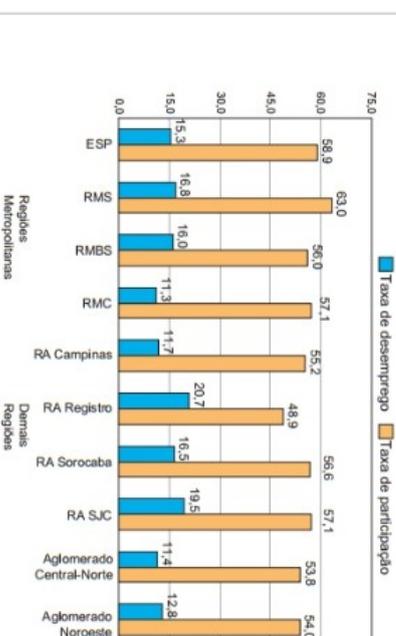


Figura 5 – Fonte de dados: CANS, CIVIL, FUNDAÇÃO SEADE. *Resumo de Conjuntura de São Paulo – PCPI*. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/producao/psf/politica/mercado\_da\_urbanizacao/pdf/>. Acesso em: 3 dez. 2013.

Como não se trata de um gráfico de fácil entendimento, esclareça, em primeiro lugar, o significado das siglas colocadas abaixo das colunas azuis e amarelas:

▶ Chame a atenção dos alunos para as duas primeiras colunas à esquerda; elas indicam as taxas globais de desemprego (a azul) e de participação (amarela) para o Estado de São Paulo (ESP): 15,3% e 58,9%, respectivamente.

▶ As colunas seguintes apresentam as taxas relativas a diferentes regiões do Estado de São Paulo: Região Metropolitana de São Paulo (RMS), Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), Região Metropolitana de Campinas (RMC), Região Administrativa de Campinas (RA Campinas), Região

Administrativa de Registro (RA Registro), Região Administrativa de Sorocaba (RA Sorocaba), Região Administrativa de São José dos Campos (RA SJC), Aglomerado Central-Norte (aglomerado urbano formado pelas Regiões Administrativas Centrais de Bauri, Franca e Ribeirão Preto) e Aglomerado Noroeste (aglomerado urbano formado pelas Regiões Administrativas de Aracatuba, Bauri, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto).

Além disso, esclareça o significado de: ▶ Taxa de participação: proporção de pessoas com 10 anos ou mais que estavam trabalhando ou procurando emprego;

► Taxa de desemprego: proporção de pessoas com 10 anos ou mais que não estavam trabalhando, mas procuraram emprego.

Em seguida, realize com a turma o exercício de análise do gráfico indicado no Caderno do Aluno. Você pode ajudá-los com suas explicações e questionando-os: *Qual é a taxa global de participação para o Estado de São Paulo?* E de 58,9%. *Qual é a região que apresenta a taxa mais alta de participação?* Olhando o gráfico, eles deverão apontar a Região Metropolitana de São Paulo, com 63%, ou seja, em cada 100 pessoas, 63 estavam trabalhando ou procurando emprego. *E qual é a região com a menor taxa?* É a região de Registro, com apenas 48,9%, ou seja, um pouco mais da metade da população não trabalhou ou procurou emprego no ano de 2006. Explique o significado disso: trata-se de uma região que oferece poucas oportunidades de trabalho e, como consequência, temos a alta taxa de pessoas à margem do mercado de trabalho.

Dirija o olhar dos alunos para as colunas azuis e pergunte: *Quais são as regiões que apresentam a taxa mais alta e a mais baixa*

O desemprego afeta com intensidade diferenciada os diversos segmentos populacionais. De modo geral, seu patamar é mais elevado entre crianças e adolescentes de 10 a 17 anos (43,9%) e jovens de 18 a 24 anos (24,9%). Coerentemente com essa condição, os maiores taxas também se observam entre os que não concluíram o Ensino Médio (20,5%) e os que ocupavam a posição de filhos no domicílio (24,3%). Tal quadro não apresenta diferenças regionais relevantes.

FUNDAÇÃO SEADE. *Pesquisa de Condição de Vida – Mercado de Trabalho, 2006*, p. 12. Disponível em: <[http://www.seade.gov.br/producao/psv/pdf/publicacao\\_completa\\_pesv\\_2006.pdf](http://www.seade.gov.br/producao/psv/pdf/publicacao_completa_pesv_2006.pdf)>. Acesso em: 3 dez. 2013.

Esse texto introduz uma nova questão: a de que o desemprego atinge muito mais os jovens do que os adultos. O objetivo dessa discussão é permitir que os alunos possam refletir a respeito da condição do jovem trabalhador, com base no princípio do estratificação. Mostre que, entre os jovens de 18 a

de desemprego? A resposta dos alunos deve indicar, com as menores taxas, a região de Campinas, seja a metropolitana, seja a administrativa, e a do Aglomerado Central-Norte, com pouco mais de 11% de desempregados. É importante destacar para os alunos que essas são regiões com uma concentração significativa de indústrias, como as do setor metalúrgico em Campinas e região e a de calçados em Franca. As regiões administrativas de Registro e de São José dos Campos mostram as maiores taxas de desemprego: 20,7% e 19,5%, respectivamente. Confira-se, portanto, que a região de Registro é a que apresenta as piores condições em termos do mercado de trabalho. Há ainda no gráfico um dado que merece destaque: apesar de a Região Metropolitana de São Paulo ter uma alta taxa de pessoas com participação no mercado de trabalho, ela também mostra uma alta porcentagem de desempregados, 16,8%.

#### Jovem e trabalho

Para prosseguir na discussão, leia com os alunos o trecho a seguir, também disponível no Caderno do Aluno, na seção Leitura e análise de texto:



24 anos, a taxa de desemprego, de 24,9%, é maior do que a taxa mais alta encontrada, que foi a da Região Administrativa de Registro, de 20,7%, e que, entre os adolescentes, é mais do que o dobro. No texto, há ainda outro aspecto que merece destaque: o desemprego é mais alto entre aqueles que não con-

cluíram o Ensino Médio. Ou seja, podemos apontar uma conclusão importante: o desemprego atinge diferentemente as pessoas, conforme a idade e o nível de escolaridade. Há, no Caderno do Aluno, uma atividade em que o aluno deve comparar as porcentagens de desemprego para os adolescentes e para os

jovens com as taxas de desemprego nas regiões do Estado de São Paulo.



Para aprofundar mais essa discussão, utilize o texto a seguir, também disponível no Caderno do Aluno, na seção Leitura e análise de texto.

Ipca: jovens são 46,6% de desempregados no País

SAO PAULO – Cerca da metade do total de desempregados no Brasil tem entre 15 e 24 anos, segundo pesquisa divulgada hoje pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), vinculado ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. De acordo com o estudo, a proporção entre o número de jovens desempregados e o total de pessoas sem emprego no País era de 46,6% em 2005, a maior taxa entre os dez países pesquisados. No mesmo período, no México, essa proporção era de 40,4%; na Argentina, de 39,6%; no Reino Unido, de 38,6%; e, nos Estados Unidos, de 33,2%.

Segundo o Ipea, o problema do desemprego tende a ser mais acentuado entre os jovens do que no restante da população em todo o mundo e o crescimento do desemprego entre os jovens reflete a expansão geral do problema em todas as faixas etárias. Entretanto, o instituto avalia que não há tendência de aproximação entre as taxas de desemprego de jovens e adultos. “Ao contrário, a taxa de desemprego dos jovens cresce proporcionalmente mais”, destaca o documento.

O desemprego entre os jovens brasileiros de 15 a 24 anos é 3,5 vezes maior que entre os adultos com mais de 24 anos. O índice vem aumentando, uma vez que em 1995 era de 2,9 vezes e em 1990, 2,8. A pesquisa mostra que, em 2006, a taxa de desemprego era de 5% entre os adultos de 30 a 59 anos, de 22,6% entre os jovens de 15 a 17 anos, de 16,7% entre 18 e 24 anos, e de 9,5% entre 25 e 29 anos.

O Ipea atribui esse fenômeno à maior rotatividade entre os trabalhadores jovens do que entre os adultos, o que implica uma taxa de desemprego maior. O instituto resalta que parte dessa rotatividade não é necessariamente problemática, já que está mais relacionada às decisões do jovem e ao processo de “experimentação” em várias ocupações.

Entretanto, esta questão também é explicada pelo lado da demanda, uma vez que os postos de trabalho ocupados por pessoas de baixa qualificação e experiência são, em geral, os piores em termos de remuneração e condições de trabalho, além de terem os menores custos de demissão e contratação. Nesse contexto, os jovens encontram disponíveis apenas ocupações precárias e de curta duração, destaca o Ipea.

#### Escolaridade

A pesquisa chama atenção também para a desigualdade escolar. De acordo com o estudo, cerca de 34% dos jovens entre 15 e 17 anos ainda estão no Ensino Fundamental, enquanto apenas 12,7% dos jovens de 18 e 24 anos frequentam o Ensino Superior. “Em suma, com o aumento da idade diminui a frequência de jovens à educação escolar”, aponta o estudo.

Por outro lado, a proporção de jovens fora da escola é crescente conforme a faixa etária: 17% entre os com idade de 15 a 17 anos; 66% entre 18 e 24 anos e 83% entre 25 e 29 anos, sendo que muitos deles não chegaram a concluir o Ensino Fundamental.

Outro ponto destacado pelo estudo é o grau de analfabetismo no Brasil. A taxa de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler nem escrever um bilhete simples ainda se mantém acima de 10% em 2006. “É uma taxa bastante elevada, sobretudo quando comparada às de outros países do próximo continente sul-americano, como Uruguai, Argentina e Chile, cujas taxas variam entre 2% e 4%”, aponta o documento.

De acordo com o estudo, o analfabetismo entre jovens de 15 a 24 anos tornou-se um “problema residual” nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País, onde as taxas giram em torno de 1%. Já no Nordeste, o problema é maior, já que a região ainda registra taxa de 5,3% de analfabetismo para os jovens entre 15 e 24 anos e de 11,6% para a faixa etária de 25 a 29 anos.

#### Representatividade

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), havia em 2006 no País 31,1 milhões de pessoas com idade entre 15 e 29 anos, o que correspondia a 27,4% da população total. O número é 48,5% maior do que o de 1980, quando havia no País 34,4 milhões de jovens.

RUIHMAN, Carolina. *Ipca: jovens são 46,6% de desempregados no País, O Estado de S. Paulo*, 30 maio 2008. Disponível em: <[http://www.estado.com.br/economia/col\\_0001752983\\_0.html](http://www.estado.com.br/economia/col_0001752983_0.html)>. Acesso em: 3 dez. 2013.

No Caderno do Aluno, há uma atividade sobre o texto. Você pode solicitar que respondam às questões que estão presentes ali, a partir de sua explicação.

A nossa sugestão é que você comece a discussão pela constatação do problema: *muito mais jovens do que adultos estão desempregados*.

No Brasil eles representam quase metade do total de desempregados (46,6%).

Vermos adiante que esse *não é apenas um problema do Brasil*.

Provavelmente, os alunos terão ficado surpresos com o fato de que o desemprego entre os jovens não é apenas maior do que entre os adultos, mas equívale a várias vezes o desemprego entre os adultos com mais de 24 anos. Caso não tenham percebido isso, é importante destacar essa informação.

*Seria que esse é um problema que se refere só ao ano de 2005? Ou é um problema que sistematicamente tem aparecido em pesquisas que medem a taxa de desempregados?*

Esse não é um problema só do ano de 2005. Podemos observar, pelos dados, que o índice de desempregados entre os jovens só subiu: em 1990 (há mais de 20 anos), o desemprego entre os jovens era 2,8 vezes maior do que o desemprego entre os adultos e, ao longo dos anos, a situação só piorou.

Em 1995, a taxa de desemprego entre os jovens já era 2,9 vezes maior do que entre os adultos. Em 2000, era três vezes maior, até que, em 2005, passou a ser 3,5 vezes maior. Ou seja, com o passar do tempo, o problema só aumentou.

Além disso, verifique entre os alunos se eles acham que o fenômeno do desemprego entre os jovens ocorre apenas no Brasil. Ressalte que, em uma pesquisa realizada em dez países, o nosso país foi o que apresentou a proporção mais alta de jovens desempregados com relação ao total de pessoas sem emprego (46,6%), em 2005. Contudo, nos demais países, a situação não é muito melhor. Ou seja, o problema não ocorre só no Brasil.

Outra evidência apontada é a de que, além de o desemprego entre os jovens ser maior do que entre adultos, as taxas de desemprego dessa parte da população aumentam de forma muito

Faixa Etária	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 59 anos
Taxa de Desemprego	22,6%	16,7%	9,5%	5,0%

Discuta com os alunos os fatores apontados pelo Ipca para explicar a maior taxa de desempregados entre os jovens:

- ▶ a questão da rotatividade entre os jovens, ou seja, que eles tendem a mudar mais de emprego, pois estariam “experimentando” ocupações. Os jovens não sabem ainda o que querem e mudam mais facilmente de emprego do que a população mais velha.
- ▶ a baixa qualificação do jovem e o tipo de posto que ocupa. Como possui, de maneira geral, baixa qualificação e pouca experiência, o jovem ocupa os piores postos em termos de remuneração e condições de trabalho, além de proporcionar a empresa os menores custos de demissão e contratação. Como a qualificação exigida para o posto é baixa, ele é mal remunerado, e, assim, é mais fácil, do ponto de vista econômico, a sua contratação ou demissão. Por isso, eles conseguem ocupações mais precárias e de curta duração.

▶ a questão da escolaridade. Ao tratar dessa questão, logo após a afirmação de que os jovens têm uma baixa qualificação, o artigo indiretamente relaciona o problema do desemprego à escolaridade. Afinal, a grande defasagem escolar diminui a chance de os jovens conseguirem empregos melhores e mais bem remunerados, pois não possuem qualificação para tanto.

A pesquisa chama a atenção também para a defasagem escolar. De acordo com o estudo, cerca de 34% dos jovens entre 15 e 17 anos ainda estão no Ensino Fundamental,

mais rápida do que nos demais faixas de idade. Veja abaixo como era a situação em 2006, de acordo com dados retirados do artigo “Ipca: jovens são 46,6% de desempregados no País”.

enquanto apenas 12,7% dos jovens de 18 a 24 anos frequentam o Ensino Superior.

Deve-se destacar também a crescente proporção de jovens fora da escola, conforme a faixa etária: 17% entre os com idade de 15 a 17 anos; 66% entre 18 e 24 anos; e 83% entre 25 e 29 anos, dos quais boa parte não chegou a completar o Ensino Fundamental. Além disso, o artigo também aponta a elevada taxa de analfabetismo no país, representada pela dificuldade entre as pessoas maiores de 15 anos de escrever ou ler um bilhete simples.

E hoje, será que isso mudou? Estudos apontam que a taxa de desemprego entre os mais jovens ainda é muito maior do que aquela encontrada entre adultos. Para mais informações, sugerimos a consulta ao *site* do IBGE (disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad-continua/analise07\\_shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad-continua/analise07_shtm)>. Acesso em: 21 fev. 2014).

Para encerrar essa discussão, peça que os alunos observem o gráfico no Caderno do Aluno, na seção *Leitura e análise de texto e gráfico*, e respondam às questões referentes a ele. O gráfico apresenta as taxas de desemprego segundo dois tipos:

▶ Desemprego aberto: pessoas que procuram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias

- ▶ Desemprego oculto:
  - ▶ Oculto pelo desleixo: pessoas que não possuem trabalho nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desistirem do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.
  - ▶ Oculto pelo trabalho precário: pessoas

### Taxas de desemprego, segundo tipo Região Metropolitana de São Paulo – 2003-2012 (em %)

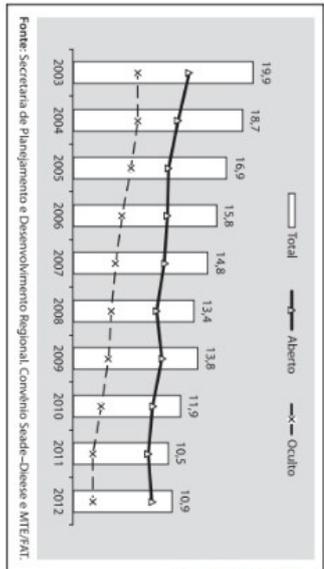


Figura 6 – Fonte de dados: SEADE, DIEESE, MTE/FAT, PED – *Perfil de Emprego e Desemprego*. Boletim anual, São Paulo, 2012, p. 2. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produto/emp/pep/pem/985estat/aberto/2ped\_anual\_2012.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2013.

Solicite aos alunos que observem as taxas totais de desemprego entre os anos de 2003 e 2012 na Região Metropolitana de São Paulo\* e respondam:

1. Em quais anos houve tendência de queda em relação ao ano anterior?

2. Em quais anos houve tendência de aumento do desemprego em relação ao ano anterior?

3. De modo geral, o que podemos concluir em relação à situação do desemprego analisada no período de 2003 a 2012 na Região Metropolitana de São Paulo?

31

que realizaram trabalhos precários – algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação (“bicos”) – ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado nesse período, fizeram-no sem êxito até 12 meses antes.

que realizaram trabalhos precários – algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação (“bicos”) – ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado nesse período, fizeram-no sem êxito até 12 meses antes.

**Jovem 2:** “Escuta bem, muita gente aí vira marginal por causa desse motivo. Tem uma família, os filhos não passando fome, atordado, ele mete a mão na máquina e vai”.

**Jovem 1:** “Eu acho que a mãe tem que ensinar os filhos como a minha mãe me ensinou. Minha mãe nunca me ensinou a roubar. Eu não roubo. Não vou dizer que nunca passei necessidade, já passei necessidade, mas nunca cheguei a isso de meter a mão”.

**Jovem 4:** “Todos os pobres têm um momento na sua vida que aperta de lá, aperta de cá, mas se tiver cabeça fresca, vai em frente... Tive dia lá em casa de ter angu e dar pras crianças: ‘Ah, eu não como angu!’ Que tu não come angu”. E na hora batia aquele prato de angu. Não é isso, compadre. Meu pai desempregado, minha mãe desempregada. Agora, minha mãe trabalha em três serviços, meu pai trabalha de segunda a segunda, pode-se dizer. Meu irmão trabalha em obra, não tenho vergonha de dizer, não. Mas vale ele lá na obra que tá de revolver na mão, ganhando parte dos outros do pobre cotiado...”

ZALUAR, Albu. *A marginal e o revólver*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 121.

Verifique se os alunos conseguem compreender o que o gráfico expressa. Em primeiro lugar, eles precisam entender as taxas totais de desemprego no período de 2003 a 2012 na Região Metropolitana de São Paulo. Ali, vemos que houve uma queda acentuada entre o início e o fim do período analisado (de 19,9% para 10,9%), com um leve crescimento em 2009 (0,4% a mais em relação ao ano anterior) e em 2012 (crescimento de 0,4% no desemprego em relação a 2011). De todo modo, na análise de conjunto, é possível afirmar que a taxa de desemprego na Região Metropolitana de São Paulo diminuiu

em praticamente 50% em 10 anos. No que tange aos tipos de desemprego, aberto e oculto, é possível observar que a maior queda está no tipo oculto, que praticamente seguiu a tendência das taxas de desemprego total, estagnando entre 2011 e 2012.

Peça aos alunos que leiam o trecho a seguir e escrevam um texto com comentários sobre o significado desse diálogo entre três jovens. Esta atividade está indicada no Caderno do Aluno como Légo de casa.

### Etapa 2 – Transformações no mundo do trabalho

Inicie esta etapa propondo aos alunos as seguintes questões: *Diante dos dados apresentados nas aulas anteriores, como é possível explicar por que as pessoas ficam desempregadas? Quais seriam as causas do desemprego?* Retome a pesquisa sobre desemprego solicitada no começo desta Situação de Aprendizagem. Peça a cada grupo que exponha as respostas que obteve. Analise com a turma esse material de acordo com a proposta do Caderno do Aluno, separando os entrevistados segundo

a faixa etária (10 a 17 anos; 18 a 24 anos; 25 a 29 anos; 30 a 39 anos; 40 a 49 anos; 50 a 59 anos; 60 anos ou mais) e o sexo. Procure verificar com eles se existem diferenças ou semelhanças entre as respostas, de acordo com as características de idade e de sexo. Explore ao máximo os resultados dessa pequena pesquisa, especialmente as respostas dadas pelos entrevistados à pergunta: “Por que as pessoas ficam desempregadas?” Apesar de marcadas pelas experiências individuais, essas explicações podem indicar algumas causas do desemprego, como a falta de qualificação, a baixa escolaridade, a falta de oportunidades ou de

32

sorte. Mas pode ser que se refiram também às transformações do mundo do trabalho, ou seja, à redução do número de empregos em decorrência dos processos de automação, a concorrência entre as empresas pelo aumento da produtividade, às mudanças nos processos de trabalho etc.



Para finalizar a discussão, há, na seção Leção de casa do Caderno do Aluno, o seguinte exercício:

Escreva um comentário sobre as diferenças e semelhanças analisadas nas respostas das pessoas entrevistadas por você e por seus colegas, de acordo com a faixa etária e o sexo.



O texto a seguir o ajudará a iniciar a discussão sobre as transformações no mundo do trabalho. Você pode realizar uma leitura individual, compartilhada ou comentada. O texto, bem como as atividades que o seguem, estão dispostos na seção Leitura e análise de texto.

Ao lado do término da escolaridade formal e da constituição de uma nova família, o ingresso no mercado de trabalho constituía-se tradicionalmente como um marco importante da transição dos jovens para a vida adulta. E, para boa parte dos jovens dos chamados países desenvolvidos, esse ingresso ocorria apenas após o término da educação formal. No Brasil, esta realidade nunca foi predominante para a maioria dos jovens, sendo mais evidentes o início da vida adulta antes mesmo da conclusão da escolaridade e a combinação entre trabalho e estudo. Mas, tanto nos países desenvolvidos quanto aqui, muitos estudos passaram a reconhecer a diversificação e complexidade dos caminhos das jovens gerações em direção à vida adulta. Nesse processo, as transformações na instituição escolar e no mundo do trabalho têm um lugar importante, parecendo significativo aprofundar a observação dos percursos juvenis nas duas esferas.

Primeiramente, considerando o mundo do trabalho, ainda se encontra em curso um intenso processo de crise e transformação que, há pelo menos mais de 30 anos, vem atingindo de modo diferenciado as mais diversas regiões, setores e perfis dos trabalhadores.

A partir dos anos 1970, nos países desenvolvidos, e do final dos anos 1980, no Brasil, os mercados de trabalho tornaram-se cada vez mais heterogêneos e fragmentados, observando-se um grupo de trabalhadores com alta qualificação, atividades em período integral e direitos trabalhistas assegurados convivendo ao lado de uma grande massa de trabalhadores pouco qualificados, ocupando postos de trabalho precários, mal remunerados, muitas vezes sem quaisquer direitos trabalhistas, e junto ainda a um número cada vez maior de desempregados. Sendo assim, as transformações no mundo do trabalho e o aumento dos ganhos de produtividade não significam aumento do nível de emprego, tornando o desemprego um problema estrutural no cenário global. O período mais recente mostra um contexto de maior crescimento da atividade econômica e das oportunidades de empregos e ocupações que, embora ainda insuficientes, podem ser indicadores de relevantes mudanças socioeconômicas em curso.

CORROCIANO, Maria Carla. *Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Ação Educativa, Instituto Ita, 2006, p. 9.

Após a leitura, peça aos alunos que respondam às seguintes questões:

1. Segundo o texto, quais marcos costumam indicar a passagem da juventude para a idade adulta? Ela ocorre da mesma forma em todos os lugares?
2. Tendo em vista o que se observa entre os seus amigos, vizinhos ou parentes, você acha que esse caminho apontado no texto é o mesmo que os jovens percorrem hoje em dia?
3. Quais mudanças no mercado de trabalho são destacadas no texto?

O texto traz dois conjuntos de questões que você pode discutir com os alunos:

► Em primeiro lugar, a referência à passagem da juventude à idade adulta, que tem como marcos a conclusão do Ensino Médio ou Superior, o ingresso no mercado de trabalho e a constituição de uma nova família. No caso do Brasil, essa pas-

sagem nunca ocorreu de forma tão linear, mas, sim, com constantes rupturas, seja com relação à frequência à escola, seja com relação ao ingresso e à permanência no mercado de trabalho. Os jovens, na maioria das vezes, conciliam escola e trabalho ou abandonam a escola para dedicar-se ao trabalho. Esse quadro tem se tornado mais complexo com as mudanças no mundo do trabalho.

► Essas mudanças, que no Brasil se iniciaram no final dos anos 1980, provocaram alterações no mercado de trabalho, diversificando-o e colocando novas exigências para os trabalhadores. Até pouco tempo, acreditava-se que o progresso tecnológico levaria ao progresso social. Entretanto, estudos realizados demonstram que a riqueza de alguns países capitalistas não para de aumentar, mas, ao mesmo tempo, aumentam as taxas de desemprego e o número de excluídos do mercado de trabalho. O crescimento econômico ocorre, portanto, acompanhado pela redução dos postos de trabalho, ou seja, ele não leva

#### Introdução de inovações tecnológicas e o trabalho



© Charles O'Beare/Corbis/Latinstock

Figura 7 – Robôs trabalhando em linha automatizada de montagem de automóveis.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho são resultado, principalmente, da automação ou introdução de inovações tecnológicas. Esses máquinas modernas que revolucionaram os modos de se comunicar, se relacionar e trabalhar, por um lado, facilitaram a vida das pessoas, e, por outro, quando aplicadas ao processo de trabalho, implicaram a utilização cada vez menor de mão de obra para obter cada vez mais bens e serviços. Hoje, é possível produzir mais riqueza com um número menor de trabalhadores. A grande indústria moderna é o ápice do processo de substituição do homem pela máquina, discutido por Karl Marx.

ao *pleno emprego* (situação na qual praticamente todos os que querem trabalhar conseguem arranjar emprego). As transformações no mundo do trabalho tiveram consequências para o exercício do trabalho, exigindo do trabalhador um ajuste às novas condições. Se, por um lado, exigem-se novas qualificações e maior escolaridade, por outro, são criadas formas degradadas ou precárias de trabalho. Logo, as transformações no mundo do trabalho são extremamente *contraditórias*. De um lado, qualificam-se alguns ramos de atividade e, de outro, ocorre uma desqualificação de certos setores ou a sua precarização.

### Etapa 3 – O sistema taylorista-fordista de produção e a acumulação flexível

Durante o processo de desenvolvimento da indústria, houve o esforço de introduzir mudanças no processo de produção e na organização do trabalho. O objetivo era aumentar a produtividade do trabalho, ou seja, fazer com que o trabalhador produzisse mais em menor tempo. Apresente aos alunos o sistema taylorista-fordista, que predominou em grande parte do século XX. Depois disso, com base em suas explicações, você pode pedir aos alunos que preencham a atividade sobre o tema, no Caderno do Aluno.



© Bettman/Corbis/Latinstock

Figura 8 – Frederick W. Taylor, 1856-1915.

**Taylorismo:** por taylorismo, entendemos as modificações introduzidas por Frederick W. Taylor no modo de produzir, no final do século XIX, sustentadas essencialmente por um estudo de tempos e movimentos. O objetivo era controlar e determinar os métodos de trabalho, selecionando os trabalhadores e as ferramentas mais adequadas para o trabalho a ser realizado.



© Library of Congress/PL/Latinstock

Figura 9 – Henry Ford, 1863-1947.

**Fordismo:** o fordismo tem como principal elemento a introdução, por Henry Ford, em 1913, da linha de montagem com esteira na produção de automóveis. No entanto, mais do que inovação tecnológica, o fordismo se caracteriza por ser um sistema com uma ampla divisão do trabalho, produção em massa de bens padronizados, sindicatos reativamente formados e aumentos reais de salários.



Figura 10 – Ford modelo T, 1915.

© Car Culture/Corbis/Latinstock



© Roy Experi S.A.S

Figura 11 – Charles Chaplin em cena do filme *Tempos modernos*, de 1936, em que faz a crítica do fordismo e da linha de produção, entre outros.

A junção do controle de tempo com a esteira na linha de produção recebeu o nome de taylorismo-fordismo. Esse foi o sistema de produção predominante até a década de 1960. Ele se caracteriza pela produção em massa e altamente homogeneizada, pela utilização do trabalho parcelar e pelo operário visto como um apêndice da máquina, executando atividade repetitiva. Tal sistema conseguiu reduzir o tempo de produção e aumentar o ritmo. Era a mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista. A dimensão intelectual do trabalho ficava a cargo de bem poucos, pois usava-se uma grande massa de trabalhadores pouco ou semqualificados.

novas formas de produção e de organização do trabalho.

Essa não é uma discussão fácil, mas procure mostrar aos alunos as principais características de uma nova ordenação social e política definida com base em um novo modo de produzir, denominado por David Harvey de “regime de acumulação flexível”. Trata-se agora de um novo momento em que tudo deve se tornar mais flexível – o trabalhador, as relações de trabalho, os direitos trabalhistas, os horários do trabalho, os salários etc.

Utilize o texto a seguir, também disponível no Caderno do Aluno, na seção *Leitura e análise de texto*, para a sua exposição.

O regime de acumulação flexível é caracterizado por uma intensa racionalização, com a introdução da microeletrônica e, principalmente, pela flexibilidade de tudo que se refere à produção, ou seja, mercados de trabalho, processos de trabalho, produtos e padrões de consumo. Define-se um novo padrão para a produção, alterando não só as condições técnicas em que o trabalho é realizado, mas também os padrões de relacionamento dos trabalhadores entre si, as suas formas de organização, mobilização e reivindicação. Novos termos passam a ser usados para explicar o que está

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

acontecendo. Fala-se hoje em um processo de produção “enxuto”, em que os desperdícios de materiais e mão de obra, irracionalidades e grandes estoques devem ser evitados; o trabalhador agora não é mais especializado, é **polivalente**, ou seja, realiza mais de uma tarefa, operando mais de uma máquina; o trabalhador não fica mais fixo a um posto de trabalho na linha de produção, mas trabalha em grupos ou equipes; o trabalhador não é mais visto como mero executor das determinações vindas da gerência, mas espera-se que ele **participe** das decisões, fornecendo sugestões para melhorar a produção e aumentar a produtividade. Diminui, assim, a distância entre os gerentes e os trabalhadores, referidos como **parceiros** envolvidos nos interesses comuns de aumento da produtividade e da qualidade do produto. Diante de todas essas mudanças, o trabalhador tem, de um lado, as suas antigas habilidades destruídas, mas, de outro, enfrenta a necessidade de reconstruir habilidades e se requalificar para o trabalho nessas novas condições, ampliando a sua escolaridade e formação profissional. Como se vê, os novos processos de trabalho, aliados à introdução de novas tecnologias, mudaram não só o modo de trabalhar, mas provocaram alterações na exigência de qualificação dos trabalhadores, nas condições de trabalho, nas relações existentes no local de trabalho.

Uma das principais consequências da flexibilização na produção diz respeito ao mercado de trabalho, com a imposição de regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. O trabalhador com emprego regular, diante do risco da demissão, submete-se às exigências específicas de cada empresa, o que pode significar: baixos salários, longas jornadas de trabalho com o aumento das horas extras, intensificação do ritmo do trabalho.

Mas, além dessas consequências para aqueles que tem um emprego, ocorre aumento do trabalho em tempo parcial, do trabalho por tempo determinado ou temporário, do trabalho em domicílio ou do trabalho autônomo. As formas estáveis de trabalho estão sendo substituídas pelas formas **precarias**, geralmente acompanhadas por uma redução nos salários, sem garantias ou benefícios sociais e em condições inferiores quanto à segurança e às instalações.

Elaborado especialmente para o São Paulo faz escola.

As questões do Caderno do Aluno podem ser usadas para análise dos pontos mais importantes do texto:

1. O que é o “regime de acumulação flexível”?
2. Quais são as principais mudanças nas exigências para o trabalhador?
3. Quais são as consequências da flexibilização da produção apontadas no texto?

O objetivo dessa discussão é fazer com que os alunos tomem consciência das mudanças que vão ocorrendo no mundo do trabalho e que não só transformam o modo de trabalhar, mas fazem surgir novas formas de contrato, como o trabalho temporário, que

dura algumas semanas ou meses do ano, ou o trabalho em tempo parcial, em que o trabalho é exercido por algumas horas no dia ou na semana. Quando regidas por contrato regido em carteira de trabalho, essas formas podem garantir alguns dos direitos trabalhistas. Contudo, a precariedade se dá pela incerteza quanto ao futuro e a construção de uma carreira no mercado de trabalho. Temos ainda o retorno de algumas formas de trabalho:

em domicílio, o autoconsumo ou autoconsumo, que o desenvolvimento do capitalismo levava a acreditar que seriam ultrapassadas. Elas são, normalmente, muito mais precárias do que o trabalho com carteira assinada em tempo integral, pois são acompanhadas de redução de garantias de benefícios e, principalmente, de salário.

Da mesma forma, é importante destacar para os alunos as exigências dirigidas aos trabalhadores, não só quanto à finalização da escola básica, mas também quanto ao aumento de escolaridade, com a sucessão de diferentes cursos que permitam ao trabalhador se qualificar. Ao lado disso, espera-se que o trabalhador altere o seu relacionamento com a empresa, mostrando-se interessado e comprometendo-se com o desempenho e os resultados.

Os sinais de que a crise econômica resultante da especulação financeira está chegando aqui nos vêm através do desemprego anunciado, uma relativa novidade no funcionamento do mercado de trabalho. Relativa novidade se comparada com o modo como, há meio século, o desemprego alcançava os trabalhadores. Ontem, havia uma cultura do trabalho, de que a perda do emprego, e não propriamente o desemprego, era um capítulo menor. O trabalhador chegava à empresa de manhã cedo e não encontrava na carteira o seu cartão de ponto. Ficava amarelo, pois já sabia que ia receber o bilhete azul, a demissão. Ser demitido era um drama, pois era como receber uma marca depreciativa na biografia profissional, demissão que tinha que ser explicada ao novo potencial empregador. O desemprego aparecia como questão pessoal e não como questão social, que é o que ocorre hoje.

Terminado o período de euforia econômica dos anos 1970, disseminou-se o desemprego como estado permanente e problema social, como novo conceito no lugar do mero conceito de desempregado, os custos das oscilações da economia transferidos para os trabalhadores bem como a responsabilidade pelo problema. No fundo, a nova mentalidade laboral diz a todos que o trabalhador é o responsável pela falta de trabalho. O desempregado individual passou a ser a vítima do desemprego social, cabendo-lhe definir as estratégias para superar ou contornar essa interiorização de um problema coletivo, que não causou. Hoje, um número extenso de famílias da classe trabalhadora e da classe média já experimentou ou tem experimentado continuamente a presença de ao menos um membro desempregado, subempregado, empregado precariamente ou à procura de emprego.

De fato, o desemprego secundariza as pessoas, não só o desempregado, e dissemina a cultura dessa secundarização, que é uma cultura de medo, incerteza e conformismo. Mesmo que a perda do emprego não se confirme para a maioria, a cultura do desemprego anunciado chega a todos. Uma cultura que afeta todas as instituições, da família à religião, muda padrões de comportamento, reforça a dependência material de uns em relação aos outros, fragiliza a coesão social, promove o descrédito dos valores de referência da conduta de cada um e de todos.

MARTINS, José de Souza. A cultura do desemprego anunciado. *O Estado de S. Paulo*, Caderno Ática, 1<sup>o</sup> fev. 2000, p. 13. Disponível em: <<http://www.estadodo.com.br/noticias/imprensa/cultura-do-desemprego-anunciado.html>>. Acesso em: 3 dez. 2013.

## Avaliação da Situação de Aprendizagem



Para a avaliação desta Situação de Aprendizagem, você pode pedir aos alunos que escrevam um texto dissertativo com base em suas explicações e no texto a seguir, disponível na seção Você aprendeu? do Caderno do Aluno. Sugira que consultem dicionários para buscar o significado das palavras que não tenham compreendido.

## ANEXO IV – A CIGARRA E AS FORMIGAS

Na estação do inverno, as formigas secavam o trigo molhado. E a cigarra, es-fomeada, lhes pediu comida. Mas as formigas lhe disseram: “Por que durante o verão você também não ficou juntando comida?”. E ela disse: “Não tinha tempo livre: cantava como as Musas”. E elas rindo disseram: “Ora se na es-tação do verão você flauteava, na do inverno dance!”. *A história mostra que em toda e qualquer atividade ninguém deve se descuidar, para não se afligir nem correr perigo* (ESOPO, 2017, p. 39.).

## ANEXO V – A trama da rede

### um

Essa é a trama da rede:  
o tecido das trocas que fabricam  
o pano de uma rede de dormir  
enreda o corpo do homem na tarefa  
de criar na máquina a rede com a mão.

A armadilha do trabalho em casa alheia  
engole o homem e enovela todo o corpo  
no fio no fuso na roda na teia  
do maquinário da manufatura  
que produz o seu produto: a rede  
e reduz o corpo-operário à produção.

### dois

No palco da oficina coletiva  
onde se cria a rede dormir  
as mãos espertas da mulher aprendem  
o bailado do labor da geometria  
que costura tece corta e fia.

A dança dos dedos ponteando o pano  
torna cativo o corpo da operária  
da máquina-rotina e da destreza  
que seguem regras da trama do fazer  
na varanda da rede a tessitura  
do ofício servil de sua costura.

### três

O corpo-bailarino que transforma  
a coisa bruta em objeto  
(a fibra em fio e o fio em pano)  
e o objeto na mercadoria  
(o pano pronto na rede e sua valia)  
transforma o corpo do homem operário

em outro puro objeto de trabalho  
pronta a fazer e refazer no fuso  
aquilo de que a fábrica faz sua riqueza  
de que, quem faz, não se apropria.

### quatro

Tece o fio a fina flor da vida  
do menino que trabalha na oficina.  
Do corpo do menino a quem domina  
uma rede que dentro dele habita.

### cinco

O tear comanda o corpo do operário:  
os pés a perna as mãos os braços  
os jogos ágeis do tronco e dorso  
e a atenção absoluta do olhar.

São os movimentos do esforço do artesão  
o que move o maquinário do tear,  
mas uma vez movido a corpo e dança  
ele impõe o ritmo ao corpo que o moveu.

Assim faz o homem triste o seu trabalho  
e é triste o seu canto – o seu cantar,  
porque não há motivo de cantos de alegria  
pra quem trabalha à força o seu tear.

### sete

Sob a trama do trabalho em tear alheio  
o corpo não possui seu próprio tempo  
e é inútil que lhe bata um coração.

O relógio interior do operário  
é o que existe na oficina, fora dele,  
de onde controla o tear e o tecelão.

## oito

De longe o dono zela por quem faz:  
pela força do homem que trabalha,  
não pela vida do trabalhador.  
Aqui não há lugar para o repouso  
ainda que o produto do trabalho  
seja uma rede de pano, de dormir  
e que comprada serve ao sono e ao amor.

## nove

Durante a flor da vida inteira  
fazendo a mesma coisa e refazendo  
uma operação simples de memória  
o operário condena o próprio corpo  
a ser tão automático e eficaz  
que domine o gesto que o destrói.

A reprodução contínua, diária, igual  
de um mesmo ato repetido e limitado  
todos os dias, sobre os mesmos passos,  
ensina ao artesão regras de maestria  
do trabalho que afinal então domina  
através de saber sua ciência  
com a sabedoria de um corpo massacrado.

## dez

Menina, menina  
amarrada ao fio do fuso  
da ponta da rede de algodão.  
Que sonhos, menina  
há escondidos  
entre as pontas do fio  
e o coração?

## onze

Quem fia e enfia?  
Quem carda e corta?  
Quem tece e trança?  
Quem toca e torce?  
A moça o menino.  
A velha o homem.  
Eles são, artistas,  
parte do trabalho coletivo  
que faz a trama da rede  
e a rede pronta:  
o objeto bonito do descanso  
que inventa a necessidade  
da servidão do trabalho

do corpo produtivo.

## doze

A dança ritmada desse corpo  
de bailarino-operário de um ofício  
de que o produto feito não é seu,  
cria o servo de quem lhe paga aos sábados  
para o que sobra da vida de trabalho  
do corpo de quem fez e não viveu.

O trabalho-pago, alheio e sempre o mesmo  
obrigando o operário bailarino  
à rotina de fazer sem possuir  
torna-o, artista, servo do ardil  
de entretecer pano e redes sem criar  
e recriar-se servo sem saber.

## treze

Não há música de dança na oficina  
e o bailado das mãos da operária  
obedece ao comando da orquestra  
de um maestro que existe no tear.  
As pessoas trabalham sem repouso  
e o corpo que se move move a roda  
que move o corpo que de novo move o fuso  
que semelha o que parece dança ao longe  
mas que de perto é só o esforço atento  
do bailado do homem preso ao passo  
do corpo produtivo a trabalhar.

## catorze

Não conhece descanso o corpo na oficina.  
Ele é parte das máquinas que move  
e que movidas não sabem mais parar.  
Os pés descalços prolongam pedais  
os braços são como alavancas  
e as mãos estendem pontas de um fio  
que existe no fuso e no tear.

O trabalho do corpo é o objeto  
que o homem vende ao dono todo o dia.  
O corpo-livre pertence ao maquinário  
que ao homem converte no operário  
de que retira o preço do sustento:  
a comida a cama a casa o agasalho,  
o que mantém vivo o corpo e o seu trabalho.

## quinze

era uma vez uma moça

tecedeira de arte fina  
que vivia não sei como  
que morava não sei onde  
que amava não sei quem.  
era uma moça triste  
de uma tristeza sem nome  
de uma saudade menina  
que não tinha coisa alguma  
que se chamava Ninguém.

#### **dezesseis**

É penoso o trabalho de quem tece  
amarrado às teia de uma empresa  
que encobre o afeto do ato primitivo  
de recriar como rede um fio de pano.  
No gesto do artesão há um pensamento:  
um desenho insistido de beleza,  
uma memória ancestral dos seus antigos  
onde repousam cores, sonhos, bichos,  
margaridas do campo, rios e montes  
da lembrança querida que ainda existe  
no tecido da trama dessas vidas.  
No espanto vivo de quem vive a meias  
sem olvidar o amor que há no viver.  
Uma afeição contida nessa gente  
que a oficina trabalha por prender.

#### **dezessete**

As rodas do maquinário da oficina  
silenciaram sua alma de menino.  
Mas a rede de pano que fabrica  
domina o pensar desse artesão  
e ele sonha com ela a noite inteira.

Fazer a rede enreda o corpo todo o dia  
de quase todo o tempo de viver  
na trama do trabalho da oficina  
que tece a vida do homem na rotina  
de fazer o fio o pano a rede  
que à noite abrigam o meio corpo  
do artesão cansado do trabalho  
de entretecer a vida nesse enredo.

A mesma vida a fio que enfim acaba  
e entre panos um dia entra em pane

e na passagem carrega, noite adentro,  
o resto do trabalho do homem morto.

#### **dezoito**

Longe a lua brilha o céu de Fortaleza  
e ilumina o tecido dos telhados.  
Dentro da casa a moça tece e fia  
a varanda da rede branca, branca  
como o luar da lua e sua beleza.  
Como o vazio do ofício e sua tristeza.

#### **dezenove**

Com as mãos de artista sobre o pano  
da rede que é tecida na oficina  
o menino ouvia dentro, ouvia a vida.  
Uma vida imensa, presa nos fundos  
dos recantos que dentro dele havia.

Uma terra de sons finos, festas e barulhos.  
a fina teia do assobio dos companheiros  
das memórias do menino aceso um dia  
e que a oficina esforça que ele esqueça,  
pra que sobre do menino e sua lembrança  
só o corpo que faz. E sua perícia.

#### **vinte**

As veias que a velha tem no rostos  
são veios da teia do trabalho  
de uma vida inteira.  
Uma história tecida e remendada  
nos panos do chão da oficina.  
De tanto esticar o fio de pano  
ela fez sulcos no corpo  
e fez as rugas que no rosto  
falam do triste fio de sua sina.

Ela tece em silêncio  
e no entanto  
que canções essa velha  
saberia cantar  
nesse canto onde cantam  
só a roca e o tear? (BRANDÃO, 1982. p. 48 –  
54).

## ANEXO VI – Tabela 3

Tabela 3 – Distribuição dos ocupados por posição na ocupação Região Metropolitana de São Paulo, 2007-2010 (em %)

Posição na ocupação	2007	2008	2009	2010
Total de assalariados do setor privado <sup>(1)</sup>	58,0	60,2	60,3	61,5
Com carteira assinada	45,0	47,0	48,7	50,3
Sem carteira assinada	13,0	13,2	11,6	11,2
Total de assalariados <sup>(2)</sup>	66,2	68,1	67,8	69,2
Autônomos	17,6	16,6	16,8	16,1
Empregador	3,8	3,7	3,5	3,6
Empregado doméstico	8,1	7,7	8,1	7,4
Empregado familiar sem remuneração salarial	0,9	0,8	0,8	0,7
Outras	3,4	3,1	2,9	3,1
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Não incluídos os empregados domésticos.

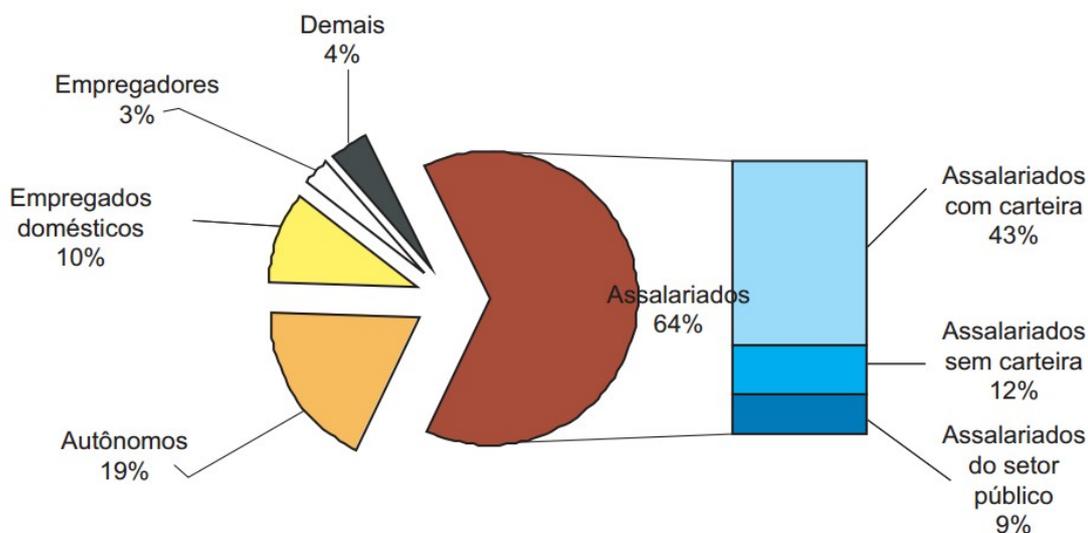
(2) Não incluídos os empregados domésticos. Inclui o setor público

Obs.: Médias anuais

Fonte de dados: DIEESE. **Anuário dos trabalhadores**: 2010/2011. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2011. p. 126.

## ANEXO VII – Gráfico 1

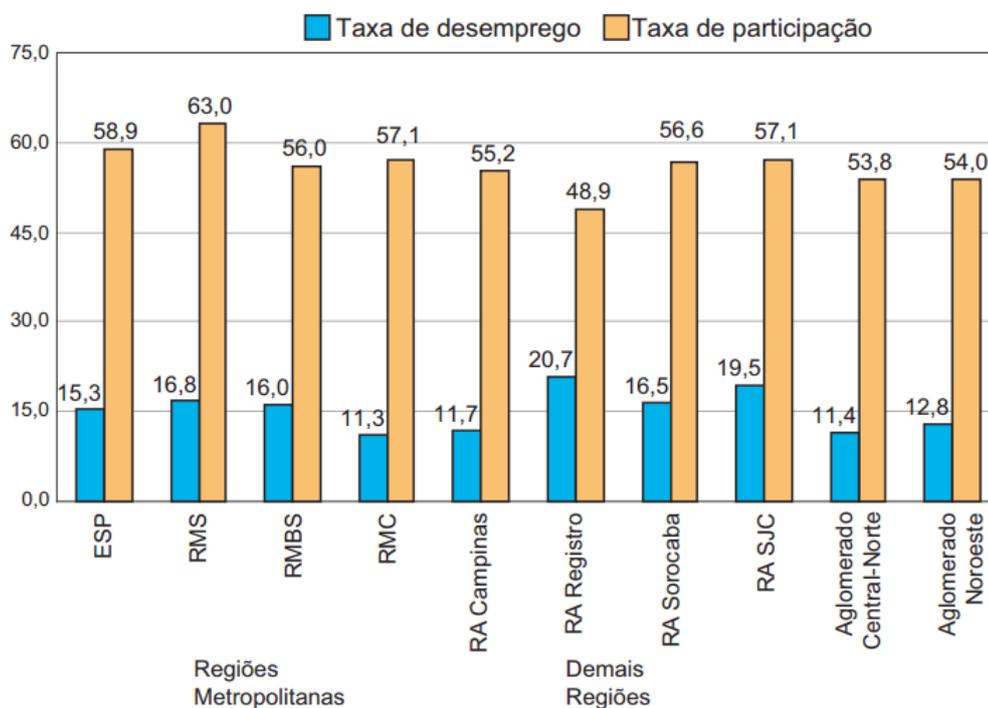
Gráfico 1 – Distribuição dos ocupados, segundo posição na ocupação Estado de São Paulo 2006



Fonte: CASA CIVIL; FUNDAÇÃO SEADE. **Pesquisa de Condições de Vida – PCV**. São Paulo, 2006. p. 2.

## ANEXO VIII – Gráfico 2

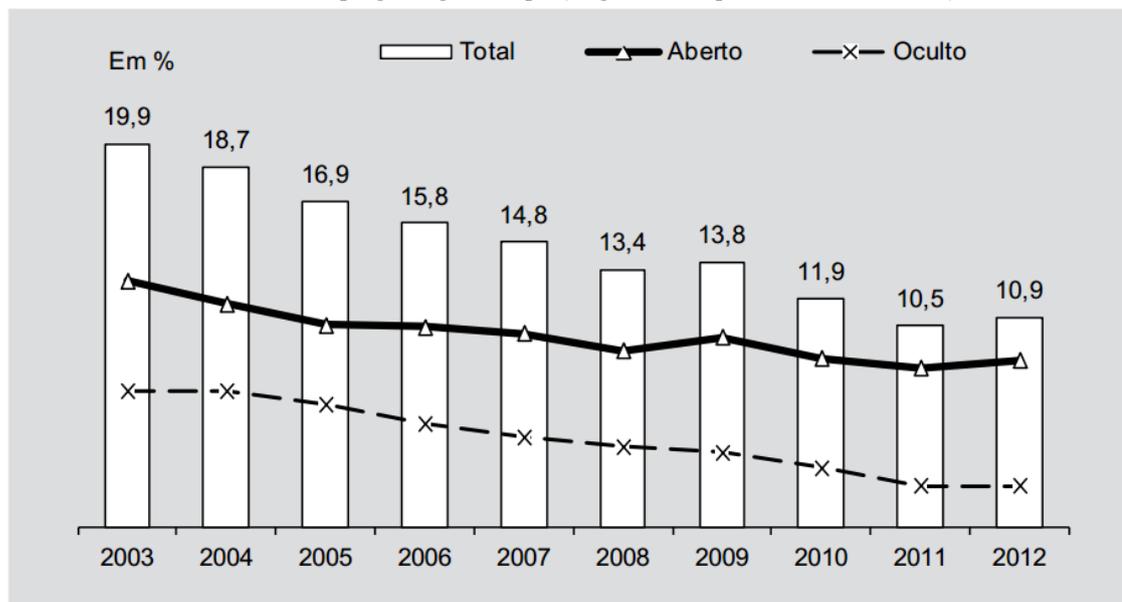
Gráfico 2 – Taxas de desemprego e de participação – Estado de São Paulo, 2006



Fonte: CASA CIVIL; FUNDAÇÃO SEADE. **Pesquisa de Condições de Vida** – PCV. São Paulo, 2006. p. 1.

## ANEXO IX – Gráfico 3

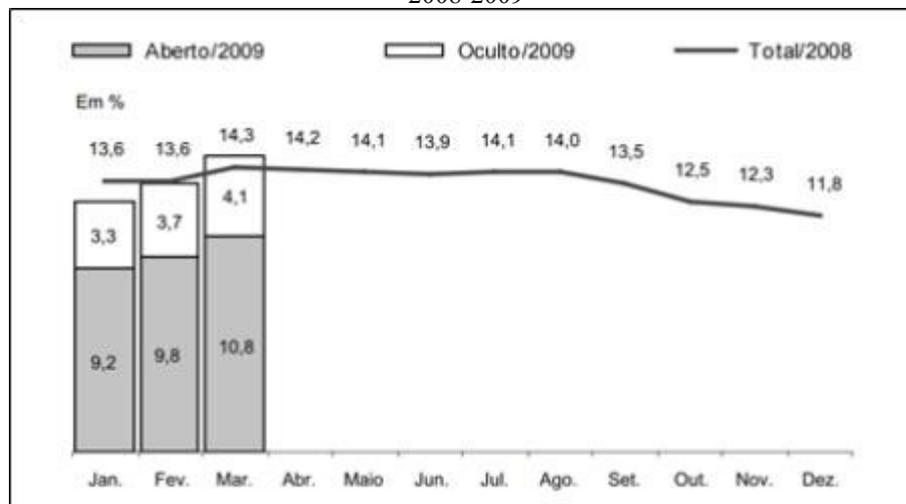
Gráfico 3 – Taxas de desemprego, segundo tipo (Região Metropolitana de São Paulo) – 2003-2012



Fonte: SEADE, DIEESE; MTE/FAT. PED – **Pesquisa de Emprego e Desemprego**. Boletim anual, São Paulo, 2012. p. 2.

## ANEXO X – Gráfico 4

Gráfico 4 – Taxas de Desemprego, por Tipo (Região Metropolitana de São Paulo) – 2008-2009



Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Dieese – **Pesquisa de Emprego e Desemprego** – Região Metropolitana de São Paulo – Divulgação nº 292, março 2009. p. 3.

## APÊNDICE

### Ensaio sobre os escritos históricos de Karl Marx: muito além do evolucionismo cultural do século XIX

É preciso ter em mente que Karl Marx não era apenas mais um cientista evolucionista da era vitoriana, tal como o vulgarismo intelectual (tanto o marxista quanto o não marxista), mal-intencionado ou não, costuma rotulá-lo. O equívoco com relação ao suposto evolucionismo no pensamento marxiano se torna perceptível somente a partir de uma investigação aprofundada sobre as últimas obras escritas por Marx, ou melhor, acerca da correspondência que ele estabeleceu em 1877 com a revista russa *Otechestvenye Zapiski* [Notas Patrióticas] e com a revolucionária russa Vera Ivanovna Zaslitch (1849 – 1919), nos primeiros meses de 1881 (antepenúltimo ano de sua vida). Com respeito à epístola de 1877, de acordo com Michel Lövy (2013), ela representa a resposta de Marx a um artigo de Nicolai Constantinovitch Michailovski, teórico do movimento *narodnik*<sup>30</sup>, no qual havia a afirmação de que o Livro I d’*O capital* de Marx constatava a necessidade de a comuna russa desenvolver, primeiramente, o capitalismo para, somente depois, alcançar o socialismo, tal como aconteceu na Europa e tal como inexoravelmente acontecerá em qualquer lugar do globo terrestre. Essa interpretação que Michailovski fez da análise histórica presente no Livro I d’*O capital* está impregnada de um evolucionismo etapista, tal como pode ser observado na seguinte resposta que Marx elaborou ao artigo do populista russo:

Ora, como o meu crítico aplicou esse esboço histórico à Rússia? Tão somente assim: se a Rússia tende a tornar-se uma nação capitalista a exemplo das nações da Europa ocidental [...] não será bem-sucedida sem ter transformado, de antemão, uma boa parte de seus camponeses em proletários; e, depois disso, uma vez levada ao âmago do regime capitalista, terá de suportar suas leis impiedosas como os demais povos profanos. [...] Ele ainda tem necessidade de metamorfosear totalmente o meu esquema histórico da gênese do capitalismo na Europa ocidental em uma teoria histórico-filosófica do curso geral fatalmente imposto a todos os povos, independentemente das circunstâncias históricas nas quais eles se encontrem, para acabar chegando à formação econômica que assegura, com o maior impulso possível das forças produtivas do trabalho social, o desenvolvimento mais integral possível da cada produtor individual (MARX, ENGELS, 2013, p. 68).

---

<sup>30</sup> Também chamados de populistas russos, cuja principal característica era a visão etapista e evolucionista do desenvolvimento histórico russo.

Apesar disso, Marx pede desculpas aos seus leitores pela leitura evolucionista que o populista russo faz de sua obra e evidencia que “o capítulo sobre a acumulação primitiva visa exclusivamente traçar a rota pela qual, na Europa ocidental, a ordem econômica capitalista saiu das entranhas da ordem econômica feudal” e, além disso, o fato desse “movimento histórico” – o qual divorciou “os produtores de seus meios de produção” e “converteu os primeiros em assalariados (proletários, no sentido moderno da palavra) e os detentores dos últimos em capitalistas” – ter apenas se desenvolvido “de um modo radical na Inglaterra”, embora também se mostre uma tendência “todos os outros países da Europa ocidental percorrem o mesmo processo” (*Ibid.*, p. 66 – 7).

Já no que diz respeito à correspondência estabelecida com Zaslitch, sobressai-se a tenacidade intelectual de Marx, pois, mesmo enfermo, foi capaz de elaborar quatro esboços até culminar em uma resposta adequada às indagações da revolucionária russa, embora preferisse elaborar um tratado sobre o assunto, em vez de apenas enviar-lhe uma carta. Adentrando um pouco mais nas questões de Zaslitch, chega-se, antes de qualquer coisa, ao seguinte dilema: “a comuna rural [russa], liberada das exigências desmesuradas do fisco, dos pagamentos aos donos das terras e da administração arbitrária, é capaz de se desenvolver pela via socialista”? Ou, em vez disso, está “destinada a perecer” e “ao socialista não resta outra coisa senão” calcular “em quantas dezenas de anos a terra do camponês russo passará de suas mãos para as da burguesia, em quantas centenas de anos, talvez, o capitalismo atingirá na Rússia um desenvolvimento comparável ao da Europa ocidental”? (MARX; ENGELS, 2013, p. 79). Ao evidenciar tal problema a Marx, Zaslitch pede a ele que dê seu parecer sobre o destino da comuna russa e esclareça se, de fato, é uma fatalidade histórica “que todos os países” tenham de passar “por todas as fases da produção capitalista”, antes que neles possa ser desenvolvido o modo de produção socialista (*Ibid.*, p. 80). Contudo, a verdadeira fatalidade histórica é o fato de as respostas esclarecedoras que Marx escreveu a Zaslitch supostamente jamais terem chegado a sua destinatária. De fato, Marx respondeu a carta de Zaslitch vinte dias após o seu recebimento, em 8 de março de 1881, mas essa missiva só foi encontrada em 1923 por Boris Nicolaievski (1887 – 1966)<sup>31</sup> entre os arquivos de Pavel Axelrod (1850 – 1928), um dos principais dirigentes do partido menchevique. Antes da descoberta de Nicolaievski, mais especificamente em 1911, David Riazanov encontrou nos arquivos do genro de Marx, Paul Lafargue (1842 – 1911), os esboços de uma carta enviada a Zaslitch em 1881, mas, curiosamente, ao perguntar aos dirigentes do partido menchevique, Vera Zaslitch, Georgi Plekhanov (1856 – 1918) e Pa-

<sup>31</sup> Militante e historiador marxista russo que também foi um dos principais intelectuais do partido menchevique.

vel Axelrod, se receberam a carta de Marx, todos negaram (LÖVY, 2013). Esse suposto esquecimento por parte dos dirigentes mencheviques, aconteceu, possivelmente, “pela impossibilidade de admitir que Marx pudesse ter escrito um texto tão pouco ‘marxista’, segundo a concepção menchevique rigorosamente economicista e etapista do ‘materialismo histórico’” (LÖVY, 2013, p. 14). Precedendo Lövy, Riazanov também ironizou o “esquecimento” da resposta de Marx a Zaslitch, por parte dos mencheviques, como sendo um dos “exemplos mais interessantes das extraordinárias insuficiências do mecanismo de nossa memória” (RIAZANOV, 2013, p. 73).

Além disso, é preciso sublinhar que, embora Marx tenha estudado história e etnografia do ocidente europeu através de textos produzidos em uma época marcada pelo evolucionismo cultural e pela ideologia burguesa de progresso – principalmente a partir das obras de Lewis Henry Morgan<sup>32</sup> (1818 – 1881); Georg Ludwig von Maurer<sup>33</sup> (1790 – 1872) e Maksim Kovalevsky<sup>34</sup> (1851 – 1916) –, ainda assim, Karl Marx sempre manteve um olhar crítico a tais perspectivas supra-históricas, tal como se expressava de maneira crítica a tudo aquilo que se apresentava ao seu intelecto. A partir da leitura da introdução da obra *A teoria da alienação em Marx* (1970) de István Mészáros, dentre outras coisas, é possível sublinhar a tendência de o pensamento marxiano manter-se crítico frente aos filósofos, literatos e cientistas por ele estudados e, ademais, usar dos próprios termos e conceitos desses autores contra eles mesmos. Nas próprias palavras do filósofo húngaro:

Marx, em seu esforço de entrar em diálogo com seus contemporâneos filosóficos radicais, como Feuerbach, conservou certos termos do discurso deles que por vezes estavam em choque com o significado que ele próprio lhes atribuía. Um exemplo disso é ‘auto-estranhamento’, que nos *Manuscritos* de Marx representa um conteúdo enormemente modificado, que exigiria uma terminologia também modificada, com expressões mais concretas em contextos específicos. [...] Nesse caso, seu objetivo não foi simplesmente acrescentar novas dimensões a um conceito importante (como ‘auto-estranhamento’), mas demonstrar o vazio desse termo filosófico, em seu sentido tradicional. E não obstante, no curso dessa demonstração, ele próprio usou o mesmo termo, na maioria das vezes sem indicações polêmicas, embora com um significado radicalmente diferente (MÉSZÁROS, 2016, p. 19).

---

<sup>32</sup> Um dos principais expoentes da antropologia evolucionista do século XIX ao lado de Edward Burnett Tylor (1832 – 1917) e James George Frazer (1854 – 1941). Também foi considerado o pioneiro dos estudos antropológicos nos EUA e sua obra antropológica foi o estopim dos estudos sobre o parentesco.

<sup>33</sup> Importante jurista e historiador alemão da legalidade.

<sup>34</sup> Sociólogo russo positivista e evolucionista.

Portanto, o movimento histórico ocidental europeu – exposto por Marx como trânsito das sociedades tribais à Antiguidade; desta última ao Feudalismo e deste último ao Capitalismo moderno – não deve ser compreendido, tal como o foi pelos antropólogos do século XIX e seus consortes, isto é, na qualidade de um destino inexorável da humanidade em sua totalidade. Em contrapartida, no máximo, esse processo histórico pode ser entendido, segundo a carta de Marx a Zaslitch, como uma “‘fatalidade histórica’ [...] restrita aos países da Europa ocidental”, porque a história ocidental europeia expressou-se como a história da transição de uma “propriedade privada fundada no trabalho pessoal” para uma “propriedade privada capitalista, fundada na exploração do trabalho de outrem”, o que, em outras palavras, significa dizer que é “a transformação de uma forma de propriedade privada para outra forma de propriedade privada” (*Ibid.*, p. 114 – 15). Por outro lado, o caso da sociedade russa é cabalmente diferente, pois a tendência que nela se observa é a transformação de uma “propriedade comunal [*propriété commune*] em propriedade privada” (*Ibid.*, p. 115).

Em síntese, a análise das respostas da carta de Zaslitch revela o abissal afastamento de Marx em relação aos representantes do evolucionismo cultural hegemônico em sua época, em primeiro lugar, porque ele admite na epístola o fato de sua teoria estar restrita à compreensão do movimento histórico próprio da Europa ocidental (em especial, naquele trilhado pela Inglaterra e, *mutatis mutandis*, disseminado aos demais países europeus) e, em segundo lugar, porque compreende que a Rússia (tal como qualquer outro país não ocidental) pode desenvolver um movimento histórico completamente diferente do europeu. Além disso, a leitura dos esboços que Marx rascunhou, antes de enviar sua resposta à carta que recebeu da revolucionária russa, revela indícios ainda mais consistentes de que ele nada tinha a ver com os assim chamados autores evolucionistas do século XIX. Nos três primeiros rascunhos, Marx esboça uma diferenciação entre a comuna agrária russa e as comunidades agrárias que existiram na Europa ocidental, isto é, a comuna tribal anterior ao século XXXV a.C.; a comuna agrária desenvolvida na Antiguidade (período que vai de XXXV a.C. até V d. C) e a comuna agrária feudal/germânica, estabelecida entre os séculos V e XV. Todavia, faz-se necessário ressaltar que a descrição dessas épocas está pormenorizada no primeiro tópico do terceiro capítulo desta dissertação, quando é discutida a análise sobre as formas histórico-concretas de trabalho em Marx, portanto, agora é importante focar na maneira como tal questão é trabalhada pelo pensamento marxiano. Dos três esboços supracitados, o terceiro é o que está melhor sistematizado, mesmo assim, todos eles compreendem a existência de uma diversidade de formações

agrárias no globo terrestre e igualmente enxergam que tais comunidades agrárias “não são todas talhadas segundo o mesmo padrão”, mas, “pelo contrário [...] diferem quanto ao tipo e à idade e que marcam as sucessivas fases de evolução” (*Ibid.*, p. 108). Além disso, Marx sabe que a tendência histórica trilhada pelas comunidades agrárias na Europa, ou seja, a transição de uma apropriação autônoma e pessoal para uma apropriação privada e capitalista do solo – ou seja, através do trabalho alheio, do trabalho assalariado – não é uma tendência universal e inexorável pela qual todas as civilizações terão necessariamente de passar, independentemente de suas dinâmicas históricas específicas. Em suas próprias palavras: “isso significa que o itinerário histórico da comuna agrícola deve fatalmente levar a esse resultado [transição de uma apropriação privada para outra]? De modo algum. [...] Tudo depende do ambiente histórico em que estiver situado” (*Ibid.*, p. 111). Por fim, Marx ainda alerta a revolucionária russa para “precaver-se” quando for “ler as histórias das comunidades primitivas escritas pelos burgueses”, pois eles tendem a colocá-las “todas no mesmo patamar”, inclusive, “não recuam nem mesmo diante dos fatos” (*Ibid.*, p. 101). Em vez disso, é crucial perceber que entre as comunidades tribais existe “formações históricas” de diversos tipos das quais a obra marxiana não pode fornecer nada mais do que “magros esboços” (*Id. Ibid.*).